UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

A COOPERAÇÃO BRASIL-ARGENTINA NA ÁREA MILITAR: DA AUTONOMIA DAS FORÇAS ARMADAS ÀS RELAÇÕES ESTRATÉGICAS (1978-2009)

Porto Alegre / RS
2010

A diplomacia sem meios de pressão econômica ou política, sem violência simbólica ou clandestina, será pura persuasão – e talvez não exista. Mesmo a diplomacia pura insinua, ainda que de modo implícito, que poderia exercer pressão com outros meios, se se decidisse a isto. (Raymond Aron, Paz e Guerra entre as Nações).

RESUMO

A cooperação militar entre Brasil e Argentina é um fenômeno que ocorre desde 1978, quando a Marinha do Brasil e a Armada Argentina realizaram um exercício militar denominado de Operação Fraterno. Nos anos seguintes, a cooperação militar bilateral se expandiu de forma tanto quantitativa como qualitativa, abrangendo gama variada de atividades. Esta cooperação, contudo, não seguia diretrizes traçadas pelas chancelarias ou pelos chefes de Estado. As decisões pela realização das atividades eram tomadas no âmbito das próprias Marinhas, atendendo a critérios puramente técnico-operacionais, não fazendo parte, portanto, das políticas externas dos dois governos. Quando, nos anos 1990, os Exércitos e as Forças Aéreas passaram a realizar suas próprias atividades de cooperação, o padrão de autonomia manteve-se o mesmo. Foi apenas a partir de 2005, por meio da assinatura de dois acordos bilaterais, que a cooperação militar passou a ser um instrumento a serviço das políticas externas dos dois governos. O objetivo governamental era que aquelas atividades se enquadrassem em um conjunto de ações em prol do estreitamento das relações bilaterais em áreas estratégicas. Com tal estreitamento, o eixo Brasil-Argentina seria fortalecido, tornando-se mais provável a manutenção de um ambiente de estabilidade no Cone Sul, assim como a atração dos países do Norte Andino em direção a este eixo. Ademais, se evitaria o surgimento de polos alternativos de poder no subcontinente. Em conjunto, tal configuração contribuiria para que o projeto brasileiro de integração sul-americana pudesse ser viabilizado.

Palavras-chave: relações Brasil-Argentina, cooperação militar, relações transgovernamentais, relações em eixo, ordem internacional multipolar.

ABSTRACT

Military cooperation between Brazil and Argentina has been occuring since 1978, when Brazilian Navy and Argentine Navy performed a military exercise called *Operação Fraterno*. In subsequent years, the bilateral military cooperation expanded so both quantitative and qualitative, embracing wide range of activities. However, this cooperation did not follow guidelines set by foreign ministers or heads of state. Decisions to perform activities were made by the two Navies, based solely on technical-operational criteria. They were not subordinated to the governments´ foreign policies. When, in the 1990s, the Armies and Air Forces began to perform their own combined activities, the degree of autonomy was the same. Only from 2005, through the signing of two bilateral agreements, military cooperation became an instrument of foreign policies for both governments. The purpose of governments is that those activities be part of a set of actions in support of closer bilateral relations in strategic areas. With such relations, the “axis” Brazil-Argentina would be strengthened and would be more likely that a stable environment be maintained in the Southern Cone and, in addition, the Andean North could be atracted to the orbit of relations between Brazil and Argentina. Moreover, it would prevent the emergence of alternative centers of power in the subcontinent. This configuration would contribute to the feasibility of the Brazilian project of South American integration.

Keywords: Brazil-Argentina relations, military cooperation, transgovernamental relations, axis relations, multipolar international order.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Aliança Anticomunista Argentina
ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AEB	Agência Espacial Brasileira
AIAB	Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMAS	Área Marítima do Atlântico Sul
AMC	Area Material Cordoba (Argentina)
AMIA	Asociación Mutual Israelita Argentina
AMISEC	African Union Mission for Support to the Elections in the Comoros (Missão da União Africana para o Apoio às Eleições no Comoros)
AMISOM	African Union Mission to Somalia (Missão da União Africana para a Somália)
ANZUS	Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America (Tratado de Segurança entre Austrália, Nova Zelândia e os Estados Unidos da América)
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
ARF	ASEAN Regional Forum (Fórum Regional da ASEAN)
ASEAN	Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações do Sudeste Asiático)
ASTROS	Artillery Saturation Rocket System (Sistema de Foguetes de Artilharia de Saturação)
BID	Base Industrial de Defesa (Brasil)
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAEx	Centro de Avaliações do Exército Brasileiro
CAMAS	Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul

CAMEX	Câmara de Comércio Exterior (Brasil)
CAN	Comunidade Andina
CARICOM	Caribbean Community (Comunidade do Caribe)
CASA	Comunidade Sul-Americana de Nações
CCC	Comando de Caça aos Comunistas (Brasil)
CDS	Conselho de Defesa Sul-Americano
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CERN	European Organization for Nuclear Research (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear)
CIA	United States Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos)
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CINAR	Complexo Naval Industrial Argentino
CNPC	Companhia Nacional de Petróleo da China
COMDEFESA	Departamento da Indústria de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
COMPERSEG	Comité Permanente de Seguridad (Comitê Permanente de Segurança)
CSDP	Common Security and Defence Policy (Política Comum de Defesa e Segurança)
CSH	Comissão de Segurança Hemisférica
CS-ONU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
CTA	Centro Técnico Aeroespacial (Força Aérea Brasileira)
CTEx	Centro Tecnológico do Exército Brasileiro
DCT	Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro
DET	Diréccion de Evolución Tecnológica de lo Ejército Argentino
DoD	United States Department of Defense (Departamento de Defesa dos Estados Unidos)
EADS	European Aeronautic Defence and Space Company
EAS	East Asia Summit (Cúpula do Leste Asiático)

ECOMIL	ECOWAS Mission In Liberia (Missão da ECOWAS na Libéria)
ECOMOG	ECOWAS Monitoring Group (Grupo de Monitoramento da ECOWAS)
ECOWAS	Economic Community Of West African States (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
EIT	European Institute of Innovation and Technology (Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia)
END	Estratégia Nacional de Defesa (Brasil)
EPL	Exército Popular de Libertação (Colômbia)
ESDI	European Security and Defence Identity (Identidade de Defesa e Segurança Europeia)
ESDP	European Security and Defense Policy (Política de Defesa e Segurança Europeia)
ESG	Escola Superior de Guerra (Brasil)
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FMA	Fabrica Militar de Aviones (Argentina)
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IBAS	Fórum Índia, Brasil e África do Sul
IFOR	Implementation Force (Força de Implementação)
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul
ITA	Instituto Tecnológico de Aeronáutica (Brasil)
JID	Junta Interamericana de Defesa
JSF	Joint Strike Fighter (Caça de Ataque Conjunto)
M-19	Movimento 19 de Abril (Colômbia)
MAE	Mecanismo Permanente de Análise Estratégica
MAES	African Union Electoral and Security Assistance Mission (Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança da União Africana)
MCC	Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação (Brasil e Argentina)
MD	Ministério da Defesa do Brasil
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

MINUSTAH	Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti (Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti)
MRE	Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAe	Navio Aeródromo
NAeL	Navio Aeródromo Ligeiro
NAFTA	North American Free Trade Agreement (Tratado Norte-Americano de Livre Comércio)
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUCI	Opération des Nations Unies en Côte d'Ivoire (Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim)
ONUMOZ	Opération des Nations Unies au Mozambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PDN	Política de Defesa Nacional (Brasil)
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica (Brasil e Argentina)
PKO	Peacekeeping Operation (Operação de Manutenção da Paz)
PNID	Política Nacional da Indústria de Defesa (Brasil)
PSCI	Programa de Substituição Competitiva de Importações (Brasil)
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
RSC	Regional Security Complex (Complexo Regional de Segurança)
RSCT	Regional Security Complex Theory (Teoria dos Complexos Regionais de Segurança)
SADC	Southern African Development Community (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral)
SADCC	Southern African Development Coordination Conference (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral)
SALT	Strategic Arms Limitation Talks (Conversações sobre Limitações para Armas Estratégicas)

SCO	Shanghai Cooperation Organization (Organização para a Cooperação de Xangai)
SCT	Secretaria de Ciência e Tecnologia (Exército Brasileiro)
SEATO	Southeast Asia Treaty Organization (Organização do Tratado do Sudeste Asiático)
SELOM	Secretaria de Ensino, Logística, Mobilização, Ciência e Tecnologia do Ministério da Defesa
SIMDE	Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (Brasil)
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute (Instituto Internacional de Pesquisas da Paz de Estocolmo)
TAM	Tanque Argentino Mediano
TAMSE	Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UE	União Europeia
UNAMSIL	United Nations Mission in Sierra Leone (Missão das Nações Unidas em Serra Leoa)
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNFICYP	United Nations Peacekeeping Force in Cyprus (Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Chipre)
UNMIL	United Nations Mission in Liberia (Missão das Nações Unidas na Libéria)
UNOMIL	United Nations Observer Mission in Liberia (Missão de Observadores das Nações unidas na Libéria)
UNPROFOR	United Nations Protection Force (Força de Proteção das Nações Unidas)
UNTAC	United Nations Transitional Authority in Cambodia (Autoridade Transitória das Nações Unidas no Cambodia)
USARSO	United States Army South (Exército Sul dos EUA)
USSOUTHCOM	United States Southern Command (Comando Sul dos Estados Unidos)
WEU	Western European Union (União da Europa Ocidental)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **16**

CAPÍTULO 1 – A COOPERAÇÃO MILITAR NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS E A DIMENSÃO REGIONAL DA SEGURANÇA NO PÓS-GUERRA FRIA **22**

1.1 A cooperação e o conflito: dois fenômenos permanentes nas relações interestatais 22

1.1.1 A cooperação segundo o realismo clássico, o institucionalismo liberal e o "realismo otimista" 24

1.2 Cooperação militar e cooperação em segurança: seu caráter histórico, objetivos e diferenças conceituais 29

1.2.1 O caráter histórico das alianças militares e os seus objetivos, na paz e na guerra 30

1.2.2 A cooperação em defesa na prática das relações interestatais: objetivos técnicos e diplomáticos... 32

1.2.3 A cooperação em segurança e suas diferenças conceituais em relação à cooperação em defesa 35

1.2.4 Profundidade e assimetrias de poder na cooperação militar 41

1.3 A regionalização da segurança no pós-Guerra Fria e a cooperação em defesa e segurança no período 43

1.3.1 A segurança como um fenômeno regional 43

1.3.2 O aumento na autonomia das potências regionais após o fim da Guerra Fria e a cooperação em defesa e segurança no período 46

América do Norte e Europa

Ásia Central e Leste Asiático

África Subsaariana

CAPÍTULO 2 – A SEGURANÇA SUL-AMERICANA E AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA A PARTIR DOS ANOS 1980 59

2.1 Visão geral da segurança na América do Sul 59

2.1.1 Breve histórico dos maiores conflitos sul-americanos nos séculos XIX e XX 61

2.1.2 A segurança sul-americana a partir dos anos 1980: a integração no Cone Sul e os conflitos no Norte Andino 64

2.2 As relações Brasil-Argentina a partir dos anos 1980 71

2.2.1 As relações Brasil-Argentina como eixo da integração regional 71

2.2.2 A mudança no perfil das relações Brasil-Argentina nos anos 1980 73

2.2.3 As relações bilaterais no "período de liberalização econômica" 76

2.2.4 As relações bilaterais no governo Lula e nos governos Néstor e Cristina Kirchner: convergências e relações em áreas estratégicas 81

CAPÍTULO 3 – A COOPERAÇÃO MILITAR BILATERAL COMO UM FENÔMENO "TRANSGOVERNAMENTAL" E A BUSCA DOS GOVERNOS POR MAIOR CONTROLE POLÍTICO SOBRE A MATÉRIA 88

3.1 A cooperação em defesa Brasil-Argentina: análise a partir do conceito de "relações transgovernamentais" 88

3.1.1 Os exercícios militares combinados e o treinamento de pilotos brasileiros na Argentina 90

Marinha do Brasil e Armada Argentina

Exército Brasileiro e Ejército Argentino

Força Aérea Brasileira e Fuerza Aérea Argentina

3.1.2 A viatura militar aerotransportável Gaúcho 106

3.1.3 Intercâmbios de alunos entre estabelecimentos militares de ensino 113

3.1.4 Cooperação para missões de paz 115

3.2 A busca por maior controle político por parte dos governos 117

CAPÍTULO 4 – A BUSCA PELA MULTIPOLARIDADE E A COOPERAÇÃO MILITAR COMO UM INSTRUMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO EIXO BRASIL-ARGENTINA 124

4.1 A política externa dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula: as visões sobre uma possível ordem mundial multipolar e a liderança brasileira na América do Sul.......................... 125

4.2 A política externa dos dois governos Kirchner e a liderança regional brasileira: qual o interesse argentino na aliança com o Brasil? 135

4.3 Fortalecendo o eixo Brasil-Argentina por meio da cooperação militar: consolidando a confiança mútua e ampliando o poder conjunto 140

Os acordos bilaterais na área de defesa desde 2005

4.4 A importância do eixo Brasil-Argentina para a estabilização regional e para o equilíbrio de poder sul-americano 151

CAPÍTULO 5 – A COOPERAÇÃO MILITAR SOB O PONTO DE VISTA DO FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE DEFESA 159

5.1 A indústria de defesa e as exportações de material militar no Brasil e na Argentina........... 160

5.2 As propostas do governo Lula e dos governos Néstor e Cristina Kirchner acerca da revitalização das indústrias nacionais de defesa 174

5.3 O *lobby* da indústria bélica brasileira junto ao governo 181

5.4 O Estado enquanto decisor, em última instância, das questões relativas à indústria de defesa 190

CONCLUSÃO 193

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 196

INTRODUÇÃO

Desde o término da II Guerra Mundial, a maior parte dos países considerados desenvolvidos têm cooperado entre si em diversas áreas. A importância que muitos deles atribuem à integração comercial não implica uma menor prioridade a parcerias em temas que possuem pouca ou nenhuma relação com a economia. Seja entre países da Europa, seja nas relações destes com os Estados Unidos, seja nas relações entre Japão e Estados Unidos, a diversidade de temas tratados bilateralmente ou multilateralmente é bastante superior à existente entre países não-desenvolvidos. A forma de cooperação internacional mais comum é, portanto, a cooperação norte-norte, e não a cooperação sul-sul (ou a norte-sul).

No campo militar, a cooperação entre os Estados Unidos e vários países europeus é bastante abrangente. As suas relações militares estão institucionalizadas desde 1949 sob a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), um sistema de defesa coletivo no âmbito do qual ocorrem diversas atividades militares conjuntas, tais como: intercâmbios de militares para a participação em cursos, exercícios militares combinados, cooperação na área de inteligência e, eventualmente, operações militares reais. Fora do âmbito da OTAN, alguns projetos de cooperação entre Estados Unidos e países europeus também são de grande relevância para os participantes. Um deles é o programa *Joint Strike Fighter (JSF)* (Caça de Ataque Conjunto), destinado ao desenvolvimento do caça *F-35 Lightning II*. Este projeto foi iniciado em 1996 e é liderado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, tendo como parceiros o Canadá, a Austrália e seis países europeus (Reino Unido, Países Baixos, Itália, Turquia, Noruega e Dinamarca). Mesmo fora do eixo Europa-Estados Unidos, a cooperação militar também é praticada entre países desenvolvidos. O caça japonês Mitsubishi F-2, por exemplo, foi o resultado de um acordo celebrado entre os governos dos Estados Unidos e do Japão no início dos anos 1980, com a produção da aeronave sendo realizada de forma conjunta pela empresa japonesa *Mitsubishi Heavy Industries* e pela norte-americana *Lockheed Martin*.

A cooperação entre países desenvolvidos é abrangente também em outros campos. Na área espacial, países europeus cooperam entre si por meio da Agência Espacial Europeia, criada em 1975, no âmbito da qual já foram desenvolvidos diversos projetos, tais como: o Telescópio Espacial Hubble (em cooperação com a *National Aeronautics and Space Administration* - NASA), o satélite de observação terrestre Envisat (*Environmental Satellite*), o sistema de lançamentos Ariane 5, entre

outros. Na área da pesquisa nuclear, vinte países europeus atualmente integram a Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear (CERN), instituição criada em 1954 e que contribuiu com diversos avanços na área da física de partículas, tendo sido também a responsável pela criação do Grande Colisor de Hádrons. No campo da ciência e tecnologia, a Comissão Europeia mantém o Instituto Europeu de Ciência e Tecnologia (EIT), voltado para pesquisas direcionadas à inovação tecnológica.

Embora estas formas de cooperação sejam uma característica mais marcante nas relações entre países desenvolvidos do que entre não-desenvolvidos, alguns países emergentes também têm cooperado entre si em diversas áreas. Essa cooperação sul-sul tem se ampliado bastante nas últimas duas décadas, destacando-se o surgimento ou o fortalecimento de blocos regionais que tratam de temas tanto econômicos como não-econômicos. Na América Latina, citam-se o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); na África, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e a União Africana e; na Ásia, a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) e a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Mesmo fora do âmbito destes blocos, observam-se novas formas de cooperação entre países emergentes. Paquistão e China, por exemplo, desenvolveram em conjunto um caça de quarta geração, o *JF-17 Thunder*, produzido pela empresa chinesa *Chengdu Aircraft Industry Corporation* e pelo instituto paquistanês *Pakistan Aeronautical Complex*, o qual tem sido incorporado às Forças Aéreas dos dois países desde 2007. O Brasil, por sua vez, desenvolveu em conjunto com a China o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), cuja primeira unidade foi lançada ao espaço em 1999, a segunda em 2003 e a terceira em 2007. Com a África do Sul, o Brasil desenvolve atualmente o míssil ar-ar *A-Darter*, um produto que seria inicialmente elaborado pela empresa sul-africana *Denel Aerospace* e que passou a ter, posteriormente, o Brasil como parceiro, e em cuja implementação participam a Força Aérea Brasileira e algumas empresas do setor de defesa no Brasil, sobretudo a Mectron, sediada em São José dos Campos/SP.

Mas o objeto da presente dissertação são as relações entre Brasil e Argentina. Estes dois vizinhos da América do Sul que, historicamente, foram os grandes rivais do subcontinente, também têm cooperado em áreas estratégicas?

A busca por relações estratégicas entre os dois países tem ocorrido desde o início dos anos 1980, quando foram assinados os primeiros acordos e protocolos de cooperação nos campos

da energia nuclear, da integração energética, da pesquisa espacial, entre outros. Quando a integração bilateral começou a ser efetivamente planejada, em meados dos anos 1980, os projetos eram bastante ambiciosos, abrangendo, ademais das áreas acima citadas, a cooperação nos seguintes campos: comunicações, política industrial, política científica e tecnológica, além, é claro, dos temas comerciais.

Uma ampla cooperação entre os dois países, no entanto, nunca avançou plenamente, mesmo que ambos tenham desenvolvido capacidades técnicas em áreas de interesse mútuo, como é o caso da energia nuclear, da pesquisa espacial e da defesa. Os projetos de integração dos anos 1980 renderiam frutos importantes na década seguinte, mas com pouca diversidade em termos de áreas de cooperação. A integração comercial entre Brasil e Argentina, institucionalizada por meio do Mercosul, teve, de fato, um grande impacto nas relações comerciais entre os dois países. Em outros campos, contudo, a cooperação bilateral avançou muito pouco. Politicamente, os dois países mantiveram posturas distintas em suas relações externas durante os anos 1990, o que não contribuiu para o avanço da cooperação/integração bilateral.

Após o fim do "período de liberalização econômica", contudo, os temas estratégicos começaram a ser retomados pelos governos dos dois países. A partir de 2003, passou a haver um revigoramento nas relações Brasil-Argentina e ambos os países atuaram conjuntamente em ocasiões que se tornariam importantes marcos nas ações de política externa dos "países do sul", como foi o caso do encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún, em 2003, e na articulação para a reforma do sistema financeiro internacional, a partir de 2008. Foi apenas a partir de relações mais estreitas entre Brasil e Argentina que também tornou-se viável o acordo com a Comunidade Andina (CAN), em 2003, e, posteriormente, a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008. No âmbito desta, foi criado, inclusive, um mecanismo inédito na América do Sul: o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), destinado a tratar de temas de defesa e segurança que afetam a região. Sem a construção prévia de relações de confiança entre os dois países, projetos de integração sul-americanos como a UNASUL e o CDS simplesmente não sairiam do papel em razão da inexistência de um eixo político que os sustentassem.

Bilateralmente, a cooperação em temas estratégicos também passou a avançar, sobretudo a partir de 2005, destacando-se as áreas espacial, nuclear, de nanotecnologia e de defesa, embora deva-se reconhecer que ainda a um ritmo lento.

No caso da defesa, como será visto ao longo deste trabalho, a cooperação bilateral não é um fenômeno recente. Ela tem ocorrido pelo menos desde o final dos anos 1970, quando tiveram início os primeiros exercícios militares combinados entre as Marinhas dos dois países. Pioneiras na cooperação militar, as Marinhas não seguiam, contudo, diretrizes emanadas dos chefes de Estado ou das chancelarias. As suas atividades bilaterais eram fruto de necessidades operacionais que elas mesmas consideravam relevantes. Suas ações não se subordinavam, portanto, à política externa dos seus países, atendendo a objetivos de caráter puramente técnico-operacional. Nos anos 1990, quando os dois Exércitos e as duas Forças Aéreas iniciaram a realização de seus próprios exercícios bilaterais, a lógica foi a mesma. Tendo se iniciado, na prática, em 1978, foi apenas em 2005 que os primeiros acordos de cooperação militar entre os governos de Brasil e Argentina foram assinados. Naqueles acordos foram previstas a realização de atividades que, até então, eram desenvolvidas sem nenhum tipo de formalidade diplomática. Com os acordos, na verdade, o que era um fenômeno predominantemente militar passou a ter uma outra dimensão, tornando-se, também, um fenômeno político.

Mas o que motivou os dois governos a romperem a inércia de autonomia das Forças Armadas quanto a este tema, atraindo para a política um fenômeno que, até então, não fazia parte da pauta de suas relações bilaterais?

Esta é uma pergunta central à qual a presente dissertação pretende responder. Em síntese, o objetivo dos governos tem sido a instrumentalização política das atividades realizadas pelas Forças Armadas. Do ponto de vista dos governos, não faz sentido que parte da máquina estatal atue de forma independente, sem subordinar suas atividades à política externa do país. De forma resumida, o argumento desenvolvido ao longo deste trabalho é o seguinte:

Os governos de Brasil e Argentina têm procurado transformar a cooperação em defesa em um instrumento de suas políticas externas com os objetivos de consolidar a confiança mútua entre os dois países e ampliar o seu poder político-militar. Estes objetivos contribuem para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, o qual, por sua vez, possui dois papéis: I) manter estáveis as relações entre os países do Cone Sul e atrair para esse eixo de estabilidade os países do Norte Andino e II) evitar o surgimento de polos alternativos de poder na América do Sul. Em conjunto, isto seria uma condição necessária à construção da liderança brasileira no subcontinente.

Para a descrição e análise destes fenômenos, este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, conforme se segue.

Antes de que o tema da cooperação militar bilateral seja tratado diretamente, julgou-se conveniente que alguns aspectos gerais da cooperação militar e da segurança regional fossem abordados previamente. Dessa maneira, o capítulo 1 tem como objetivos: explicar no que consiste a cooperação militar, demonstrar o seu caráter histórico nas relações interestatais, identificar e analisar seus principais objetivos e estabelecer a diferença entre os conceitos de cooperação militar e cooperação em segurança. No mesmo capítulo, são analisadas as principais características da segurança internacional após o fim da Guerra Fria e o papel da cooperação militar neste novo contexto, abordando-se casos particulares de algumas regiões do mundo.

Após esta contextualização da cooperação militar, o objeto de estudo passa a ser, no capítulo 2, a segurança na América do Sul e as relações entre Brasil e Argentina. Inicialmente, é feita uma análise geral dos principais problemas de segurança sul-americanos, tratando-se, em seguida, dos distintos processos securitários ocorridos nas metades norte e sul do subcontinente a partir dos anos 1980. Na segunda parte do capítulo, o foco está sobre as relações Brasil-Argentina, enfatizando-se o seu caráter de relações em eixo e as transformações pelas quais elas têm passado desde o início dos anos 1980.

A partir do capítulo 3, o tema da cooperação militar passa a ser tratado diretamente. Neste capítulo, o objetivo é o de analisar a cooperação militar do ponto de vista das Forças Armadas. Foi realizado um levantamento de diversas atividades de cooperação militar entre os dois países com o objetivo de demonstrar que as relações neste campo foram conduzidas, tradicionalmente, de forma autônoma. A descrição é realizada simultaneamente à sua análise, para a qual é utilizado o conceito de *relações transgovernamentais*, elaborado por Robert Keohane e Joseph Nye, que define as relações entre órgãos de diferentes Estados que não são diretamente tuteladas pelos governos centrais. Na segunda parte do capítulo, é abordada a postura dos dois governos em relação a este fenômeno e como ambos têm buscado submeter a cooperação militar às suas políticas externas.

Em seguida, o capítulo 4 analisa os motivos pelos quais os dois governos buscaram, a partir de 2005, incluir na pauta das relações Brasil-Argentina o tema da cooperação militar. Inicialmente, a análise aborda as políticas externas dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula para a América do Sul, enfatizando-se as diferenças entre as posturas dos dois governos quanto à possível construção de uma ordem multipolar e quanto ao grau de prioridade atribuído às relações com os países sul-americanos. Em seguida, o objeto passa a ser a análise da política

externa argentina, discutindo-se a perspectiva daquele país em relação ao projeto de liderança regional brasileiro. As outras duas seções tratam dos objetivos governamentais em torno do aprofundamento da cooperação militar: enquanto na terceira seção é abordado o papel da cooperação militar no fortalecimento do eixo bilateral, a quarta seção analisa como o fortalecimento deste eixo impacta a América do Sul como um todo.

O quinto e último capítulo introduz a indústria de defesa como um outro ator no processo de formulação de políticas para a área de defesa. O capítulo é iniciado com um histórico das indústrias de defesa dos dois países e das dimensões alcançadas por suas exportações. Em seguida, se analisam as políticas para a indústria de defesa em ambos os países em período recente, destacando-se como os governos brasileiro e argentino têm buscado revitalizar suas indústrias bélicas. A terceira seção aborda os *lobbies* existentes no Brasil em torno da revitalização da indústria nacional de defesa, assim como se avalia, em parte, a efetividade deste *lobby*. Por fim, a última seção do capítulo reafirma o papel do Estado como decisor, em última instância, acerca das políticas públicas para a indústria de defesa.

CAPÍTULO 1 – A COOPERAÇÃO MILITAR NAS RELAÇÕES ENTRE OS ESTADOS E A DIMENSÃO REGIONAL DA SEGURANÇA NO PÓS-GUERRA FRIA

Este capítulo tem como objetivo analisar o papel da cooperação militar nas relações interestatais e demonstrar como esta forma de cooperação se aprofundou e se regionalizou a partir da década de 1990, em várias regiões do mundo.

O capítulo se inicia enfatizando a importância tanto do conflito como da cooperação nas relações interestatais, sendo descritas as perspectivas de três correntes teóricas quanto a esta questão. Posteriormente, são feitas algumas definições, de forma a se distinguir o fenômeno da cooperação em defesa do fenômeno da cooperação em segurança, enfatizando-se, ainda, o caráter histórico de ambos.[1] Por fim, é analisada a importância da dimensão regional na segurança do pós-Guerra Fria, descrevendo-se como os países de algumas regiões têm se organizado para o tratamento conjunto dos problemas de segurança internacional.

1.1 A cooperação e o conflito: dois fenômenos permanentes nas relações interestatais

O conflito e a cooperação são dois fenômenos presentes nas relações interestatais de forma permanente. Desde que dois Estados não estejam em uma situação de guerra aberta, o conflito entre eles não implica, necessariamente, a exclusão das possibilidades de cooperação. Inversamente, relações interestatais bastante cooperativas podem conter certos temas nos quais há maior propensão ao conflito. Além disso, dois Estados que, em um determinado momento se enxergam como inimigos, podem tornar-se, posteriormente, aliados, ou vice-versa, por variados motivos. Dessa forma, não há uma predominância "geral" do conflito ou da cooperação nas relações interestatais. Afirmar que as relações entre determinados Estados são conflituosas significa dizer, geralmente, que elas são *predominantemente* conflituosas, quase sempre havendo espaços para a cooperação, e também *momentaneamente* conflituosas, visto que um padrão de inimizade ou rivalidade pode sempre ser revertido.

A *predominância* de relações cooperativas ou conflituosas pode ser compreendida a partir de duas dimensões. A primeira dimensão é a *estática*: analisando-se, em um dado momento, determinadas relações interestatais, se observa a ocorrência tanto da cooperação como do conflito.

---

[1] Os termos *cooperação em defesa* e *cooperação militar* são utilizados com o mesmo sentido neste trabalho.

A segunda dimensão é a *histórica*: analisando-se as relações entre dois ou mais Estados, se observa a alternância entre períodos de predominância do conflito e predominância da cooperação.

Do ponto de vista da dimensão *estática*, o conflito ou a cooperação são determinados por três fatores. Primeiramente, pelo Estado que formula a política externa: um certo Estado A, por possuir objetivos expansionistas, adota políticas militarmente hostis contra alguns de seus vizinhos, ao contrário do Estado B, que não age como agressor. Neste caso, as relações conflituosas de A são determinadas por sua própria política externa agressiva. Em segundo lugar, deve-se considerar qual o Estado a quem se direciona a política externa de um outro Estado. O mesmo Estado A, expansionista, pode optar por se aliar militarmente a um dos Estados vizinhos, o Estado C e, dessa forma, do ponto de vista de C, o Estado A não lhe é uma ameaça, mesmo com sua política expansionista. Em terceiro lugar, deve-se analisar o tema das relações interestatais em questão. O Estado A pode se aliar militarmente ao país C e, ao mesmo tempo, promover um embargo econômico contra um país D (uma ação economicamente conflituosa). As relações de A com B, por sua vez, podem permitir que ambos cooperem economicamente, mas podem não ser tão boas como as relações que A possui com C, nas quais há um grau de confiança suficiente para que se estabeleça uma aliança militar de longa duração.

As relações entre certos Estados, portanto, serão conflituosas ou cooperativas de acordo com os Estados em questão e de acordo com o tema de suas relações. As políticas por eles formuladas e adotadas serão, quase sempre, cooperativas em relação a alguns Estados e conflituosas em relação a outros e também mais cooperativas em alguns temas do que em outros. Mesmo em uma relação bilateral na qual predomine a cooperação, também serão encontrados, geralmente, temas nos quais há uma maior propensão ao conflito (e vice-versa).

Como exemplo da dimensão estática, a atual política externa dos Estados Unidos é bastante cooperativa em relação a maior parte dos países da Europa Ocidental (há ampla cooperação política, militar e econômica), de cooperação média no que diz respeito a alguns países do Cone Sul (há as mesmas formas de cooperação, porém com menor intensidade) e quase nada cooperativa quando se trata de países como Cuba, Irã ou Coreia do Norte.

Do ponto de vista da dimensão *histórica*, conflito e cooperação dependem do momento em questão. As relações entre certos Estados podem alternar períodos de conflito e cooperação ao longo da história de suas relações bilaterais. As relações que um Estado A possui com B podem ser de baixa cooperação durante um certo período; uma mudança de governo em um dos dois países,

contudo, pode vir a criar condições para o incremento da cooperação bilateral. Em outro momento, um rearmamento de A pode induzir em B a percepção de que o Estado A se transformou em uma fonte de ameaça.

Tomando o exemplo das relações entre Estados Unidos e Cuba, houve ampla cooperação bilateral no período situado entre a independência cubana (1902) e a revolução naquele país (1959). O mesmo se aplica às relações entre Estados Unidos e Irã. Nos anos situados entre a deposição do primeiro-ministro Mohammed Mosaddek (1951) e a Revolução Islâmica (1978-79), as relações foram de bastante cooperação, havendo uma completa alteração em seu perfil após a queda do Xá Reza Pahlavi. Citando outro exemplo, na II Guerra Mundial, era "um certo Japão e uma certa Alemanha" que eram inimigos dos Estados Unidos e não "o Japão e a Alemanha", os quais vieram a se tornar, inclusive, seus aliados após o término da guerra (ARON, 1979, p. 65). Fatos históricos, portanto, alteraram completamente, nestes casos, o perfil das relações bilaterais.

Em síntese: o inimigo de uns pode ser o aliado de outros (dimensão estática), o conflito em um tema não implica o conflito em todos os temas (dimensão estática) e o aliado de ontem pode ser o inimigo de amanhã (dimensão histórica).

1.1.1 A cooperação segundo o realismo clássico, o institucionalismo liberal e o "realismo otimista"

A teoria realista das relações internacionais enfatiza o papel que o conflito, sobretudo o militar, desempenha nas relações entre os Estados. Nesta abordagem, a cooperação interestatal é vista apenas como a derivação de padrões mais gerais de conflito (KEOHANE, 1984, p. 7). Ainda assim, para os teóricos realistas (e também para os neorealistas), existe uma relação profunda entre o equilíbrio de poder e as alianças interestatais, as quais são, por sua vez, uma forma de cooperação: "[...] a mais importante manifestação do equilíbrio de poder deve ser vista não no equilíbrio de duas nações isoladas, mas nas relações entre uma nação, ou aliança de nações, com outra aliança." (MORGENTHAU, 2003, p. 344). Modelos de equilíbrio de poder que pressupõem relações entre apenas dois Estados podem ser úteis como um instrumental teórico-metodológico, mas não refletem as relações interestatais como elas de fato são. Mesmo para uma corrente teórica que privilegia a análise dos conflitos, como é o caso do realismo, o equilíbrio de poder é um fenômeno que ocorre entre *grupos* de Estados e não entre Estados isolados. Explicando a formação

das alianças interestatais, Hans Morgenthau enumerou três opções que duas nações possuem ao competirem entre si:

> As nações A e B, que competem entre si, dispõem de três escolhas para manter e melhorar as suas respectivas posições relativas de poder. Podem aumentar seu próprio poder; podem acrescentar ao seu próprio poder o poder de outras nações; ou podem subtrair do adversário o poder de outras nações. Ao escolher a primeira opção, embarcam em uma corrida armamentista; ao preferirem a segunda ou terceira, seguem uma política de alianças. (MORGENTHAU, 2003, p. 344).

Assim, se um Estado A aumentar o seu poder, a tendência é que o Estado B, vizinho, busque também aumentá-lo, de forma a compensar a perda relativa de poder que sofreu. Uma opção que pode ser adotada é o aumento interno de poder, através, por exemplo, do incremento nos gastos militares. Se esta opção não for seguida, o Estado B pode adotar a segunda opção, qual seja a de buscar aliados com os quais possa somar o seu poder: se um país C, vizinho aos dois Estados, for um país neutro, B pode procurar a ele aliar-se, aumentando o seu poder (e o do Estado C também). Na terceira situação, se, em um primeiro momento, C for aliado de A, o Estado B poderá, em um segundo momento, buscar uma aliança com C, de forma que este deixe de ser aliado de A. Assim, B terá um duplo benefício: expandirá o seu poder e diminuirá o poder de A.

Este jogo simultâneo de conflitos e alianças demonstra que os Estados são, de fato, atores que buscam apenas o seu próprio beneficio, mas também demonstra que o sistema internacional não é um estado de natureza no sentido *hobbesiano*, ou seja, não há uma luta permanente de todos os Estados contra todos os Estados. Os fenômenos do conflito e da cooperação interestatal são, sempre, variáveis que se alternam de acordo com os atores e temas observados e, também, de acordo com o momento histórico em questão.

Mesmo países em lados opostos de um conflito podem cooperar. Durante a Guerra Fria, por exemplo, Estados Unidos e União Soviética encontraram formas de cooperação no campo da segurança, como ocorreu durante as negociações destinadas à redução do poder nuclear de ambos os países e que resultaram nos acordos *Strategic Arms Limitation Talks (SALT)*: SALT I (1969-72) e SALT II (1977-79). Ademais, cooperaram no sentido de se evitar uma escalada de conflitos no Terceiro Mundo:

> Eles tinham de se preocupar em que um conflito regional não saísse de controle e escalasse de forma a ameaçar seus interesses estratégicos nucleares e europeus. Ambos intervieram repetidamente em conflitos no Oriente Médio e no Sul da Ásia para restringir as

> ações de seus Estados-clientes. A União Soviética forçou Cuba e o regime Sandinista na Nicarágua a evitarem provocações contra os Estados Unidos em sua esfera de interesse; os Estados Unidos desencorajaram Taiwan e Coreia do Sul de desenvolverem capacidades nucleares, o que potencialmente perturbaria os balanços de poder no Nordeste da Ásia. (KOLODZIEJ, 2005, p. 101, tradução livre).[2]

Raymond Aron também destacou essa cooperação entre inimigos, por ele denominada como "solidariedade dos dois Grandes contra a guerra total" (ARON, 1979, p. 17):

> A assinatura, em julho de 1963, do tratado de Moscou sobre a proibição parcial das experiências nucleares e o estabelecimento de uma linha direta de comunicação entre o Kremlin e a Casa Branca simbolizam esta aliança entre inimigos contra a guerra total – guerra esta que seria, para ambos, mais catastrófica do que uma derrota local em qualquer ponto do globo. (Ibid., p. 19).

Mesmo após o encerramento de um conflito militar, uma hipotética aliança de Estados que tenha vencido outra aliança não adotará, geralmente, uma postura por demais cruel com o grupo derrotado. Isto porque o inimigo de hoje pode ser o aliado de amanhã e vice-versa. Assim, não faz sentido ser muito severo com um Estado que pode ser apenas temporariamente um inimigo (JERVIS, 1985, p. 59). Na Doutrina Militar de Defesa brasileira esta perspectiva também pode ser observada: "A situação pós-conflito deve merecer especial atenção dos responsáveis pela guerra, a fim de que sejam propiciadas ao vencido condições para a sua recuperação, fator essencial para o restabelecimento da paz." (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007a, p. 27).

Como já mencionado, para os realistas clássicos e neorealistas, a única forma de cooperação considerada relevante é aquela que se subordina ao conflito. A cooperação, para essas correntes teóricas, não possui uma existência autônoma, sendo apenas a consequência da tendência permanente ao equilíbrio de poder no sistema internacional. Como disse Robert Keohane, "[...] se o retrato que Kenneth Waltz fez do mundo for correto, qualquer cooperação que ocorresse seria derivada de padrões mais gerais de conflito. A cooperação em forma de alianças seria facilmente explicada como o resultado da operação de um balanço de poder." (KEOHANE, 1984, p. 7)[3].

---

[2] "They had to be concerned that a regional conflict not get out of hand and escalate to threaten their nuclear strategic and European interests. Both intervened repeatedly in conflicts in the Middle East and South Asia to restrain their clients. The Soviet Union prevailed on Cuba and the Sandinista regime in Nicaragua to avoid provoking the United States in its sphere of interest; and the United States discouraged both Taiwan and South Korea from developing nuclear capabilities, potentially upsetting to the balances of power in Northeast Asia."

[3] "[...] any cooperation that occurs would be derivative from overall patterns of conflict. Alliance cooperation would be easy to explain as a result of the operation of a balance of power, […]"

Contudo, ademais dos objetivos de se derrotar um inimigo comum ou diminuir o grau de ameaça entre Estados inimigos (como foi o caso dos acordos SALT), a cooperação pode ter outros objetivos, tais como o aumento da riqueza, a solução de problemas comuns ou mesmo a manutenção de relações pacíficas. Entretanto, para assumir que tal forma de cooperação exista, é preciso romper com certos pressupostos realistas. Isto porque, "Se a política internacional fosse um estado de guerra, padrões institucionalizados de cooperação sobre as bases de propósitos comuns não deveriam existir, exceto como parte de uma luta mais ampla pelo poder." (KEOHANE, 1984, p. 7)[4] e "Os extensos padrões de acordos internacionais que observamos em questões tão diversas como comércio, relações financeiras, saúde, telecomunicações e proteção ao meio ambiente estariam ausentes." (KEOHANE, 1984, p. 7)[5].

Uma cooperação não subordinada ao conflito é, em grande parte, o caso da integração europeia, a qual se originou, entre outras razões, do objetivo de se manter a paz na Europa do pós-II Guerra. Mesmo que o objetivo inicial tenha sido a contenção da ameaça comunista, deve-se destacar que a integração naquele continente manteve-se mesmo após o colapso da União Soviética, inclusive tendo se acelerado a partir de então, contrariando o que alguns autores, como Stephen Walt (1987, p. vi), previram a respeito. Ele afirmou, em 1987, que, com a distensão das relações entre Estados Unidos e União Soviética na segunda metade dos anos 1980, a integração europeia tenderia a sofrer uma desaceleração. Tal afirmação se baseava no pressuposto realista de que as alianças são costuradas de forma a que se mantenha o equilíbrio de poder. Assim, a integração na Europa seria primordialmente uma resposta à ameaça soviética. Contudo, com a aceleração do processo de integração no pós-Guerra Fria, foi demonstrado que a Europa não precisa de Estados inimigos para manter sua integração. O único "inimigo" que motiva a integração europeia é a própria memória das guerras do passado e a busca permanente pela manutenção da paz (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 352-353). Assim, a cooperação no continente não possui como objetivo primordial a vitória em um conflito, mas exatamente o oposto disto: ela busca evitá-los.

Para uma melhor compreensão de tais fenômenos, alguns autores propuseram certas "reformas" na teoria realista, surgindo o que Edward Kolodziej denominou de *realismo otimista*. Segundo esta linha teórica, os dirigentes estatais, na condição de atores racionais e pensando no

---

[4] "If international politics were a state of war, institutionalized patterns of cooperation on the basis of shared purposes should note exist except as part of a larger struggle for power."

[5] "The extensive patterns of international agreement that we observe on issues as diverse as trade, financial relations, health, telecommunications, and environmental protection would be absent."

benefício de seus próprios Estados, podem concluir que a cooperação permanente pode lhes trazer maiores benefícios, tendo em vista os imensos custos gerados pelos conflitos militares:

> [Realistas] Otimistas assumem que os Estados podem aprender a cooperar, paradoxalmente, em função dos seus objetivos egoístas. Em suas interações, os Estados podem limitar a confiança que depositam na força e nas ameaças coercitivas para alcançarem um benefício mútuo. Eles podem, teoricamente, transformar o círculo vicioso de violência e contra-violência, projetado pelos teóricos clássicos (e endossado pelos neorealistas), em um círculo virtuoso de progressiva cooperação, bem como de resistência ou relutância em usar a força como um instrumento viável para obter o que desejam. (KOLODZIEJ, 2005, p. 144).[6]

Esta corrente do realismo mantém o fundamento de que os Estados são atores egoístas. Contudo, é esse próprio egoísmo que pode induzi-los a concluir, racionalmente, que a cooperação pode lhes ser mais benéfica do que o conflito. Assim, são utilizados nesta abordagem os mesmos fundamentos do egoísmo e do racionalismo, mas para se chegar a conclusões distintas das alcançadas por realistas clássicos e neorealistas.

A abordagem do realismo otimista é, em alguns pontos, semelhante à de Robert Keohane, como demonstram algumas de suas afirmações a respeito da cooperação interestatal:

> Cooperação é o oposto da discórdia; mas também é diferente de harmonia. Cooperação, quando comparada à harmonia, requer uma busca ativa pelo ajustamento das políticas para, assim, se atender às demandas dos outros. Ou seja, ela não depende apenas de interesses comuns; ela emerge de um padrão de discórdia ou de uma discórdia em potencial. Sem discórdia, não haveria cooperação, apenas harmonia. (KEOHANE, 1984, p. 7).[7]

> A cooperação [...] não implica uma ausência de conflito. Pelo contrário, ela é geralmente intercalada com o conflito e reflete, em parte, ações de sucesso para a superação dos conflitos, reais ou potenciais. (KEOHANE, 1984, p. 53-54).[8]

Assim, desse ponto de vista, a cooperação requer políticas proativas por parte dos Estados para que eventuais pontos de conflito sejam solucionados em conjunto e não por meio de ações unilaterais. A discórdia deve existir para que um tema comum necessite ser tratado em

---

[6] "[Realist] Optimists assume that states can learn to cooperate as a function, paradoxically, of their self-regarding pursuits. States can limit their reliance on force and coercive threats in their exchanges for mutual benefit. They can, conceivably, turn the vicious circle of violence and counter-violence projected by classical theorists (and endorsed by neorealists) into a virtuous circle of increasing cooperation and resistance or reluctance to use force as a viable instrument to get what they want."

[7] "Cooperation is contrasted with discord; but is also distinguished from harmony. Cooperation, as compared to harmony, requires active attempts to adjust policies to meet the demands of others. That is, not only does it depend on shared interests, but it emerges from a pattern of discord or potential discord. Without discord, there would be no cooperation, only harmony."

[8] "Cooperation [...] does not imply an absence of conflict. On the contrary, it is tipically mixed with conflict and reflects partially successful efforts to overcome conflict, real or potential."

conjunto. Caso contrário, se houvesse a harmonia, os interesses seriam alcançados sem necessidade de coordenação. Seria o mundo da “mão invisível” de Adam Smith (KEOHANE, 1984, p. 52). Nesta abordagem, há em comum com o realismo otimista tanto o pressuposto do egoísmo dos Estados como o de sua racionalidade: “Mesmo atores egoístas podem concordar em aceitar obrigações que excluam cálculos de vantagens em situações particulares se acreditarem que, assim fazendo, os resultados serão melhores no longo prazo do que seriam caso se recusassem a aceitar qualquer regra ou a aceitar qualquer outro conjunto de regras politicamente exequível.” (KEOHANE, 1984, p. 13)[9].

Com esta breve introdução sobre a importância tanto do conflito como da cooperação nas relações interestatais, na próxima seção são analisados, especificamente, o conflito e a cooperação *militares*.

1.2 Cooperação militar e cooperação em segurança: seu caráter histórico, objetivos e diferenças conceituais

O conflito militar interestatal clássico é a guerra, objeto de estudo bastante tradicional de várias ciências sociais. Mas o que vem a ser a *cooperação* no campo militar?

A cooperação em defesa ou cooperação militar compreende as atividades interestatais de auxílio mútuo ou unilateral no campo bélico, podendo ser um instrumento tanto para o aumento do poder militar dos Estados como para sua diplomacia.

Nesta seção, são discutidos o caráter histórico desse fenômeno e as suas diferenças em relação ao conceito mais amplo e flexível de *cooperação em segurança*. As diferenças entre os dois conceitos devem ser esclarecidas para que melhor se compreenda o objeto deste trabalho, qual seja a cooperação militar, uma das formas de cooperação em segurança.

---

[9] “Even egoistic actors may agree to accept obligations that preclude making calculations about advantage in particular situations, if they believe that doing so will have better consequences in the long run than failure to accept any rules or acceptance of any other politically feasible set of rules.”

1.2.1 O caráter histórico das alianças militares e os seus objetivos, na paz e na guerra

Os exemplos históricos mais evidentes de cooperação militar são as alianças militares. Por meio delas, dois ou mais Estados se unem com o objetivo de enfrentar um inimigo comum ou dele se defender:

> Os Estados escolhem formar alianças para impor um objetivo político comum a um inimigo comum ou para evitar que aquele inimigo imponha sua vontade sobre os membros da aliança, os quais são muito fracos para se oporem [individualmente]. As características comuns de uma aliança são, portanto: haver uma vantagem em dela ser membro e haver um inimigo comum (real, potencial ou simplesmente hipotético) a ser enfrentado. (BEVEREN, 1993, p. 8, tradução livre).[10]

As alianças militares entre Estados não são um fenômeno apenas moderno. Ao se observarem guerras travadas desde a Antiguidade, nota-se a ocorrência de diversas alianças desse tipo.

Na Guerra do Peloponeso (431-404 a.c.), por exemplo, Esparta teve como aliadas outras cidades-estado, como Corinto e Tebas, formando assim a Liga do Peloponeso. Para Esparta, o objetivo das alianças, durante a guerra, era fortalecer a si própria para enfrentar Atenas, a qual, por sua vez, também liderava outras cidades-estado, como Samos, Chios e Lesbos, compondo a Liga de Delos. De fato, o conflito central da guerra foi entre Esparta e Atenas; contudo, há maior precisão ao se afirmar que o conflito ocorreu entre a Liga do Peloponeso e a Liga de Delos, lideradas, respectivamente, por Esparta e Atenas. Assim, dentro daquele conflito, a cooperação militar ocorreu; voltada, é claro, para o próprio conflito, de acordo com a lógica do equilíbrio de poder.

De fato, as maiores guerras do Ocidente não opuseram Estados isolados, mas *grupos* de Estados, reunidos sob a forma de alianças militares. Assim foi na *Guerra dos Trinta Anos (1618-48)*; *Guerra da Liga de Augsburgo (1688-1697)*, que opôs a França a uma aliança entre as maiores nações europeias da época (a Liga de Augsburgo); *Guerra da Sucessão Espanhola (1701-1714)*, opondo França e Espanha a várias potências europeias; *Guerras Napoleônicas (1803-15)*; *Guerra da Criméia (1853-56)*, opondo, de um lado, uma aliança cujas maiores forças eram o Império

---

[10] "States choose to form alliances in order to impose a common political will on a common enemy or to prevent that enemy from imposing his will on members of the alliance that are too weak to oppose it. The usual features of an alliance are therefore that there is an advantage in membership and a common enemy (real, potential or simply hypothetical) to be faced."

Francês, o Império Otomano e o Império Britânico, enfrentando o Império Russo; *Guerra do Paraguai (1864-70)*, com a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai enfrentando o Paraguai; *I e II Guerras Mundiais (1914-18; 1939-45)*; *Guerra da Coreia (1950-53)*, opondo Coreia do Norte e Coreia do Sul, apoiadas, respectivamente, sobretudo por tropas da China e dos Estados Unidos; *Guerra do Vietnã (1959-75)*, opondo o Vietnã do Norte, apoiado, sobretudo, pela China, e o Vietnã do Sul, que teve apoio dos Estados Unidos, Coreia do Sul, Laos, entre outros; *I e II Guerras do Congo (1996-97; 1998-2003)*, entre muitas outras.

É durante as guerras que as alianças militares tradicionalmente demonstram o seu verdadeiro papel para os interesses estatais, mas elas são um fenômeno presente tanto em tempos de guerra como em tempos de paz.

Em tempos de guerra, o objetivo principal de um Estado que se alia a outros Estados é fortalecer a si próprio na luta contra seus adversários. As alianças de guerra, por sua vez, podem ser fruto da "ativação" de alianças de paz previamente existentes ou podem ter apenas a duração das guerras. Neste último caso, algumas nações podem agregar-se a alianças militares existentes antes do início da guerra ou, inclusive, trocar de aliança durante o seu curso. Essas "alianças de ocasião" são, geralmente, de objetivos limitados, buscando-se apenas derrotar um inimigo comum momentâneo, não havendo base para a permanência da aliança após o término da guerra (MORGENTHAU, 2003, p. 352). Raymond Aron diferenciou os aliados permanentes dos aliados ocasionais. Os primeiros "[...] não concebem a possibilidade de se encontrarem em campos opostos, no futuro previsível, qualquer que seja a oposição de alguns de seus interesses" (ARON, 1979, p. 63), enquanto os aliados ocasionais "[...] não tem outro laço senão o da hostilidade comum com respeito a um inimigo cujo temor é suficiente para inspirar um esforço de acomodação da sua rivalidade; no futuro, os interesses de Estados que se aliam provisoriamente poderão entrar novamente em conflito." (Ibid., p. 63). O caso soviético durante a II Guerra Mundial é bastante representativo acerca de como funcionam as alianças ocasionais. Após a Alemanha ter rompido o Pacto Molotov-Ribbentrop em 1941, invadindo a União Soviética (Operação *Barbarossa*), esta se juntou às Forças Aliadas. Após o final da guerra, contudo, a aliança entre Estados Unidos, Grã-Bretanha e França se manteve, enquanto a União Soviética passou a ser, após 1947, ela própria a inimiga dessa aliança ocidental.

Em tempos de paz, o objetivo primordial de uma aliança militar é inibir possíveis agressões por parte de outros Estados. Na maior parte das alianças militares, os Estados entram em

acordo de forma a que um hipotético agressor tenha de enfrentar não apenas o Estado que pretende atacar, mas também os seus aliados. O poder dissuasório de um Estado, dessa forma, se amplia quando este se alia a outros Estados, pois, ao avaliar que uma agressão a toda uma aliança implica um custo por demais elevado, um Estado poderá desistir de perpetrar o ataque. Em alguns casos, a aliança em tempos de paz pode mesmo ser direcionada contra um inimigo "abstrato", que possa vir a surgir, mas que não existe durante a celebração da aliança e também não se projeta concretamente em nenhum cenário futuro. Hans Morgenthau cita o caso da aliança entre Estados Unidos e Grã-Bretanha, a qual tinha como objetivo evitar um desequilíbrio de poder na Europa, independentemente de quem viesse a ser o "inimigo" que colocasse em perigo tal equilíbrio (MORGENTHAU, 2003, p. 345).

1.2.2 A cooperação em defesa na prática das relações interestatais: objetivos técnicos e diplomáticos

Ao se aliarem militarmente em tempos de paz, os Estados geralmente antevêem a possibilidade de que suas forças militares possam atuar de forma conjunta em um conflito. Caso não se chegue, de fato, a um conflito bélico, a aliança militar pode permanecer apenas como um fenômeno político, sem a ocorrência de nenhuma atividade militar combinada, ou seja, uma cooperação militar apenas "virtual". Contudo, é bastante comum a ocorrência de atividades militares combinadas, em tempos de paz, entre as Forças Armadas de países aliados.

No âmbito das alianças militares, ou mesmo fora delas, os Estados podem cooperar militarmente, em tempos de paz, de diversas formas, com objetivos tanto técnicos como diplomáticos. As principais formas de cooperação são: exercícios militares combinados; cooperação no ensino militar; cooperação em tecnologia militar e cooperação em inteligência. Vejamos, brevemente, cada uma delas, abordando primeiramente os objetivos técnicos da cooperação e, em seguida, os objetivos diplomáticos.

Os exercícios militares combinados[11], do ponto de vista técnico, possuem como objetivo primordial o incremento da interoperabilidade, um conceito essencial à cooperação militar.

[11] É importante uma definição dos termos. A expressão *operações combinadas* refere-se às operações que envolvem as Forças Armadas de dois ou mais países e a expressão *operações conjuntas* as que compreendem duas ou mais Forças Singulares (Marinha, Exército, Aeronáutica) de um mesmo país. É preciso, porém, atenção, pois em vários documentos das Forças Armadas brasileiras, até o ano de 2007, essas definições foram utilizadas em sentido oposto, como se

De forma geral, a interoperabilidade é "[...] uma medida do grau em que várias organizações ou indivíduos são capazes de operar em conjunto para que se atinja um objetivo comum" (HURA, 2004, p. 7, tradução livre)[12]. Aplicada ao setor militar, ela pode ser definida como "A habilidade de forças militares em treinar, realizar exercícios e operar conjuntamente de forma efetiva na execução de missões e tarefas a elas atribuídas" (NATO, 2009, p. 2-M-6, tradução livre)[13]. Uma operação militar combinada *real* deve ter como requisito básico a interoperabilidade entre as Forças Armadas dela participantes. Como exemplo, suponha-se que houvesse uma aliança militar entre Brasil e Argentina e que ambos os países se encontrassem em uma situação na qual a Marinha do Brasil possuísse um porta-aviões e a Marinha da Argentina possuísse uma aviação naval, mas não um porta-aviões. Caso a aliança fosse ativada, em função de uma agressão externa, a soma das duas forças aeronavais só seria efetiva se as aeronaves argentinas fossem tecnicamente compatíveis com os sistemas utilizados no porta-aviões brasileiro e se os pilotos argentinos soubessem, na prática, como operar no porta-aviões, ou seja, apenas se houvesse interoperabilidade. Esta condição, por sua vez, só pode ser efetivamente testada e incrementada através de exercícios militares combinados.

Outra forma de cooperação é na área do ensino militar, a qual ocorre quando um militar de determinada nação realiza um curso militar em outra nação. Trata-se de uma prática bastante comum entre nações "amigas" e que é buscada quando um país possui maior capacidade técnica em determinado assunto militar, podendo contribuir, assim, para a qualificação profissional dos militares de um outro país. Citando novamente o caso Brasil-Argentina, para que os pilotos da aviação naval argentina pudessem vir a operar no porta-aviões brasileiro, poderia ser bastante conveniente que, previamente, realizassem um curso no Brasil.

Uma outra possibilidade de cooperação ocorre no campo da tecnologia militar. Duas ou mais nações podem se unir para desenvolver em conjunto um determinado produto militar, podendo dividir responsabilidades em seu desenvolvimento, reduzindo assim os custos e o tempo do projeto. Entre Brasil e Argentina, assim tem ocorrido no projeto da "Viatura Leve de Emprego

---

observa, por exemplo, em documento do Comando de Operações Terrestres do Exército Brasileiro (COTER) (COTER, 2007). Os termos utilizados na Argentina também são equivalentes aos atualmente utilizados no Brasil: *operaciones combinadas* e *operaciones conjuntas*. Na língua inglesa, os termos também são equivalentes: *combined operations* e *joint operations*.

[12] "[...] is a measure of the degree to which various organizations or individuals are able to operate together to achieve a common goal"

[13] "The ability of military forces to train, exercise and operate effectively together in the execution of assigned missions and tasks."

Geral Aerotransportável", denominada de Gaúcho, desenvolvido em parceria pelos Exércitos dos dois países[14]. Outro exemplo é o programa *Joint Strike Fighter (JSF)* (Caça de Ataque Conjunto), destinado ao desenvolvimento do caça *F-35 Lightning II*, uma aeronave que irá dispor de tecnologia *stealth* (de baixíssima capacidade de ser detectada por radares). Este projeto é liderado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD) e tem como parceiras oito nações, sendo que cada uma delas é responsável por parte do investimento no projeto[15]. O resultado provável é que, nos dois casos, os países parceiros usufruam dos benefícios trazidos pela posse dos equipamentos militares, tendo poupado tempo e recursos em seu desenvolvimento. Ademais, esses projetos também levam em conta a dimensão da interoperabilidade: em um desenvolvimento conjunto, os equipamentos são padronizados, contribuindo para a maior efetividade de uma possível atuação militar combinada.

Por fim, há também a cooperação na área da inteligência. Pode haver um interesse em cooperar neste campo quando uma nação possui acesso a informações que são de interesse militar de outra nação. Como exemplo, os Estados Unidos, nos últimos anos, têm buscado obter informações sobre as atividades da al-Qaeda. Como o governo do Paquistão possui algumas informações a respeito, estas possuem um alto valor estratégico para o governo dos Estados Unidos e a cooperação militar pode ocorrer nesse campo, como de fato tem acontecido: "A necessidade de instalações logísticas e de inteligência a respeito da al-Qaeda tem aumentado drasticamente a importância do Paquistão nos cálculos estratégicos dos EUA desde o 11/9." (JAPAL, 2007, p. 2, tradução livre)[16].

O interesse de dois países em somar seus poderes militares com perspectivas puramente técnicas, não é, contudo, o único objetivo da cooperação militar. Ela pode ser, além disso, um instrumento de diplomacia, capaz de aumentar a confiança mútua ou consolidar relações bilaterais. Este é o campo da *diplomacia militar*.

---

[14] Será feita uma análise específica deste caso no capítulo 3.

[15] O programa foi uma iniciativa norte-americana e os Estados Unidos são o cliente primordial. A Grã-Bretanha é um parceiro de nível 1; Holanda e Itália são parceiros de nível 2; Canadá, Turquia, Austrália, Noruega e Dinamarca são parceiros de nível 3. Além destes, Israel e Cingapura possuem o *status* de Participantes para Cooperação em Segurança (*Security Cooperation Participants*). A principal empresa contratada para a realização do projeto é a norte-americana *Lockheed Martin* e as principais parceiras são a *Northrop Grumman*, também dos Estados Unidos, e a *BAE Systems*, da Grã-Bretanha. O custo total do programa é de US$ 40,5 bilhões. Fonte: <http://www.jsf.mil>. Acesso em: 28 dez. 2009.

[16] "The need of logistic facilities and intelligence about al-Qaeda has drastically enhanced Pakistan's importance in the U.S. strategic calculations since 9/11."

Sob este ponto de vista, um exercício militar combinado pode não ter como objetivo primordial o incremento da interoperabilidade, mas sim demonstrar para outros países que duas nações deixaram de se relacionar de forma conflituosa, o que poderia, por exemplo, facilitar a atração de investimentos econômicos. Um intercâmbio de alunos entre estabelecimentos militares de ensino pode servir também para aproximar os militares de duas nações, produzindo laços de camaradagem e contribuindo, assim, para a manutenção de relações pacíficas entre os Estados. No caso da tecnologia, o objetivo pode ser o de aumentar a confiança entre as partes ou mesmo demonstrar o grau de confiança nos parceiros. Assim, o objetivo dos Estados Unidos no projeto *Joint Strike Fighter* foi também demonstrar que os demais países parceiros do projeto são importantes aliados.

Em síntese, a cooperação militar pode ter o objetivo de somar as forças militares de dois ou mais Estados ou pode servir como um instrumento da diplomacia: a diplomacia militar, podendo, neste caso, reduzir tensões entre os que cooperam, manter um ambiente de paz, aumentar a confiança mútua ou mesmo demonstrar para outros países que determinada região é segura para investimentos.

Tornadas mais claras as principais formas e objetivos da cooperação militar interestatal, na próxima subseção são comparados os conceitos de *defesa* e *segurança* e, consequentemente, de *cooperação em defesa* e *cooperação em segurança*, de forma a delimitar mais precisamente o que se entende por cooperação militar.

1.2.3 A cooperação em segurança e suas diferenças conceituais em relação à cooperação em defesa

A cooperação em defesa é um fenômeno cujo escopo é mais restrito do que a cooperação em segurança. Enquanto a defesa é sempre um fenômeno militar, a segurança abrange eventos tanto militares como não militares. A defesa envolve o uso efetivo da força militar, a ameaça do uso desta força ou apenas a sua demonstração. A segurança, por sua vez, envolve tudo isto, mas é muito mais abrangente.

A segurança pode ser entendida de duas maneiras: I) como uma condição, no tempo e no espaço, na qual indivíduos ou instituições não se sintam ameaçados ou II) como as ações destinadas a se obter/manter tal estado ou negá-lo a um adversário. No primeiro entendimento, a

segurança é um estado, no segundo é um conjunto de ações. Alguns autores, contudo, consideram a segurança apenas como um estado, como é o caso de Darc Costa (1999, p. 36). As ações, para eles, estariam situadas apenas no âmbito da *defesa*. A atual Política de Defesa Nacional brasileira (2005) também adota esta abordagem: "A segurança, em linhas gerais, é a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, enquanto que defesa é ação efetiva para se obter ou manter o grau de segurança desejado." (BRASIL, 2005).

No entendimento do presente trabalho, entretanto, a segurança pode ser abordada como uma condição, mas também como uma ação. A defesa, de fato, compreende apenas as ações *militares* de segurança. Contudo, ações *não militares* também podem ser realizadas com o objetivo de se alcançar uma *condição* de segurança. Os exemplos são variados: a ampliação do comércio entre dois países pode aumentar a segurança de ambos ou, se o objetivo for o oposto, a imposição de um embargo econômico pode resultar na diminuição da segurança de um adversário. A ampliação do acesso à saúde também pode ser entendida como uma ação de segurança, na medida em que indivíduos mais saudáveis são melhores soldados e trabalhadores. A educação profissional também pode ser uma medida de segurança, tendo em vista que ela pode qualificar indivíduos em áreas de interesse da pesquisa tecnológica militar, por exemplo. Dessa maneira, considerar a segurança apenas como um estado e a defesa como as ações destinadas a se alcançar tal estado, implicaria que apenas as ações militares seriam capazes de produzir segurança ou insegurança, o que não é verdade.

A segurança poderia, de fato, ser entendida apenas como uma condição. Mas, para tanto, seria necessário um outro entendimento acerca do conceito de *defesa*. Esta continuaria a abranger as ações destinadas a se obter ou manter uma condição de segurança, mas ela deixaria de envolver apenas as ações *militares*, incluindo também o que acima foi considerado como "ações de segurança". As medidas de *defesa* abrangeriam, dessa forma, ações em campos variados: na área econômica, ambiental, educativa, cultural, entre outras, desde que estas fossem capazes, é claro, de produzir impactos na segurança.

A segurança entendida como uma condição possui um caráter de relativa subjetividade, tendo em vista ela estar baseada nas percepções de indivíduos ou instituições. Sobre a segurança *nacional*, Marco Cepik propôs a seguinte definição:

> [...] condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade contra ameaças plausíveis à sua sobrevivência e autonomia. Nesse sentido, o termo refere-se a uma

> dimensão vital da existência no contexto moderno de sociedades complexas, delimitadas por estados nacionais de base territorial. No limite, estar seguro nesse contexto significa viver num estado que é capaz de neutralizar ameaças vitais através da negociação, da obtenção de informações sobre capacidades e intenções, do uso de medidas extraordinárias e do leque de opções relativas ao emprego de meios de força. (CEPIK, 2001, p. 3).

Neste trecho, além de enfatizar a *condição* de segurança como um estado relativo, o autor abordou a capacidade de se neutralizar ameaças por meio de vários instrumentos. O poder militar é, de fato, um dos meios para se aumentar ou diminuir a segurança de um Estado, mas ele não é o único. Para se chegar a tal conclusão, basta ressaltar que as Forças Armadas de um país dependem dos Estados. Estes, por sua vez, dependem da arrecadação de tributos, a qual depende de uma economia em funcionamento. Uma depressão econômica causa impactos na segurança de um país na medida em que, entre outros efeitos, reduz a arrecadação de tributos e, consequentemente, a capacidade de financiamento do poder militar. Da mesma forma, o desenvolvimento econômico pode ser capaz de expandir a segurança de um país ao prover o Estado de mais recursos de poder, como indústrias produtoras de itens de interesse militar e maior capacidade de arrecadação. Como afirmou Raymond Aron: “Não há um grande exército moderno sem uma grande indústria. Todo país dotado de uma grande indústria pode levantar um grande exército.” (ARON, 1979, p. 94).

Mesmo sem causar impacto direto ou indireto no poder militar, como nos casos acima mencionados, fenômenos de cunho econômico, ambiental, cultural, entre outros, podem ser considerados, em algumas situações, como eventos capazes de afetar a segurança. Nestes casos, para se compreender o que se está abordando quando se fala em segurança, deve-se indagar, primeiramente, qual é o seu *objeto de referência*, ou seja, *quem* ou *o quê* se pretende proteger de determinadas ameaças.

Tradicionalmente, o objeto de referência para a segurança é o Estado. É ele quem, antes de tudo, se deveria defender das ameaças. Outros objetos de referência, contudo, têm recebido, em período recente, maior atenção. Entre os “novos” objetos de referência, podem ser citados o indivíduo (daí surgindo a noção de “segurança humana”), o meio ambiente, ou mesmo a identidade nacional. Exemplificando este último caso, a imigração de marroquinos para a França é enxergada, por alguns franceses, como uma ameaça à segurança, não apenas pelo aumento do desemprego e da criminalidade supostamente gerados, mas também pela perspectiva de possível “perda” da identidade nacional francesa. Neste caso, a identidade nacional é que deveria ser defendida.

Questões de cunho energético também têm sido tratadas por diversos Estados como problemas de segurança, embora, neste caso, a segurança em questão possa ser a do próprio Estado. A energia é o combustível que alimenta tanto as economias das nações como as suas Forças Armadas. Com base nesta constatação, se pode compreender, em parte, as razões que têm levado os Estados Unidos a tratarem de forma prioritária, em sua política externa, o Oriente Médio, e também as razões que têm levado a China a expandir sua influência sobre a Ásia Central. Da mesma forma, guardadas as devidas proporções, é este também o motivo pelo qual causou tanto impacto midiático a ocupação das instalações bolivianas da Petrobras pelo governo daquele país em 2006 e as reivindicações por parte do governo paraguaio sobre o valor pago pelo Brasil pela utilização da energia excedente de Itaipu. As discussões versam sobre a energia, mas a dependência brasileira dessas fontes de energia em conjunto com os riscos decorrentes de eventuais problemas em seu abastecimento acabam tendo implicações para a segurança do país.

Na Doutrina Militar de Defesa brasileira, são considerados como objetos de referência tanto o Estado como a sociedade civil, nesta última incluída também a infraestrutura do país: "Os objetos da segurança são os valores e os bens da nação. Entre os valores destacam-se a soberania, a independência, a liberdade e a integridade territorial, e, entre os bens, o povo e as infra-estruturas dos sistemas públicos e privados responsáveis pela promoção do bem comum, do desenvolvimento e do progresso do país." (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007a, p. 17).

Se os objetos de referência para a segurança são variados e podem surgir ou desaparecer ao longo do tempo, o mesmo ocorre com as ameaças. Certos problemas que, em um determinado momento, não são considerados como ameaças à segurança, podem vir a sê-lo em um outro contexto. A transformação de um determinado problema em uma "questão de segurança" ocorre por meio de um processo denominado de *securitização*. Com o fim da Guerra Fria, por exemplo, diversos fenômenos passaram a ser considerados como *novas ameaças*: terrorismo, migrações, crime organizado, problemas ambientais, entre outros. A própria noção de que possam existir *novas* ameaças – em contraposição a velhas ameaças – demonstra a flexibilidade do conceito de segurança e a relevância do conceito de securitização.[17]

Autores tradicionais, contudo, têm se posicionado de forma contrária à ampliação do conceito de segurança, a qual passou a ganhar força durante os anos 1970 e 1980 com a maior importância que passaram a ter, na agenda internacional, as questões econômicas e ambientais e,

---

[17] Para uma discussão aprofundada sobre a securitização,ver Buzan *et al* (1998) e Rudzit (2005).

posteriormente, a partir dos anos 1990, os problemas relacionados à identidade e aos crimes transnacionais (BUZAN *et al*, 1998, p. 2). Passou a ser travado, desde então, um debate entre os adeptos de um conceito restrito de segurança (envolvendo apenas assuntos militares) e os adeptos de um conceito amplo de segurança. Constituiu-se, assim, o debate "largo" vs "estreito" (*"wide" vs "narrow"*) (Ibid., p. 2-5).

Em defesa do conceito amplo de segurança, alguns exemplos podem demonstrar como as questões de segurança não precisam ser, necessariamente, assuntos militares.

No Mercosul não há, atualmente, nenhum órgão ou fórum destinado a tratar de assuntos de defesa. Contudo, assuntos de segurança internacional, ainda assim, são abordados. Assim ocorreu quando os países do bloco, juntamente com Chile e Bolívia, assinaram a Declaração do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz, em 1998. Sobre este documento, o governo da Argentina assim se manifestou para a Organização dos Estados Americanos (OEA): "Embora não exista uma reunião de Ministros da Defesa do bloco, a 'Declaração do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz', assinada em Ushuaia, Argentina, em 1998, constitui um avanço na área das medidas de fortalecimento da confiança e da segurança e em outros assuntos relacionados com a segurança hemisférica." (OEA, 2005).

Medidas de segurança não militares são mencionadas, ademais, na própria Política de Defesa Nacional brasileira: "As medidas que visam à segurança são de largo espectro, envolvendo, além da defesa externa: defesa civil, segurança pública, políticas econômicas, de saúde, educacionais, ambientais e outras áreas, muitas das quais não são tratadas por meio dos instrumentos político-militares." (BRASIL, 2005).

Alguns destes instrumentos são previstos de serem utilizados pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS-ONU). Nos artigos 41 e 42 da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), consta que o CS-ONU pode impor tais medidas para a solução de conflitos entre os Estados e, somente após estas terem sido esgotadas, é que poderá ser utilizada a força militar. Dessa maneira, a coerção por meio da violência militar é apenas um dos instrumentos que o CS-ONU possui para impor a sua vontade, sendo, inclusive, o último recurso:

> Artigo 41
> O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos,

> postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.
>
> Artigo 42
> No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas. (ONU, 1945).

A noção de segurança envolvendo assuntos não militares pode também ser observada na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos de 2002. Neste documento, os assuntos militares são a parte central da referida estratégia, mas há também um conjunto de afirmações sobre como problemas econômicos e sociais podem afetar a segurança norte-americana:

> Uma economia mundial forte incrementa a nossa segurança nacional através do avanço da prosperidade e da liberdade no resto do mundo. (UNITED STATES OF AMERICA, 2002, p. 17, tradução livre).[18]
>
> Um retorno ao forte crescimento econômico na Europa e no Japão é vital para os interesses dos EUA em termos de segurança nacional. Nós queremos que nossos aliados tenham economias fortes para seu próprio benefício, para o benefício da economia global e para o benefício da segurança global. (Ibid., p.18, tradução livre).[19]
>
> Um mundo onde alguns vivem com conforto e riqueza, enquanto metade da raça humana vive com menos que dois dólares por dia, não é nem justo e nem estável. Incluir todos os pobres do mundo em um círculo expansivo de desenvolvimento – e oportunidade – é um imperativo moral e uma das maiores prioridades da política internacional dos EUA. (Ibid., p. 21, tradução livre).[20]
>
> O comércio e o investimento são os verdadeiros motores do crescimento econômico. Mesmo se a ajuda governamental aumentar, a maior parte do dinheiro para o desenvolvimento deve ser proveniente do comércio, capital interno e investimento estrangeiro. Uma estratégia efetiva deve tentar também expandir esses fluxos. Mercados livres e o livre-comércio são prioridades chaves de nossa estratégia nacional de segurança. (Ibid., p. 22-23, tradução livre).[21]

---

[18] "A strong world economy enhances our national security by advancing prosperity and freedom in the rest of the world."

[19] "A return to strong economic growth in Europe and Japan is vital to U.S. national security interests. We want our allies to have strong economies for their own sake, for the sake of the global economy, and for the sake of global security."

[20] "A world where some live in comfort and plenty, while half of the human race lives on less than $2 a day, is neither just nor stable. Including all of the world's poor in an expanding circle of development - and opportunity - is a moral imperative and one of the top priorities of U.S. international policy."

[21] "Trade and investment are the real engines of economic growth. Even if government aid increases, most money for development must come from trade, domestic capital, and foreign investment. An effective strategy must try to expand these flows as well. Free markets and free trade are key priorities of our national security strategy."

Na versão de 2006 do mesmo documento, permaneceu esta noção abrangente da segurança e, ao mesmo tempo, problemas como a AIDS, o comércio ilícito e o meio ambiente também passaram a ser mais explicitamente tratados como possíveis fontes de insegurança (UNITED STATES OF AMERICA, 2006, p. 47).

1.2.4 Profundidade e assimetrias de poder na cooperação militar

Nesta subseção, são destacadas duas características da cooperação militar. Primeiramente, o seu *grau de profundidade*: duas nações podem estabelecer compromissos militares que visem ao longo prazo e que envolvam estruturas integradas de comando, ou podem cooperar militarmente apenas em alguns pontos, podendo suspender a cooperação se isso atender aos seus interesses, sem que isso provoque grandes impactos. A outra característica é o *grau de assimetria entre o poder militar das nações que cooperam*: a cooperação militar do Brasil com a Argentina possui certos objetivos e implicações, dado o peso internacional dos dois países, enquanto a cooperação do Brasil com a Namíbia ou com o Paraguai possui objetivos distintos, muito mais diplomáticos do que, propriamente, militares. Vejamos cada uma em separado.

Entre as nações que cooperam militarmente, existem diferentes graus de profundidade quanto à cooperação. Um tratado de defesa mútua, que produziu uma instituição como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), é uma forma de cooperação militar na qual há uma relação bastante profunda entre os Estados. No âmbito da OTAN, existe uma estrutura integrada entre os países, nos níveis político e militar, com algumas tropas permanentemente sob um único comando (*assigned forces*)[22]. Por meio da OTAN, ocorrem diversas atividades militares combinadas, envolvendo situações de emprego real de força armada, realização de exercícios militares, desenvolvimento de equipamentos em parceria, entre outras.

Diferentemente, a ocorrência de atividades militares conjuntas pode ocorrer de maneira isolada, sem que haja um comprometimento de longo prazo entre as duas nações que cooperam. No

---

[22] Há três tipos de forças na OTAN:
"- forças destacadas [*assigned forces*] são aquelas cuja missão primordial se encontra dentro da estrutura militar integrada;
- forças de reserva [*earmarked forces*] são aquelas que possuem uma missão nacional, mas que podem, depois de completada aquela missão, serem destacadas a um comandante militar da OTAN (por exemplo, forças responsáveis por protegerem a mobilização de tropas);
- outras forças [*other forces*], das quais não se possui intenção de destacá-las a um comandante da OTAN (como as responsáveis pela proteção do território nacional fora da zona de combate)." (BEVEREN, 1993, p. 42, tradução livre).

caso de Brasil e Argentina, por exemplo, têm sido realizados, desde a década de 1970, vários exercícios militares combinados, mesmo sem haver uma aliança militar entre os dois países, também não tendo havido, pelo menos até 2005, uma estratégia que incluísse esses exercícios militares em um conjunto mais amplo de políticas.

Assim, tanto uma aliança militar como um exercício militar combinado são formas de cooperação militar; contudo, a ocorrência de exercícios militares combinados no âmbito de uma instituição como a OTAN implica um grau de cooperação militar muito mais profundo do que ocorre, por exemplo, entre os países da América do Sul, onde não há, atualmente, nenhuma aliança militar.

Um aspecto em parte relacionado com a profundidade refere-se à *formalização* da cooperação militar. Pode haver um tratado *por escrito* entre duas ou mais nações, no qual estas se comprometam a defender-se mutuamente, ou tal compromisso pode não existir formalmente. Entre Estados Unidos e Austrália há, desde 1952, um tratado por escrito no qual ambos os países comprometem-se à defesa mútua, aliança da qual também fez parte a Nova Zelândia até 1985.[23] No caso da aliança militar entre os países das Américas, formalizada por meio do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), de 1947, também existe um documento escrito. Em outros casos, pode ocorrer que o grau de confiança seja tão elevado e os objetivos comuns sejam tão evidentes que a formalização se torne desnecessária. Tal formalização não existia entre os Estados Unidos e a Grã-Bretanha até o surgimento da OTAN, mas, ainda assim, os dois países eram aliados (MORGENTHAU, 2003, p. 345).[24] Como forma de contenção da aliança sino-soviética (1950-1960), durante a Guerra Fria, os Estados Unidos também fizeram pactos não formais com Taiwan, Japão, Coreia do Sul e Vietnã do Sul. Apenas posteriormente foi percebida a necessidade de alianças mais formais, surgindo, em função disso, acordos bilaterais com a Coreia do Sul e o Japão e, também, uma instituição permanente: a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (SEATO) (1955-77)[25] (SUM, 1996, p. 212).

---

[23] *Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America [ANZUS]*. O rompimento entre Estados Unidos e Nova Zelândia ocorreu em função da proibição de que navios portadores de armamentos nucleares ou movidos a energia nuclear atracassem em portos neo-zelandeses. Permanece, contudo, a aliança bilateral entre Austrália e Nova Zelândia.

[24] LISKA (1965, p. 12) também chama a atenção para esta aliança.

[25] A organização possuía os seguintes integrantes: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Paquistão, Filipinas, Tailândia e Taiwan, além da presença de Coreia do Sul e Vietnã do Sul como *Dialogue Partners*. Seu objetivo primordial era formar um escudo anticomunista na Ásia-Pacífico, em complemento aos tratados de defesa mútua assinados com a Coreia do Sul e o Japão, no ano anterior.

A segunda característica diz respeito ao grau de assimetria do poder militar entre as nações que cooperam. Caso dois aliados possuam um poder militar extremamente desproporcional, a cooperação militar pouco acrescentará ao país mais poderoso do ponto de vista estritamente militar. Os benefícios usufruídos poderão ser de outro tipo, como o acesso facilitado a recursos naturais ou maior hegemonia regional. A aliança dos Estados Unidos com as potências da Europa Ocidental acrescenta força militar a todos os envolvidos, enquanto a cooperação militar do Brasil com a Namíbia pouco soma ao poder militar do Brasil.[26] Neste caso, há interesses de outro tipo, sobretudo o de aproximação com os países africanos do Atlântico Sul. Assim, a cooperação militar, de acordo com esta segunda característica, pode ser um instrumento para o aumento do poder militar (cooperação simétrica) ou pode ter um caráter apenas de assistência militar (cooperação assimétrica).

1.3 A regionalização da segurança no pós-Guerra Fria e a cooperação em defesa e segurança no período

1.3.1 A segurança como um fenômeno regional

A segurança internacional pode ser analisada, enquanto objeto de estudo, a partir de diferentes níveis de agregação. O nível mais amplo é o *global*, abrangendo todo o sistema internacional; abaixo está o nível *regional*, que enfatiza as relações interestatais no âmbito de uma mesma região; em seguida, o nível *nacional*, no qual a segurança individual dos Estados possui um papel primordial; por fim, há o nível *interno*, cujo foco está nas relações entre a segurança doméstica e a segurança internacional. Mesmo reconhecendo que cada um desses níveis possui sua própria importância, qual deles é o mais adequado para a compreensão das principais dinâmicas da segurança internacional?

Autores ligados à *Escola de Copenhagen* afirmam ser o nível regional o mais adequado. Barry Buzan e Ole Wæver propuseram a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT) como um instrumento útil para se analisar as questões regionais de segurança e para se demonstrar a preponderância do nível regional frente aos demais. Os Complexos Regionais de Segurança têm

[26] A Marinha do Brasil tem auxiliado a Marinha da Namíbia na formação de oficiais e sargentos daquele país e também tem fornecido algumas embarcações. O marco jurídico para a cooperação é o *Acordo sobre Cooperação Naval*, de 3 de dezembro de 2001 (BRASIL e NAMÍBIA, 2001).

como fundamento que a interdependência em segurança entre os países de uma mesma região é maior quando comparada à existente com os países de fora da região. Isto porque "[...] a maior parte das ameaças viaja mais facilmente em distâncias curtas que em longas." (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 4, tradução livre).[27]

Ambos os autores criticam o fato de que, em geral, as análises de segurança são dominadas por dois níveis: o nacional e o global, ambos problemáticos. O problema do nível nacional está em que:

> [...] a segurança nacional – por exemplo, a segurança da França – não é, em si mesma, um nível de análise que possua sentido. Como as dinâmicas de segurança são inerentemente relacionais, a segurança de nenhuma nação é autossuficiente. Os estudos de "segurança nacional", contudo, muitas vezes colocam de forma implícita o seu próprio Estado no centro de um contexto *ad hoc* sem um entendimento do contexto sistêmico ou subsistêmico por si próprio. (Ibid., p. 43, tradução livre).[28]

Por sua vez, o nível global da segurança "[…] não é fortemente integrado em termos securitários e, com exceção dos casos particulares das superpotências e das grandes potências [...], pouca coisa pode ser dita neste nível de generalidade que reflita as preocupações reais da maior parte dos países." (Ibid., p. 43, tradução livre).[29]

Assim, para a maior parte dos países, o nível global é secundário, pois as suas preocupações primordiais são aquelas relacionadas aos seus vizinhos: "[...] uma fraqueza chave tanto da abordagem neorealista como da neoliberal está em que ambas superestimam o papel do nível global e subestimam o papel do nível regional." (Ibid., p. 30, tradução livre)[30]. O nível regional é, dessa forma, o mais adequado, pois é nele "[...] onde os extremos da segurança nacional e global interagem e onde a maioria das ações ocorre." (Ibid., p. 43, tradução livre). Assim, a segurança tem, antes de tudo, uma relação com a proximidade geográfica, tendo como fundamento, para usar um termo desses autores, a "territorialidade" (Ibid., p. 29). Embora não possa ser

---

[27] "[…] most threats travel more easily over short distances than over long ones."
[28] "National security – e.g., the security of France – is not in itself a meaningful level of analysis. Because security dynamics are inherently relational, no nation´s security is self-contained. But studies of 'national security' often implicitly place their own state at the centre of an ad hoc 'context' without a grasp of the systemic or subsystemic context in its own right."
[29] "[…] is not tightly integrated in security terms and, except for the special case of superpowers and great powers [...], only a limited amount can be said at this level of generality that will reflect the real concerns in most countries."
[30] "[...] a key weakness of both the neorealist and globalist approaches to security is that they overplay the role of the global level, and underestimate the role of the regional one."

identificado como integrante de tal linha de pensamento, Raymond Aron também chamou a atenção para isto:

> Os Estados temem seus rivais e os povos temem seus vizinhos; uns e outros querem dominar seu próximo bem mais do que desejam dominar terras longínquas ou populações estranhas. Os vastos impérios dos espanhóis e dos ingleses foram conquistados devido à excepcional superioridade militar dos conquistadores [...]. Quando não há tal superioridade, as guerras se desenrolam dentro da mesma esfera de civilização. Os chineses e os japoneses, da mesma forma que os europeus, guerrearam principalmente entre si. (ARON, 1979, p. 157).

Em tal forma de abordagem, não se nega o importante papel que as potências globais desempenham nas várias regiões do mundo. Contudo, se destaca que a atuação global é restrita a apenas alguns países. A maior parte deles se envolve em dinâmicas de segurança que não ultrapassam o nível regional (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 14). A participação em assuntos globais dependerá do nível de poder que os Estados possuem: ao possuir um grande poder, a tendência é que o Estado atue além do nível regional; um pequeno poder tende a reforçar o caráter regional da segurança de um Estado (Ibid., p. 46). Mesmo as potências globais atuam, em geral, como um elemento superveniente no complexo regional de segurança, poucas vezes sendo capazes de gerar ou eliminar padrões de amizade, rivalidade ou inimizade regionais. Na Guerra Fria, por exemplo, Estados Unidos e União Soviética tiveram como uma de suas principais estratégias de poder a intervenção em conflitos regionais e nacionais, de forma a evitar que certas nações se aliassem ao adversário. Contudo, na maior parte das intervenções, os conflitos eram preexistentes, havendo uma presença posterior por parte dos Estados Unidos e da União Soviética. Assim ocorreu, por exemplo, no conflito entre Índia e Paquistão: durante a Guerra Fria, a Índia se aliou à União Soviética, enquanto o Paquistão se aliou à China e aos Estados Unidos. A Guerra Fria, dessa forma, teve efeitos em um conflito regional, mas o conflito não foi um subproduto da luta pelo poder entre as duas superpotências, tanto que, após o término da Guerra Fria, o conflito Índia-Paquistão se manteve, inclusive com o posterior desenvolvimento de armamentos nucleares por parte de ambas as nações.

O mesmo pode ser dito a respeito das não potências. As suas alianças com as potências poderiam ser revistas caso isso lhes fosse conveniente. Embora a Guerra Fria tenha sido utilizada pelas não potências como um instrumento de política externa, isto não significa que seus conflitos particulares tenham sido apenas uma derivação do conflito global:

> [...] Estados em desenvolvimento trabalharam com as superpotências para o seu próprio benefício. [...]. No Chifre da África, Etiópia e Somália trocaram de lado em relação às superpotências quando isto foi adequado aos seus interesses. [...] Não se podia contar com os Estados clientes como apoiadores de seus patrões superpoderosos se a sua posição regional viesse a ser enfraquecida pela hipoteca de seus interesses em favor de Washington ou Moscou. (KOLODZIEJ, 2005, p. 100-101, tradução livre).[31]

1.3.2 O aumento na autonomia das potências regionais após o fim da Guerra Fria e a cooperação em defesa e segurança no período

Com o fim da Guerra Fria, algumas interpretações têm enfatizado a globalização como a principal determinante das principais questões contemporâneas da segurança internacional. Ganharam destaque os impactos que possuem sobre a segurança internacional, entre outros: o aumento vertiginoso dos fluxos financeiros e comerciais, o aumento no número de imigrantes e o aquecimento global. Todos estes fenômenos em conjunto com as dificuldades dos Estados em enfrentar estes novos problemas.

Sem desconsiderar a relevância da globalização da economia, da política, da cultura e da segurança, deve-se destacar, entretanto, que a globalização tem sido acompanhada de uma maior importância que os Estados passaram a atribuir às suas regiões. Tem ocorrido, assim, uma tendência simultânea tanto em direção à globalização como em direção à regionalização. Expliquemos melhor estes processos.

Uma das formas de disputa entre as duas superpotências durante a Guerra Fria era a busca por influência em várias regiões do mundo, mais notadamente no Terceiro Mundo. Com o colapso da União Soviética, os Estados Unidos deixaram de ter uma motivação tão forte para a intervenção externa como tinham até então. Em várias regiões do mundo houve, em consequência disso, um incremento na autonomia regional nas questões de segurança internacional, aprofundando um fenômeno que vinha ocorrendo desde o início do processo de descolonização: "[...] a era do pós-Guerra Fria aparenta claramente manter a expansão do escopo das dinâmicas regionais de segurança iniciadas com a descolonização. A descolonização abriu espaço para as dinâmicas político-militares regionais e o término da Guerra Fria permitiu a estas dinâmicas

---

[31] "[...] developing states worked the superpowers for their advantage. [...]. In the Horn of Africa, Ethiopia and Somalia switched superpower sides when it suited their interests. [...]. Client states could not be counted on to support their superpower patron if their regional position were weakened by mortgaging their interests to Washington or Moscow."

operarem com muito mais liberdade com relação aos altos níveis de intrusão político-militar de superpoderes rivais.” (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 19, tradução livre).[32]

Ademais do menor grau de disposição para a intervenção em assuntos externos por parte dos Estados Unidos e de outras grandes potências, o fenômeno da regionalização também tem sido uma consequência indireta do próprio fenômeno da globalização. Muitos Estados passaram a promover políticas destinadas a defender seus países dos efeitos adversos da globalização e uma das tendências tem sido, justamente, a valorização de suas regiões:

> Em algumas regiões, surgiu uma preocupação sobre as formas pelas quais as crescentes forças da globalização estavam impactando a cultura local. Em outras regiões, problemas ambientais tomaram formas regionais em questões como os sistemas fluviais, os mares e a qualidade do ar compartilhados. Visivelmente, estamos observando uma nova forma de interação entre, por um lado, as muito debatidas forças da globalização e, por outro, um aparentemente paradoxal, mas de fato àquela conectado, fortalecimento das dinâmicas regionais territorializadas. (Ibid., p. 19, tradução livre).[33]

Especificamente na área da segurança, o fim da rivalidade da Guerra Fria veio a produzir um vácuo de poder, preenchido, em parte, pelas potências regionais (Ibid., p. 3). Estas, por sua vez, têm buscado a regionalização da segurança como um instrumento para a resolução dos problemas de segurança de suas regiões e/ou para contrabalançar, ao menos em parte, a hegemonia militar dos Estados Unidos.

A maior autonomia das potências regionais no pós-Guerra Fria implicou também uma maior cooperação regional em defesa. Em várias partes do mundo, se fortaleceram ou foram criadas novas instituições envolvendo assuntos de defesa e segurança. Mesmo a ONU, que ampliou sua participação nas questões regionais de segurança, por meio de um aumento significativo das missões de paz, tem se utilizado, em vários casos, de instituições regionais de segurança para a realização de suas missões. A importância disto foi reconhecida pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan (1997-2006), ao se referir às forças militares da União Europeia:

---

[32] “[...] the post-Cold War era seems clearly to continue the opening up of scope for regional security dynamics begun with decolonisation. Decolonisation opened the space for regional military-political dynamics, and the ending of the Cold War enabled these dynamics to operate with much more freedom from high levels of rival superpower military-political intrusion.”

[33] “In some regions there was concern about the ways in which the burgeoining forces of globalisation were impacting on local culture. In others, environmental issues took regional forms around such issues as shared river systems, seas, and air quality. Clearly we are looking at a new type of interplay between the much-discussed forces of globalisation on the one hand, and a seemingly paradoxical, but in fact connected, strengthening of territorialised regional dynamics on the other.”

> Eu não quero lhes deixar nenhuma dúvida do quão importante é para a ONU uma capacidade fortalecida da União Europeia. A União Europeia está em condições de fornecer habilidades específicas que os nossos maiores contribuintes de tropas podem não ser capazes de nos fornecer e, também, de destacá-las mais rapidamente do que nós podemos. Muitas pessoas estão vivas hoje em razão da Operação Artemis, na República Democrática do Congo, liderada pela França e que, posteriormente, foi repassada a uma operação da ONU. (ANNAN, 2004, tradução livre).[34]

Nos próximos parágrafos, há descrições de tais processos em algumas regiões: América do Norte/Europa, Ásia Central/Leste Asiático e África Subsaariana.

América do Norte e Europa

A OTAN manteve-se como uma instituição bastante poderosa após o fim da Guerra Fria, como foi demonstrado por meio de sua participação nas Guerras Iugoslavas (1992-2001), por sua ampliação em direção ao Leste Europeu, a partir de 1999[35] e por sua atuação na Guerra do Afeganistão (2001-). De fato, as primeiras ações de combate da OTAN ocorreram somente após o fim da Guerra Fria. Nos Bálcãs, ela atuou tanto de maneira complementar à ONU como de forma autônoma. Entre 1992 e 1995, atuou de maneira complementar quando garantiu, por meio da Operação *Deny Flight*, o cumprimento das Resoluções nº 781 (outubro de 1992) e nº 816 (março de 1993) do CS-ONU, que impuseram uma zona de exclusão aérea (*no-fly zone*) sobre a Bósnia-Herzegovina.[36] Durante esse período, a OTAN coexistiu com a missão de paz da ONU na região: a Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), substituindo-a completamente a partir de dezembro de 1995, quando a OTAN criou a Força de Implementação (IFOR), com mandato de um ano e que foi destinada a garantir o cumprimento dos Acordos de Dayton, de novembro de 1995. Essa atuação conjunta OTAN-ONU, contudo, não impediu que, posteriormente, a OTAN relutasse em se submeter à autoridade das Nações Unidas. Em 1999, a maior parte dos países da OTAN (incluindo os Estados Unidos e o Reino Unido) se opôs a que as ações da instituição requeressem

[34] "I want to leave you in no doubt of how important strengthened EU capacities are to the UN. The EU is in a position to provide specialised skills that our largest troop contributors may not be able to give us, and to deploy more rapidly than we can. Many people are alive today because of the French-led Operation Artemis in the Democratic Republic of Congo, which in turn handed over to a UN operation."

[35] Em 1999, os primeiros países da Europa Oriental ingressaram na organização: Polônia, Hungria e República Tcheca. Em 2004, ocorreu o ingresso de mais sete países: Estônia, Letônia, Lituânia, Eslovênia, Eslováquia, Bulgária e Romênia. Em 2009, a Albânia e a Croácia também passaram a fazer parte da OTAN.

[36] Através da Resolução nº 781, a OTAN foi autorizada a monitorar a zona de exclusão aérea, mas não estava autorizada a usar a força militar quando constatasse suas violações. Com a Resolução nº 816, a OTAN foi autorizada a usar a força militar para garantir a existência da zona de exclusão aérea.

prévia autorização do CS-ONU para serem realizadas. A Operação *Allied Force* (março a junho de 1999), por exemplo, executada durante a Guerra do Kosovo, gerou polêmica internacional, tendo em vista não ter sido autorizada pelo CS-ONU.

Além da tensão, em alguns momentos, entre a OTAN e a ONU, também ocorreu, em outras ocasiões, uma tensão entre a OTAN e a Comunidade Econômica Europeia (CEE)/União Europeia (UE). Com o fim da Guerra Fria, ganhou força, sobretudo na França e na Alemanha, a ideia de uma maior autonomia europeia nas questões de defesa e segurança (WALTZ, 2000), ao que contribuiu a menor preocupação geopolítica dos Estados Unidos com o continente, em função do colapso soviético.[37] O Tratado de Maastricht (1992), o Tratado de Amsterdam (1999) e o Tratado de Lisboa (2009) foram instrumentos para a execução de iniciativas nesse campo. Segundo estes tratados, a Europa deveria ser capaz de executar missões militares, desempenhando o que ficou conhecido como as Missões de Petersberg (*Petersberg Tasks)*.[38]

Uma certa rivalidade OTAN-CEE/UE, contudo, se manifestou apenas no início dos anos 1990, quando a OTAN coexistiu com a União da Europa Ocidental (*Western European Union - WEU*). Após um encontro da OTAN ocorrido em Berlim, em 1996, foi formalizado o acordo de que uma organização europeia de defesa e segurança deveria atuar dentro da estrutura da OTAN, surgindo, então, a Identidade de Defesa e Segurança Europeia (*European Security and Defence Identity – ESDI*), cuja criação seria supervisionada pela WEU. Como dizem Buzan e Wæver:

> Somente nos primeiros anos logo após o fim da Guerra Fria é que se poderia falar a respeito de uma rivalidade direta, como ocorreu quando a OTAN e a WEU tiveram de dividir as águas na Iugoslávia porque ambas desejavam patrulhá-las durante a Guerra da Bósnia. Em princípio, tem havido um amplo acordo desde 1991 dizendo que, por um lado, não deve haver uma duplicação europeia da OTAN e, por outro, que deve haver um papel mais importante para a Europa, incluindo a capacidade europeia de atuar sem os EUA, possivelmente através do empréstimo de ativos da OTAN. (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 371, tradução livre).[39]

---

[37] A redução no número de tropas dos Estados Unidos estacionadas na Europa demonstra essa mudança na política norte-americana. Em 1990, havia na Europa 309.827 soldados norte-americanos, dos quais os maiores contingentes eram os 227.586 que estavam na Alemanha, 25.111 no Reino Unido e 14.204 na Itália. Em 2000, o total havia sido reduzido para 117.089 soldados (diminuição de mais de 62%), dos quais 70.126 estavam na Alemanha, 11.348 na Itália e 11.170 no Reino Unido. Em 2008, o total era de 81.582 (redução de mais de 73% em relação a 1990), dos quais 54.974 na Alemanha, 9.357 no Reino Unido e 9.160 na Itália (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1990, 2000, 2008).

[38] De acordo com o nº 2 do Art. 17 do Tratado de Maastricht: "missões humanitárias e de salvamento, missões de manutenção da paz e missões de combate para a gestão de crises, incluindo o estabelecimento da paz." (UNIÃO EUROPEIA, 1992).

[39] "Only in the very first post-Cold War years could one talk about a direct rivalry, as when NATO and the WEU had to divide the waters outside Yugoslavia because both wanted to patrol them during the Bosnian War. In principle, there has been a broad agreement since 1991 saying on the one hand that there should be no European duplication of NATO

A ESDI foi sucedida, em 1999, pela Política de Defesa e Segurança Europeia (*European Security and Defense Policy – ESDP*), que deixou de estar subordinada à OTAN, passando a se subordinar à própria União Europeia[40]. A ESDP transformou-se, em 2009, na Política Comum de Defesa e Segurança (*Common Security and Defence Policy – CSDP*), conforme previsto no Tratado de Lisboa (seção 2).

Embora a União Europeia tenha ganhado certa autonomia nas questões de defesa e segurança, sobretudo com as mudanças ocorridas a partir de 1999, ainda não se demonstrou qualquer intenção de estruturar uma organização que planeje a defesa e a segurança à revelia da OTAN. Pelo Tratado de Amsterdam, observou-se a pretensão de se criar uma defesa e segurança europeia, mas, ao mesmo tempo, a preocupação de que ela não entrasse em choque com a OTAN, o que foi reconfirmado no Tratado de Lisboa:

> A política da União, na acepção da presente secção, não afetará o caráter específico da política de segurança e de defesa de determinados Estados-Membros, respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e será compatível com a política de segurança e de defesa comum adotada nesse âmbito. (UNIÃO EUROPEIA, 2009).

Fora do eixo Europa-Estados Unidos, potências regionais e grupos de países também têm buscado novas formas de inserção internacional no campo securitário. Alguns deles possuem a perspectiva de uma futura configuração multipolar da ordem mundial, surgida a partir do declínio relativo de poder dos Estados Unidos.

Ásia Central e Leste Asiático

Na Ásia, desde o fim da Guerra Fria, surgiram diversas instituições regionais destinadas a tratar de temas econômicos, culturais, políticos, securitários, entre outros. A única organização que surgiu durante a Guerra Fria e que ainda existe é a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), fundada em 1967, e que tem passado por grandes transformações nos últimos anos.

---

and on the other that there should be a greater European role including an ability by Europeans to act without the USA, possibly borrowing NATO assets."

[40] O problema é que, atualmente, dos 27 países que integram a União Europeia, 5 não fazem parte da OTAN: Suécia, Finlândia, Áustria, Irlanda e Chipre. Por outro lado, dos 26 membros europeus da OTAN, 5 não fazem parte da União Europeia: Noruega, Islândia, Croácia, Albânia e Turquia.

Algumas instituições e fóruns surgidos nas últimas duas décadas foram: o Fórum Regional da ASEAN (ARF), em 1994; a Cúpula do Leste Asiático (EAS), em 1995; os Cinco de Xangai, em 1996, transformado em 2001 na Organização para a Cooperação de Xangai (SCO) e; a ASEAN+3 (ASEAN + China, Japão e Coreia do Sul), em 1997.

A China, particularmente, tem buscado ampliar cada vez mais a sua influência sobre os países vizinhos. Ao contrário do que ocorria durante a Guerra Fria, contudo, tem havido, nas últimas duas décadas, uma reformulação da imagem que alguns daqueles países possuem a respeito da China, que passa a ser vista como uma potência capaz de liderar a sua região (SHAMBAUGH, 2004/2005, p. 64-65)[41]:

> Bilateralmente e multilateralmente, a diplomacia de Pequim tem sido notavelmente habilidosa e gradativa, conquistando a aprovação regional. Como resultado, a maior parte das nações na região agora enxerga a China como um bom vizinho, um parceiro construtivo, um ouvinte atencioso e um poder regional não ameaçador. Esta perspectiva regional é impressionante, tendo em vista que há apenas alguns anos muitos dos vizinhos da China expressavam preocupações crescentes a respeito da possibilidade de a China tornar-se uma hegemonia regional despótica e uma poderosa ameaça militar. (SHAMBAUGH, 2004/2005, p. 64-65, tradução livre).[42]

Na área de segurança, ela tem construído a confiança com os vizinhos de quatro maneiras: I) realização de encontros bilaterais na área securitária; II) relações especificamente militares, envolvendo intercâmbios e exercícios militares combinados (em 2002-03, por exemplo, foram realizados exercícios militares combinados com Índia, Paquistão, Cazaquistão e Quirguistão, os primeiros exercícios militares realizados com outros países em 53 anos); III) participação no Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ARF); e IV) maior transparência por meio da publicação de Livros Brancos (Ibid., p. 86-89).

A melhoria das relações com os países do Sudeste Asiático deve ser destacada. A China normalizou suas relações com o Laos (1989), restabeleceu relações diplomáticas com a Indonésia (1990) e as estabeleceu com Cingapura (1990) e Brunei (1991). No caso do Vietnã, com a retirada completa das tropas vietnamitas do Cambodia (1989) e o fim da União Soviética, as relações entre os dois países foram normalizadas (1991). Houve, ainda, melhoria das relações com a Malásia

---

[41] Sobre a ascensão da China, ver CUNHA e ACIOLY (2009).

[42] "Bilaterally and multilaterally, Beijing's diplomacy has been remarkably adept and nuanced, earning praise around the region. As a result, most nations in the region now see China as a good neighbor, a constructive partner, a careful listener, and a nonthreatening regional power. This regional perspective is striking, given that just a few years ago, many of China's neighbors voiced growing concerns about the possibility of China becoming a domineering regional hegemon and powerful military threat."

(LIOW, 2009, *passim*) e, nos anos 2000, com as Filipinas (MORADA, 2009, *passim*). Além de ações bilaterais, a China passou a ampliar suas relações com os países da região por meio da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), por meio da qual coopera nas áreas econômica, político-securitária e sócio-cultural (ASEAN, 2009). Fora do Sudeste Asiático, a China estabeleceu relações com a Coreia do Sul (1992) e se reaproximou de Índia, Rússia e dos cinco novos países da Ásia Central: Cazaquistão, Tajiquistão, Quirguistão, Uzbequistão e Turcomenistão.

Na expansão da influência chinesa sobre a Ásia Central, deve-se destacar a reaproximação entre China e Rússia. Em 1991, os dois países assinaram o Acordo de Fronteiras Sino-Russo, pondo fim à maior parte de suas disputas territoriais, as quais haviam sido uma das causas do rompimento sino-soviético (1960). Em 2001, assinaram o Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amistosa, no qual foi prevista a formação de uma aliança estratégica, a durar por pelo menos vinte anos, em várias áreas, inclusive no campo da segurança mútua, como se depreende do Art. 9º: “Quando emergir uma situação na qual uma das partes contratantes julgar que a paz esteja sendo ameaçada e enfraquecida ou na qual os seus interesses securitários estejam envolvidos ou, ainda, quando estejam enfrentando uma ameaça de agressão, as partes contratantes irão, imediatamente, estabelecer contatos e consultas de forma a eliminar tais ameaças.” (CHINA e RUSSIA, 2001, tradução livre)[43]. Em 2004, por fim, a Rússia aceitou ceder territórios que há muito tempo eram reivindicados pelos chineses: as ilhas Tarabarov e Bolshoy e cerca de metade da ilha Bolshoy Ussuriysky, situadas na Sibéria Oriental e definitivamente incorporadas pela China em 2008 (RIA NOVOSTI, 2008). Findaram-se, assim, as disputas territoriais entre os dois países.

Foi no contexto desta reaproximação sino-russa que a China liderou (SHAMBAUG, 2005, p. 31), em 1996, a formação de um espaço regional conhecido como “os Cinco de Xangai”, cujos membros fundadores foram: China, Rússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão. Aquele espaço foi transformado, em 2001, após o ingresso do Uzbequistão, em uma instituição permanente: a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO), com foco sobre as questões regionais de segurança (BAYLES *et al*, 2007, p. 5).[44] Ademais de questões geopolíticas “profundas”, analisadas a seguir, a SCO tem como objetivo o combate a problemas transnacionais

---

[43] “When a situation arises in which one of the contracting parties deems that peace is being threatened and undermined or its security interests are involved or when it is confronted with the threat of aggression, the contracting parties shall immediately hold contacts and consultations in order to eliminate such threats.”

[44] A Mongólia é um Estado-observador da SCO desde 2004. Em 2005, Índia, Irã e Paquistão também se tornaram observadores.

de segurança, tais como o terrorismo, o tráfico de drogas e o fundamentalismo, assim como a questão do separatismo (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 431) nas províncias chinesas do Tibete e Xinjiang.

Embora tenha um baixo grau de profundidade institucional se a compararmos com a OTAN ou com o antigo Pacto de Varsóvia, integram a organização duas potências nucleares e países com áreas territoriais e/ou populações gigantescas (Rússia, China, Cazaquistão). A Ásia Central, como a área foco da SCO, possui uma importância geopolítica enorme para Rússia e China, em função da presença tanto de imensas reservas de petróleo e gás natural[45] como de oleodutos e gasodutos, tanto os existentes como os planejados.

Do ponto de vista da China, ao estabelecer relações amistosas com a Rússia, o país passou a ser capaz de ampliar sua influência sobre a Ásia Central sem entrar em choque com a estratégia russa para a região. Com o fim da União Soviética, a China passou a ter, além da Rússia, cinco novos países vizinhos, sendo três fronteiriços (Cazaquistão, Quirguistão e Tajiquistão) e dois não fronteiriços (Uzbequistão, Turcomenistão), os quais passaram a ser objeto potencial da expansão da influência chinesa:

> A China enxerga a Ásia Central como o "exterior próximo" [*"near abroad"* no original], uma retaguarda estratégica. A medida que sua musculatura econômica cresce, o mesmo ocorrerá com seu apetite geopolítico. Tropas chinesas participarão de manobras na Ásia Central e farão parte da força de ação rápida da SCO distribuída na Ásia Central, incorporando, assim, conhecimento local e construindo relações com as forças militares e com as elites políticas locais.[46] (COHEN, 2005, p. 4, tradução livre).[47]

O interesse da Rússia, por sua vez, estaria na constatação de sua incapacidade de manter, sozinha, um ambiente de estabilidade na Ásia Central, reconhecendo que a China teria um importante papel a desempenhar na região. Ao mesmo tempo, a SCO é útil para a Rússia como um

---

[45] As reservas de petróleo são de 39,8 bilhões de barris no Cazaquistão e de 0,6 bilhão no Uzbequistão e no Turcomenistão. Como comparação, as reservas da Rússia são de 79,0 bilhões de barris e as da China são de 15,5 bilhões. Quanto ao gás natural, as reservas são de 7,94 trilhões de metros cúbicos no Turcomenistão, de 1,82 trilhão no Cazaquistão e 1,58 trilhão no Uzbequistão. As reservas da Rússia são de 43,30 trilhões (23,4% do total mundial) (BRITISH PETROLEUM, 2009).

[46] O conceito de *"near abroad"* ou "exterior próximo" descreve a perspectiva geopolítica russa em relação às ex-repúblicas soviéticas, tendo em vista esta região ser considerada uma esfera de influência russa. A noção surgiu como uma prioridade da política externa russa em 1992 e tornou-se política oficial a partir de 1993 (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 404-405). No caso da Ásia Central, segundo Cohen (supracitado), ela é o *"near abroad"* também da China.

[47] "China views Central Asia as its "near abroad," a strategic rear. As its economic muscle grows, so will its geopolitical appetites. Chinese troops will take part in maneuvers in Central Asia and will be part of the SCO rapid reaction force deployed in Central Asia, acquiring local knowledge and building relations with indigenous military forces and political elites."

instrumento para o monitoramento das atividades chinesas na Ásia Central (ORESMAN, 2004, p. 405) e para limitar a presença norte-americana na região. Com a Guerra do Afeganistão, os Estados Unidos expandiram sua presença militar na Ásia Central, criando bases no Uzbequistão (a qual já foi desativada) e no Quirguistão e adquirindo direitos de vôo militar sobre os quatro integrantes da SCO na Ásia Central (BAYLES *et al*, 2007, p. 11). Nesse sentido, "[...] a política russa tem constantemente promovido a multipolaridade e resistido à unipolaridade norte-americana. No fim dos anos 1990, a multipolaridade ganhou força como uma plataforma para a cooperação com os chineses e iranianos e para flertes com europeus ocidentais 'americano-céticos'." (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 405, tradução livre).[48]

Em síntese, a SCO, reflexo da reaproximação sino-russa, possui objetivos tanto regionais como globais. Regionalmente, ela se destina ao combate a problemas transnacionais de segurança e é uma solução institucional capaz de propiciar a conciliação das perspectivas geopolíticas da Rússia e da China. Ambas as potências consideram a Ásia Central como parte de seu *near abroad*, havendo, dessa forma, uma sobreposição territorial de suas esferas de influência. Globalmente, a organização tem como objetivo ocupar política e economicamente o espaço da Ásia Central, em detrimento dos planos de aumento da presença norte-americana na região.

Outro país do leste asiático que tem buscado desempenhar um papel mais relevante na área de segurança é o Japão. Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos reduziram suas tropas estacionadas no país[49] e dois "freios" a uma maior participação internacional na área de segurança foram "soltos": I) a opinião pública interna japonesa e II) o receio dos países vizinhos de uma retomada do militarismo japonês (HOOK, 1996, p. 186). O país passou a participar de missões de paz da ONU, como nos casos da Autoridade Transitória das Nações Unidas no Cambodia, em 1992 (UNTAC) e da Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ), em 1993. Também enviou tropas de paz para o Iraque, em 2004, embora sem um mandato da ONU. Regionalmente, a participação em fóruns multilaterais que tratam da segurança, como o ARF, denota um maior interesse na área.

---

[48] "[...] Russian policy has consistently promoted multipolarity and resisted American unipolarity. Towards the end of the 1990s multipolarity gained force as a platform for cooperation with the Chinese and Iranians and flirtations with Ameriscepctic West Europeans."

[49] Em 1990, havia 46.593 soldados norte-americanos no Japão. Em dezembro de 1999, eram 40.244 soldados e, em 2008, 34.039 soldados (redução de cerca de 27% entre 1990 e 2008) (DEPARTMENT OF DEFENSE, 1990, 2000, 2008).

Apesar disso, a principal limitação à maior relevância militar japonesa ainda são os laços securitários com os Estados Unidos. O segundo maior contingente militar norte-americano fora dos Estados Unidos está no Japão: no final de 2008, ainda havia mais de 34 mil soldados ali estacionados (o maior contingente está na Alemanha). O Japão apoia essa presença militar, assim como também a apoia para outros países da região (sobretudo na Coreia do Sul). Por sua vez, os Estados Unidos possuem interesse em mantê-la e outros países da região também apoiam essa presença militar no Japão, por neles persistir um temor residual de que a saída dos Estados Unidos pudesse provocar um crescimento do papel regional do Japão e a possibilidade de que este viesse então a projetar poder (HOOK, 1996, p. 188).

África Subsaariana

No caso da África Subsaariana (doravante África), os anos do pós-Guerra Fria foram de intensas guerras em algumas regiões, sobretudo na Libéria (1989-1996 e 1999-2003), Serra Leoa (1991-2002), Somália (desde 1991), Darfur (2003-2009) e na "região dos grandes lagos africanos" (1990-1997 e 1998-2003). Estes conflitos, assim como a maior parte dos demais ocorridos no continente, relacionam-se com o fato de que os Estados africanos são, geralmente, fracos e sem poder efetivo sobre o seu próprio território. Além do Estado, há, em vários países, poderosos grupos armados que mantém ações hostis entre si ou contra o governo, sem que o poder central consiga dominá-los, a não ser com apoio militar internacional. Estes Estados compartilham o poder de coerção (em alguns casos intencionalmente) com outros grupos internos, não sendo, portanto, os detentores do monopólio da violência na área sobre a qual deveriam ser o poder dominante. Um dos termos utilizados como referência a esse tipo de Estado é o de "Estado Falido" ou "Estado Fracassado" (*Failed State*). De acordo com o Índice de Estados Falidos de 2009 (*Failed States Index*), dos 38 Estados considerados em nível de alerta, 22 são da África Subsaariana (FUND FOR PEACE; FOREIGN POLICY, 2009). Isso leva a que tenha havido poucos conflitos interestatais no continente (os estados são fracos para projetarem poder além de suas fronteiras), mas diversos conflitos internos que produzem um efeito *spillover* (transbordamento), levando os conflitos aos países vizinhos, por meio, sobretudo, dos fluxos de refugiados e dos apoios governamentais a movimentos insurgentes em outros países.

Mesmo com tantos Estados Falidos, duas potências regionais do continente, a Nigéria e a África do Sul passaram a ter papéis mais importantes na área de defesa e segurança em suas respectivas regiões. Paradoxalmente, a Nigéria também pode ser considerada, em vários aspectos, como um Estado Falido.[50]

Na África Ocidental, há uma instituição regional, fundada em 1975, e composta, atualmente, por quinze países: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS)[51]. A partir de 1978, a organização também passou a tratar de questões regionais de defesa e segurança, fruto da percepção de que a integração econômica só ocorreria se houvesse paz e segurança na região (ADEBAJO, 2002a, p. 25; 32). Nos anos 1990, o tema se aprofundou no âmbito da instituição, tendo sido criada uma força de paz multilateral em 1990, sob liderança nigeriana, destinada a intervir na Primeira Guerra Civil Liberiana (1989-96): o Grupo de Monitoramento da ECOWAS (*ECOWAS Monitoring Group – ECOMOG*)[52]. Embora a intervenção não tenha sido previamente autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, ela foi legalizada posteriormente por meio da Resolução nº 788, de novembro de 1992 e, em um segundo momento, por meio da Resolução nº 866, de setembro de 1993, firmou-se uma cooperação entre a ECOWAS e a ONU, surgindo a Missão de Observadores das Nações Unidas na Libéria (UNOMIL). De fato, a intervenção da ECOWAS na Libéria foi tratada como um complemento à atuação da ONU (UNITED NATIONS *et al*, 2006, p. 23-24), tendo como base o Art. 53 da Carta da ONU, no qual se prevê a possibilidade de cooperação da ONU com organizações regionais de segurança.

Ademais da intervenção inicial na Libéria, a ECOWAS também interveio, sempre sob liderança nigeriana: na Guerra Civil de Serra Leoa (1991-2002), entre 1998 e 2000, sendo posteriormente substituída pela Missão das Nações Unidas em Serra Leoa (UNAMSIL); na Guerra Civil de Guiné-Bissau (1997-99), em 1999; novamente na Libéria, em 2003, em razão da Segunda Guerra Civil Liberiana (1999-2003), liderando a Missão da ECOWAS na Libéria (ECOMIL) que, posteriormente, foi substituída pela Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e, por fim, na

[50] A Nigéria, entre 177 estados avaliados, ocupou a 15ª posição.

[51] Foram países fundadores da ECOWAS: Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Cabo Verde entrou para a organização em 1976 e a Mauritânia a deixou em 2000.

[52] Os países francófonos, com exceção da Guiné, se opuseram à intervenção militar na Libéria (KHOBE, 2000). De fato, um ponto de tensão no interior da organização é a oposição entre países francófonos, liderados pela Costa do Marfim e países anglófonos, liderados pela Nigéria.

Guerra Civil da Costa do Marfim (2002-07), no período 2003-04, até ser substituída pela Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (ONUCI).

Dadas estas características, trata-se, portanto, de uma organização com objetivos de maior alcance que a Organização para a Cooperação de Xangai (SCO), mas que, ao mesmo tempo, possui metas apenas regionais. Há, desde 1981, um acordo de defesa coletiva entre os Estados-membros e, desde 1990, uma força militar regional, a qual, com o Protocolo de Segurança de 1999, passou a ter um componente militar em *standby*, tal como existe na OTAN. A Nigéria, com 65% do PIB[53] e 52% da população[54] do bloco, tem desempenhado um papel essencial na organização. O país foi o líder de todas as intervenções militares nos países vizinhos e, apesar dos erros cometidos, pelos quais chegou a ser chamada de “um touro em uma loja de louças” (ADEBAJO, 2002b), a sua atuação foi decisiva no impedimento de que a capital da Libéria (Monróvia) fosse tomada pelos rebeldes em 1992, o mesmo ocorrendo em relação à capital de Serra Leoa (Freetown) em 1999 (Ibid.). As intervenções também reduziram a dimensão do transbordamento regional dos conflitos internos, propensas a ocorrer em razão dos fluxos de refugiados e de apoios governamentais a movimentos insurgentes em países vizinhos.

No caso da África do Sul, ela passou a integrar, em 1994, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Atualmente, o país responde por cerca de metade da economia de todo o bloco, assim como possui as Forças Armadas de maior poder. A SADC se originou a partir de uma outra instituição regional: a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC), que havia sido criada em 1980 com dois objetivos primordiais: fortalecer os Estados-membros em sua oposição aos regimes de *apartheid* na África do Sul e na Rodésia e reduzir a dependência econômica que tinham da África do Sul. Com o fim do *apartheid*, a SADCC se reorganizou, transformando-se, em 1992, na SADC, admitindo a Namíbia nesse mesmo ano e, posteriormente, a África do Sul.

Os assuntos tratados pela organização são variados, havendo protocolos que abrangem questões econômicas, políticas, securitárias, culturais, energéticas, entre outras. Em 1996, foi criado na estrutura da SADC um órgão destinado a tratar de questões relativas à defesa e à segurança: o Órgão de Política, Defesa e Segurança (*Organ on Politics, Secure and Defence)*, o qual aborda tanto problemas “tradicionais” de defesa e segurança como outros relacionados às chamadas novas

---

[53] Dado referente a 2008. Fonte: WORLD BANK (2009).
[54] Dado referente a 2009. Fonte: UNITED NATIONS (2009).

ameaças, entre os quais os crimes transfronteiriços (SADC, 2001, art. 2º). A SADC interveio politicamente no Lesoto em 1995, após um golpe de Estado ocorrido naquele país; em Moçambique em 1996 e; novamente no Lesoto, em 1998. A organização está implantando uma brigada regional de força de paz, a ser inserida na estrutura de defesa da União Africana. Para isso criou, em 2005, o Centro de Treinamento Regional de Forças de Paz (*Regional Peacekeeping Training Center*), sob responsabilidade do Zimbabwe, e também tem realizado alguns exercícios militares combinados. Em abril de 2009, por exemplo, foi realizado em Moçambique o exercício denominado de *Golfinho - Fase II* (SADC, 2009, *passim*).

Um órgão voltado para a defesa e a segurança envolvendo toda a África foi criado em 2004: o Conselho de Paz e Segurança da União Africana. Suas experiências de intervenção militar têm obtido, contudo, poucos resultados. A atuação da força de paz denominada Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), que começou a operar em 2007, tem enfrentado muitas dificuldades em cumprir suas atribuições (SODER, 2009, p. 117-118), assim como ocorreu em uma missão da União Africana no Comores, cujo objetivo foi apoiar militarmente a realização de eleições naquele país: a Missão de Assistência Eleitoral e de Segurança da União Africana (MAES), de 2007 (Ibid., p. 117-118), semelhante a uma outra missão eleitoral realizada no ano anterior, também no Comores: a Missão da União Africana em Apoio às Eleições no Comores (AMISEC). Planeja-se que, em 2010, esteja disponível uma força militar de paz da União Africana (*Standby Force*), cuja estrutura será composta de tropas (*Standby Brigades*) fornecidas por cinco regiões do continente (AFRICAN UNION, 2003, p. 2; 16).

Em síntese, observa-se que em quase todos os casos, as intervenções conduzidas por organizações regionais, sejam da OTAN, da ECOWAS ou da União Africana, atuaram regionalmente, mas, na maior parte das vezes, sob a autoridade do CS-ONU. Em alguns casos, houve uma certa oposição entre as organizações regionais e a ONU, mas tem predominado a complementaridade, em função, sobretudo, da ausência de capacetes azuis da ONU em *standby*, um tipo de forças militares que a OTAN e a ECOWAS possuem.

CAPÍTULO 2 – A SEGURANÇA SUL-AMERICANA E AS RELAÇÕES BRASIL-ARGENTINA A PARTIR DOS ANOS 1980

No capítulo anterior, foi feita uma análise da cooperação militar, enfatizando-se o seu papel nas relações entre os Estados e os seus principais objetivos e características após o fim da Guerra Fria. Neste capítulo, são abordadas a segurança na América do Sul e as relações Brasil-Argentina no contexto das mudanças securitárias sul-americanas ocorridas nas últimas três décadas.

O capítulo é dividido em duas partes. Na primeira parte, são abordadas as principais questões de segurança sul-americanas, colocando-se o momento atual em uma perspectiva histórica. São avaliadas, inicialmente, a amplitude dos conflitos sul-americanos, tanto externos como internos, desde o período das independências. Em seguida, são analisadas as distintas dinâmicas securitárias que as metades norte e sul do subcontinente passaram a apresentar a partir dos anos 1980: enquanto o Cone Sul se "pacificou", a partir da reaproximação entre Brasil e Argentina e entre Chile e Argentina, no Norte Andino, ao contrário, ocorreu uma expansão dos problemas de segurança. Na segunda parte, são analisadas as relações Brasil-Argentina, enfatizando-se o seu caráter de "relações em eixo", assim como o seu papel nas dinâmicas de segurança tanto do Cone Sul como da América do Sul em seu conjunto.

2.1 Visão geral da segurança na América do Sul

Ao se comparar a América do Sul com outras regiões do mundo é comum que se conclua, em um primeiro momento, que esta é uma região na qual as relações interestatais são totalmente baseadas na solução pacífica dos conflitos. Da mesma forma, assim ocorreria, quase sempre, a respeito das relações entre grupos internos e o Estado. Tais conclusões são reforçadas por declarações de autoridades do subcontinente, quando estas reafirmam, em certas ocasiões, esta suposta característica sul-americana. Como exemplo, quando da reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos, em 2008, o Parlamento do Mercosul emitiu uma declaração que continha os seguintes trechos:

> [...] a América do Sul é uma região de paz e democrática, na qual eventuais divergências são normalmente resolvidas observando-se os princípios da não intervenção e da solução pacífica e negociada dos conflitos;

> [...] essa região, ao contrário de algumas outras regiões do planeta, não registra atividades terroristas, graças, em grande parte, ao seu pluralismo político, religioso e étnico, que permite a convivência harmônica de raças e de grupos de diferentes matizes ideológicos e religiosos. (MERCOSUL, 2008).[55]

Observa-se, nestes trechos, a perspectiva de uma região bastante diferente das demais no que se refere às questões de segurança. Por aqui, não haveria o terrorismo que tem alarmado a Europa, a África, a Ásia e os Estados Unidos, nem as guerras sangrentas da África, do Oriente Médio ou dos Bálcãs. De acordo com tal declaração, há, na América do Sul, uma "convivência harmônica" entre os indivíduos, independentemente de sua etnia, credo religioso ou ideologia.

O presidente Lula demonstrou seguir a mesma linha de pensamento: "A América do Sul é uma região de paz, onde floresce a democracia. [...] a instabilidade que alguns pretendem ver em nosso continente é sinal de vida, especialmente vida política. Não há democracia sem povo nas ruas." (BRESCIANI, 2008). Assim também declarou o Ministro da Defesa brasileiro Nelson Jobim: "A América do Sul é uma região de paz, que tem os seus conflitos políticos, mas que não é como a Europa ou o Oriente Médio, onde há uma tradição de guerras." (LA FUENTE, 2009, tradução livre a partir do espanhol). Embora de maneira menos incisiva, assim se manifestou o General José Benedito de Barros Moreira, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) e que exerceu a função de conselheiro militar junto à Missão Permanente do Brasil na ONU: "A América do Sul é na verdade a única zona do mundo hoje livre de armas nucleares. É área em que, embora ocorram alguns atritos, pode-se olhar para o continente sul-americano como uma região pacífica. Há pontos de atritos. Mas isso é parte da política do dia-a-dia." (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008a).

Contrapondo, em parte, estas afirmações, esta seção tem como objetivo demonstrar que a América do Sul não é e nem nunca foi alheia aos problemas de segurança, sejam eles domésticos, regionais ou globais. Mesmo reconhecendo que os conflitos neste subcontinente têm sido menos sangrentos do que em outras regiões, a América do Sul não deixou de ser palco, em período recente, de conflitos interestatais e guerras civis, ademais de ter sido afetada por problemas de segurança de ordem global como a Guerra Fria e o Terrorismo. Basta serem lembrados, por exemplo, os conflitos internos na Colômbia e no Peru durante grande parte do século XX, a Guerra

[55] A declaração foi fruto de um projeto de Aloizio Mercadante, um dos então representantes brasileiros no Parlamento do Mercosul.

entre Equador e Peru (1995) ou os ataques terroristas ocorridos em Buenos Aires: em 1992, contra a Embaixada de Israel (29 mortos e cerca de 200 feridos[56]) e, em 1994, contra a *Asociación Mutual Israelita Argentina* (AMIA) (86 mortos e mais de 300 feridos[57]).

Vejamos, inicialmente, quais foram os principais conflitos interestatais e internos na América do Sul no século XIX e, posteriormente, no século XX.

2.1.1 Breve histórico dos maiores conflitos sul-americanos nos séculos XIX e XX [58]

O século XIX foi bastante mais violento para os sul-americanos do que viria a ser o século XX. A Guerra do Paraguai, sozinha, produziu mais vítimas do que todos os conflitos externos sul-americanos ao longo do século XX (PASTORE, 2006, p. 286-293). O oposto ocorreu na Europa, onde o século XIX foi relativamente pacífico, sendo o século XX muito mais sangrento. Ademais das guerras de independência, particularmente violentas no caso de Colômbia, Equador e Venezuela (370 mil mortes)[59], as maiores guerras daquele século foram motivadas por disputas envolvendo a região da Bacia do Prata. Os maiores conflitos, neste caso, foram: a Guerra da Cisplatina (1825-28), que opôs o Brasil às Províncias Unidas do Rio da Prata (2 mil mortes); a Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), na qual a Argentina enfrentou uma aliança entre Brasil, Uruguai e as províncias rebeldes de Entre Rios e Corrientes (1,3 mil mortes); a Guerra contra Aguirre (1864) e, sobretudo, a Guerra do Paraguai (1864-70), opondo o Paraguai à aliança de Brasil, Argentina e Uruguai (424 mil mortes). Outros conflitos sul-americanos do século XIX, fora do âmbito da Bacia do Prata, foram a Guerra contra a Confederação (1836-39), na qual a Confederação Peru-Bolívia enfrentou uma aliança formada por Argentina, Chile e Peru do Norte (3,2 mil mortes) e a Guerra do Pacífico (1879-83), na qual o Chile enfrentou Peru e Bolívia (14 mil mortes).

Alguns conflitos internos também foram bastante sangrentos. No *Brasil*, entre outros, citam-se: a Guerra dos Farrapos (1835-45) (mil mortes), a Revolução Federalista (1893-95) (1,5 mil mortes) e a Guerra de Canudos (1896-97) (30 mil mortes). Na *Argentina*, diversas guerras civis

---

[56] Fonte: LA NACIÓN (2004).
[57] Fonte: CALVO (1996).
[58] Não são abordados os conflitos internos ocorridos na Guiana e no Suriname.
[59] Salvo quando mencionado, os números de mortos nos conflitos citados nesta seção foram retirados de PASTORE (2006, p. 286-293). Em alguns casos, aquele autor citou mais de uma fonte, identificando aquela que julgou mais confiável, o que também foi reproduzido aqui.

opuseram unitários e federalistas: Primeira e Segunda Guerras entre Unitários e Federalistas no Interior, respectivamente entre 1825-27 e 1829-31 (total de 9 mil mortes), Revolução dos Restauradores (1833), Revolução dos Colorados (1866-67) e Rebelião Jordanista (1870-76). No *Uruguai*, deve-se destacar a Guerra Civil entre os Partidos Colorado e Nacional (1839-51). No *Chile*, citam-se a Revolução de 1851 (3 mil mortes), a Revolução de 1859 (5 mil mortes) e a Guerra Civil de 1891 (11 mil mortes). No *Peru*, a Insurreição de 1854 (4 mil mortes) e a Guerra Civil de 1856-58 (3 mil mortes). Na *Colômbia*, com o surgimento do Partido Liberal (1848) e do Partido Conservador (1849), iniciaram-se violentos confrontos entre as duas agremiações políticas. Durante o período da Regeneração (1886-1899), de domínio do Partido Conservador, ocorreram várias reações liberais, a mais violenta delas a de 1899, que deu origem à Guerra dos Mil Dias (1899-1902) (160 mil mortes). Na *Venezuela*, houve duas guerras sangrentas neste século: a Guerra Federal (1859-1863) (130 mil mortes) e, em escala bem menor, a Revolução Azul (1868-71) (3 mil mortes). No caso de Equador e Paraguai, não ocorreram grandes manifestações de violência interna durante o século XIX.

O século XX, do ponto de vista dos conflitos externos, foi menos sangrento para a América do Sul do que o século XIX. Ainda assim, alguns conflitos externos ocorreram, mas com um saldo de vítimas bastante inferior. A grande guerra sul-americana deste século foi a Guerra do Chaco (1932-35), entre Bolívia e Paraguai, a qual produziu 90 mil mortos e resultou na incorporação, pelo Paraguai, de grande parte do Chaco Boreal boliviano. Outros conflitos foram: a Guerra de Letícia (1932), entre Colômbia e Peru (1,2 mil mortos); a participação do Brasil na I e II Guerras Mundiais; a Guerra das Malvinas (1982) (mil mortos) e os conflitos entre Equador e Peru (1941, 1981 e 1995) (cada um com cerca de cem mortos). Ademais, várias tensões interestatais permaneceram latentes, sobretudo em função de disputas territoriais não solucionadas, tais como: a disputa entre Argentina e Chile pela posse de ilhas no Canal de Beagle, que quase produziu um conflito militar em 1978; a demanda da Venezuela por cerca de dois terços do território da Guiana (toda a área a leste do Rio Esequibo) e a reivindicação boliviana por um acesso ao Pacífico.

Ao longo de quase todo o século XX, os problemas de segurança de ordem *interna* predominaram na América do Sul. Golpes de Estado ocorreram em todos os países, conduzindo-os, em alguns casos, a guerras civis, mantidas de forma quase endêmica no caso da Colômbia. Como disse Hobsbawm (2007, p. 128), durante a Guerra Fria, houve uma diminuição da barbárie no Primeiro e no Segundo Mundos, mas não no Terceiro Mundo. Entre 1960 e 1985,

aproximadamente, "[...] se produziu o surto de torturadores treinados oficialmente e ocorreu uma onda sem precedentes de regimes militares na América Latina e no Mediterrâneo, que faziam a 'guerra suja' contra seus próprios cidadãos." (Ibid., p. 128). Neste período, surgiram também diversos movimentos guerrilheiros de esquerda, rurais e urbanos, que passaram a entrar em confronto com tropas oficiais e grupos de extrema direita, os quais, por sua vez, combatiam militarmente grupos de esquerda, mesmo que fossem não-violentos. Vejamos então os conflitos internos mais importantes do século XX, primeiramente no Cone Sul e, depois, no Norte Andino.

No *Brasil*, durante o século XX, citam-se a Revolução Constitucionalista de 1932 (mil mortos) e o regime militar (1964-85) (300 mortos) como exemplos de confrontos militares entre grupos internos e o Estado que produziram vítimas. Dos conflitos armados entre a esquerda e o regime militar, o maior foi a Guerrilha do Araguaia (1967-74). Também surgiram grupos de extrema direita como os Esquadrões da Morte e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Na Argentina e no Chile, a violência foi bastante maior. Na *Argentina*, entre outros, ocorreram: o golpe militar de 1955 (4 mil mortes), o surgimento dos movimentos guerrilheiros de esquerda Montoneros e Exército Revolucionário do Povo (ERP), assim como do grupo de extrema direita Aliança Anticomunista Argentina (AAA), este último bastante ativo nos governos de Juan D. Perón e Isabel Perón (1973-76), tendo sido responsável por cerca de 1.500 mortes[60]. Entre 1976 e 1983, ocorreu o regime militar no país, onde se atingiram níveis de violência política sem precedentes. Entre 1977 e 1978, ocorreram de 180 a 200 "*vuelos da la morte*"[61], que produziram milhares de mortos. O número total de mortos e desaparecidos durante o regime militar é objeto de debate, mas, segundo um relatório da inteligência militar argentina da época, ele teria sido de 22 mil somente no período 1976-78[62], mais de 60 vezes maior que o do Brasil. No caso do *Chile*, o regime militar (1973-90) instaurado após o golpe (apoiado pelos Estados Unidos[63]) que derrubou o regime de Allende, deixou cerca de 3.200 mortos e desaparecidos como legado[64]. Importantes guerrilhas de esquerda no país foram: a Frente Patriótica Manuel Rodríguez e o Movimento de Esquerda Revolucionário. No *Paraguai*, citam-se o golpe de 1911-12 (dois mil mortos), a luta dos liberais

---

[60] Fonte: AGENCIA INFORMATIVA PÚLSAR (2006).
[61] Fonte: BBC NEWS (2005).
[62] Fonte: ARGENTINA (1978, p. 8).
[63] Os seguintes documentos comprovam a participação dos Estados Unidos no golpe: CIA (1970a) e CIA (1970b). Outros documentos sobre o regime militar chileno estão disponíveis em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/nsaebb8.htm>. Acesso em 15 fev. 2010.
[64] Fonte: Ministerio del Interior (Chile). Programa de Derechos Humanos. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/estadisticas.html>. Acesso em: 1 jul. 2010.

contra o governo (1947) (mil mortos) e o regime militar de Alfredo Ströessner (1954-89) (300 mortos durante o regime e mais 300 mortos na queda de Ströessner). Mesmo no *Uruguai*, um "[...] país de notável tradição de não-violência política e social [...]" (HOBSBAWM, 2007, p. 124), surgiu nos anos 1960 o movimento de guerrilha urbana Tupamaros, enfrentado por grupos de extrema direita (Juventude Uruguaia de Pé e Esquadrões da Morte) e pelas Forças Armadas, enfrentamentos que se mantiveram durante a ditadura civil-militar no país (1973-85). O resultado do regime militar uruguaio foi de cerca de 100 mortos. Na *Bolívia*, destacam-se: a deposição do regime civil-militar de Gualberto Villarroel (1943-1946) (8 mil mortes), a Revolução Nacional Boliviana (1952) (2 mil mortes), estes dois últimos envolvendo o Movimento Nacionalista Revolucionário, e o regime militar de Hugo Banzer (1971-78) (200 mortes).

No Norte Andino, a violência interna foi particularmente extensa no Peru e na Colômbia. No *Peru*, ocorreram: a insurreição do Movimento da Esquerda Revolucionária (1965-66) (8 mil mortos) e a presença do grupo maoísta Sendero Luminoso, sobretudo até a captura de Abimael Guzmán (1992), cujos combates somaram 28 mil mortos entre 1980 e 1999. Na *Colômbia*, o país sul-americano com a maior profundidade em termos de violência interna no século XX, citam-se: o período de *"La Violencia"* (1948-53) (180 mil mortos) e o surgimento de diversos grupos guerrilheiros a partir do início do período de dominação política da Frente Nacional (1958), que uniu os Partidos Liberal e Conservador. Os principais grupos de esquerda foram/são o Exército de Libertação Nacional (ELN, desde 1964), Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC, desde 1966), Exército Popular de Libertação (EPL, desde 1968) e o Movimento 19 de Abril (M-19, 1970-90). O principal grupo de direita foi a Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC, 1997-2006). Estima-se que o conflito tenha provocado 109 mil mortes entre 1970 e 2000. Em escala menor do que nos outros países, ocorreram, no *Equador*, a Guerra Civil de 1932 (800 mortes) e, na *Venezuela*, a queda do regime militar de Marcos Pérez Jimenez (1958) (500 mortos).

2.1.2 A segurança sul-americana a partir dos anos 1980: a integração no Cone Sul e os conflitos no Norte Andino

A partir dos anos 1980, dois processos securitários distintos passaram a ocorrer nas partes norte e sul do subcontinente sul-americano. No Cone Sul, ocorreu um processo de distensão das relações interestatais, onde as rivalidades mais importantes foram superadas (Brasil-Argentina e

Argentina-Chile). No Norte Andino, ao contrário, aos conflitos territoriais preexistentes foram adicionados os problemas relacionados, sobretudo, à produção e ao tráfico de drogas.

Como analisado no capítulo anterior, os autores Barry Buzan e Ole Wæver dividem o mundo no que eles denominam de Complexos Regionais de Segurança. Um destes complexos consiste na totalidade da América do Sul[65], o qual, por sua vez, é dividido em dois subcomplexos: o Norte Andino e o Cone Sul. O complexo do Cone Sul é composto por Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Chile, enquanto o complexo do Norte Andino[66] compreende Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana[67]. O mapa da página seguinte ilustra essas divisões.

No Cone Sul, existem três processos-chave para se entender a transformação, a partir dos anos 1980, de um padrão de conflito em um padrão de cooperação: I) a reaproximação Brasil-Argentina, II) o surgimento do Mercosul e III) a resolução das principais questões fronteiriças, permanecendo apenas a do acesso boliviano ao Pacífico (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 322-23). Vejamos cada um desses processos em separado.

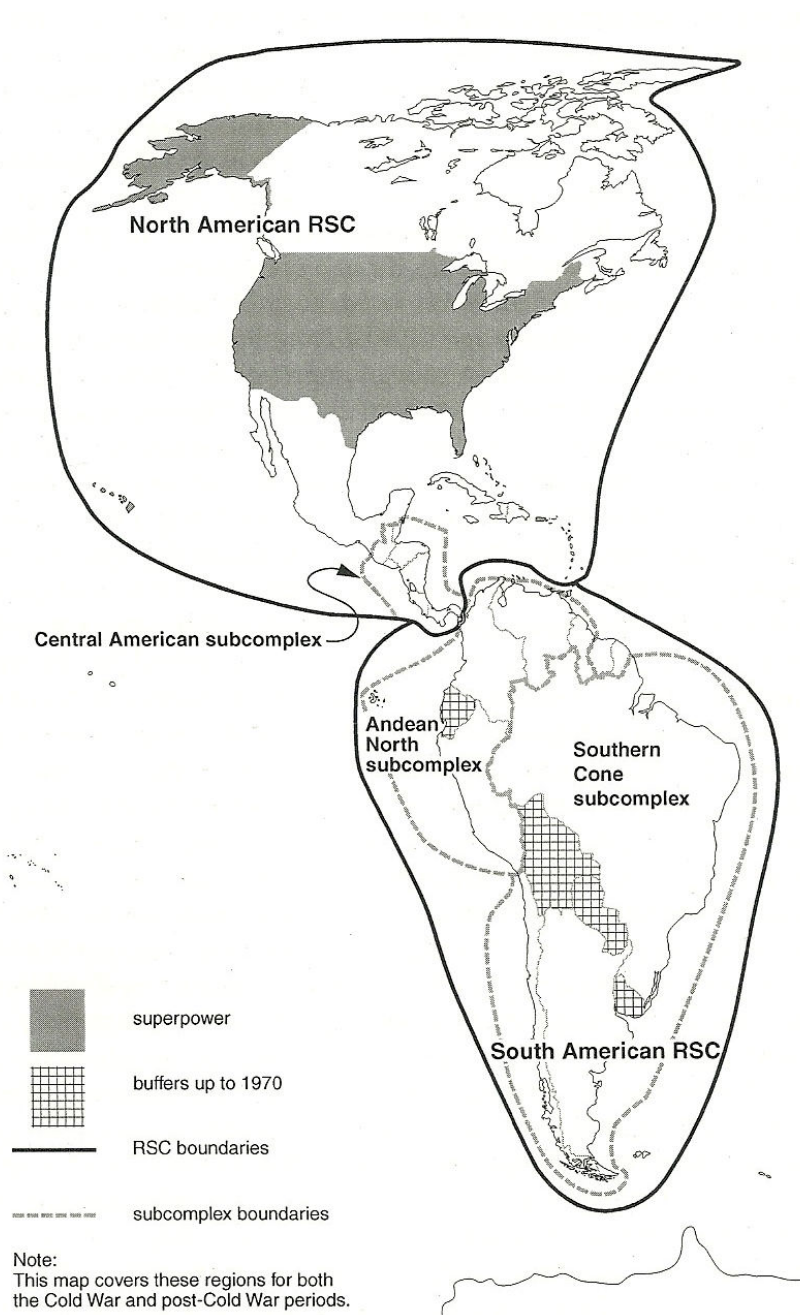
Até os anos 1970, a história das relações bilaterais entre Brasil e Argentina foi a de dois países que se enxergaram, na maior parte do tempo, como rivais. Com a reaproximação ocorrida no final dos anos 1970, favoreceu-se, em um primeiro momento, a cooperação bilateral e foram geradas, posteriormente, as condições para o início do processo de integração. Com estes processos em curso, foi se formando um eixo bilateral que viria a contribuir para a geração de um ambiente de relações interestatais amistosas em todo o Cone Sul. Este fenômeno foi posteriormente reforçado pela superação das divergências territoriais entre Chile e Argentina, ainda nos anos 1980, e pela posterior reaproximação entre os dois países, ocorrida nos anos 1990. A superação de todas estas rivalidades e divergências teve como resultado a "pacificação" do Cone Sul. Paraguai, Uruguai e Bolívia perderam então a sua função geopolítica de Estados-tampão (Ibid., p. xxv-xxvi) e foram atraídos para a órbita do eixo Brasil-Argentina.

---

[65] Com o fim da Guerra Fria, passaram a existir nove Complexos Regionais de Segurança: América do Sul, América do Norte, Europa, Pós-União Soviética, Sul da Ásia, Leste Asiático, Oriente Médio, África Austral e África Central. Há, ainda, duas regiões que Buzan e Wæver denominam de proto-complexos regionais de segurança: África Ocidental e Chifre da África (BUZAN e WÆVER, 2003, p. xvi).

[66] O termo "Norte Andino" é mais preciso do que o termo "Andino", visto que Chile e Argentina também são países andinos. Este termo consta em Buzan e Wæver (2003, p. 317) como *Andean North*.

[67] A Guiana (assim como o Suriname) encontra-se mais próxima dos países do Caribe do que dos da América do Sul por sua formação histórica, línguística e composição étnica. Ela é, inclusive, um estado-membro da Comunidade do Caribe (CARICOM). Contudo, para as questões de segurança, em função da reivindicação venezuelana sobre parte do território da Guiana, ela também é incluída no espaço do Norte Andino (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 266).

Mapa 2.1 - Complexos e Subcomplexos Regionais de Segurança nas Américas

Fonte: Buzan e Wæver (2003, p. 266).

Quanto ao segundo processo, o Mercosul, ao contrário de outros projetos latino-americanos de integração que o precederam, teve nas relações Brasil-Argentina o seu núcleo duro. O surgimento do bloco, ademais das consequências econômicas, teve impactos também sobre a segurança regional. Por um lado, ao institucionalizar a reaproximação Brasil-Argentina, contribuiu

para a manutenção de relações bilaterais pacíficas; por outro, ele indiretamente pressionou alguns dos países vizinhos a reverem suas estratégias de inserção externa, visto que não mais poderiam agir como instrumentos para o balanço de poder entre Brasil e Argentina. Vejamos alguns aspectos das relações de Brasil e Argentina com os países "menores" do Cone Sul a fim de melhor compreender essa "pacificação".

Na história de Bolívia, Paraguai e Uruguai sempre estiveram presentes, em profundidade, as relações com o Brasil e com a Argentina, seus vizinhos "maiores", os quais disputaram, por diversas vezes, a influência sobre eles como um caminho para a construção da hegemonia regional. Nos anos 1960 e 1970, acordos de cooperação do Brasil com os três "menores", como a Ata de Iguaçu, com o Paraguai, em 1966; acordos para a compra de gás da Bolívia, em 1973 e; projetos de desenvolvimento das bacias da Lagoa Mirim e do Rio Jaguarão, com o Uruguai, provocaram o receio argentino de um possível aumento da influência brasileira nesses países, o que levou a chancelaria argentina a obstruir algumas iniciativas brasileiras de integração (CERVO; BUENO, 2002, p. 418), como ocorreu no caso da construção de Itaipu. A superação da rivalidade Brasil-Argentina nos anos 1980 e a integração entre os dois países a partir da segunda metade daquela década, contudo, transformaram o eixo Brasil-Argentina em um polo conjunto de poder que acabou por atrair para a sua órbita o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. Dessa forma, Paraguai e Uruguai aderiram ao Mercosul em 1991, somando-se a um processo que vinha sendo conduzido apenas por Brasil e Argentina desde 1986. Posteriormente, em 1996, a Bolívia também ingressou no Mercosul, com o *status* de membro associado.

O terceiro processo teve na reaproximação entre Chile e Argentina o seu eixo fundamental. De fato, no Cone Sul, além da rivalidade Brasil-Argentina, existia outra de grande importância: a rivalidade Chile-Argentina, geralmente pouco estudada nas análises brasileiras sobre a sub-região.

Com a independência fragmentada do Vice-Reinado do Prata e a independência da antiga Capitania do Chile, os dois países passaram a disputar, inicialmente, o controle sobre a Patagônia, questão que veio a ser solucionada apenas em 1881 com o Tratado de Limites, favorável à Argentina. Outros conflitos territoriais mantiveram-se latentes, o mais recente deles o do Canal de Beagle, no extremo sul dos dois países. Nos anos 1960, a Argentina passou a reivindicar a posse de três ilhas no canal (Picton, Nueva e Lennox). A questão foi submetida à arbitragem internacional, com a decisão sendo tomada em 1977, favorável ao Chile (ONU, 2006). Mesmo com a suposta

afinidade ideológica entre os governos de Pinochet e Jorge Videla, a Argentina, descontente com o resultado da arbitragem, passou a planejar um ataque militar ao Chile, o qual chegou a ser desencadeado por meio da *Operación Soberanía*, em 1978, mas que acabou sendo abortado. A guerra acabou por não se consumar e a disputa se estendeu até 1984, quando, com a intermediação do Vaticano, foi assinado um tratado de limites no qual foi acordado que a posse das ilhas seria do Chile. Desde então, o assunto parece ter sido definitivamente solucionado. Naquele intervalo de tempo (1978-84), ainda ocorreria a Guerra das Malvinas (1982), na qual o apoio chileno ao Reino Unido manteve tensas as relações chileno-argentinas (CLARÍN, 2005).

O Tratado de Limites de 1984 significou para as relações Chile-Argentina, guardadas as devidas proporções, o que o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979) significou para as relações Brasil-Argentina. Com o Tratado de Limites, o principal ponto de discórdia entre os dois países foi solucionado, criando-se um ambiente bilateral mais favorável à cooperação. Argentina e Chile passaram a cooperar então em diversos campos, inclusive na área de defesa e segurança. Junto com Brasil e Argentina, o Chile assinou o Compromisso de Mendoza, em 1991, que proibiu a posse, a proliferação e o uso de armas químicas e biológicas. Como forma de conferir maior transparência às questões de defesa, o Chile publicou em 1997 o Livro Branco da Defesa Nacional e a Argentina fez o mesmo em 1999. Também para mútua transparência, Chile e Argentina solicitaram à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) um estudo sobre mensuração de gastos em defesa, concluído em 2001. Atualmente, a cooperação em defesa entre os dois países encontra-se em estágio relativamente avançado. Como será visto no próximo capítulo, o Chile, atualmente, é o segundo país com o qual a Argentina mais realiza exercícios militares combinados (o primeiro é o Brasil). Além disso, desde o final de 2008, está em condições de ser empregada uma unidade militar combinada chileno-argentina para atuação em missões de paz: a Força de Paz Binacional, a primeira força militar combinada entre países sul-americanos (MINISTERIO DE DEFENSA, 2008, p. 13).

Com a observação de todos esses processos, alguns autores como Andrew Hurrell (1998), Daniel Flemes (2004b) e Andrej Tusicisny (2007) têm levantado a possibilidade de que tenha surgido no Cone Sul o que Karl Deutsch denominou de *comunidade de segurança.* Tal expressão veio a público em um trabalho de 1957 do autor, chamado *Political community and the North Atlantic area: international organization in the light of historical experience*, sendo definida como uma comunidade de Estados onde “[...] há uma garantia real de que os membros da

comunidade não irão se enfrentar fisicamente e que irão resolver os seus conflitos de outras formas." (DEUTSCH *apud* FLEMES, 2004b, p. 218, tradução livre)[68]. Assim, uma comunidade de segurança passa a existir quando os Estados deixam de considerar a utilização da força militar como um instrumento de resolução de suas disputas. A aplicação do conceito ao caso do Cone Sul decorreria do fato de que, com o surgimento do Mercosul e com as diversas medidas de confiança mútua adotadas entre os Estados do Cone Sul, a força militar teria perdido o seu papel tradicional de produzir um efeito dissuasório sobre os países vizinhos. De fato, Brasil e Argentina, assim como Chile e Argentina, deixaram de se enxergar como possíveis inimigos e eliminaram as hipóteses de emprego da força militar como um instrumento para a resolução de conflitos entre si. Mas qual a visão daqueles autores quanto a isso? Para Hurrell (1998, p. 260), tal comunidade já existia no âmbito do Mercosul, embora ainda fosse imperfeita. Para Flemes (2004b, p. 185), ainda não se poderia falar em uma comunidade de segurança no Cone Sul, visto que Brasil, Chile e Argentina carecem de posições comuns a respeito da cooperação em segurança. Já para Tusicisny (2007, p. 433), que analisou apenas Brasil, Argentina e Uruguai, não há uma comunidade de segurança entre os três países em função da instabilidade política e da força do crime organizado.

Enquanto a "pacificação" ocorria no Cone Sul, no Norte Andino, a partir dos anos 1980 e, sobretudo a partir dos anos 1990, ocorria um fenômeno oposto: o aumento da conflituosidade. Em parte, isso foi causado indiretamente pela ampliação das políticas de erradicação do plantio de folhas de coca na Bolívia e no Peru. As maiores plantações de coca situavam-se, historicamente, naqueles dois países, enquanto o refino da cocaína e os barões das drogas concentravam-se na Colômbia e no México (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 328-29). Com o apoio norte-americano para a erradicação das plantações de coca na Bolívia e no Peru, contudo, o fluxo de coca destes países para a Colômbia caiu drasticamente, provocando, indiretamente, a ampliação das plantações de coca na Colômbia. Assim, o problema das drogas, que já atingia duramente a Colômbia, passou a se concentrar ainda mais no país (Ibid., p. 328-29). Passou a ocorrer, além disso, um transbordamento (*spillover*) do conflito interno colombiano em direção ao Equador e à Venezuela, por meio tanto dos fluxos de refugiados em direção aos dois países como do suposto apoio de seus governos a movimentos guerrilheiros na Colômbia. Segundo informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Governo do Equador, há cerca de 135 mil

---

[68] "[…] there is a real assurance that the members of that community will not fight each other physically, but will settle their disputes in some other way."

refugiados colombianos no norte do Equador (ONU, 2009, p. 2), enquanto na Venezuela há entre 120 mil e 200 mil (LARI; GARCIA, 2009). Nas fronteiras Colômbia/Equador e Colômbia/Venezuela têm havido uma deterioração progressiva da segurança, com a ocorrência de incursões de guerrilheiros em território venezuelano e equatoriano. Em 2009, foi o próprio Exército Colombiano que atacou bases das FARC no Equador (Operação Fênix), gerando uma crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela. Já eram frequentes, por essa época, as acusações por parte do governo colombiano de que os governos de Hugo Chávez (1999-) e Rafael Correa (2007-) eram apoiadores das FARC. Equador e Venezuela negam tal relação e contestam duramente a presença norte-americana na Colômbia, mantendo-se, assim, a tensão nas relações entre os três países.

A ampliação dos problemas no Norte Andino relacionados às drogas e às guerrilhas vieram se somar a questões territoriais não solucionadas. Colômbia e Venezuela possuem um litígio envolvendo o Golfo da Venezuela/Golfo da Colômbia, onde as reivindicações do espaço marítimo por parte de cada país são sobrepostas. Este litígio teve um momento de tensão em 1987, quando um navio da Marinha da Colômbia adentrou o espaço marítimo que a Venezuela alegava lhe pertencer e esta mobilizou meios militares para dissuadir a Colômbia a retirar o navio. A solução acabou por ser pacífica após um pedido realizado pelo secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e pelo presidente da Argentina para que a Colômbia retirasse o navio da área contestada. Este episódio ficou conhecido como "a crise da Corveta Caldas". Em 1995, uma antiga disputa territorial entre Equador e Peru chegou a se consumar militarmente pela terceira vez (as outras duas em 1941 e 1981), em um conflito que ficou conhecido como Guerra de Cenepa e que provocou 100 mortes (PASTORE, 2006, p. 303). Outra questão territorial não resolvida é a reivindicação da Venezuela sobre cerca de 2/3 do território da Guiana, compreendendo toda a área guianense a leste do Rio Esequibo. A reivindicação se baseia no princípio do *uti possidetis iure*, tendo em vista a área ter pertencido ao antigo Vice-Reinado da Nova Granada.

No Norte Andino, do ponto de vista político, as divergências entre os governos, atualmente, são grandes, sobretudo no que se refere às relações entre Colômbia e Equador e entre Colômbia e Venezuela. O recente fortalecimento das Forças Armadas da Venezuela também tem contribuído para o aumento da tensão na região, com esse movimento venezuelano sendo criticado por parte da Colômbia, sobretudo em relação à aquisição de aeronaves de combate e de corvetas, que poderiam perturbar o equilíbrio de poder na região (BROMLEY; PERDOMO, 2005, p. 15). No

caso da aquisição venezuelana de 100 mil fuzis AK-103, a inteligência da Colômbia teme que os fuzis substituídos sejam desviados para as guerrilhas colombianas (Ibid., p. 16-17). Do ponto de vista econômico, por sua vez, o Mercosul encontra-se em situação bastante mais promissora do que a Comunidade Andina (CAN), bastante enfraquecida após Peru e Colômbia terem assinado Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos em 2006 e após a Venezuela ter deixado o bloco, também em 2006.

Ainda assim, mesmo havendo padrões securitários cada vez mais distintos entre as duas sub-regiões, não há separação entre elas, pois o Brasil permanece como o elemento agregador do Complexo Regional de Segurança Sul-Americano, desempenhando papel importante no Cone Sul, mas também no Norte Andino (BUZAN e WÆVER, 2003, p. 332), sobretudo com a Amazônia ganhando prioridade cada vez maior na política de segurança brasileira.

2.2 As relações Brasil-Argentina a partir dos anos 1980

2.2.1 As relações Brasil-Argentina como eixo da integração regional

A noção de que as relações entre Brasil e Argentina constituem um *eixo* foi introduzida por Luiz Alberto Moniz Bandeira, em 1987, no livro *O Eixo Argentina-Brasil: o Processo de Integração da América Latina* (CERVO, 2008, p. 211). De acordo com tal perspectiva, as relações entre os dois países são determinantes para a estabilidade ou instabilidade da América do Sul. Mas qual o significado deste conceito?

Segundo Raquel Patrício (2006), as relações em eixo consistem em "[...] uma relação especial estabelecida entre duas potências que fazem entre si fronteiras vivas e desenvolvem uma profícua complementaridade econômica, numa primeira fase assentando sobre rivalidades mútuas que evoluem, num segundo momento, para um comportamento cooperativo finalmente assente sobre verdadeiras parcerias estratégicas." (PATRÍCIO, 2006, p. 6-7). O conceito aplica-se, assim, às relações bilaterais entre potências regionais vizinhas que, inicialmente, são rivais e, posteriormente, se transformam em parceiras estratégicas, casos, por exemplo, das relações entre Brasil e Argentina e entre França e Alemanha, conforme estudo comparativo feito por Raquel Patrício (2006).

Nas relações Brasil-Argentina, a transformação da rivalidade em cooperação foi um processo que ocorreu nos anos 1980. Ademais da redução da conflituosidade nas relações

bilaterais, houve um transbordamento (*spillover*) regional deste novo padrão de cooperação e as relações em eixo entre os dois países atraíram para sua órbita os vizinhos "menores" (Paraguai, Uruguai e Bolívia), promovendo uma pacificação em todo o Cone Sul: "Sobressaindo da região em que surgem pela criação de potência, as relações em eixo acabam por afirmar-se como o eixo de gravitação regional." (PATRÍCIO, 2006, p. 7). É desta característica das relações em eixo que decorre a importância da reaproximação Brasil-Argentina para a integração regional: "[...] as relações em eixo funcionam como condição necessária para a existência de processos regionais de integração, estando na origem, na consolidação e condução destes pela força integradora que geram." (PATRÍCIO, 2006, p. 7). Nesse sentido, a reaproximação Brasil-Argentina foi elemento essencial à integração do Cone Sul e, com o aprofundamento estratégico das relações entre os dois países, tornar-se-ia cada vez mais viável, também, a integração sul-americana a partir deste eixo.

Esta abordagem é utilizada por autoridades governamentais e por diversos autores. Ao se referir às relações Brasil-Argentina, Monica Hirst afirmou que "As relações Brasil-Argentina constituem o principal eixo bilateral do equilíbrio de forças econômicas e políticas entre os Estados latino-americanos." (HIRST, 1988, p. 55). Sobre a reaproximação Brasil-Argentina, Paulo Vizentini comentou que: "No início dos anos 80, o acercamento Brasil-Argentina viria a ser a espinha dorsal da integração regional, coroada com a constituição do Mercosul em 1991" (VIZENTINI, 2003, p. 184). Paulo Nogueira Batista Jr. afirmou que "[...] uma aliança estratégica entre Argentina e Brasil continua sendo a pedra angular da integração da América do Sul." (BATISTA JR., 2005, p. 74). Amado Cervo considerou este conceito como um dos paradigmas de análise das relações regionais e citou alguns autores que trabalham a partir dele: Samuel Pinheiro Guimarães, José María Lladós, Luiz Felipe de Seixas Corrêa e Heloísa Vilhena de Araújo (CERVO, 2006, p. 211). Quanto às declarações de autoridades, Celso Amorim, antes de um encontro bilateral entre os presidentes de Brasil e Argentina, ocorrido em 2005, afirmou o seguinte acerca dos acordos que seriam assinados pelos dois países: "Eles vão cimentar uma aliança estratégica bilateral que será a vértebra principal da integração sul-americana." (AGÊNCIA CÂMARA, 2005).

Além das relações Brasil-Argentina, as relações em eixo podem ser uma forma de se analisar as relações entre outros países sul-americanos. Pode-se falar em um eixo Brasil-Venezuela (CERVO, 2006, p. 43) ou em um eixo triplo Brasil-Venezuela-Argentina (Ibid., p. 38).

2.2.2 A mudança no perfil das relações Brasil-Argentina nos anos 1980

Nos anos 1970, o principal ponto de discórdia nas relações entre Brasil e Argentina versou sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Desde a década de 1930, o Brasil apresentava índices de crescimento econômico muito superiores aos da Argentina. Ademais, a ascensão de Alfredo Ströessner no Paraguai, em 1954, marcou o início de um período no qual a política externa paraguaia passou a privilegiar as relações com o Brasil em detrimento parcial das relações com a Argentina[69]. Em função dos seus elevados índices de crescimento econômico desde décadas anteriores, o Brasil necessitava de novas fontes de energia e buscou, assim, entrar em acordo com o Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos rios compartilhados pelos dois países. A Ata de Iguaçu, assinada em 1966, demonstrava a intenção dos dois governos de construir uma usina hidroelétrica no trecho situado entre o Salto Grande de Sete Quedas e a foz do Rio Iguaçu, a apenas alguns quilômetros da Tríplice Fronteira. O Tratado de Itaipu, de 1973, foi o instrumento legal que criou a empresa Itaipu Binacional, destinada a explorar o potencial hidroelétrico daquele trecho.

O grande crescimento econômico brasileiro, somado à possibilidade de que o Paraguai, com a construção de Itaipu, se tornasse definitivamente mais ligado ao Brasil do que à Argentina, produziram um temor no governo argentino de um iminente desequilíbrio regional de poder em favor do Brasil. Dessa forma, a Argentina se opôs, inicialmente, à construção de Itaipu.

Com o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, assinado por Brasil, Argentina e Paraguai em outubro de 1979, a Argentina aceitou a construção da usina. Com o acordo, as relações Brasil-Argentina passaram a dar vários saltos na direção de uma maior cooperação. Já no ano seguinte (1980), vinte e quatro acordos bilaterais foram assinados e, ainda em 1980, o presidente Figueiredo visitou Buenos Aires, sendo que o último presidente brasileiro a fazer uma visita à capital argentina havia sido Getúlio Vargas, em 1935 (HURRELL, 1998, p. 235). Entre 1980 e 1983, ocorreram quatro visitas presidenciais recíprocas (CANDEIAS, 2006, p. 28).

Dos acordos de 1980, cabe destacar o que teve como tema a energia nuclear: o *Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear*. Dado o histórico de desconfiança mútua a respeito das reais intenções do vizinho quanto ao

---

[69] Sobre este assunto, ver AMARAL (2006).

aproveitamento da energia nuclear, este acordo teve importantes implicações para a segurança regional.[70] Embora o acordo tenha resultado, em um primeiro momento, em poucas medidas práticas do ponto de vista da cooperação tecnológica, ele teve importantes implicações políticas e militares ao contribuir para a diminuição da desconfiança mútua:

> Desta primeira etapa do processo de integração pode-se extrair as seguintes conclusões: 1) do ponto de vista da real cooperação nuclear, poucos foram os efetivos resultados; 2) sob o enfoque das antigas rivalidades estratégico-militares, representou um "passo adiante" na dissipação dos conflitos [...]. (OLIVEIRA, 1996, p. 135).

De acordo com os conceitos de cooperação em segurança e cooperação em defesa, diferenciados no capítulo 1, este acordo abrangeu, portanto, o campo da *cooperação em segurança.* Ele causou um impacto nas relações securitárias entre os dois países dado o caráter estratégico das pesquisas nucleares e a percepção de que, a partir de então, a possibilidade do desenvolvimento de armas nucleares por parte do vizinho passava a ser menor. Contudo, ele não foi uma ação de *cooperação em defesa*, pois não visou qualquer forma de ajuda militar mútua no campo bélico (pelo contrário).

Mesmo com o acordo de 1980, as desconfianças na área nuclear ainda se mantiveram. A possibilidade de desenvolvimento de armas nucleares continuou sendo cogitada tanto no Brasil como na Argentina durante a primeira metade dos anos 1980, em parte em função do temor de que o país vizinho passasse a deter a tecnologia para tanto: "A determinação do Brasil de manter aberta sua opção de desenvolver uma capacidade bélica nuclear provêm tanto do seu desejo de obter um *status* de grande potência como da percepção de que a Argentina o ultrapassou em termos de desenvolvimento nuclear." (CIA, 1983, p. 16, tradução livre)[71]. No caso brasileiro, o desenvolvimento de armas nucleares seria mais provável se houvesse uma ameaça de desequilíbrio de poder em favor da Argentina, o que ocorreria caso esta demonstrasse que pretendia desenvolver tal tecnologia: "[...] do ponto de vista do Brasil, uma crescente capacidade argentina de projetar e construir explosivos nucleares poderia rapidamente tornar-se um incentivo ao Brasil de seguir por

---

[70] No Brasil, havia dois projetos de pesquisa na área nuclear: o projeto civil e o projeto "paralelo", este último conduzido de forma independente pelas Forças Armadas. O objeto da desconfiança argentina era, sobretudo, o programa nuclear "paralelo" (OLIVEIRA, 1998, p. 13).

[71] "Brazil´s determination to keep its options open to develop a nuclear weapons capability derive both from its desire for great-power status and the realization that Argentina has outpaced it in nuclear development."

uma linha semelhante, especialmente se Brasília se convencesse de que Buenos Aires haveria tomado a decisão de desenvolver, testar ou instalar armas nucleares." (Ibid., p. 9, tradução livre)[72].

Seria apenas após a assinatura da Declaração Conjunta sobre Política Nuclear, de 1985, que a cooperação nuclear avançaria mais fortemente, surgindo então "projetos concretos de colaboração" (OLIVEIRA, 1996, p. 136-138).

Na segunda metade dos anos 1980, os fatores que motivaram a cooperação e a integração bilateral foram tanto políticos como econômicos. Em ambos os países, buscava-se a estabilização da democracia e a aliança externa foi uma forma de enfraquecer os grupos internos que não apoiavam a democracia restabelecida, sobretudo no caso da Argentina (HURRELL, 1998, p. 244). A política externa brasileira manteve o seu caráter universalista, mas se aumentou o grau de prioridade que se atribuía à América Latina (VAZ, 2000, p. 4). A mudança na política externa argentina, por sua vez, foi ainda maior, tendo em vista ser necessário restaurar a credibilidade política do país. A Argentina, após o fim dos governos militares, encontrava-se isolada politicamente, sobretudo em razão das violações aos direitos humanos cometidos durante a "guerra suja" e pelo fracasso na Guerra das Malvinas. A aliança com o Brasil foi, assim, uma estratégia de reinserção do país no cenário externo. O Brasil passou a ser visto como uma "[...] alternativa natural para um relacionamento privilegiado e orientado para um projeto de integração, conferindo-lhe, ademais do conteúdo político então prevalecente, uma racionalidade econômica." (Ibid., p. 5-6). Além das razões políticas, ambos os países estavam economicamente estagnados, sobretudo a Argentina. O modelo nacional-desenvolvimentista se esgotava e a integração passou a ser uma fonte de novos destinos para o capital, agora a operar em um espaço regional (FARIA, 2004, p. 105-106).

É importante destacar o caráter abrangente das propostas de cooperação e integração da segunda metade dos anos 1980. Tratavam-se de temas comerciais mas, também, de diversos outros temas. Sobre o projeto do período, Monica Hirst afirmou (à época) que "Entre suas características mais relevantes, está a abrangência de seus objetivos, reunindo propósitos econômicos, políticos, militar-estratégicos e culturais." (HIRST, 1988, p. 55). Sobre o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), criado em 1986, Samuel Pinheiro Guimarães comentou o seguinte: "O PICE tinha como estratégia central a idéia de superar, cautelosamente, a histórica rivalidade

---

[72] "[...] from Brazil´s perspective, a growing Argentine capability to design and build nuclear explosives could quickly become an incentive for Brazil to proceed along similar lines, particularly if Brasília becomes convinced that Buenos Aires has made a firm decision to develop, test, or deploy nuclear weapons"

econômica e política entre Brasil e Argentina através de um programa gradual e equilibrado de abertura comercial e de criação de mecanismos conjuntos de desenvolvimento industrial e tecnológico entre os dois maiores países da América do Sul." (GUIMARÃES, 1999, p. 585).

Esta perspectiva de cooperação/integração viria a ser substituída, nos anos 1990, por um modelo de integração primordialmente voltado para as questões comerciais. As propostas brasileiras dos anos 1990 referentes à integração Brasil-Argentina em outras áreas e também as referentes à integração sul-americana em seu conjunto não encontraram eco em um ambiente propício às políticas baseadas, em grande parte, no Consenso de Washington, e em uma Argentina que, politicamente, passava a mirar cada vez mais os Estados Unidos.

2.2.3 As relações bilaterais no "período de liberalização econômica" [73]

A posse de Carlos Menem na Argentina, em julho de 1989, foi o marco de uma importante ruptura na política exterior do país.[74] Algumas alianças externas foram revistas a partir das premissas de que a nova ordem do pós-Guerra Fria seria baseada nos valores liberais e que a inserção externa confrontativa de até então havia sido responsável, em parte, pelo fracasso econômico argentino (SARAIVA e TEDESCO, 2001, p. 129). Entre as principais opções externas adotadas, o país passou a alinhar-se cada vez mais aos Estados Unidos, seguindo uma estratégia que pode ser considerada como de *bandwagoning* (AYERBE, 1999, p. 73)[75].

Nos anos 1990, algumas ações da política externa argentina demonstraram esse alinhamento aos Estados Unidos e a busca de uma relação privilegiada com a superpotência: o reatamento das relações diplomáticas com o Reino Unido, em 1990; o apoio militar às Forças Aliadas na Guerra do Golfo, com o envio de duas fragatas e aviões de carga, sendo o único país latino-americano a participar militarmente do conflito; o abandono do Movimento dos Não-Alinhados, em 1991 e; o encerramento do projeto de mísseis balísticos Condor II, também em 1991, que foi uma condição imposta pelos Estados Unidos para o melhoramento das relações

---

[73] Ao invés de "período de liberalização econômica" poderia ser utilizada a expressão "período neoliberal". Contudo, em função do caráter pejorativo que acabou sendo incorporado ao termo *neoliberalismo*, ele não será usado.

[74] O período a ser tratado nesta subseção tem como marco inicial, para a Argentina, a posse de Carlos Menem na presidência do país em julho de 1989 e, para o Brasil, a posse de Fernando Collor em janeiro de 1990. O marco final, para a Argentina, é a renúncia de Fernando de La Rúa, em dezembro de 2001, e, para o Brasil, o término do mandato de Fernando Henrique Cardoso, em dezembro de 2002.

[75] Stephen Walt comparou os conceitos de *balancing* e *bandwagoning* da seguinte forma: "*Balancing* é definido como uma aliança com outros [Estados] contra a ameaça predominante; *bandwagoning* refere-se ao alinhamento com a própria fonte do perigo." (WALT, 1987, p. 17, tradução livre, grifo nosso).

bilaterais[76]. No campo econômico, a Argentina foi uma das principais defensoras da criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Estas posturas cooperativas foram reconhecidas pelos Estados Unidos quando estes conferiram à Argentina, em 1998, o título de aliada extra-OTAN, sendo até hoje o único país latino-americano com tal *status*.

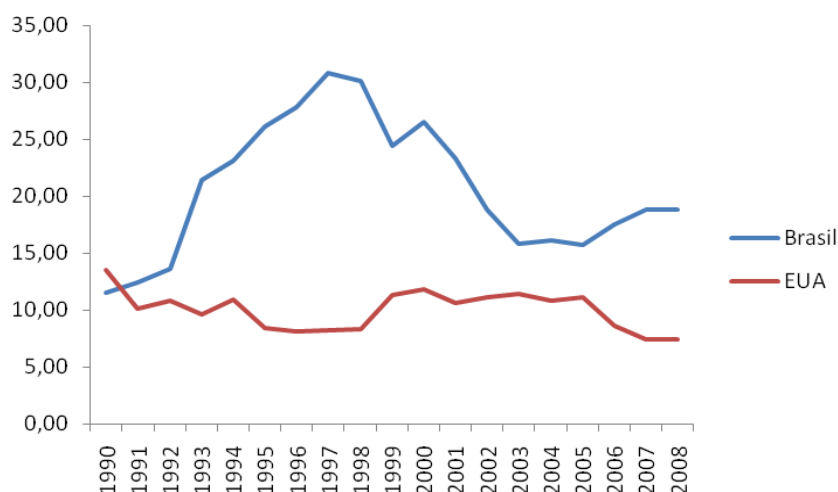
Mesmo com o alinhamento aos Estados Unidos, o Brasil passou a ser um importante parceiro econômico. Os dados a seguir demonstram como o Brasil passou a representar, a partir dos anos 1990, um elevado percentual de destino das exportações argentinas (estão presentes, como referência, os percentuais das exportações destinadas aos Estados Unidos):

Tabela 2.1 – Exportações argentinas para Brasil e Estados Unidos: 1990-2008 (percentuais sobre o total exportado)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	11,5	12,4	13,7	21,5	23,1	26,2	27,8	30,8	30,1	24,4	26,5	23,3	18,8	15,8
EUA	13,5	10,1	10,8	9,6	10,9	8,4	8,2	8,2	8,3	11,3	11,8	10,7	11,2	11,4

	2004	2005	2006	2007	2008
Brasil	16,2	15,7	17,5	18,8	18,8
EUA	10,8	11,1	8,7	7,5	7,4

Fonte: Centro de Economia Internacional (Argentina). Elaboração própria.

Gráfico 2.1 – Exportações argentinas para Brasil e Estados Unidos: 1990-2008 (percentuais sobre o total exportado)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

[76] Em documento da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), há uma menção explícita dessa requisição por parte dos Estados Unidos e a consciência, por parte do Governo Menem, de que o fim do projeto era crucial para que as relações com os Estados Unidos melhorassem (CIA, 1991, p. 1).

Observa-se um forte crescimento na participação das exportações para o Brasil a partir de 1992, atingindo-se o pico do período em questão nos anos 1997-98, quando o Brasil chegou a ser o destino de mais de 30% das exportações argentinas. Com a desvalorização do Real (janeiro de 1999) e a crise econômica argentina, o percentual diminuiu bastante e, em 2008, ainda encontrava-se abaixo do de 1993.

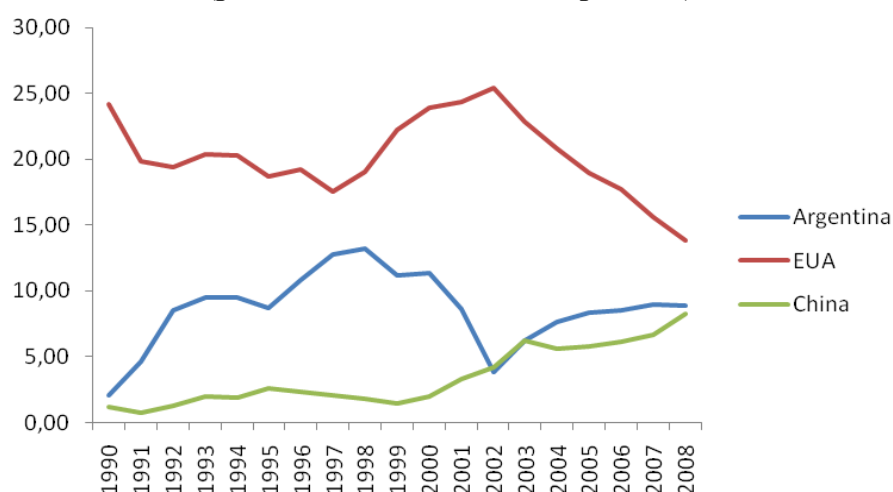
As exportações do Brasil para a Argentina também refletem o aprofundamento do comércio bilateral, como se observa na tabela e no gráfico abaixo (estão presentes, como referência, os percentuais das exportações destinadas aos Estados Unidos e à China):

Tabela 2.2 – Exportações brasileiras para Argentina, Estados Unidos e China: 1990-2008 (percentuais sobre o total exportado)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Argentina	2,1	4,7	8,5	9,5	9,5	8,7	10,8	12,8	13,2	11,2	11,3	8,6	3,9	6,2
EUA	24,2	19,8	19,4	20,3	20,3	18,7	19,2	17,5	19,1	22,2	23,9	24,4	25,4	22,8
China	1,2	0,7	1,3	2,0	1,9	2,6	2,3	2,1	1,8	1,4	2,0	3,3	4,2	6,2

	2004	2005	2006	2007	2008
Argentina	7,6	8,4	8,5	9,0	8,9
EUA	20,8	19,0	17,7	15,6	13,9
China	5,6	5,8	6,1	6,7	8,3

Fonte: Centro de Economia Internacional (Argentina). Elaboração própria.

Gráfico 2.2 – Exportações brasileiras para Argentina, Estados Unidos e China: 1990-2008 (percentuais sobre o total exportado)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

Como se observa, em 1990, a Argentina absorveu apenas 2,1% das exportações brasileiras e os Estados Unidos foram o destino de 24,2%. Passou a haver uma forte elevação no peso das exportações brasileiras destinadas à Argentina a partir de 1991, ano do Tratado de Assunção. Em 1998, quando houve o pico do período em questão, o percentual das exportações destinadas à Argentina chegou a ser de 13,2%. Naquele ano, terminava o "qüinqüênio dourado do Mercosul (1994-98)" (HIRST, 2003, p. 272) e, a partir de então, passou a haver uma forte queda, em função, primeiramente, da desvalorização do Real, em janeiro de 1999 (que favoreceu as exportações brasileiras para outros destinos) mas, sobretudo, a partir da crise argentina de 2001-02. Um novo crescimento se iniciou a partir de 2003, atingindo-se, em 2008, níveis próximos aos da metade dos anos 1990. Durante a maior parte do período, a Argentina manteve-se como o segundo destino das exportações brasileiras.

Não há como negar, assim, o grande crescimento das relações comerciais entre os dois países nos anos 1990. Contudo, o que ocorre é que a parceria Brasil-Argentina neste período teve como foco dominante tais relações. No campo político, Brasil e Argentina divergiram em muitos temas da agenda internacional e os Estados Unidos foram a principal referência para a Argentina. Como disseram Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlian: "Historicamente, o Brasil havia sido um 'outro' competidor cuja expansão econômica, contrastante com a relativa estagnação argentina, servira para nutrir a imagem de rivalidade, e agora era economicamente indispensável mas politicamente inconveniente." (RUSSELL e TOKATLIAN, 2003, p. 86).

O Brasil, embora tenha experimentado mudanças importantes na política externa a partir do início dos anos 1990, não passou por um processo tão radical de revisão de sua trajetória. Alguns exemplos demonstram a convergência da Argentina com os Estados Unidos e as diferenças em relação à política externa brasileira. O Brasil manteve-se neutro na Guerra do Golfo, teve uma postura crítica em relação à ALCA no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (VIZENTINI, 2005, p. 381) e criticou a Argentina quando esta obteve o *status* de aliada extra-OTAN, concedido pelos Estados Unidos (CERVO, 2008, p. 141).

Em resumo, a Argentina buscou os Estados Unidos para que estes fossem o aliado político fundamental, enquanto ao Brasil ficou reservada a posição de aliado importante, porém secundário, com o qual se priorizou o comércio em detrimento de uma possível concertação política bilateral destinada a unir as posições de ambos junto a terceiros. Em relação às múltiplas possibilidades de cooperação e integração que se planejaram nos anos 1980, a integração dos anos

1990 se desenvolveu, sobretudo, no comércio: “Os aspectos desenvolvimentistas da PICE foram abandonados e foi ele transformado em um esquema simples de redução automática, até a eliminação completa, de barreiras comerciais [...]” (GUIMARÃES, 1999, p. 585).

Teve continuidade, ainda assim, a diminuição na percepção de ameaça mútua. Ambos os países cooperaram em segurança no sentido de criarem uma Zona de Paz na América do Sul (CERVO; BUENO, 2002, p. 471), a qual obteve um relativo sucesso, ao menos no Cone Sul, onde as questões passíveis de provocarem conflitos bilaterais foram quase todas solucionadas. As rivalidades entre Brasil e Argentina, entre Argentina e Chile e a rivalidade entre Bolívia e Paraguai, originária da Guerra do Chaco (1932-35), foram superadas. Brasil e Argentina, juntamente com Chile e Estados Unidos, tiveram ainda um importante papel na solução do conflito entre Equador e Peru, em 1995. Apenas permaneceu em aberto a questão do acesso boliviano ao Pacífico.

Com a posse de Fernando de la Rúa na presidência argentina, em dezembro de 1999, embora o discurso tenha sido o de maior aproximação com o Brasil, manteve-se, na prática, o alinhamento aos Estados Unidos, tal como havia ocorrido nos dois mandatos de Menem (RUSSELL e TOKATLIAN, 2003, p. 86); (BERNAL-MEZA, 2008, p. 164).

Da análise de todo este período, conclui-se que a perspectiva de construção de relações estratégicas entre Brasil e Argentina foi frustrada em função da ênfase nas questões comerciais e na postura da política externa argentina, que priorizou as relações políticas com os Estados Unidos. Ainda assim, as relações bilaterais mantiveram-se bastante amistosas, não havendo um retorno ao padrão de rivalidade dos anos 1970.

Como será analisado no capítulo 4, os governos do “período de liberalização econômica”, se, por um lado, não contribuíram para o aprofundamento das relações estratégicas entre os dois países, por outro, criaram as condições para que tais relações fossem construídas no período seguinte. Foi ainda em 1994 que se criou o Sistema de Consulta e Coordenação Brasil-Argentina (BRASIL; ARGENTINA, 1994) e, na Declaração do Rio de Janeiro, de abril de 1997, o termo “aliança estratégica” já foi utilizado para definir as relações bilaterais (BRASIL; ARGENTINA, 1997b).

2.2.4 As relações bilaterais no governo Lula e nos governos Néstor e Cristina Kirchner: convergências e relações em áreas estratégicas

Com a crise econômica na Argentina em 2001-02 e a posse de Lula no Brasil, em janeiro de 2003, ocorreu o encerramento de um ciclo de liberalização econômica nos dois países.

Na Argentina, a política externa do período anterior sofreu um duro questionamento, sobretudo em função da inexistência do auxílio norte-americano quando ocorreu a crise argentina de 2001-02, ao contrário do que era esperado após mais de uma década de forte alinhamento político (RUSSELL; TOKATLIAN, 2003, p. 15-16). Assim como viria a ocorrer no Brasil, a Argentina passou a adotar posições mais pragmáticas, havendo, assim, uma convergência entre as novas visões dos dois países:

> A convergência estratégica entre os dois parceiros ocorre por meio da articulação de uma visão mais objetiva das relações internacionais e do distanciamento em relação aos sonhos kantianos de uma ordem internacional reformada pela governança global liberal, falha já nos fins dos anos 1990. Esse modelo, embora radicalizado na Argentina de Menem, esteve também presente, em menor grau, na inserção internacional do Brasil dos anos 1990, como o demonstrou Cervo. (SARAIVA, J., 2004, p. 5).

Dessa forma, as relações com o Brasil passaram a recuperar a sua importância política, enfatizando-se cada vez mais o seu caráter estratégico:

> [...] as relações com o Brasil foram colocadas como uma prioridade da política externa do governo de transição de Duhalde e do governo de Kirchner. Na região do Cone Sul, os vínculos com o Brasil foram elevados ao status de relações estratégicas, como ferramenta destinada a maximizar a margem de manobra da Argentina em relação aos Estados Unidos e frente à União Européia, especificamente nas negociações comerciais internacionais e dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC). (VADELL, 2006, p. 204).

No Brasil, quando Lula assumiu a presidência, seu governo colocou a América do Sul como principal prioridade em termos de política externa, uma iniciativa que Fernando Henrique Cardoso já havia proposto, mas que não chegou a se concretizar. Para a construção da integração sul-americana planejada pelo governo Lula seria necessário, contudo, o fortalecimento prévio do eixo bilateral com a Argentina. Assim, enquanto o "[...] país platino sempre foi, para FHC, 'um' parceiro estratégico, [...] Lula o considera como 'o' parceiro estratégico." (ALMEIDA, 2004, p. 174). Deve-se destacar, inclusive, que a primeira visita externa de Lula, já como presidente eleito, foi à Argentina, no início de dezembro de 2002.

Do ponto de vista brasileiro, apenas a partir dessa aliança estratégica seria possível a transformação da América do Sul em um polo de poder mundial, um dos objetivos da política externa de Lula (CERVO, 2008, p. 213). Nesse sentido, a integração com a Argentina tornou-se parte de um projeto mais ambicioso: o da integração sul-americana sob a liderança brasileira, com o objetivo de criar um polo sul-americano de poder em uma futura ordem mundial multipolar[77]. Nessa nova orientação da política externa brasileira, tem havido a ampliação no número de temas constantes da pauta das relações com a Argentina, com maior ênfase sobre as *relações estratégicas* entre os dois países. Temas como a integração sul-americana, a atuação conjunta em espaços multilaterais e a cooperação nas áreas nuclear, de defesa, nanotecnologia, entre outras, passaram a ser tratadas em maior profundidade.

Acerca da integração sul-americana, a criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, foi um marco fundamental desta nova política externa de Brasil e Argentina. O processo foi, de fato, liderado pelo Brasil, mas contou com absoluto apoio argentino. O seu objetivo central é a transformação da América do Sul em um polo mundial de poder:

> O Brasil, ao encorajar, na reunião de Cuzco [dezembro de 2004], o lançamento da União Sul-Americana de Nações, depois denominada União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), teve um objetivo estratégico, visando a tornar não propriamente a si próprio, mas o conjunto dos países do sub-continente, uma potência mundial, não só econômica, como também política. Sua dimensão ultrapassava, de longe, o caráter meramente comercial. O Brasil não abdicara do projeto de tornar-se potência mundial, porém, compreendera que a consecução de tal objetivo passava pela sua integração com a Argentina e, em uma segunda etapa, com todos os demais países da América do Sul. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 99-100).

A concertação de posições em espaços multilaterais também cresceu em importância, destacando-se: a participação conjunta de Brasil e Argentina nas negociações agrícolas por ocasião do encontro da OMC, em Cancún, em 2003; a formulação de uma única posição para se discutir a formação da ALCA no encontro ocorrido em Miami, em 2004 e; a articulação para a reforma do sistema financeiro internacional, no âmbito do G-20 Financeiro, a partir de 2008.

Quanto à cooperação bilateral em temas estratégicos (espacial, nanotecnologia, nuclear, defesa, etc.), algumas evidências demonstram a existência de uma relação de bastante confiança entre os dois governos e que uma aliança estratégica, se ainda não existe, pode estar em formação.

---

[77] Esse tema será melhor abordado no capítulo 4.

Um dos assuntos desta "pauta estratégica" é a cooperação na área espacial. Brasil e Argentina estão desenvolvendo, atualmente, o Satélite Argentino-Brasileiro de Observação dos Oceanos, por meio da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) da Argentina e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) do Brasil. O satélite será destinado à observação oceanográfica, cujas informações obtidas podem ser utilizadas "[...] no uso sustentável de recursos marinhos vivos, gerenciamento ambiental, gestão e prevenção de desastres, meteorologia, clima e hidrologia." (AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA, s.d.).

Na área de nanotecnologia, por meio de um protocolo assinado durante o encontro presidencial de Puerto Iguazú, em novembro de 2005, foi criado o Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia (CBAN). Trata-se de um espaço destinado a promover: a transferência de conhecimentos; a formação e a capacitação de recursos humanos; a elaboração de projetos de P&D para o setor; a elaboração de propostas para integrar os setores públicos e privados neste tema e; a realização de estudos relativos à propriedade intelectual (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2008). Sob este espaço, diversas atividades já foram realizadas, como o *Seminário Nanotecnologia e Empresas*, realizado em novembro de 2005, em Buenos Aires (CASTRO, 2008); a *Escola de Nanopartículas*, evento ocorrido em maio/junho de 2006, também em Buenos Aires (Ibid.); a *Segunda Escola Brasileira de Nanobiotecnologia*, realizada em agosto de 2007, em Itajaí-SC (JORNAL DA CIÊNCIA, 2007a); a *Escola de Nanomagnetismo*, em dezembro de 2007, em Porto Alegre-RS (Idem, 2007b) e; a *Escola de Processamento e Caracterização de Materiais Nano-estruturados*, em dezembro de 2008, no Rio de Janeiro (Idem, 2008).

Outra área estratégica da cooperação bilateral é a nuclear. Como analisado na seção 2.2, a cooperação nuclear foi uma das áreas de interesse mútuo pela qual Brasil e Argentina se reaproximaram no início dos anos 1980. Sendo os dois únicos países sul-americanos a deterem a tecnologia nuclear naquele período[78], os acordos bilaterais assinados a partir de 1980 permitiram maior transparência dos respectivos programas nucleares, o que foi essencial à construção da confiança mútua. Contudo, a cooperação bilateral na área nuclear se limitaria, durante os anos 1990, às medidas voltadas para o aumento da transparência, como a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC), não havendo avanços do ponto de vista da cooperação científico-tecnológica. A partir de 2006, contudo, os dois países

[78] A primeira usina nuclear latino-americana foi a de Atucha I, instalada na Argentina, tendo começado a operar em 1974. A segunda foi a de Angra I, instalada no Brasil, a qual entrou em funcionamento em 1985.

retomaram seus programas nucleares e reativaram, também, a cooperação bilateral (AGUIAR, 2008). Em fevereiro de 2008, um acordo bilateral previu o desenvolvimento de projetos bastante ambiciosos na área. Deveriam ser realizados em conjunto: o desenvolvimento de um modelo de reator nuclear; a definição de um projeto comum no ciclo do combustível nuclear e; a criação de uma empresa binacional para enriquecimento de urânio. Em função desse acordo, foi constituída, em março de 2008, a Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) (BRASIL e ARGENTINA, 2008b).

Em outras áreas, a aproximação estratégica também pode ser notada. No campo da política industrial, por exemplo, representantes dos dois países se reuniram, em fevereiro de 2010, com o objetivo de avançar na integração das cadeias produtivas, a exemplo do que já ocorre no caso da indústria automotiva, havendo, neste caso, uma retomada de um projeto que constava no PICE. Até mesmo a educação foi definida como um elemento da "nova" aliança estratégica entre Brasil e Argentina: "A educação tem um papel crucial no processo de integração regional, em particular no fortalecimento da aliança estratégica Brasil-Argentina, a partir da consolidação de um sentimento de amizade cada vez maior entre nossos povos." (HADDAD; FILMUS, 2005).

Deve-se fazer a ressalva, contudo, que essa "nova" reaproximação estratégica entre os dois países não foi um redirecionamento automático. Até as eleições legislativas de 2005, na Argentina, Kirchner necessitava reforçar sua própria legitimidade (ele havia vencido as eleições em 2003 com apenas 22% dos votos válidos) e, assim, aplicou à política externa o que vinha fazendo na política interna, seguindo, assim, o "princípio da dureza paga" (CERVO, 2006, p. 44). Foi apenas a partir de 2005 que essa parceria estratégica adquiriu contornos mais claros.

Vejamos alguns encontros bilaterais e eventos nos quais foi demonstrada a busca por uma relação estratégica com o vizinho, notadamente a partir de 2005.

Em outubro de 2003, ocorreu um encontro bilateral entre os presidentes dos dois países, do qual resultou a assinatura do Consenso de Buenos Aires. Nele se observa uma ênfase não apenas nas relações econômicas, mas também nas questões políticas, na agregação de outros países ao Mercosul e na possível concertação internacional de posições:

> Entendemos que a integração regional constitui uma opção estratégica para fortalecer a inserção de nossos países no mundo, aumentando a sua capacidade de negociação. Uma maior autonomia de decisão nos permitirá enfrentar de maneira mais eficaz os movimentos desestabilizadores do capital financeiro especulativo, bem como os interesses contrapostos dos

> blocos mais desenvolvidos, amplificando nossa voz nos diversos foros e organismos multilaterais. (BRASIL; ARGENTINA, 2003).

Posteriormente, em março de 2004, os dois presidentes se encontraram novamente “[...] com o objetivo de continuar aprofundando a associação estratégica entre ambos os países e para definir uma posição convergente nos grandes temas comuns.” (BRASIL; ARGENTINA, 2004, tradução livre a partir do espanhol). Do encontro resultou a Ata de Copacabana, na qual se demonstrou a intenção de aprofundar a cooperação bilateral em diversos campos e também de se estabelecerem acordos do Mercosul com outros blocos e países: “[...] a expressa originalidade da Ata de Copacabana (2004), assinada pelos dois presidentes, evidencia esforço inédito de construção de uma concertação estratégica entre os dois países.” (SARAIVA, J., 2004, p. 4-5).

Em novembro de 2005, ocorreu um importante encontro entre os dois presidentes na cidade argentina de Puerto Iguazú. No dia anterior, o ministro Celso Amorim anunciou que o encontro de Puerto Iguazú representaria o início de uma nova fase nas relações bilaterais. Ele se referiu aos acordos da seguinte forma: “Eles vão cimentar uma aliança estratégica bilateral que será a vértebra principal da integração sul-americana.” (AGÊNCIA CÂMARA, 2005). Daquele encontro, resultou a assinatura do *Compromisso de Puerto Iguazú – Desenvolvimento, Justiça e Integração* e de 23 acordos e protocolos, em diversas áreas. O compromisso e os acordos/protocolos demonstraram um novo perfil nas relações entre os dois países, voltadas a temas tanto comerciais como aos relacionados ao desenvolvimento, à política e às relações estratégicas, havendo uma grande abrangência dos temas tratados e um menor peso atribuído aos assuntos comerciais[79]. Em certos trechos do Compromisso, nota-se a caracterização das relações bilaterais como sendo o eixo da integração regional e os planos ambiciosos a serem executados para que a integração fosse alcançada: “A aliança Argentina-Brasil é a chave para o êxito do projeto comum de integração, dentro do qual se destaca a importância do aprofundamento do Mercosul, da consolidação do Mercado Comum e da construção da Comunidade Sul-Americana de Nações.” (BRASIL; ARGENTINA, 2005a). O horizonte da integração passou a ser, assim, a América do Sul e somente com o desenvolvimento de relações de profunda confiança entre os dois países é que seria possível a construção da integração sul-americana. O texto do Compromisso continuou assim:

---

[79] Dos 23 acordos assinados na ocasião, apenas um tratou do comércio bilateral. Os demais versaram sobre: permanência, residência ou circulação de pessoas (3 acordos), cooperação em defesa (2 acordos), área nuclear (2 acordos), atividades espaciais (2 acordos), tecnologia não-militar (2 acordos), comunicações e transportes (2 acordos), cultura (2 acordos), esportes (1 acordo), trabalho (1 acordo), energia (1 acordo), localidades fronteiriças (1 acordo), justiça (1 acordo) e controles fito-sanitários (1 acordo).

"Com esse propósito, os Presidentes Lula e Kirchner celebram a assinatura, neste 20º aniversário da Declaração do Iguaçu, de um amplo conjunto de novos protocolos e instrumentos de cooperação em áreas estratégicas, que representam a vontade de ambos os países de aprofundar a integração e seguir fortalecendo a amizade argentino-brasileira." (BRASIL; ARGENTINA, 2005a). Dentre os temas de caráter estratégico tratados no encontro, estão aqueles relacionados à cooperação nas áreas nuclear, espacial, de nanotecnologia e de defesa.

A data do evento, vinte anos após a Declaração do Iguaçu, possuiu uma importância própria. O encontro de Puerto Iguazú comemorou os vinte anos da Declaração do Iguaçu, a qual havia representado um momento das relações bilaterais no qual se vislumbrava uma integração em diversos campos, muito mais ampla do que a integração que viria a ocorrer nos anos 1990: "Assim como em 1985 Argentina e Brasil estabeleceram pautas para a integração e para a paz regional, nesta etapa nossos esforços estão, cada vez mais, dirigidos no sentido de que os benefícios da integração possam ver-se efetivamente refletidos na vida cotidiana dos cidadãos." (BRASIL; ARGENTINA, 2005a). Demonstrou-se, assim, que os governos buscavam retomar, em 2005, o tipo de integração planejada na segunda metade dos anos 1980: uma relação estratégica e não excessivamente concentrada no comércio, como ocorreu durante os anos 1990.

Este encontro foi um marco nas relações entre Brasil e Argentina. Houve grande quantidade de temas abordados e, a partir dos acordos assinados, foram criadas, em encontros posteriores, subcomissões que efetivamente implementariam as atividades conjuntas planejadas.[80] Deve-se destacar também que, após este encontro, não ocorreram mais críticas diretas por parte do governo argentino em relação à proposta brasileira de ocupar um assento permanente no CS-ONU, um indício de que a Argentina poderia estar disposta a dialogar sobre esta questão.

Dois anos depois do encontro de Puerto Iguazú, em dezembro de 2007, foi criado o Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, com o objetivo de realizar a "[...] identificação de temas estratégicos considerados prioritários para que os dois países alcancem o desenvolvimento sustentável de suas capacidades culturais, econômicas, sociais, científicas e tecnológicas." (BRASIL; ARGENTINA, 2007). Em seu âmbito, foram criadas quatro subcomissões especializadas: a Subcomissão de Economia, Produção, Ciência e Tecnologia; a Subcomissão de Energia, Transportes e Infraestrutura; a Subcomissão de Defesa e Segurança e; a Subcomissão de Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cultural e Circulação de Pessoas. A pauta, assim, foi

[80] Miriam Gomes Saraiva (2006) também considerou este encontro um marco importante.

bastante abrangente, incluindo temas que tiveram pouca ou nenhuma importância durante os anos 1990, como, por exemplo, a cooperação nas áreas de defesa e nanotecnologia.

Cerca de três meses depois, em fevereiro de 2008, ocorreu a primeira reunião daquele Mecanismo, enfatizando-se novamente o caráter estratégico das relações bilaterais. Os dois presidentes assinaram uma declaração conjunta que continha o seguinte trecho: "Congratularam-se pelo alcance deste seu primeiro encontro no âmbito do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, que constituiu um marco significativo no aprofundamento da associação estratégica que une o Brasil e a Argentina, que se manifesta no sustentado e intenso progresso da relação e na vocação de dinamizar o processo de integração bilateral e regional." (BRASIL; ARGENTINA, 2008a). O trecho aborda a capacidade que as relações entre os dois países possuem de dinamizar a integração não apenas bilateral mas também regional, reafirmando-se a noção de que os dois países formam o eixo da integração sul-americana.

Acordos estratégicos, como os assinados em Puerto Iguazú, em novembro de 2005, e também a criação do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, em dezembro de 2007, fortaleceram o eixo Brasil-Argentina e permitiram uma maior capacidade de liderança do Brasil na formação da UNASUL e, no âmbito desta, do Conselho de Defesa Sul-Americano.

No capítulo 4, a questão das relações estratégicas entre os dois países será retomada, com a análise de um caso específico, qual seja o da cooperação bilateral na área de defesa.

CAPÍTULO 3 – A COOPERAÇÃO MILITAR BILATERAL COMO UM FENÔMENO "TRANSGOVERNAMENTAL" E A BUSCA DOS GOVERNOS POR MAIOR CONTROLE POLÍTICO SOBRE A MATÉRIA

Feita toda a contextualização necessária, nos dois capítulos anteriores, para o melhor entendimento do fenômeno da cooperação militar e das principais dinâmicas securitárias da América do Sul, este capítulo tem como objetivo analisar como a cooperação militar brasileiro-argentina ocorre na prática e como ela tem se inserido na política externa dos dois governos.

Na primeira seção, há uma descrição das principais atividades de cooperação militar realizadas entre os dois países, iniciando-se pela Operação Fraterno, realizada pela primeira vez em 1978 pelas duas Marinhas. Nesta seção, a descrição é feita em conjunto com a análise das atividades cooperativas, enfatizando-se a autonomia que as Forças Armadas brasileiras e argentinas tradicionalmente tiveram no desenvolvimento das atividades de cooperação militar bilateral. Para tanto, é utilizado o conceito de *relações transgovernamentais*, de Robert Keohane e Joseph Nye. A ênfase está na cooperação do ponto de vista de sua execução pelas Forças Armadas, ou seja, como ela ocorre na prática. Na segunda seção, são abordados alguns aspectos políticos da cooperação, demonstrando-se como os dois governos têm buscado submeter esta cooperação bilateral a suas próprias políticas externas, para tanto reduzindo a autonomia das Forças Armadas e trazendo a cooperação militar para o âmbito da política. Os aspectos políticos também serão abordados no capítulo 4.

3.1 A cooperação em defesa Brasil-Argentina: análise a partir do conceito de "relações transgovernamentais"

Há um conceito elaborado por Robert Keohane e Joseph Nye que pode auxiliar na compreensão do tema da cooperação militar entre Brasil e Argentina: o de *relações transgovernamentais*. Em artigo publicado em 1974, os dois autores definiram que tais relações se referem a "[...] conjuntos de interações diretas entre subunidades de diferentes governos que não são controladas ou estreitamente orientadas pelas políticas dos gabinetes ou pelos chefes executivos

daqueles governos." (KEOHANE e NYE, 1974. p. 43, tradução livre)[81]. Elas consistem, assim, em relações entre órgãos equivalentes de diferentes Estados que não estão submetidas ao controle direto das chancelarias ou dos chefes de Estado, sendo conduzidas de maneira relativamente autônoma.

As relações que a Marinha do Brasil possui com a *Armada Argentina*, que o Exército Brasileiro possui com o *Ejercito Argentino* e que a Força Aérea Brasileira possui com a *Fuerza Aerea Argentina* foram, durante a maior parte do tempo, relações transgovernamentais. As duas Marinhas, os dois Exércitos e as duas Forças Aéreas possuem uma relação particular com a sua equivalente no país vizinho que é relativamente independente das relações políticas existentes entre os governos dos dois países.

Estas relações não podem ser compreendidas em sua totalidade caso o Estado brasileiro e o Estado argentino sejam considerados como atores desprovidos de contradições internas. Ao assumir o poder, um determinado governo encontra um Estado que lhe é precedente. Dentre os órgãos de Estado, as Forças Armadas são um dos que mais possuem seus próprios valores e tradições. Não cabe, neste trabalho, buscar as raízes desse fenômeno, mas há fatores históricos e culturais que o explicariam. Um oficial da Marinha brasileira, por exemplo, possui a identidade de um militar a serviço do Estado, mas também possui uma "outra" identidade, paralela, de marinheiro. Nesse sentido, um integrante da Armada Argentina, mesmo sendo de outra nacionalidade, compartilha com ele o sentimento de pertencimento a um sistema equivalente. Há, assim, um componente cultural que não pode ser negligenciado[82].

As relações transgovernamentais podem ser melhor compreendidas, no caso da cooperação militar Brasil-Argentina, destacando-se que existem dois níveis nas relações bilaterais quanto a este tema: o político e o militar. O nível político, do qual participam os chefes de Estado, ministros e burocratas civis, é recente; o nível militar, por sua vez, já possui algumas décadas. Cada um deles possui uma relativa autonomia, embora ambos tenham entrado, recentemente, em uma trajetória de convergência. Demonstrando a existência desses dois níveis de cooperação, o General José Benedito de Barros Moreira, ex-comandante da Escola Superior de Guerra (ESG) e ex-conselheiro militar junto à Missão Permanente do Brasil na ONU, manifestou-se da seguinte forma,

---

[81] "[…] sets of direct interactions among sub-units of different governments that are not controlled or closely guided by the policies of the cabinets or chief executives of those governments."

[82] John Keegan defende que a guerra não é a "continuação da política por outros meios". Para ele, a guerra é, antes de tudo, um fenômeno cultural (KEEGAN, 1995, p. 19-20).

ao referir-se às possibilidades de cooperação militar no âmbito do Mercosul: "Essa cooperação militar no Mercosul até precedeu o Mercosul. Sempre nos entendemos muito bem com os militares dos países vizinhos. Os políticos podiam não estar muito bem, mas nós, militares, sempre estivemos bem acertados. Há intercâmbios de alunos para estudos, há reuniões bilaterais, há exercícios conjuntos." (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007b). Como se observa, os militares dos dois países possuíam (e ainda possuem) relações relativamente independentes entre si, fruto de uma cooperação que não tinha origem em políticas estabelecidas pelas chancelarias ou pelos chefes de Estado. Em entrevista realizada para a elaboração de um artigo sobre a cooperação militar na América Latina, o pesquisador Eugênio Diniz fez uma boa análise sobre o assunto:

> O sistema existente permite que cada uma das três Forças Singulares estabeleça seus próprios canais de comunicação com suas equivalentes em outros países e utilizem-nos de forma relativamente independente das diretrizes políticas do Ministro das Relações Exteriores e do Ministro da Defesa do Brasil. A Marinha do Brasil, por exemplo, pode decidir livremente sobre a intensificação das relações com a Marinha da Argentina ou, ao invés disso, sobre uma reaproximação com a Marinha de Portugal. Os comandantes das duas Marinhas cooperantes são igualmente autônomos no que diz respeito às definições das prioridades e das medidas de cooperação, sem que considerem, necessariamente, as ordens dos governos. (DINIZ *apud* FLEMES, 2004a, p. 23, tradução livre).[83]

Vejamos, então, na prática, quais são e de que maneira são executadas as atividades conjuntas desenvolvidas pelas Forças Armadas dos dois países.

3.1.1 Os exercícios militares combinados e o treinamento de pilotos brasileiros na Argentina

Como mencionado no capítulo 1, os exercícios militares combinados possuem, do ponto de vista técnico, a função de incrementar a interoperabilidade entre diferentes Forças Armadas. O somatório do poder militar terá sua efetividade parcialmente sacrificada se dois países possuírem uma aliança militar, em tempos de paz, mas não realizarem treinamentos conjuntos de suas tropas. Isto em razão de deficiências na área de capacitação do pessoal militar, comando e

---

[83] "The existing system allows each of the three branches of service to establish their own channels of communication with their counterparts in other countries and to use these relatively independently from the political instructions by the Brazilian foreign ministry or the ministry of defence. The Brazilian navy, for example, may decide freely about the intensification of the relations with the Argentine fleet or a rapprochement with the Portuguese navy instead. Equally autonomous are the commanders of the two cooperating navies concerning the definition of the priorities and cooperation measures intended without necessarily considering the political government orders."

controle (C2)[84] ou pela simples falta de confiança mútua entre os militares das duas nações. Os exercícios militares também podem ter como objetivo demonstrar a capacidade militar conjunta para terceiros países, dissuadindo-os de praticarem alguma forma de agressão, tanto militar como não-militar. Ao se referir aos exercícios combinados entre Brasil e Argentina, o Centro de Estudos Estratégicos, do Ministério da Defesa da Argentina, se pronunciou da seguinte forma:

> É evidente a necessidade de fornecer meios que permitam, de forma racional e integrada, preparar o aparato militar em seu conjunto. Para tanto, são necessários os exercícios combinados, que têm como objetivo sustentar as doutrinas desenvolvidas, verificar o grau de interoperabilidade dos meios e a sua adequação aos diversos ambientes operacionais, testar as estruturas e o sistema de logística, comunicações, comando, controle e inteligência. (DURANTI *et al*, 2003, p. 260, tradução livre a partir do espanhol).

Também, como já mencionado no capítulo 1, além destes objetivos de caráter operacional e de demonstração de força, os exercícios podem ser um instrumento de diplomacia, demonstrando ou reforçando laços de amizade e cooperação entre os países.

No caso de Brasil e Argentina, são realizados, desde 1978, exercícios militares combinados. Os mais importantes são, das *Marinhas*: as Operações Fraterno, ARAEX e ATLASUL; dos *Exércitos*: as Operações Cruzeiro do Sul, Laço Forte e as Operações Duende e Saci e; das *Forças Aéreas*: as Operações Prata e CRUZEX.

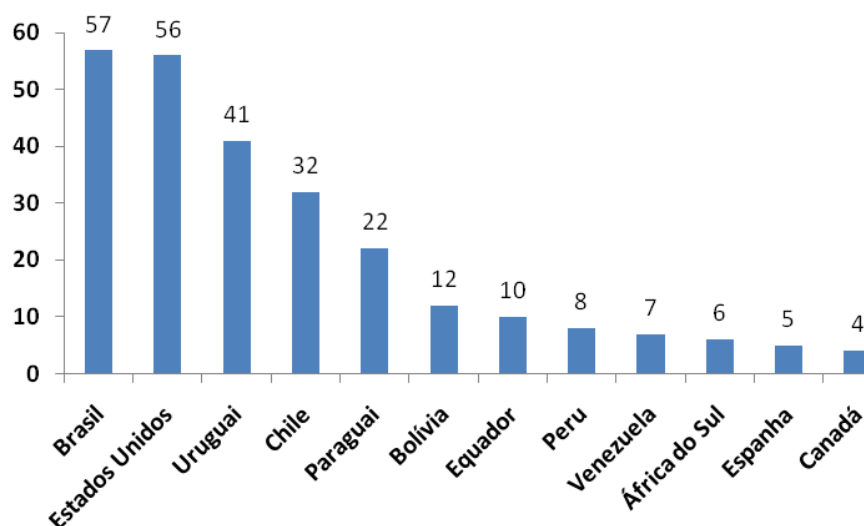
Nesta subseção, os exercícios militares que são objeto de análise são aqueles que surgiram a partir da iniciativa de Brasil e/ou Argentina e, posteriormente, foram estendidos a outros países. Esta delimitação é importante tendo em vista que Brasil e Argentina participam também de outros exercícios militares liderados pelos Estados Unidos, com objetivos mais relacionados à segurança hemisférica. Como exemplo, entre 1995 e 2002, o Exército Sul dos Estados Unidos (*United States Army South – USARSO*), subordinado ao Comando Sul dos Estados Unidos (*United States Southern Command – USSOUTHCOM*), patrocinou exercícios voltados para missões de paz, denominados de Forças Aliadas (ou Forças Unidas), do qual Brasil e Argentina foram participantes,

---

[84] Segue definição de comando e controle: “Comando e controle é o exercício da autoridade e direção, por um comandante devidamente designado, sobre forças subordinadas e destacadas, no cumprimento de uma missão.” (DEPARTMENT OF DEFENSE, 2003, item 1-2, tradução livre). A definição continua: “Comando e controle são interligados. O comando reside nos comandantes. Consiste na autoridade, tomada de decisões e liderança. O comando é sobretudo arte, mas também envolve alguma ciência. O controle é a forma como os comandantes executam o comando. É sobretudo ciência, mas também é arte.” (Ibid., item 1-6, tradução livre). Sobre a relação entre interoperabilidade e comando e controle ver HURA (2004).

juntamente com outros países latino-americanos (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003b)[85]. Outro exemplo é a Operação UNITAS, realizada desde 1959, no âmbito do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) e que também surgiu a partir de iniciativa dos Estados Unidos (PERU, 2005, p. 122). Ainda que Brasil e Argentina tenham obtido ganhos em termos de interoperabilidade e independentemente das razões de tais iniciativas norte-americanas, o fato é que não se caracteriza, nestes casos, a ação autônoma de cooperação militar entre Brasil e Argentina, que é o objeto deste trabalho. A Operação ATLASUL, embora tenha sido de iniciativa de Argentina e África do Sul, também será analisada, tendo em vista que o Brasil tem participado dessa operação desde a sua segunda edição e em razão dos interesses estratégicos comuns de Brasil, Argentina e África do Sul no Atlântico Sul.

Em pesquisa feita pela instituição argentina Centro de Estudios Nueva Mayoria (2004), o Brasil foi, no período 1993-2004, o país com o qual a Argentina mais realizou exercícios militares combinados, seguido de perto pelos Estados Unidos, como se observa no gráfico abaixo:

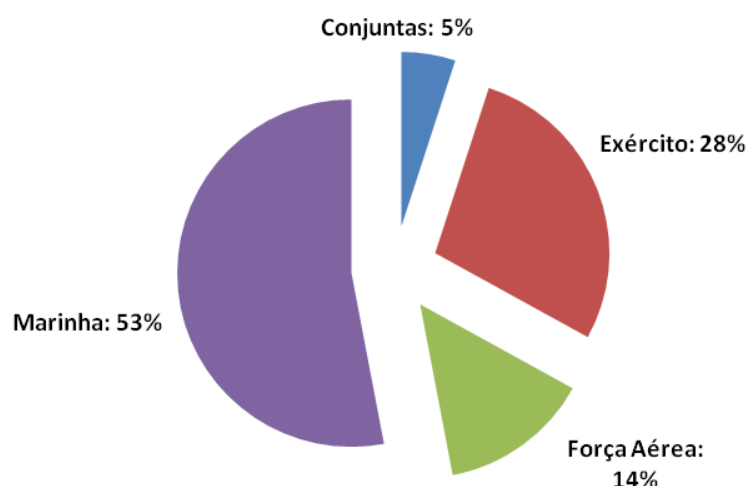
Gráfico 3.1 – Número de exercícios militares combinados realizados pela Argentina com cada país: 1993-2004

Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoria (2004). Tradução e adaptação própria.

Dos 135 exercícios combinados realizados no período pela Argentina, o Brasil participou de 57 e os Estados Unidos de 56. O Uruguai ocupou a terceira posição, com 41

[85] Nos anos de 2001 e 2002, foi chamado de Operação Cabañas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001b).

exercícios e o Chile a quarta, com 32 exercícios. Neste mesmo período, a Marinha Argentina foi a Força Singular que mais realizou exercícios militares combinados com outros países, seguida pelo Exército Argentino:

Gráfico 3.2 – Participação das Forças Singulares argentinas nos exercícios combinados: 1993-2004

Conjuntas: 5%
Exército: 28%
Marinha: 53%
Força Aérea: 14%

Fonte: Centro de Estudios Nueva Mayoria (2004). Tradução e adaptação própria.

As Marinhas de Brasil e Argentina são as Forças Singulares que, de fato, possuem a cooperação mais abrangente e regular, tendo começado a realizar exercícios combinados já nos anos 1970. Os Exércitos passaram a realizar estes exercícios nos anos 1990 e as Forças Aéreas foram as últimas a realizarem operações combinadas, embora ainda nos anos 1990. Tomando-se apenas o ano de 2004, dos dezoito exercícios combinados realizados pela Argentina, o Brasil participou em nove, o Chile em sete e os Estados Unidos em seis (CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORIA, 2004). Além desses dados, há algumas outras informações que foram retiradas de projetos de lei e de leis aprovadas pelo Congresso Argentino, as quais estão discriminados na tabela da página seguinte:

Tabela 3.1 – Número de exercícios militares combinados realizados pela Argentina com cada país: Set 05 a Ago 10

	Brasil	Chile	Uruguai	EUA
Set 05 – Ago 06 [86]	8	9	7	6
Set 06 – Ago 07 [87]	6	8	4	2
Set 07 – Ago 08 [88]	7	7	4	4
Set 08 – Ago 09 [89]	11	8	7	2
Set 09 – Ago 10 [90]	12	9	7	5
Total	**44**	**41**	**29**	**19**

Fonte: ver notas de rodapé. Elaboração própria.

No período de 12 anos entre 1993 e 2004, a Argentina participou de 135 exercícios militares combinados, uma média de 11,3 por ano. Entre setembro de 2005 e agosto de 2010, prevê-se a realização de 82 exercícios, uma média de 16,4 por ano. Assim, o primeiro fato a se observar é o aumento no número médio de exercícios militares combinados dos quais a Argentina tem participado.

Sobre os países com os quais realiza as operações, no primeiro período (1993-2004), o Brasil participou de 57 operações (média de 4,8 por ano), os Estados Unidos de 56 (média de 4,7), o Uruguai de 41 (média de 3,4) e o Chile de 32 (média de 2,7). No segundo período (Set 2005 a Ago 2010), o Brasil participou de 43 operações (média de 8,6 por ano), o Chile de 41 (média de 8,2), o Uruguai de 29 (média de 5,8) e os Estados Unidos de 19 (média de 3,8). Nos casos de Brasil, Chile e Uruguai observa-se, ao se comparar os dois períodos, um aumento na média anual de operações de cerca de, respectivamente, 81%, 208% e 66%. O Brasil mantém-se como o país com o qual a Argentina mais realiza exercícios combinados, tendo havido grande incremento nos cinco anos em questão. Chama bastante a atenção o expressivo aumento nas operações realizadas com o Chile, que era o quarto e passou a ser o segundo em termos do número de operações realizadas com a Argentina. Quanto aos Estados Unidos, observa-se o oposto, tendo havido um decréscimo de 19% na média anual.

---

[86] CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN (2005, *passim*)
[87] PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA (2006a, 2006b, 2007a, *passim*).
[88] PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA (2007b, *passim*).
[89] CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN (2008, *passim*).
[90] Alguns destes exercícios ainda não haviam sido executados quanto a redação desta dissertação foi concluída. Estavam previstos para serem realizados até setembro de 2010. MINISTERIO DE DEFENSA (2009).

Vejamos, então, primeiramente, os exercícios das Marinhas, posteriormente os dos Exércitos e, por fim, os das Forças Aéreas.

Marinha do Brasil e Armada Argentina

A colaboração entre a Marinha do Brasil e a Armada Argentina é relativamente abrangente, em algumas ocasiões observando-se entre elas relações mais amistosas do que as existentes entre a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira (FAB).

Desde 1978, tem ocorrido, quase todos os anos, um exercício militar entre as duas Marinhas denominado de *Operação Fraterno*. Esta foi a primeira operação militar realizada pelas Forças Armadas dos dois países a partir de uma iniciativa autônoma.[91] Embora as motivações para a sua ocorrência não sejam o objeto deste trabalho, deve-se destacar que, nos anos anteriores, vinham ocorrendo alguns desencontros nas relações entre Brasil e Estados Unidos, em razão tanto das críticas norte-americanas ao acordo nuclear Brasil-Alemanha (1975) como das acusações de que o governo brasileiro era responsável por violações de direitos humanos. Essas desavenças levaram ao rompimento, em 1977, do acordo militar Brasil-Estados Unidos. Logo no ano seguinte, ocorreria a primeira operação militar combinada entre Brasil e Argentina. Sobre o período em questão, Oscar Medeiros Filho comentou o seguinte: "De fato, à medida que o Brasil procura se afastar da esfera geopolítica norte-americana, percebe-se um movimento no sentido contrário - de aproximação - em relação ao seu, até então, principal concorrente regional: a Argentina." (FILHO, O., 2009, p. 5).

Desde a primeira edição, diversas embarcações têm se envolvido nestes exercícios, destacando-se a presença de submarinos, fragatas, corvetas, contra-torpedeiros e navios-tanque. Especificamente em relação aos exercícios de 1978 e 1980, a avaliação que a Armada Argentina fez a seu respeito foi bastante positiva, demonstrando ainda a intenção de manter a sua realização nos anos seguintes. O seguinte trecho foi extraído de uma carta de 1980 enviada ao Ministro da

[91] Em 1968, as Marinhas de Brasil e Argentina realizaram um exercício naval no âmbito da então Coordenação da Área Marítima do Atlântico Sul (CAMAS). Embora este exercício tenha tido a participação apenas dos dois países, não tratou-se de uma iniciativa completamente autônoma. A Área Marítima do Atlântico Sul (AMAS) correspondia, na verdade, a uma subdivisão do espaço marítimo das Américas estabelecido no âmbito do TIAR, sendo, portanto, um exercício que se enquadrou na estrutura de segurança hemisférica. No ano seguinte, em 1969, ocorreria uma segunda edição deste exercício, denominado de Atlantis II, do qual também participaram as Marinhas de Uruguai e Paraguai (MEDEIROS, 2008, p. 122-123). Em função disso, as análises realizadas neste trabalho consideram a Operação Fraterno, de 1978, como o primeiro exercício militar combinado autônomo.

Marinha do Brasil pelo então Comandante da Armada Argentina: “Sou particularmente grato de me dirigir a V.Exa para ratificar o conversado pessoalmente em sua visita ao nosso país, do alto grau de interesse de nossas Armadas em efetuarem anualmente a Operação Combinada FRATERNO. São antecedentes propícios para fundamentar a realização anual destas operações, o êxito alcançado desde o ponto de vista profissional e pessoal nas duas Operações anteriores concretizadas nos anos de 1978 e 1980.” (SETOR DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA, 1980 *apud* MOREIRA, 2008, p. 124-125).[92]

Na operação de 1982, a gama de atividades realizadas no âmbito desta operação foi grande, envolvendo: “[...] exercícios de comunicações, de navegação, de guerra antiaérea, de guerra eletrônica, e de busca e salvamento no mar além de outros exercícios combinados diversos, bem como atividades de adestramento em códigos e chaves operativas, de oceanografia e meteorologia, de controle marítimo em áreas de interesse da força e de planejamento logístico comum. As tradicionais operações anti-submarinos e com submarinos também estavam presentes.” (MOREIRA, 2008, p. 126).

Desde 1978, este exercício tem sido realizado quase todos os anos. Apenas em 1979 e 2001 ele não ocorreu, demonstrando tratar-se de uma atividade de cooperação militar de longo prazo e não apenas de ocasião. A primeira edição da operação ocorreu antes mesmo da assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979), um importante ponto de inflexão nas relações Brasil-Argentina. A ocorrência de tal exercício militar ainda em 1978, contudo, não fez parte de um projeto político de reaproximação entre os dois países. Ele foi uma iniciativa proveniente das Marinhas e não das chancelarias. À época, Brasil e Argentina divergiam a respeito do aproveitamento dos rios compartilhados. Ao mesmo tempo, isso não impediu que a cooperação militar ocorresse por meio de canais independentes, não “filtrados” pelas chancelarias, ou seja, por meio de relações transgovernamentais.

Outro exercício realizado pelas duas Marinhas é a *Operação ARAEX*, ocorrida pela primeira vez em 1993 e que envolve o emprego de meios aeronavais. Desde 1988, a Armada Argentina não dispõe de um porta-aviões, ano no qual o *ARA Veinticinco de Mayo (V-2)* deixou de funcionar. Ele permaneceu sem ser utilizado até 1997, quando foi definitivamente aposentado. O interesse argentino por esta operação consiste, assim, na manutenção da capacidade técnica de sua

[92] Moreira (2008) fez uma ótima Dissertação de Mestrado sobre as relações entre a Marinha do Brasil e a Armada Argentina, destacando as suas atividades de cooperação. O título de seu trabalho é *Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB).*

aviação naval. Quando o projeto de lei para a realização de exercícios militares combinados, referente ao período de setembro de 2008 a agosto de 2009, foi apresentado ao Congresso Nacional Argentino, foi informado o seguinte acerca da importância da Operação ARAEX: "A Armada Argentina contou, durante anos, com a capacidade de uma aviação naval embarcada de asa fixa. A atual carência de um porta-aviões próprio dificulta a manutenção de um nível adequado dessa capacidade. Para tanto, uma possibilidade é realizar exercícios com unidades navais deste tipo de outras Marinhas." (CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 2008, p. 2, tradução livre a partir do espanhol).

Quando a Armada Argentina deixou definitivamente de dispor de um porta-aviões (1997), o que não ocorria desde 1959, a colaboração entre as duas Marinhas se estreitou ainda mais. Naquele mesmo ano, a Marinha brasileira adquiriu do Kuwait 23 caças-bombardeiros *Douglas A-4 Skyhawk*, a serem operados a partir do Navio Aeródromo Ligeiro (NAeL) Minas Gerais. Na ocasião, quando da viagem ao Kuwait para as negociações e avaliações técnicas, dois integrantes da Armada Argentina fizeram parte da comitiva (CASTRO; D´ARAÚJO, 2001, p. 284-285)[93], tendo em vista a sua experiência com aquelas aeronaves e o interesse em manter a sua aviação naval em condições operacionais, mesmo sem dispor de um porta-aviões próprio.

A Marinha brasileira, até então, possuía apenas helicópteros. A partir da entrega dos caças-bombardeiros, ocorrida em setembro de 1998, ela passou a dispor também de aeronaves de asa fixa. O treinamento dos pilotos da Marinha brasileira obteve apoio da Armada Argentina, que possuía ampla experiência com as aeronaves *A-4 Skyhawk*[94]. A Marinha do Brasil, de forma autônoma, já vinha enviando pilotos desde 1994 para serem treinados na Argentina e no Uruguai, países que dispunham de aviação naval de asa fixa (Ibid., p. 39). Importante ressaltar que o apoio à Marinha do Brasil proveio da Armada Argentina e não da FAB que, até então, era quem operava as aeronaves de asa fixa no NAeL Minas Gerais. Pelo relato feito pelo Almirante Mauro César Rodrigues Pereira, Ministro da Marinha à época (1995-98), existia, inclusive, uma conexão direta entre ele e o Comandante da Armada Argentina: "Quando comprei os A4 do Kuwait, para a aviação naval, precisava de alguém que entendesse daquilo. Liguei para o Carlos Marron [Comandante da Armada Argentina], porque já não era mais o Molina Pico [ex-Comandante da

---

[93] Esta informação também consta em CLARÍN (1998).

[94] Operavam desde 1965, tendo sido a Argentina o primeiro país depois dos Estados Unidos a adquiri-las (GLOBAL SECURITY.ORG, s.d.).

Armada Argentina], e pedi assessoria. Na semana seguinte, havia dois oficiais argentinos, prontos para viajar conosco para o Kuwait." (Ibid., p. 285).

O Ministro da Aeronáutica à época, Brigadeiro Lélio Viana Lobo (1995-98), afirmou, inclusive, ter tomado conhecimento desse treinamento na Argentina "por vias transversas" e também disse que a aquisição das aeronaves pela Marinha foi, para ele, "uma surpresa" (Ibid., p. 242-243). O Ministro do Exército de então, General Zenildo Zoroastro de Lucena (1992-98), por sua vez, classificou os A-4 como "porcarias" (Ibid., p. 222). O Almirante Mauro César afirmou que havia ocorrido uma disputa com a FAB em torno da aviação naval ainda durante o governo Castello Branco e que, desde aquela época, a FAB "não permitia nem que o oficial de Marinha tirasse brevê de piloto de aviação civil" (Ibid., p. 284)[95]. Em razão disso, os pilotos da Marinha do Brasil foram treinados na Argentina e no Uruguai e não pela FAB. O Almirante Mauro César afirmou, ainda, que a colaboração entre as duas Marinhas também havia ocorrido quando a Marinha do Brasil adquiriu fragatas da classe *Greenhalgh*, que possuíam turbinas que os técnicos brasileiros não conheciam. Como a Argentina dispunha de pessoal capacitado, foi solicitado à Armada daquele país o apoio para o treinamento de integrantes da Marinha do Brasil (Ibid., p. 283-284).

Ao se observarem as declarações dos três ministros militares de então, nota-se a profunda divergência a respeito da criação da aviação naval de asa fixa e da forma como foi conduzida. Observa-se, também, a existência de uma conexão direta entre as duas Marinhas e uma relação existente entre elas que era melhor, em alguns aspectos, do que a relação entre a Marinha do Brasil e a FAB, entre as quais havia muita rivalidade.

A Operação ARAEX ocorreu sete vezes, tendo ocorrido nos seguintes anos: 1993, 1994, 1995, 1996, 2000, 2002 e 2006. Desde 2007, o exercício não tem sido realizado em função de que o atual porta-aviões brasileiro, o Navio Aeródromo (NAe) São Paulo, encontra-se inativo desde 2006, por estar recebendo reparos.

Um terceiro exercício naval do qual participam Brasil e Argentina é a *Operação ATLASUL* (ou *ATLASUR*). A primeira edição do exercício ocorreu na Argentina, apenas entre as Marinhas da Argentina e da África do Sul. A partir da segunda edição, em 1995, a Marinha do Brasil e do Uruguai foram convidadas a participar da operação. Aquela edição ocorreu na África do

---

[95] A Marinha do Brasil já havia tido a sua própria aviação naval de asa fixa no período 1961-65. O NAeL Minas Gerais entrou em operação em 1961 e, em 1963, nele foram feitos os primeiros pousos e decolagens da aviação naval da Marinha. Contudo, através de um Decreto Presidencial, de maio de 1965, a Marinha repassou a operação das aeronaves de asa fixa para a FAB, permanecendo apenas com os helicópteros (CARDOSO, M., 2004, p. 3).

Sul e teve como objetivo o treinamento de “ações de superfície, antiaéreas, antisubmarinas e de guerra eletrônica” (CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORIA, 2004, tradução livre a partir do espanhol). Desde a terceira edição, em 1997, Brasil e Uruguai passaram a ser também organizadores da operação. Aquela edição ocorreu nas costas do sul do Brasil, do Uruguai e da África do Sul, baseando-se na “hipótese de pacificação de uma zona de conflito” (Ibid., tradução livre a partir do espanhol). Em 1999, ocorreu a quarta edição da operação e, em 2002, a quinta edição. A sexta edição ocorreria apenas em 2006, na costa do Uruguai. Do Brasil, participaram uma fragata e uma aeronave AH-11A (*Super Lynx*), da Argentina uma corveta e uma aeronave AI-03 (*Alouette III*), da África do Sul uma fragata e, do Uruguai, um navio-auxiliar com uma aeronave UH-13 (Esquilo), uma fragata, dois navios-patrulha e dois navios-varredores (MARINHA DO BRASIL, 2006, p. 4). O comentário da Marinha do Brasil sobre o exercício foi o seguinte: “Foram realizados diversos exercícios como: canal varrido, trânsito com oposição de superfície, reabastecimento no mar sob ameaça de superfície, tiro contra alvo rebocado de superfície, tiro sobre granada iluminativa, confronto de forças e aproximações das aeronaves do Brasil, Argentina e Uruguai entre os diversos navios participantes.” (Ibid., p. 4).

Em 2008, ocorreu a sétima edição, na África do Sul (ARGENTINA, 2009, anexo X). A situação foi a de uma operação, sob mandato da ONU, “[...] caracterizada pela permanente gestão de crises e regras de emprego durante o deslocamento de uma força naval multinacional, sob múltiplas ameaças, em direção a uma área de operações simuladas.” (Ibid., tradução livre a partir do espanhol). Naquela operação “[...] foram conduzidos exercícios, tais como: manobras táticas, ataque de aeronaves, tiro de superfície, tiro antiaéreo, busca e salvamento, operações aéreas, suspender com oposição, retomada e resgate, ‘cross-deck’ e guerra anti-submarino.” (MARINHA DO BRASIL, 2008, p. 2).

Exército Brasileiro e Ejército Argentino

A partir dos anos 1990, também passaram a ocorrer exercícios militares combinados entre os Exércitos dos dois países. O primeiro deles foi a Operação Cruzeiro do Sul, realizada entre 1996 e 2000 e direcionada a missões de paz. Posteriormente, surgiram a Operação Laço Forte, realizada entre 2001 e 2004, envolvendo combate convencional, e as Operações Duende e Saci,

realizadas desde 2000 e que envolvem combate convencional com meios aerotransportados. Segue abaixo um quadro-resumo das operações entre os dois exércitos:

Quadro 3.1 – Exercícios militares envolvendo os Exércitos de Brasil e Argentina: 1996-2008

Exercício/Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Op. Cruzeiro do Sul	x	x	x	x	x	-	-	-	-	-	-	-	-
Op. Laço Forte	-	-	-	-	-	x	x	x	x	-	-	-	-
Op. Duende	-	-	-	-	-	x	-	-	x	x	x	x	x
Op. Saci	-	-	-	-	-	x	-	x	x	x	x	x	x
Op. Hermandad	-	-	-	-	-	-	-	-	x	x	x	-	-
Op. Guarani	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	x
Total	1	1	1	1	1	3	1	2	4	3	3	2	3

Fonte: Exército Brasileiro, Presidência da República da Argentina e Câmara dos Deputados da Argentina. Elaboração Própria.

Em 1996, ocorreu a primeira edição da Operação Cruzeiro do Sul, realizada na Argentina, a qual teve como objetivo o planejamento e o adestramento conjuntos para operações de manutenção da paz (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2000a). Nos anos seguintes, a operação voltou a ocorrer, também destinada ao treinamento para missões de paz. A partir de 1997 (II edição), o Uruguai passou a participar do exercício e, naquela edição, foi criada uma unidade fictícia conjunta, o Batalhão de Infantaria Motorizado Multinacional (Batalhão Cruzeiro do Sul), composto por tropas dos três países, integrado, por sua vez, a uma Força de Paz Multinacional igualmente fictícia, sob mandato da ONU (Ibid.). Participaram do exercício de 1997 cerca de 2.400 militares, com a presença de observadores dos Exércitos da Bolívia e do Paraguai (Ibid.). A partir de 1998 (III edição), o Paraguai passou a participar efetivamente da operação, compondo também o Batalhão Multinacional (Ibid.). O exercício de 1999 (IV edição), por sua vez, foi composto de seminários, não havendo a presença de tropas. Foram criados um Comando Regional e um segundo Batalhão de Infantaria Motorizado Multinacional (Batalhão Platino) (Ibid.). Participaram 304 militares (Idem, 2000b) e foram realizadas palestras por parte do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) (Idem, 2000c; 2000d). A chamada Situação Geral da Operação (breve histórico da região e das razões que levaram aos conflitos e à necessidade de uma força de paz) referiu-se indiretamente à Guerra Civil em Moçambique entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência

Nacional Moçambicana (RENAMO) (Idem, 2000e). No exercício de 2000 (V e última edição), a Situação Geral da Operação foi a mesma (Idem, 2000f).

Importante ressaltar que tais operações ocorreram em um período no qual as relações bilaterais tinham como foco os assuntos comerciais, visto que a Argentina priorizava, politicamente, a construção de uma aliança com os Estados Unidos. Contudo, essa possível aliança Argentina-Estados Unidos era um projeto político do governo de Carlos Menem e não das Forças Armadas Argentinas. Estas participaram de exercícios com o Brasil e com outros países da região de forma relativamente autônoma, guiadas muito mais por si próprias do que pela disposição de serem instrumentos de política externa do governo argentino. As operações continuaram ocorrendo mesmo no período 1999-2000, quando as relações entre Brasil e Argentina passaram por momentos delicados em função da desvalorização do Real.

A partir de 2001, outro exercício entre os Exércitos de Brasil e Argentina passou a ocorrer: a Operação Laço Forte. As referências deixaram de ser as missões de paz e tornaram-se as situações de emprego da força militar destinadas ao combate convencional. A Operação Laço Forte I ocorreu no biênio 2001/02. No primeiro ano (2001), a operação consistiu no chamado "exercício de planejamento" e, no ano seguinte (2002), ocorreu a segunda etapa, denominada de "exercício de quadros" (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2002a). A Situação Geral da Operação consistia em um ambiente político das relações Brasil-Argentina no qual os dois países haviam assinado um tratado de defesa mútua, o "Acordo de Mútua Cooperação Ante Agressões Externas", o qual previa "o emprego conjunto de suas tropas em caso de um deles ser atacado." (Ibid.). A respeito dos objetivos técnico-operacionais do exercício, assim se manifestou o Exército Brasileiro sobre a operação Laço Forte:

> [...] compartilhar conceitos, doutrinas e metodologias de emprego de ambos exércitos para o planejamento e execução de operações conjuntas; e criar condições que permitam desenvolver a capacidade mútua de operacionalidade de forças dos exércitos dos dois países, na execução de operações convencionais." (Ibid.).

O compartilhamento de doutrinas e a menção do aprimoramento da operacionalidade das forças refletem a importância dos aspectos técnicos do exercício. Contudo, em função da Situação Geral da Operação, este exercício teve implicações que superaram os interesses puramente operacionais. O próprio Exército Brasileiro reconheceu que os objetivos foram tanto técnico-operacionais como políticos:

> A participação do Brasil em operações conjuntas contribui para a manutenção de um clima de paz, cooperação e solidariedade ao longo das fronteiras nacionais e com os países do mundo, em particular com os da América Latina.
>
> As forças encarregadas da proteção de seus territórios percebem a importância de exercícios dessa natureza, consolidando, no Mercosul, a chamada "diplomacia militar". (Ibid.).

Como se observa, ademais dos ganhos obtidos em termos de incremento da capacidade operacional dos dois Exércitos, estes também ressaltaram que podem ser um instrumento diplomático, capazes de auxiliar na manutenção de um ambiente de paz entre os países da região.

No biênio 2003/2004 ocorreu a Operação Laço Forte II. A primeira fase (2003) envolveu a etapa de planejamento, na qual foi criada uma brigada conjunta, denominada de ARBRAS (Argentina-Brasil), composta de elementos da Brigada Blindada II (Paraná-Entre Rios/Argentina) e da 6ª Brigada de Infantaria Blindada (Santa Maria-RS/Brasil). A segunda fase (2004) foi um exercício no terreno (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2003a).

A partir de 2000, passaram a ocorrer, entre os dois Exércitos, a *Operação Duende*, sempre na Argentina e a *Operação Saci*, sempre no Brasil, cuja realização é decidida nas conferências realizadas anualmente entre os Estados-Maiores dos dois Exércitos (SENADO DE LA NACIÓN, 2007, p. 6). As operações ocorrem uma logo depois da outra e envolvem meios aerotransportados, com realização de saltos por integrantes de unidades militares paraquedistas[96]. Nas edições de 2003 e 2004 da Operação Saci participaram 15 militares argentinos e na edição de 2004 da Operação Duende, participaram 15 militares brasileiros[97]. Em 2005, participaram da Operação Duende 41 militares brasileiros e na Operação Saci 41 militares argentinos[98]. Entre 2006 e 2009, o número subiu para 45 militares do outro país em cada operação no país vizinho[99].

Para essas duas operações, os militares geralmente não levam ao país vizinho o material a ser utilizado, em alguns casos levando consigo apenas o equipamento de combate individual, todo o restante sendo fornecido pelo Exército do país onde ocorre a operação (incluindo os paraquedas e os armamentos). Esse fornecimento mútuo de material demonstra e ao mesmo tempo reforça a interoperabilidade entre as tropas paraquedistas dos dois países. Contudo, deve-se mencionar que estas duas operações possuem uma escala bastante inferior à Cruzeiro do Sul e à Laço Forte, com

---

[96] As duas operações não ocorreram no ano de 2002 por razões orçamentárias. A Operação Duende não ocorreu em 2003, a pedido do Brasil, pelo mesmo motivo. Fonte: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA (2004).

[97] Fonte: PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA (2003) e Idem (2004).

[98] Fonte: Idem (2005).

[99] Fonte: Idem (2006); SENADO DE LA NACIÓN (2007); CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN (2008) e ARGENTINA (2009).

pequeno número de militares participantes e espaços bem menores de divulgação, mesmo dentro dos Exércitos[100].

Em 2006, foi realizado na Argentina um exercício de operações convencionais no terreno, denominado de Operação Hermandad, do qual participaram os Exércitos da Argentina (600 militares), do Brasil (280 militares), Uruguai (70 militares) e Paraguai (30 militares). Esta operação foi a 3ª etapa do exercício, tendo como objetivo a execução *in loco* do que havia sido planejado em gabinete nos anos de 2004 e 2005 (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2006a, 2006b). A tropa possuiu um caráter multinacional, a ser empregada em uma situação fictícia, no qual havia um sistema de defesa mútua entre os países, da mesma forma como havia ocorrido na Operação Laço Forte:

> Seu desenvolvimento se inicia em consequência de uma situação hipotética na qual um determinado país invade o território de um dos países-membros da aliança e, assim, é formada uma Brigada Blindada Mecanizada Combinada, composta por um Estado-maior Combinado e seus elementos constitutivos, integrados por elementos blindados e mecanizados dos quatro países participantes, os quais planejarão e executarão uma operação convencional para defender um dos países-membros da aliança. (PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA, 2006a, Anexo XII, tradução livre a partir do espanhol).

Por fim, um outro exercício entre os dois Exércitos ocorreu em 2008: a Operação Guarani. Ela envolveu o emprego de tropas para o combate convencional. Participaram 40 militares do Exército Argentino e 1.167 do Exército Brasileiro, incluindo integrantes de tropas de Forças Especiais e de Comandos (CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 2008).

Força Aérea Brasileira e Fuerza Aérea Argentina

As Forças Aéreas foram as últimas Forças Singulares a iniciarem a cooperação bilateral. Primeiramente, elas apoiaram operações combinadas dos Exércitos, como ocorreu nas Operações Saci (Brasil) e Duende (Argentina), e também participaram de operações combinadas das Marinhas, quando a Marinha do Brasil ainda não dispunha de aviação naval de asa fixa (até 1998). Posteriormente, passaram a realizar as suas próprias operações. Daniel Flemes (2004a, p. 41) sugeriu que isto possa ter sido causado pelos altos custos envolvidos neste tipo de operação. Na página seguinte, há um quadro com as operações combinadas Brasil-Argentina:

[100] No sítio do Exército Brasileiro (www.exercito.gov.br), não há nenhuma referência a essas duas operações.

Quadro 3.2 – Exercícios militares envolvendo as Forças Aéreas de Brasil e Argentina: 1997-2009

Exercício/Ano	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Op. Tanba/Prata	x	-	-	-	x	-	-	x	x	x	x	x	x
Op. CRUZEX	-	-	-	-	-	x	-	x	-	x	-	x	-
Op. Ceibo	-	-	-	-	-	-	-	-	x	-	-	-	-
Total	1	-	-	-	1	1	-	2	2	2	1	2	1

Fonte: Ministério da Aeronáutica/FAB, Força Aérea Argentina, Câmara de Diputados (Argentina). Elaboração Própria.

O primeiro exercício combinado entre as duas Forças Aéreas foi a Operação Tanba (Tango e Samba), realizada em 1997 em Passo Fundo/RS. Os objetivos foram: 1) estabelecer técnicas e táticas comuns para o controle de tráfego aéreo transfronteiriço, 2) adestrar os Estados-Maiores para planejamento de operações combinadas e 3) realizar intercâmbios de experiências e de informações (MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, 1997/1998, p. 12). Da FAB, participaram 4 aeronaves AT-26 Xavante, 2 T-27 Tucano e 1 UH-1H Iroquois. Do lado argentino, participaram aeronaves Guarani e Pampa e helicópteros SAR (*search and rescue*) (Ibid., p. 12). Em análise da operação, demonstrou-se o incremento na interoperabilidade que se obteve:

> As tripulações eram compostas por pilotos brasileiros e argentinos, levando a uma total integração. [...]. Na parte de comunicação, o exercício privilegiou a compatibilização de dois sistemas diferentes, que, sem perderem suas particularidades, mostraram-se capazes de executar um trabalho integrado, com reais possibilidades de sucesso. (Ibid., p. 12).

Deu continuidade àquele exercício a Operação Prata, que ocorreu pela primeira vez em 2001 e da qual, em 2009, houve a sexta edição. O objetivo desta operação é que Brasil, Argentina e Uruguai possam melhor controlar o tráfego aéreo não-identificado transfronteiriço e a interceptação de tráfego aéreo irregular. Diferentemente da maior parte das demais operações, esta se baseia, assim, em uma "situação real" e não em uma situação fictícia e, além disso, possui um marco legal específico, o *Acordo de Cooperação para o controle do tráfego de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas internacionais*, assinado pelos Ministérios da Defesa de Brasil e Argentina em dezembro de 2002. As medidas adotadas para tornar efetivo o acordo são o "[...] intercâmbio de informações, o treinamento técnico ou operacional especializado e o intercâmbio de recursos humanos" (CAMARA DE DIPUTADOS..., 2005, tradução livre a partir do espanhol). Deve-se ressaltar, contudo, que quando o acordo foi assinado, já havia ocorrido a primeira edição da operação, em 2001, e também a Operação Tanba, em 1997, um indício de relações

transgovernamentais nessa matéria. Em 2004, ocorreu a segunda edição da operação, em 2005 a terceira e, em 2006, a quarta edição deste exercício. Em 2007, houve a quinta edição (FUERZA AÉREA ARGENTINA, 2007), sobre a qual a Força Aérea Argentina fez o seguinte comentário:

> Este exercício consistiu no controle de voos supostamente envolvidos em atividades irregulares. Para localizar estas supostas incursões, foram utilizados radares móveis de defesa aérea em ambos os países. Uma vez determinada a posição da aeronave incursora, procedia-se à sua interceptação com aviões tanto argentinos como brasileiros. Após a aeronave ser interceptada, verificava-se qual o tipo do avião e qual a sua matrícula. (CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 2005, tradução livre a partir do espanhol).

Em 2009, ocorreu a sexta edição, desta vez com a participação apenas de Brasil e Argentina. A Argentina utilizou aviões Pucará, Sêneca e Dakota, helicópteros B-212, um radar de vigilância e um sistema de comunicações com centrais móveis de campanha. O Brasil utilizou aviões Supertucano, Caravan, Brasília e Bandeirante e helicópteros UH-1H Iroquois (FUERZA AÉREA ARGENTINA, 2009). A Força Aérea Argentina fez a seguinte avaliação da operação:

> O exercício permitiu testar a eficácia do sistema permanente de coordenação e cooperação no controle da atividade aérea, trocando-se experiências e otimizando procedimentos comuns em matéria de vigilância e controle do espaço aéreo.
> [...]
> Com este tipo de exercício, a Força Aérea Argentina simplifica os procedimentos de troca de informações entre os controladores e aperfeiçoa o seu pessoal, capitalizando o intercâmbio profissional para alcançar interoperabilidade com outras Forças Aéreas. (Ibid., tradução livre a partir do espanhol).

Outro exercício ocorrido entre as Forças Aéreas foi a Operação Ceibo, de iniciativa da Força Aérea Argentina, realizada apenas em 2005, com a participação do Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai. O exercício ocorreu na Argentina e, assim como várias das operações terrestres e navais, esta também teve como objetivo reforçar a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos dois países. A situação hipotética era a de participação em uma missão de paz, sob mandato da ONU (CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN, 2008)

Um exercício que vem ganhando importância cada vez maior no âmbito das Forças Aéreas da região é a Operação CRUZEX, comandada sempre pela FAB e realizada sempre no Brasil. Sua primeira edição ocorreu em 2002, no sul do Brasil, dela participando as Forças Aéreas de Argentina, Brasil, Chile e França. O objetivo foi “[...] o aprendizado na condução de operações aéreas de coalizão, em benefício da ONU, utilizando o padrão OTAN de comando e controle (C2).” (CUNHA, 2002). A segunda edição ocorreu no nordeste brasileiro, em 2004. Em 2006, ocorreu a

Operação CRUZEX III, com a participação de Argentina, Brasil, Chile, França, Uruguai, Peru e Venezuela, tendo como centro de operações a Base Aérea de Anápolis. O exercício envolveu 2.000 militares, mais de 37 aeronaves brasileiras e 67 estrangeiras (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2006b).[101] A CRUZEX IV, ocorrida em 2008, novamente teve sede no nordeste brasileiro. Foi prevista para ter a participação das mesmas Forças Aéreas da edição anterior, contudo a Argentina e o Peru desistiram de participar da operação. Naquela edição participaram 88 aeronaves, sendo 11 simuladas (Id., 2008). O exercício está previsto para ser realizado também em 2010, novamente no nordeste brasileiro, com a participação das mesmas Forças Aéreas de 2006, ademais da presença dos Estados Unidos (TECNOLOGIA E DEFESA, 2009b).

Em síntese, observa-se que as Marinhas foram as primeiras Forças Singulares a realizarem exercícios combinados, ampliando a dimensão dos mesmos nos anos 1990, com a execução de outras operações, ademais da Operação Fraterno, que ocorria desde o final dos anos 1970. Nos anos 1990, os Exércitos e as Forças Aéreas também passaram a realizar suas operações combinadas, progressivamente ampliando o seu escopo e o número de militares nelas envolvidos.

Esses exercícios combinados possuem um efeito especificamente militar, pois incrementam a interoperabilidade e aumentam o poder dissuasório dos dois países, mas também efeitos políticos, ao contribuírem para a manutenção de relações bilaterais amistosas.

3.1.2 A viatura militar aerotransportável Gaúcho

Em 2003, teve início um projeto conjunto entre os Exércitos Brasileiro e Argentino destinado ao desenvolvimento de uma viatura militar aerotransportável, a qual foi posteriormente denominada de Gaúcho (ou *Gaucho*). Trata-se da primeira parceria entre os dois países na área da tecnologia militar. Tal projeto, a exemplo dos exercícios militares combinados, não foi fruto de iniciativas das chancelarias ou dos Ministérios da Defesa. Ele foi desenvolvido, em suas etapas iniciais, apenas pelos dois Exércitos, sem que estes houvessem sido incumbidos do projeto por órgãos superiores, uma evidência que aponta a existência de canais independentes de comunicação entre as Forças Armadas dos dois países. Foi apenas a partir de novembro de 2005 que os dois

[101] Nesta operação ocorreu um acidente fatal. Uma aeronave A-37 da Força Aérea Peruana se acidentou após decolar de Porto Velho/RO e os dois pilotos faleceram (FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 2006a).

governos passaram a subordinar oficialmente tal projeto a suas políticas externas, “apropriando-se” de um processo que já vinha ocorrendo há cerca de dois anos e meio. Vejamos, inicialmente, alguns aspectos das operações aeromóveis; posteriormente, algumas características gerais da viatura e seus objetivos técnico-operacionais e; por fim, como foi o processo de sua concepção.

Como mencionado, trata-se de uma viatura aerotransportável, ou seja, uma viatura militar capaz de ser transportada por aeronaves de asa fixa (aviões) ou rotativas (helicópteros). Mas qual a importância dela ser aerotransportável?

As operações aeromóveis constituem um importante elemento da guerra moderna, pois oferecem mobilidade e rapidez às operações, seja em situações de combate, apoio ao combate ou apoio logístico: “A surpresa, a flexibilidade, a manobra, a oportunidade e a velocidade para vencer rapidamente grandes distâncias e ultrapassar obstáculos do terreno constituem características comuns nas operações aeromóveis.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, item 1-3 a). No Brasil, tais operações são realizadas por forças de helicópteros ou forças aeromóveis. No primeiro caso, são empregados apenas os meios da Aviação do Exército e, no segundo caso, a Aviação do Exército pode ser empregada em conjunto com tropas de superfície, deslocadas através dos meios aéreos.

Atualmente, o Exército Brasileiro possui apenas a aviação de asa rotativa (helicópteros), organizada sob o Comando de Aviação do Exército, ao qual se subordinam seis Organizações Militares: 1º, 2º e 3º Batalhões de Aviação do Exército (BavEx), Batalhão de Manutenção e Suprimento de Aviação do Exército (Btl Mnt Sup Av Ex), Centro de Instrução de Aviação do Exército (CIAvEx) e a Base de Aviação de Taubaté (BAvT), todas sediadas em Taubaté/SP. Além destas, há o 4º Batalhão de Aviação do Exército, sediado em Manaus/AM e subordinado ao Comando Militar da Amazônia. Esse conjunto constitui o que se denomina de “força de helicópteros”.

Atuando em conjunto com a Aviação do Exército estão as tropas da infantaria leve aeromóvel e da infantaria paraquedista. A infantaria leve (ou ligeira) é o segmento da infantaria destinada a realizar incursões rápidas e em profundidade, características proporcionadas pelos meios aeromóveis. No Exército Brasileiro, ela está organizada na 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel), sediada em Caçapava/SP (a 18 km de Taubaté, sede da força de helicópteros), e a qual se subordinam Organizações Militares das cinco armas do Exército (Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações) e da área logística, todas sediadas na Grande São Paulo ou

em municípios da região do Vale do Paraíba. A infantaria paraquedista do Exército Brasileiro, por sua vez, está organizada na Brigada de Infantaria Paraquedista, sediada no Rio de Janeiro. A ela estão subordinadas Organizações Militares das cinco armas do Exército, da área logística e de apoio e também o Centro de Instrução Paraquedista General Penha Brasil.

Nas operações aeromóveis, um dos problemas enfrentados é a “capacidade de transporte de pessoal e material limitada pelas características e disponibilidade de aeronaves e pelo terreno” (Ibid., item 1-4 a), ou seja, a quantidade de pessoal e equipamentos transportados por helicópteros é limitado, primeiramente, pela capacidade de transporte da aeronave e, em segundo lugar, pelo terreno onde as operações serão realizadas. No caso do terreno, isso se deve ao fato da necessidade de espaços adequados para o pouso das aeronaves (Ibid., item 2-29); contudo, o terreno pode ser, por outro lado, a própria razão da necessidade de emprego de meios aeromóveis, tendo em vista que alguns terrenos acidentados apenas podem ser atingidos por tais forças.

Forças aeromóveis podem ser utilizadas em missões de combate, apoio ao combate ou apoio logístico. No caso da logística, o meio aeromóvel pode ser fundamental quando outros meios se mostram indisponíveis ou inviáveis. Tais missões são importantes “[...] para a manutenção da regularidade do fluxo de suprimentos, principalmente, nas oportunidades em que o helicóptero é o único meio de suprir uma força de superfície que não disponha de eixo de suprimento” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, item 4-2 a). Neste caso, qualquer carga pode ser transportada, inclusive viaturas que, contudo, devem possuir características próprias que permitam tal transporte. As vantagens do transporte aeroviário são “a grande rapidez do deslocamento; o número ilimitado de rotas para o mesmo ponto de destino; a ausência de obstáculos terrestres intermediários.” (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2002, p. 5-2). Contudo, as desvantagens a serem consideradas são: “a relativamente pequena capacidade de transporte em tonelagem e volume de carga; a dependência de aeroportos ou pontos de aterragem, das condições meteorológicas e do raio de ação das aeronaves; a vulnerabilidade aos ataques aéreos e ao fogo antiaéreo.” (Ibid., p. 5-2).

No caso da viatura Gaúcho, seu peso e dimensões são características que facilitam o transporte por helicópteros ou aviões. Seu peso líquido é de 1.500 kg, seu comprimento é de 4,15 m, sua largura de 2,15 m e sua altura de 1,85 m (BASTOS, 2006a, p. 3). Assim, pode ser transportada por helicópteros que as Forças Armadas atualmente possuem, quais sejam: *HM-2 Black Hawk* (o Exército possui quatro aeronaves) (EXÉRCITO BRASILEIRO,[s.d.]a), cujo gancho para carga externa suporta até 4.000 kg (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, anexo B); *UH-14*

Super-Puma (a Marinha possui sete aeronaves) (JANE´S, 2008b, p. 66), suportando até 3.330 kg (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, anexo B); *CH-34 Super Puma* (a Força Aérea possui 6 aeronaves) (JANE´S, 2008b, p. 55), suportando até 3.000 kg (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, anexo B) e; *Bell UH-1H Iroquois* (a Força Aérea possui 35 aeronaves) (JANE´S, 2008b, p. 55), suportando até 1.800 kg (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2000, anexo B). No caso dos aviões, o C-130 E/H Hércules (a Força Aérea possui 20 aeronaves) (JANE´S, 2008b, p. 66) tem um compartimento de carga capaz de transportar volumes de até 12,31 m de comprimento, 3,12 m de largura e 2,74 m de altura. A rampa de carga também pode ser utilizada, no caso suportando volumes de até 3,12 m de comprimento e 3,02 m de largura (UNITED STATES OF AMERICA, 2009a), compatíveis, portanto, com as dimensões do Gaúcho. Na aeronave C-130, a viatura ainda pode ser transportada empilhada e dela pode ser lançada por paraquedas (CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO, s.d.). Assim também ocorreria caso fosse utilizada a aeronave KC-390, semelhante ao C-130 Hércules e que, atualmente, está sendo desenvolvida pela Embraer. O KC-390 terá um compartimento de carga com 15,63 m de comprimento (sendo 3,48 m da rampa de carga), largura de 3,45 m e altura entre 2,97 e 3,20 m (EMBRAER, 2009c, p. 2). A foto a seguir ilustra a viatura Gaúcho:

Fotografia 3.1 – A Viatura “Gaúcho”

Fotógrafo: Juan Carlos Cicalesi. Data não identificada.
Disponível em: <http://saorbats.com.ar/gallery2/d/2272-2/gauchoBlindado_005.jpg>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Outras características do veículo são: suspensão independente, capacidade de carga mínima de 500 kg, autonomia mínima de 500 km e 130 cv de potência (BASTOS, 2006b, p. 3-4). Sua inclinação pode chegar aos 60º, podendo ser armado com metralhadoras 7,62 mm MAG (Metralhadora de Apoio Geral), mísseis anticarro ou antiaéreos (Idem, 2006a, p. 3). Com ele, pode-se conferir a mobilidade acima mencionada a uma tropa de pronto-emprego, como afirmou o especialista Expedito Carlos Stephani Bastos:

> Trata-se de um veículo multiuso, ágil, especialmente apto para ser utilizado em todo tipo de terreno. Sua concepção simples e versátil permitirá que seja empregado para cumprir, dentre outras missões, as de assalto aéreo, exploração, segurança, comando, comunicações e ambulância. (BASTOS, 2006b, p. 3).
>
> O conceito é o mesmo que se emprega atualmente por forças de ação rápida em diversos conflitos existentes, cuja maior experiência se deu quando da Guerra do Golfo em 1991, onde unidades inglesas e americanas se utilizaram destes veículos obtendo um grande sucesso em suas operações. (BASTOS, 2005, p. 2).

Vejamos como ocorreu o processo de concepção e desenvolvimento da viatura, destacando-se a independência dos Exércitos na fase inicial e a posterior “apropriação” do projeto pelos governos.

Em junho de 2003, por ocasião de uma visita do Comandante do Exército Argentino ao Comandante do Exército Brasileiro, surgiu o acordo para o desenvolvimento da viatura. A intenção era de iniciar o projeto ainda em dezembro daquele ano (INFOBAE.COM, 2004), mas ele acabou por ser iniciado apenas em abril de 2004. No Brasil, ele ficou sob a responsabilidade do Centro Tecnológico do Exército (CTEx) e, na Argentina, sob responsabilidade da *Dirección de Investigación, Desarrollo y Producción*, do Exército Argentino. Foi ainda em abril de 2004, em reunião no Rio de Janeiro, que se acertaram os requisitos técnico-operacionais que a viatura deveria possuir (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006a). Em maio de 2004, o Ministro da Defesa do Brasil, José Viegas Filho, e o Ministro da Defesa da Argentina, José Pampuro, anunciaram oficialmente o projeto. À época ele foi chamado de *Vehículo de Exploración Ligero de Asalto* - VELA (DEFESA@NET, 2004).

A divisão do trabalho foi feita da seguinte forma: o Brasil seria responsável pelo sistema de freios, sistema elétrico, sistema de refrigeração, sistema de combustível, armamentos e acessórios, enquanto a Argentina seria responsável pelo chassi-jaula, grupo moto-propulsor, transmissão, sistema de direção, sistema de amortecimento e carroceria (LA NACIÓN, 2006). A

primeira fase da montagem ocorreu na Argentina (GOMES, 2007, p. 8) e, em junho de 2005, o primeiro protótipo foi enviado ao Brasil (EJÉRCITO ARGENTINO, 2005). Ele chegou semi-desmontado ao Rio de Janeiro/RJ, onde foram feitos testes de engenharia no Centro de Avaliações do Exército (CAEx) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006a). No início de 2006, ele retornou à Argentina (GOMES, 2007, p. 8).

Todos os direitos sobre o projeto foram divididos em cinquenta por cento para cada Exército. Segundo o seguinte documento, o Adido Militar brasileiro na Argentina poderia assinar:

> [...] em nome do Exército Brasileiro, junto ao Instituto Nacional de Propriedades Industriais, de Marcas e Patentes da República Argentina, o pedido de propriedade, de nomes, de marcas, de desenhos técnicos e de patentes, tudo na proporção de cinqüenta por cento em nome do Exército Brasileiro, da Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável, desenvolvida conjuntamente pelo Exército Brasileiro e Exército Argentino. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2006b, p. 8).

Em março de 2006, foi apresentado no Quartel-General do Exército Brasileiro um protótipo da viatura. Estiveram presentes, do Exército Brasileiro: o Comandante do Exército, o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT) (General Cardoso) e o Chefe do CTEx (subordinado ao DCT) (General Kümmel); do Exército Argentino: o Chefe do Estado-Maior Geral e o chefe da *Dirección de Investigación, Desarrollo y Producción* (ARGENTINA, 2006). No dia seguinte, o protótipo foi apresentado ao presidente Lula. Estiveram presentes, na ocasião, o Ministro da Defesa, o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Secretário Geral das Relações Exteriores (Ibid.).

O protótipo seguiu então para a Argentina, onde foram feitas apresentações e diversos testes. Em abril de 2006, ele foi apresentado, no Comando de Arsenais (pista de provas de carros de combate), à Ministra da Defesa da Argentina, Nilda Garré (MINISTERIO DE DEFENSA, 2006). Naquele mesmo mês, ele passou por um teste no qual arrastou um obus 105 mm Otto Melara, de 1.209 kg (EJÉRCITO ARGENTINO, s.d.). Em maio de 2006, por ocasião da comemoração do aniversário do Exército Argentino, o presidente Néstor Kirchner, a Ministra da Defesa e o Comandante do Exército passaram a tropa em revista sobre o protótipo (Ibid.). Entre 1º e 8 de junho de 2006, no Comando de Arsenais, foi feito o primeiro teste de empilhamento, no qual o protótipo Gaúcho I ficou em cima do protótipo Gaúcho II, com o objetivo de verificar sua capacidade de aerotransporte. Naquela mesma ocasião, também foram feitas provas de ultrapassagem de obstáculos (Ibid.). A foto da página seguinte ilustra duas viaturas empilhadas:

Fotografia 3.2 – Duas Viaturas “Gaúcho” Empilhadas

Fonte: Centro Tecnológico do Exército. Data não identificada.
Disponível em: <http://www.ctex.eb.br/gaucho_proj.htm>. Acesso em: 22 abr. 2010.

Em junho e julho de 2006, a viatura realizou uma prova de durabilidade, percorrendo cerca de 10 mil km em diversos tipos de terrenos, climas e condições operacionais, indo de Rio Gallegos (Santa Cruz) a Paso de Los Libres (Corrientes), passando por Bahia Blanca, Mendoza, Córdoba e Jujuy (Ibid.). Passou por diversas unidades militares, cujos integrantes a conheceram, também sendo mostrada em várias cidades à população e à imprensa (Ibid.). Em janeiro de 2007, após todos os testes na Argentina, a viatura retornou ao Brasil para a conclusão da avaliação, “de acordo com normas e procedimentos do Exército Brasileiro” (GOMES, 2007, p. 8).

Em setembro de 2007, foi criada uma Comissão Permanente pelo Exército Brasileiro para acompanhamento do projeto. A comissão é composta por um presidente (Coronel do Quadro de Engenheiros Militares) e 10 membros (2 Coronéis, 3 Tenentes-Coronéis e 5 Majores). Entre outros objetivos, a comissão deveria providenciar uma proposta a respeito dos direitos de propriedade intelectual/industrial sobre a viatura e como a iniciativa privada iria participar da produção piloto e seriada (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2007, p. 17-19).

Após os testes no Brasil, retornou novamente à Argentina. Em outubro de 2007, já havia oito unidades produzidas e completamente testadas, concluindo-se a chamada pré-série. Neste mês, a *Dirección de Investigación, Desarrollo y Producción* realizou, em um dos protótipos, com sucesso, um teste do radar modernizado “Rastreador” (EJÉRCITO ARGENTINO, 2007a).

Em março de 2009, um protótipo do Gaúcho foi entregue pelo Exército Argentino para a 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em Uruguaiana/RS, sendo recebido pelo gerente do projeto,

de onde foi encaminhado para a realização de novos testes no CAEx (CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO, 2009).

Por ocasião da quarta reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral, ocorrida em novembro de 2009, foi comentado que a produção do veículo não pôde ser iniciada em 2009, tendo sido adiada para o segundo semestre de 2010 (BRASIL; ARGENTINA, 2009b).

Cabe destacar novamente que este projeto não fez parte, até 2005 (quando já estava pronto), de qualquer acordo bilateral assinado pelas chancelarias. As evidências demonstram que a criação do projeto partiu de uma iniciativa dos Exércitos. Não se tratou, portanto, de uma ação inserida em um conjunto de medidas de política externa. Nesse sentido, os objetivos iniciais não foram políticos. Apenas posteriormente os governos "perceberam" o que vinha sendo feito e "encaixaram" o projeto em um acordo bilateral, qual seja o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, de novembro de 2005. O Ajuste Complementar foi, assim, uma base legal que legitimou, *a posteriori*, um acordo preexistente entre os dois Exércitos.

3.1.3 Intercâmbios de alunos entre estabelecimentos militares de ensino

Uma forma de cooperação militar bastante comum entre Forças Armadas de "países amigos" é o envio de seus integrantes para frequentarem cursos militares em outras nações. Anualmente, diversos militares estrangeiros participam de tais cursos, tanto no Brasil como na Argentina, assim como militares dos dois países também realizam cursos militares em diversas outras nações.

Como analisado no capítulo 1, esta forma de cooperação pode possuir objetivos tanto técnicos como diplomáticos. Do ponto de vista técnico, ela pode ser um instrumento para se qualificar militares em áreas nas quais outras nações possuam maior capacidade técnica. Do ponto de vista diplomático, a participação em tais cursos demonstra que determinados países são "amigos" ao ponto de seus militares "poderem ver" a forma como o país receptor conduz sua preparação para a guerra, revelando particularidades que poderiam ser úteis para a elaboração das doutrinas militares de possíveis adversários.

Referindo-se à cooperação nesse campo, Samuel Pinheiro Guimarães enfatizou sua importância como um instrumento diplomático: "Os programas de intercâmbio militar exercem importante papel no processo de construção da confiança, assim como a participação de efetivos

militares de países da região em operações de paz das Nações Unidas, em especial na Minustah." (GUIMARÃES, 2007, p. 20-21). Ainda do ponto de vista diplomático, um militar, ao participar de tais cursos, pode agregar, além do conhecimento, a experiência do convívio com militares estrangeiros, o que lhe permitirá conhecer mais de perto outras "culturas militares", podendo tornar-se um "elemento de ligação" entre as duas Forças Armadas.

Entre Brasil e Argentina, tal forma de cooperação é bastante praticada e, a exemplo de outras atividades, foi historicamente planejada e executada pelas próprias Forças Armadas, sem seguir diretrizes de órgãos superiores.

Daniel Flemes (2004a) realizou um levantamento dos intercâmbios militares entre o Brasil e outros países sul-americanos para o período 1999-2003. Por meio destes dados, pode-se observar a absoluta predominância da cooperação Brasil-Argentina quando comparada à cooperação do Brasil com os demais países sul-americanos.

Naquele período, militares do Exército Brasileiro participaram de 115 intercâmbios com outros exércitos. A quantidade realizada com cada país e os percentuais aproximados foram os seguintes:

Tabela 3.2 – Intercâmbios realizados pelo Exército Brasileiro com os Exércitos de outros países sul-americanos: 1999-2003[102]

	Quantidade	Percentual
Argentina	43	37%
Venezuela	15	12%
Paraguai	12	10%
Equador	11	10%
Uruguai	10	9%
Peru	7	6%
Suriname	6	5%
Chile	6	5%
Bolívia	5	4%
Colômbia	4	3%
Guiana	2	2%

Fonte: FLEMES, 2004, p. 49-51. Elaboração própria

[102] Alguns intercâmbios foram realizados em mais de um país. Assim, os números das tabelas não podem ser somados entre si.

Observa-se que 37% dos intercâmbios realizados pelo Brasil consistiram em atividades com o Exército Argentino, percentual bastante superior ao dos demais países. A Força Aérea Brasileira realizou, no mesmo período, 36 intercâmbios, onde se observam diferenças ainda maiores:

Tabela 3.3 – Intercâmbios realizados pela FAB com as Forças Aéreas de outros países sul-americanos: 1999-2003

	Quantidade	Percentual
Argentina	23	64%
Uruguai	6	17%
Chile	6	17%
Peru	4	11%
Venezuela	2	6%

Fonte: FLEMES, 2004, p. 52-53. Elaboração própria

Por fim, a participação da Marinha do Brasil nos intercâmbios daquele período foi a seguinte, num total de 37 atividades. Dada a sua tradição de cooperação com a Armada Argentina, foi a Força Singular que proporcionalmente mais cooperou com as Forças Armadas daquele país:

Tabela 3.4 – Intercâmbios realizados pela Marinha do Brasil com as Marinhas de outros países sul-americanos: 1999-2003

	Quantidade	Percentual
Argentina	26	70%
Peru	7	19%
Chile	2	5%
Venezuela	1	3%
Uruguai	1	3%
Bolívia	1	3%

Fonte: FLEMES, 2004, p. 53-54. Elaboração própria

3.1.4 Cooperação para missões de paz

As três formas de cooperação até aqui abordadas referem-se à participação em atividades de "tempos de paz", nas quais o objetivo primordial é a preparação para o emprego das Forças Armadas para possíveis situações reais. Contudo, há uma forma de "situação real" que não

consiste em *operações de guerra*, mas sim em *operações de paz*: as missões de paz sob mandato da ONU.

Brasil e Argentina já participaram simultaneamente de várias operações de paz, juntamente com diversos outros países. Contudo, o que é de interesse para este trabalho é a cooperação *bilateral* Brasil-Argentina, o que deve envolver algum grau de articulação direta entre os dois Estados visando uma atuação conjunta, na qual os esforços de ambos poderiam ser somados.

Além da realização de treinamentos para operações de paz, como foi o caso da Operação Cruzeiro do Sul, a colaboração entre Brasil e Argentina ocorreu em algumas missões reais da ONU, como no caso da missão no Chipre.

A Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP) foi criada em 1964 “[...] para evitar o prolongamento de lutas entre as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota e para contribuir para a manutenção e restauração da lei e ordem no Chipre.” (EXÉRCITO BRASILEIRO, [s.d.] b). De acordo com o relatório da missão de 2008, há 853 integrantes em seu contingente militar, sendo que os países que mais contribuem com pessoal militar são o Reino Unido (272), a Argentina (262) e a Eslováquia (196) (ONU, 2008, p. 11). A Argentina iniciou sua participação na missão em 1993 e, desde 1995, o Brasil tem enviado observadores militares para participarem da missão. Estes observadores (atualmente apenas um) têm ficado sob a autoridade da Força Tarefa Argentina no país (*Argentine Task Force*), juntamente com observadores do Paraguai e do Chile.

No caso da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), não há uma cooperação formal entre militares brasileiros e argentinos, todos eles estando igualmente subordinados ao comando da MINUSTAH. Neste caso, a cooperação militar ocorreu no nível político, por meio de mecanismos que envolvem vários países latino-americanos. O primeiro desses mecanismos foi criado em maio de 2005, a partir de uma iniciativa conjunta de Argentina, Brasil, Uruguai e Chile, sendo composto pelos vice-ministros da Defesa e vice-chanceleres dos quatro países, e que, por isso, foi nomeado “Mecanismo 2 x 4”. Em sua primeira reunião, chegou-se ao consenso acerca da “Necessidade de impulsionar a transferência de recursos para favorecer os projetos de impacto rápido, assim como os projetos institucionais e políticos de longo prazo” (DONADIO; TIBILETTI, 2008, p. 308, tradução livre a partir do espanhol) e, também, do “Potencial da MINUSTAH de fortalecer os direitos humanos, econômicos, sociais e políticos do

Haiti como um elemento fundamental à obtenção do desenvolvimento para a governabilidade democrática" (Ibid., p. 308, tradução livre a partir do espanhol). Na reunião seguinte, em outubro de 2005, também participaram representantes de Equador, Guatemala e Peru, surgindo o "Mecanismo 2 x 7". Nas duas reuniões de 2006, participaram esses mesmos países e, a partir de 2007, a eles se juntaram o Paraguai e o Panamá, formando então o "Mecanismo 2 x 9".

Em algumas ocasiões, foi demonstrada por parte de autoridades de Chile e Argentina, a intenção de se criar uma força de paz conjunta com o Brasil para a atuação sob mandatos da ONU (FLEMES, 2004a, p. 37). Tal força foi criada entre Argentina e Chile, mas o Brasil ainda não demonstrou que pretende participar de tais iniciativas.[103]

3.2 A busca por maior controle político por parte dos governos

Identificados estes espaços de autonomia internacional das Forças Armadas, resta analisar como os dois governos têm buscado estabelecer maior controle sobre eles.

A busca por tal controle tem se manifestado mais claramente em algumas ações políticas conjuntas que passaram a ocorrer a partir de 2005. Desde então, os dois governos têm buscado subordinar a cooperação militar a um projeto de política externa específico, qual seja o de estreitar as relações com o vizinho em áreas estratégicas. Dessa forma, um fenômeno que, até então, tinha objetivos de caráter apenas militar, passou a se inserir, também, no âmbito da *política* dos dois governos.

Antes de se analisar a cooperação militar, contudo, deve-se destacar que esta problemática vai além deste caso específico. Uma das características do Estado brasileiro é a ausência geral de conexões relevantes entre a política externa e a política de defesa, sendo a cooperação militar apenas uma das manifestações desta desarmonia. Como analisado na seção anterior, a falta de consenso e de circulação de informações entre as três Forças Singulares brasileiras acerca da criação da aviação naval de asa fixa demonstrou a existência de precários (ou mesmo inexistentes) controles políticos sobre o tema. Os treinamentos dos pilotos da Marinha do Brasil, realizados na Argentina e no Uruguai, ocorreram não a partir de uma ação de política externa dos governos destes países, mas sim por meio da utilização autônoma de canais

[103] Aguilar (2003, p. 98) afirma que dois militares do Exército Argentino estiveram integrados a unidades do Exército Brasileiro nas missões de paz em Angola e no Timor Leste. Contudo, não foram encontradas outras referências sobre esta cooperação.

independentes de comunicação. Analisando especificamente este caso, João Paulo Soares Alsina afirmou que, em função de sua dimensão desagregadora, ele, inclusive, acabou sendo crucial para o surgimento da Política de Defesa Nacional (PDN), em 1996: “Ao perceber o que acontecia, FHC teve a convicção de que aquele episódio era a representação definitiva da necessidade de elaboração de um documento público que proporcionasse um quadro de referências comum às forças singulares.” (ALSINA JR., 2003, p. 67). João Paulo Alsina citou, ainda, um outro caso protagonizado pela FAB, que também demonstrou a ausência de conexões entre as políticas externa e de defesa, caso este que acabou sendo um outro fator para que o governo de Fernando Henrique Cardoso buscasse a edição da PDN:

> Em meados de 1996, o Ministério da Aeronáutica fez um pedido oficial de informações às empresas norte-americanas *Lockheed Martin* e *Boeing* sobre os caças F-16 e F-18. A FAB já vinha acalentando há muito o sonho de renovar sua envelhecida frota desse tipo de aviões. Solicitou as informações às empresas, contudo, sem nada informar ao Planalto e ao Itamaraty. Nos bastidores, houve suspeitas de que a Força Aérea teria sido induzida a agir assim para que lobbistas de Washington obtivessem argumentos mais sólidos para pressionar as autoridades do governo norte-americano a liberar a venda de armamentos sofisticados à América Latina até então proibida pela legislação daquele país. Ao chegar aos ouvidos do Presidente, a atitude do Ministério da Aeronáutica causou irritação. Em vista do que precede, ao convocar a segunda reunião da Creden [Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional], em 06 de setembro de 1996, FHC instruiu os membros da Câmara a iniciarem os trabalhos para a formulação de uma política de defesa nacional (Ibid., p. 67).

Retomando a questão da subordinação da cooperação militar, há algumas declarações de autoridades brasileiras por meio das quais se pode inferir a existência desta busca governamental pela submissão da cooperação militar à política externa. Referindo-se à cooperação em defesa na América do Sul e argumentando em favor da criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, o atual Ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, comentou o seguinte sobre o assunto:

> Algumas medidas que poderiam ser utilizadas pelo conselho [de defesa sul-americano] são interações já existentes entre as Forças Armadas dos países da região. A cooperação para formação e treinamento de pessoal militar, por exemplo, é tradicional na região. As escolas militares brasileiras são, cada ano, freqüentadas por dezenas de oficiais de países vizinhos. Ao retornarem a seus países, esses militares contribuem para as boas relações regionais.
>
> Esse intercâmbio, no entanto, é promovido isoladamente pelas Forças Armadas sul-americanas, quando deveria configurar-se como política dos Estados. Elevar tais iniciativas a esse patamar poderia ser uma atribuição do conselho. (JOBIM, 2008).

Dessa forma, a cooperação militar interestatal foi reconhecida pelo próprio Ministro da Defesa do Brasil como um fenômeno sobre o qual os governos centrais exerciam pouco controle. Em sua declaração, se observa a intenção de trazer este tipo de atividade ao âmbito da política.

Como mencionado, foi a partir de 2005 que a cooperação militar ganhou contornos mais claros de política externa, deixando de ser apenas um fenômeno militar. Dois acordos assinados em novembro daquele ano vieram a ser os primeiros instrumentos formais de cooperação militar entre os dois países. É verdade que outros acordos estratégicos já haviam sido assinados pelos dois países nos anos 1980 e 1990. Contudo, eles abrangeram a cooperação na área da segurança, mas não a cooperação na área militar, conforme distinção feita no capítulo 1. Além disso, o governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio da edição da PDN, já havia tentado impor maior controle sobre as Forças Armadas, como analisado nos casos do surgimento da aviação naval de asa fixa e dos contatos da FAB com a *Lockheed Martin*. Entretanto, a PDN se caracterizou por diretrizes bastante genéricas acerca da defesa nacional, não fazendo quaisquer referências à cooperação militar com os países vizinhos. De fato, seriam os acordos de 2005 que efetivamente buscariam trazer a cooperação militar ao âmbito da política.

Um dos dois acordos de novembro de 2005 foi o *Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa*[104]. O seu objetivo foi: I) impor um marco jurídico à cooperação militar, visando submetê-la às políticas externas dos governos e II) criar condições para a sua ampliação. Quanto ao primeiro objetivo, observa-se que a maior parte das iniciativas previstas no acordo eram atividades que já vinham sendo realizadas de forma autônoma pelas Forças Armadas. Entre as iniciativas previstas no acordo esteve a de "promover ações conjuntas de treinamento e instrução militar, exercícios militares combinados, bem como a troca de informações correspondente" (BRASIL; ARGENTINA, 2005b), o que já ocorria desde 1978. Entre as atividades previstas, esteve também o "intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares" (Ibid.), a qual já era uma prática comum entre as Forças Armadas dos dois países e que, para ocorrer, não requeria qualquer acordo bilateral. Dessa forma, este acordo apenas formalizou atividades que já ocorriam há muitos anos.

Sobre o segundo aspecto, o acordo teve como objetivo facilitar a ampliação da cooperação. Em alguns trechos do acordo, foram previstas as linhas de ação a serem adotadas em relação à cooperação militar, de forma que os procedimentos fossem padronizados. Tratou-se, por

[104] O Acordo entrou em vigor em 26 de janeiro de 2007 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6.084, de 19 de abril de 2007. Não foi encontrada a internalização jurídica do acordo para a Argentina.

exemplo, da divisão relacionada às despesas decorrentes das atividades de cooperação, assim como das medidas a serem adotadas no caso de possíveis danos causados por participantes destas atividades, o que ofereceu maior segurança jurídica ao futuro desenvolvimento conjunto de produtos militares e a realização de exercícios militares combinados. Ademais, um acordo como este sela um compromisso político por meio do qual os dois governos demonstram a intenção de manter a cooperação militar ao longo do tempo.

O outro acordo foi o *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica*[105]. Entre as missões atribuídas pelo Ajuste, esteve a do projeto da "Viatura Militar Aerotransportável Gaúcho", analisado na seção anterior. É importante destacar que o ajuste complementar veio a ser assinado *após* a referida viatura já estar com o primeiro protótipo pronto. O Ajuste foi, portanto, apenas a formalização de uma cooperação bilateral que já existia e não um instrumento legal que deu início ao processo. Foram os Exércitos que tiveram a iniciativa do projeto e não os governos. No Art. 1º do ajuste se menciona, inclusive, que ele teria como objetivo intensificar e regulamentar a cooperação. Com a utilização do termo *intensificar*, os próprios governos reconheceram que tal cooperação já existia: "O presente Ajuste Complementar tem como objetivo intensificar e regulamentar a colaboração nas áreas de desenvolvimento, aquisição, manutenção de materiais, fornecimento de tecnologia militar e na elaboração de Projetos de Sistemas de Armas (PSA) [...]" (BRASIL; ARGENTINA, 2005c).

Em síntese, por meio dos dois acordos, foi criado um marco jurídico para a cooperação militar, introduzindo nela a "marca" dos governos, de forma que ela se transformasse em um instrumento para suas políticas externas. Desde então, os temas de defesa e segurança têm sido tratados em todas as reuniões bilaterais das quais participaram os chefes de Estado dos dois países, demonstrando que a busca por este controle não é uma ação temporária, mas sim que visa definitivamente subordinar a cooperação militar às políticas externas. Foi criado, inclusive, um espaço permanente para o diálogo Brasil-Argentina acerca deste tema: a Subcomissão de Defesa e Segurança, criada em fevereiro de 2008 por ocasião da primeira reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral.[106]

Entretanto, mesmo com a "politização" da cooperação militar bilateral, deve-se destacar que este processo de subordinação não tem sido linear. Analisando-se a formação do Ministério da

[105] O Ajuste entrou em vigor em 10 de setembro de 2008 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 6.668, de 27 de novembro de 2008. Não foi encontrada a internalização jurídica do acordo para a Argentina.
[106] Todos os encontros ocorridos no âmbito deste Mecanismo são analisados no capítulo 4.

Defesa no Brasil e as posteriores reformulações de suas atribuições, observa-se que, mesmo do ponto de vista jurídico, permanecem os espaços de autonomia “internacional’ nas Forças Armadas brasileiras.

A criação do Ministério da Defesa no Brasil, em 1999, foi um passo importante para a subordinação dos assuntos militares aos governos civis. O Ministério teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 3.466, de maio de 2000. Especificamente sobre as atividades internacionais das Forças Armadas, nele ficava claro que estas deveriam ser conduzidas apenas pelo Ministério da Defesa e não pelas Forças Singulares (Marinha, Exército, FAB):

> Art. 2º O Ministério da Defesa tem como área de competência os seguintes assuntos:
> [...]
> VII - relacionamento internacional das Forças Armadas; (BRASIL, 2000).

O Ministério possuía, para tanto, uma subdivisão específica, qual seja o Departamento de Assuntos Internacionais, subordinado, por sua vez, à Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. As atribuições da Secretaria e do Departamento estavam também especificadas na estrutura regimental do Ministério:

> Art. 16. À Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais compete:
> [...]
> VI - orientar a condução dos assuntos internacionais que envolvam as Forças Armadas, em estreita ligação com o Ministério das Relações Exteriores;
> [...]
> Art. 19. Ao Departamento de Assuntos Internacionais compete:
> I - conduzir os assuntos internacionais que envolvam as Forças Armadas; (BRASIL, 2000).

Na estrutura regimental, as atribuições de cada Comando Militar foram mencionadas nas Seções II (Marinha), III (Exército) e IV (Força Aérea) do referido decreto, não havendo qualquer diretiva em relação a possibilidade de relacionamento autônomo por parte das Forças Singulares com outros Estados ou órgãos de outros Estados, fossem militares ou civis. Contudo, este relacionamento já existia e se manteve mesmo após o decreto.

Este decreto foi revogado cerca de três anos depois pelo Decreto nº 4.735, de junho de 2003, que manteve os mesmo textos sobre o Ministério da Defesa, mas excluiu as seções nos quais se discriminavam as atribuições de cada Comando Militar, substituindo-as pelo seguinte texto (Art. 30): “As Forças Armadas, constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, são subordinadas ao Ministro de Estado e terão suas estruturas e organizações definidas em

regulamentos específicos." (BRASIL, 2003). Juridicamente, portanto, houve uma "reconcessão" de autonomia para as Forças Singulares. Este decreto seria revogado em 2004, o qual seria novamente revogado em 2007, mas mantendo, contudo, os textos acima mencionados[107].

A partir de 2003, portanto, o Departamento de Assuntos Internacionais, subordinado à Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais manteve suas atribuições "internacionais" mas, ao mesmo tempo, perdeu o monopólio da matéria. Os Comandos Militares continuaram a se submeter, em grande parte, a si próprios, no que diz respeito aos assuntos internacionais, por meio de regulamentos específicos.

No Exército, o documento legal que regula as suas relações internacionais é a Portaria nº 562, de 31 de outubro de 2001, do Comandante do Exército. Em seu preâmbulo, este documento menciona que possui como o amparo a estrutura regimental do Ministério da Defesa (Art. 32 do Dec nº 3.466, de 17 de maio de 2000), embora esta não fizesse qualquer referência às atribuições internacionais da Força Terrestre. Na portaria do Exército, esta é, inclusive, a única parte em que o Ministério da Defesa é citado. Ao referenciar a política externa brasileira, pode-se inferir, por meio do texto desta portaria, que é o próprio Exército quem decidirá como e quando realizará suas atividades internacionais:

> c) O Exército, ao atuar em proveito da Política Externa Brasileira, poderá realizar uma ou mais das seguintes ações:
>
> (1) aprofundar o relacionamento, no campo militar, com os países de maior interesse para o Brasil;
> (2) defender os interesses da política externa, por meio dos adidos militares, das visitas de autoridades militares brasileiras ao exterior e da recepção de autoridades estrangeiras no Brasil;
> (3) auxiliar na projeção de uma imagem positiva do Brasil no concerto das nações, particularmente por meio da contribuição para a paz e a segurança internacionais;
> (4) assessorar os chefes de missões diplomáticas brasileiras no exterior;
> (5) coordenar com o Ministério das Relações Exteriores as medidas necessárias para que o trabalho diplomático reflita, com precisão, os temas de interesse nacional sob a responsabilidade direta da Força Terrestre. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001a, item 2.2).

Não se observa nenhuma subordinação, no relacionamento internacional do Exército, ao Ministério das Relações Exteriores (que virtualmente teria o monopólio da execução da política externa) ou ao Ministério da Defesa. Propõe-se, inclusive, que o Exército atue de forma

---

[107] As revogações ocorreram, respectivamente, por meio do Decreto nº 5.201, de 2 de setembro de 2004 e do Decreto nº 6.223, de 4 de outubro de 2007.

complementar ao Itamaraty: “O caráter universalista da política externa brasileira permite que o EB [Exército Brasileiro], eventualmente, oriente as suas atividades para países que a nossa diplomacia não os tenha como prioritários.” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2001a, item 2.2.d).

Dessa forma, o Exército não se considera e, *de facto*, não é, apenas um executor das missões internacionais delegadas pelo Ministério da Defesa ou pelo Itamaraty; ele não apenas executa a política internacional de defesa do país. Também deve ser compreendido como um ator que auxilia na sua formulação e que também pode atuar a sua revelia.

Sobre as outras forças, não foram encontrados regulamentos específicos que tratem de suas atividades internacionais.

CAPÍTULO 4 – A BUSCA PELA MULTIPOLARIDADE E A COOPERAÇÃO MILITAR COMO UM INSTRUMENTO PARA O FORTALECIMENTO DO EIXO BRASIL-ARGENTINA

No capítulo 2, foi feito um panorama geral das relações entre Brasil e Argentina. No capítulo 3, foi descrito e analisado o papel das Forças Armadas dos dois países na cooperação militar, assim como a busca dos governos por maior controle político sobre a matéria. Este capítulo, por sua vez, tem o objetivo de discutir as principais perspectivas das políticas externas de Brasil e Argentina após o fim do "período de liberalização econômica" e o papel da cooperação militar no fortalecimento das relações estratégicas entre os dois países.

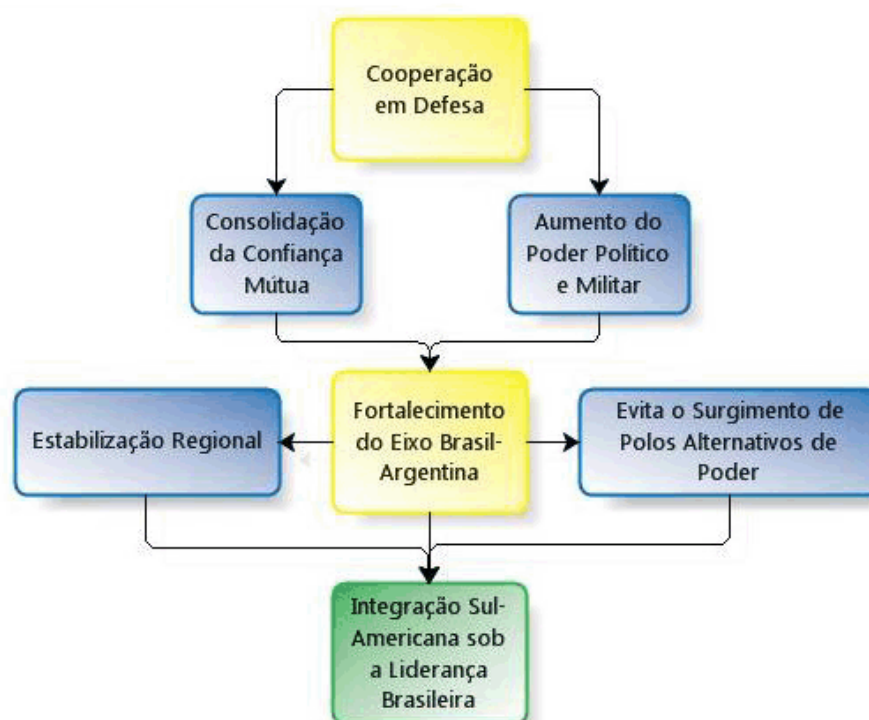
Acerca do papel da cooperação militar e de sua importância estratégica, o argumento deste capítulo, em resumo, se desenvolve da forma explicada a seguir (há um esquema na página seguinte).

A regulamentação e a ampliação da cooperação em defesa possuem dois objetivos iniciais (ou "objetivos meio"): I) a consolidação da confiança mútua entre Brasil e Argentina e o II) aumento do poder político-militar dos dois países. A função destes objetivos, por sua vez, é a de contribuírem para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, o qual possui dois papéis: I) atuar como um elemento de estabilização regional e II) evitar desequilíbrios de poder na América do Sul, com possível origem na Venezuela, em função de seu rearmamento recente e de seu projeto de integração concorrente ao do Brasil, ou no Chile e Colômbia, o primeiro em face de seu rearmamento e o segundo em função do auxílio militar norte-americano. Em conjunto, tudo isto seria uma condição necessária (mas não suficiente) para a integração sul-americana sob a liderança do Brasil. Dessa forma, uma América do Sul assim integrada poderia se tornar um polo de poder em uma futura ordem mundial multipolar.

Como tais afirmações envolvem algumas variáveis, é conveniente que sejam analisadas separadamente. Inicialmente, é analisada a política externa brasileira durante e após o "período de liberalização econômica", para que o pressuposto inicial desse processo seja válido, qual seja o de que a atual política externa brasileira visa a contribuir à construção de um futuro multipolar e que a América do Sul possui condições de ser um desses polos de poder. Em seguida, se discute a perspectiva argentina em relação à maior proeminência brasileira. Logo após, é analisado o papel das relações Brasil-Argentina como promotora do equilíbrio de poder sul-americano. Por fim, se

demonstra como a cooperação bilateral em defesa tem sido um instrumento dos dois governos para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, com o objetivo de transformar a América do Sul em um polo de poder capaz de exercer influência mundial. Para que o argumento fique mais claro, o seguinte esquema pode ser útil:

Organograma 4.1 – A Relação entre a Cooperação em Defesa Brasil-Argentina, o Fortalecimento do Eixo Bilateral e a Liderança Brasileira na América do Sul

Cooperação em Defesa
Consolidação da Confiança Mútua
Aumento do Poder Político e Militar
Estabilização Regional
Fortalecimento do Eixo Brasil-Argentina
Evita o Surgimento de Polos Alternativos de Poder
Integração Sul-Americana sob a Liderança Brasileira

Elaboração própria.

4.1 A política externa dos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula: as visões sobre uma possível ordem mundial multipolar e a liderança brasileira na América do Sul

O governo Lula tem demonstrado que a sua política externa possui como um dos principais objetivos o de contribuir para a construção de uma ordem internacional multipolar. Tal objetivo tem como pressuposto que os Estados Unidos têm enfrentado uma decadência relativa de seu poder, o que os conduzirá, futuramente, à perda da condição de única superpotência do mundo, passando a ser mais um polo de poder a conviver com os demais.

O Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos tem progressivamente se reduzido como proporção do PIB mundial e, "[...] com exceção da sua superioridade militar em armamentos de alta tecnologia, os Estados Unidos contam com trunfos decrescentes, ou potencialmente decrescentes." (HOBSBAWM, 2003, p. 158). Contribuindo a esta decadência relativa está a progressiva erosão na "aceitação" da hegemonia norte-americana: "[...] hoje, o governo americano reage contra o fato de que o império americano e seus objetivos já não são genuinamente aceitos. A coalizão consensual já não existe. Na verdade, a política atual dos Estados Unidos é mais impopular do que a de qualquer governo americano no passado e provavelmente do que a de qualquer outra grande potência em todos os tempos." (Ibid., p. 157). Com estes processos em curso, a América do Sul despontaria como um dos possíveis blocos de poder, capaz de dialogar em um mesmo nível com outras potências e de debater os principais assuntos globais. Na construção dessa posição, o Brasil possuiria o papel decisivo de liderar a América do Sul.

Essa perspectiva pode ser identificada no Brasil ainda nos anos 1990, mas foi a partir do término daquela década que tal proposta ganhou força e passou a ser efetivamente buscada. Isto porque, enquanto a política externa de Fernando Henrique Cardoso se pautava por pressupostos em grande parte idealistas, a política externa de Lula é profundamente baseada no realismo político.

O governo Fernando Henrique Cardoso "[...] deu ênfase ao multilateralismo, dele esperando a construção da governança global que poria fim ao Estado como agente principal das relações internacionais. [...] Cardoso e sua equipe de governo acreditavam que a negociação internacional estabeleceria regras justas, transparentes e respeitadas por todos, engendrando ordem perfeita atrás da qual movia-se a diplomacia, isto é, atrás do mundo kantiano da harmonia universal." (CERVO, 2008, p. 54). Tal visão kantiana não foi apenas uma elaboração conceitual de Amado Cervo, mas um fato reconhecido pelo próprio presidente, que afirmou, em certa ocasião, que a base teórica da política externa de seu governo era a de Kant (CARDOSO, F., 2001, p. 11). Antevendo possíveis críticas, provenientes dos defensores de uma política externa mais pragmática, ele defendeu sua posição: "Alguns chamarão isso de utopia. Eu chamo de ética. E estou convencido de que um dos desenvolvimentos mais importantes nas relações internacionais nas últimas décadas foi precisamente o fortalecimento dessa dimensão ética." (Ibid., p. 11). Celso Lafer, que foi seu ministro das relações exteriores (2001-02), afirmou que o governo seguia, na verdade, a tradição da política externa brasileira, que possui um "corte grociano" (LAFER, 2000, p. 264), capaz de articular consensos, visto que o Brasil, embora seja um país grande, não é um "país-monstro

assustador" (Ibid., p. 264). Segundo ele, a essa tradição foram adicionados, no governo Fernando Henrique Cardoso, investimentos na direção de um maior *soft-power*, que cresceu em função da credibilidade que o país alcançou por participar de temas internacionais importantes no pós-Guerra Fria, como o meio ambiente, os direitos humanos e a não-proliferação nuclear (Ibid., p. 264).

Deve-se reconhecer que, apesar da maior ênfase ao papel de líder regional que surgiria no governo Lula, um ambiente interno favorável a que o Brasil assumisse tal posição surgiu ainda durante governos precedentes. O governo de Fernando Henrique Cardoso, mesmo com uma percepção distinta a respeito do sistema internacional, adotou iniciativas que implicavam um papel mais relevante por parte do Brasil. A demanda em relação à reforma do CS-ONU foi defendida por seu governo e, em 1995, o governo brasileiro desempenhou importante papel na questão do conflito Equador-Peru. Foi durante o governo Fernando Henrique Cardoso que o Brasil convocou a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul (Cúpula de Brasília), que resultou na criação da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional da América do Sul (IIRSA). Em 2002, ainda durante seu governo, foi convocada a segunda Reunião de Presidentes da América do Sul, na qual se firmaram o Consenso de Guayaquil e a Declaração sobre Zona de Paz Sul-Americana. A política de Fernando Henrique Cardoso para a América do Sul, portanto, deve ser considerada como uma condição que tornou possível a posição de liderança regional que o governo Lula viria a buscar posteriormente. A diferença diz respeito não à existência de iniciativas de liderança, mas sim à profundidade dessas iniciativas e a forma explícita com que a liderança regional passou a ser buscada.

Ademais das políticas introduzidas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, havia todo um ambiente interno favorável à adoção de uma posição mais proeminente por parte do Brasil. Em estudo realizado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) em 2000-01, que consistiu em um questionário aplicado à "comunidade brasileira de política externa"[108], observa-se um amplo consenso em torno do papel de maior destaque que o Brasil deveria assumir. No estudo do CEBRI, 99% dos que responderam às perguntas declararam que "[...] o país deve envolver-se mais e participar ativamente de questões internacionais, exercendo uma liderança compatível com seu imenso território e alicerçada sobre sua sofisticada tradição diplomática." (SOUZA, A., 2002, p. 3). Ademais, 74% expressaram a percepção de que "o Brasil desempenha hoje um papel

---

[108] Foram entrevistadas 151 pessoas, em um universo composto por integrantes dos Poderes Executivo e Legislativo; líderes empresariais, sindicais e de ONGs; empresários; acadêmicos; jornalistas e; conselheiros e consultores do CEBRI (SOUZA, A., 2009, p. 151-52).

internacional mais importante do que dez anos atrás" e 88% "de que virá a desempenhar papel ainda mais importante dez anos à frente". (Ibid., p. 3). Entre os objetivos de política externa considerados "extremamente importantes", 63% afirmaram que um deles era o "fortalecimento da liderança regional do Brasil" (Ibid., p. 4). Em síntese, assim se manifestou o organizador da pesquisa: "Por qualquer ângulo que se aborde o tema, constata-se que a aspiração de tornar o Brasil um ator relevante na política regional e mundial é amplamente compartilhada pela comunidade brasileira de política externa." (Ibid., p. 19).

Um ponto importante a ser ressaltado, contudo, diz respeito aos temas a serem tratados com uma maior proeminência brasileira. Não houve, na pesquisa, grande relevância atribuída às questões militares. Na pesquisa, os aspectos comerciais foram predominantes em relação aos estratégicos. De acordo com a percepção da comunidade brasileira de política externa, "Questões mais diretamente relacionadas à posição estratégica do país, como a reestruturação das Forças Armadas e a política de segurança e defesa, [...], são relegadas para o segundo plano face à centralidade da agenda de comércio exterior." (Ibid., p. 45). No estudo, apenas 13% consideraram prioritário para a política externa brasileira o fortalecimento das Forças Armadas e da política nacional de defesa e segurança, embora 47% o tenham considerado como um objetivo importante (Ibid., p. 73). Ainda assim, o governo Lula passou a executar uma política de defesa e segurança bastante ousada, propondo um amplo rearmamento aéreo, naval e terrestre do país.

No governo Lula, o principal rumo tomado pela política externa brasileira foi, justamente, o de abandonar o idealismo do governo anterior, ou, nas palavras de Cervo, "[...] tirar a política exterior das ilusões da harmonia kantiana e de divisas e orientá-la para a conquista da reciprocidade real nas relações internacionais, ou seja, a transição do multilateralismo utópico para o multilateralismo de reciprocidade entre países centrais e emergentes; [...]" (CERVO, 2008, p. 56).[109] Segundo esta perspectiva, a defesa dos interesses brasileiros passou a ser o fundamento de todas as ações externas do país, mesmo que estas demandassem a construção de relações amistosas com países autoritários. De fato, tem se tornado raro encontrar um país que não tenha boas relações com o Brasil ou chefes de Estado (ditadores ou não) que deixem de afirmar que o presidente brasileiro seja um importante líder mundial.

---

[109] Bernal-Meza também destacou a diferença entre o "idealismo kantiano" de Fernando Henrique Cardoso e o "realismo do poder" de Lula. (BERNAL-MEZA, 2008, p. 160).

Um dos pressupostos desta política é a de que uma ordem mundial multipolar atenderia melhor aos interesses brasileiros. Dessa forma, esta deve ser um objetivo a ser alcançado e em cuja construção o Brasil possui um importante papel:

> A visão de mundo do governo de Lula projeta como ideal a reorganização planetária em um mundo multipolar. Sua diplomacia trabalha no sentido de promover a evolução do sistema unilateral centrado nos Estados Unidos para o sistema composto de pólos de equilíbrio em que potências chaves desempenhem o papel de catalisador: União Européia, Japão e China no Extremo Oriente, Rússia na Eurásia, Atlântico Sul de África e América do Sul. Essa reorganização do mundo em nova ordem é percebida como benéfica para todos os povos e particularmente para a realização dos interesses brasileiros. (CERVO, 2003, p. 9).

Em 1998, o atual chanceler brasileiro, Celso Amorim, expressou sua percepção de que a ordem internacional ainda era unipolar, mas já em transição para um sistema multipolar, em razão da perda de poder relativo por parte dos Estados Unidos em relação às outras potências emergentes: “Em um esforço de síntese poderíamos descrever a presente conjuntura como um momento de ‘desequilíbrio unipolar’, mistura de desequilíbrio de poder e ordenamento unipolar, aparentemente em transição para uma multipolaridade sem data prevista para se instaurar.” (AMORIM, 1998, p. 5). O acordo militar com a França, por exemplo, concretizado em setembro de 2009, reflete a busca brasileira por tal ordem mundial: “O acordo marca a retomada da expectativa do Brasil de ser uma potência mundial nas próximas décadas, o que implica conseguir certa autonomia tecnológica. Isso está sintetizado na possibilidade de construção do submarino nuclear.” (FILHO, J., 2009). O objetivo de obter um assento permanente no CS-ONU também está ligado à busca da construção desse mundo multipolar (CERVO, 2004, p. 3).

Contudo, tendo em vista o menor poder do Brasil em relação a outras possíveis grandes potências (China, Rússia, União Europeia, entre outras) e também para evitar percepções imperialistas por parte dos países vizinhos, a forma do Brasil transformar-se em um poder de alcance global deve passar, obrigatoriamente, por sua inserção regional. Dessa forma, o governo Lula passou a propor abertamente a posição de liderança brasileira no subcontinente. O mundo deve ser reorganizado, portanto, de forma multipolar e o Brasil não será, sozinho, um dos polos de poder, mas será o líder de um deles, qual seja a América do Sul, que “[...] corresponde ao espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros.” (CERVO, 2003, p. 9). Como o México, após a assinatura do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), passou a ter relações cada vez mais estreitas com os Estados Unidos, a noção da América Latina como espaço de integração

perdeu força e o limite da integração pretendida pelo Brasil passou a ser a fronteira Colômbia/Panamá. É fato que a América do Sul é uma importante frente da política externa brasileira desde Rio Branco (SANTOS, 2005, p. 4) e que, durante o governo Itamar Franco, a integração sul-americana chegou a ser proposta, mas foi apenas a partir do governo Lula que a ideia realmente ganhou força:

> O governo Lula esteve, desde o início, comprometido com a idéia de mudanças na ordem internacional. Conforme estabelecido no discurso do presidente e de seu chanceler, o ponto de partida para uma nova inserção do Brasil no cenário internacional é a América do Sul consolidada a partir da reconstrução do Mercosul, das negociações com a Comunidade Andina e da incorporação do Chile, da Guiana e do Suriname no esforço de integração. (SANTOS, 2005, p. 18).

Como disse o próprio presidente brasileiro em sua posse no Congresso em 2003, a integração sul-americana (e não a latino-americana) seria a prioridade número um da política externa de seu governo: "A grande prioridade da política externa durante o meu Governo será a construção de uma América do Sul politicamente estável, próspera e unida, com base em ideais democráticos e de justiça social." (LULA, 2003, p. 10). Como também analisou o embaixador Santos: "Mais do que a 'circunstância do Brasil', a América do Sul é a referência para a inserção brasileira no mundo do século que se abre." (SANTOS, 2005, p. 19). A integração sul-americana, assim como a do Mercosul, teria também o importante papel de legitimar a liderança regional brasileira: "Para o Brasil, o MERCOSUL sempre foi um instrumento de *realpolitik* [...]" (BERNAL-MEZA, 2008, p. 174, tradução livre a partir do espanhol).

Se a América do Sul é a região prioritária, o país prioritário é a Argentina. Apenas por meio da aliança entre os dois países é que se tornaria possível a transformação da América do Sul em um polo mundial de poder:

> A estratégia de política exterior do governo de Lula da Silva consistiu, [...], em construir, primordialmente, vínculos estreitos de cooperação política e econômica entre Brasil e Argentina, visando forjar, a médio prazo, um pólo de poder na América do Sul, e buscar, ao mesmo tempo, estabelecer uma aliança, tanto econômica e comercial quanto política, com a Índia e África do Sul, líderes dos países em vias de desenvolvimento, que articularam o G-21 para obstar que as potências industriais, Estados Unidos e União Européia, impusessem seus interesses, durante as negociações da OMC realizadas em Cancún. (MONIZ BANDEIRA, 2005).

Sobre a priorização da Argentina na política externa brasileira, Samuel Pinheiro Guimarães, ainda ocupando o cargo de Secretário Geral das Relações Exteriores (2003-09), comentou o seguinte:

> A América do Sul se encontra, necessária e inarredavelmente, no centro da política externa brasileira. Por sua vez, o núcleo da política brasileira na América do Sul está no Mercosul. E o cerne da política brasileira no Mercosul tem de ser, sem dúvida, a Argentina. A integração entre o Brasil e a Argentina e seu papel decisivo na América do Sul deve ser o objetivo mais certo, mais constante, mais vigoroso das estratégias políticas e econômicas tanto do Brasil quanto da Argentina. Qualquer tentativa de estabelecer diferentes prioridades para a política externa brasileira, e mesmo a atenção insuficiente a esses fundamentos, certamente provocará graves conseqüências e correrá sério risco de fracasso. (GUIMARÃES, 2007, p. 1).

No mesmo artigo, Samuel Pinheiro Guimarães reconheceu que uma aliança entre Brasil e Argentina poderia estar se formando:

> A coordenação política que ocorre entre a Argentina e o Brasil na defesa de seus interesses nos foros, nas negociações, nos conflitos e nas crises internacionais atingiu extraordinária intensidade e eficiência e foi isto que nos permitiu agir no âmbito do Conselho de Segurança, das negociações ambientais, das negociações hemisféricas desiguais e das negociações multilaterais econômicas da Rodada Doha, através do G-20, de modo a impedir o desequilíbrio de seus resultados e a garantir o espaço necessário às nossas políticas de desenvolvimento econômico. (GUIMARÃES, 2007, p. 21).

Ao mesmo tempo, o Brasil tem estreitado relações com países-chave de outros possíveis blocos de poder, como é o caso da União Europeia. Sobre a possibilidade de associação do Mercosul com a UE, Celso Amorim, já como Ministro do governo Lula, afirmou que a "[...] associação inter-regional é considerada estratégica pelos dois lados, que buscam relações internacionais baseadas na multipolaridade, nos campos econômico e político." (AMORIM, 2005, p. 6). Outra frente de ação do governo é o Fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), como afirmaram Vizentini e Pereira: "O IBAS, [...], está realizando um papel de projetar seus membros no cenário internacional, alertando a comunidade internacional que os países estão dispostos e aptos a quebrar o invólucro de seus contextos regionais e colaborar decisivamente para os progressos de uma ordem multipolar." (VIZENTINI; PEREIRA, [s.d.], p. 8). Sobre as relações com a África do Sul e sua vinculação à futura multipolaridade, Vizentini afirmou: "O governo Lula tem procurado uma nova aproximação com a África, em especial a África do Sul, que tem interesses semelhantes no sistema internacional, como a defesa da multipolaridade." (VIZENTINI, 2009, p. 21). As relações no âmbito do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) também decorrem desta

percepção, a qual, por sua vez, também é compartilhada por outros países deste "grupo": "O conceito da sigla BRICs para a Rússia faz parte da noção de um mundo multipolar, no qual há múltiplos e competitivos centros de poder que o país vem ajudando a construir ao longo da última década." (EKE, 2009).

Sendo a integração da América do Sul uma prioridade da política externa brasileira, seria necessário que, para concretizá-la, o Brasil assumisse definitivamente o papel de líder regional. Contudo, a expressão "liderança regional", tradicionalmente, era um tabu na diplomacia brasileira (ALMEIDA, 2007, p. 3). Assim também afirmaram os embaixadores José Botafogo Gonçalves e Maurício Lyrio (2003, p. 23): "Protagonismo e liderança são termos quase sempre interpretados de maneira negativa no nosso vocabulário diplomático, e a associação à idéia de imperialismo é quase automática." Com o governo Lula, porém, passou-se a buscar, explicitamente, uma posição de liderança, rompendo-se com a histórica posição da diplomacia brasileira quanto ao tema: "[...] o governo Lula vem adotando um discurso político de potência regional, que se afasta de algumas atitudes tradicionais da nossa diplomacia na América Latina. Em vez de negar a intenção de exercer qualquer forma de liderança na região, o atual governo parece considerá-la algo natural." (SOUTO MAIOR, 2003, p. 28).

Há outras análises que também destacam uma posição mais clara de liderança brasileira a partir do governo Lula, fato que já fora percebido desde os primeiros meses do governo: "O novo foco sobre a América do Sul e as respectivas iniciativas vêm acompanhados de uma franca pretensão à liderança na região, expressa com uma clareza inusitada." (HOFMEISTER, 2003, p. 5). Tal projeto de liderança foi também reconhecido, no início do governo Lula, por parte do embaixador brasileiro na Argentina, em cuja fala se observa a perspectiva de ser este um fenômeno quase natural, tendo como justificativa o crescimento da interdependência regional:

> [...] gradualmente, ao menos no plano bilateral com a Argentina e regional na América do Sul, uma atuação mais ousada e propositiva do Brasil vai se tornando não só mais natural - pela crescente singularização do País como a economia mais promissora e a democracia mais madura na região - , mas também mais necessária, pela maior interdependência regional em diversos aspectos, positivos ou negativos, da economia ao crime organizado. (GONÇALVES; LYRIO, 2003, p. 23).

Por algumas iniciativas do governo Lula, têm se observado não apenas uma pretensão de se exercer tal liderança, mas a sua ocorrência na prática. Foi o Brasil, logo após a posse de Lula, que assumiu a liderança do Grupo de Países Amigos da Venezuela, composto também por Chile,

Estados Unidos, México, Espanha e Portugal, destinado a contribuir para a solução do conflito interno naquele país (dezembro de 2002 a fevereiro de 2003) (HOFMEISTER, 2003, p. 6). Assim também ocorreu quando da Conferência da OMC em Cancún, em setembro de 2003, quando Brasil, Índia e China lideraram um grupo de 22 países "do sul", com o objetivo de adotar uma posição comum nas negociações sobre o mercado agrícola, resistindo às pressões em torno das "questões de Cingapura"[110] e demandando o fim dos subsídios nos Estados Unidos e na UE.

Outras ações de conciliação entre os países da região também demonstraram a posição de liderança brasileira.

Em 2003, o governo brasileiro criou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI): "Sua idéia básica consiste em impulsionar o comércio entre o Brasil e os países sul-americanos, substituindo, quando possível e de forma competitiva, importações brasileiras de terceiros mercados por importações provenientes de países da região." (BRAZIL TRADENET, s.d.). Em 2004, foi criado o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), destinado a reduzir as assimetrias econômicas existentes entre os países do bloco. Tratava-se de uma demanda dos parceiros menores do bloco que acabou por ser aceita pelo Brasil. O FOCEM implica um custo para o Brasil que não é recuperado do ponto de vista econômico, sendo ele uma decisão política que visa posicionar o Brasil como líder do bloco.[111] A criação da UNASUL, por sua vez, representou uma coroação, ainda que inicial, da liderança brasileira no subcontinente sul-americano. Em seu âmbito, mesmo em um tema sensível como o da segurança regional, o país conseguiu costurar, com sucesso, a formação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), do qual inclusive a Colômbia aceitou participar. Na invasão do território equatoriano por forças militares colombianas, com o objetivo de atacar acampamentos das FARC (Operação Fênix, março de 2008), no qual a Venezuela também acabou por se envolver diplomaticamente, o Brasil teve um importante papel na resolução da questão, ainda que tenham permanecido as inevitáveis desconfianças entre os governos de Equador, Colômbia e Venezuela. Também teve um importante papel no conflito interno boliviano: quando as províncias do leste do país ameaçavam com a secessão, o Brasil liderou a formação do Grupo de Países Amigos da

[110] As "questões de Cingapura" são quatro: comércio e investimento, política de concorrência, transparência nas compras governamentais e facilitação do comércio. Fonte: WTO (s.d.).

[111] Para uma análise completa do FOCEM e das assimetrias no Mercosul, ver SOUZA; OLIVEIRA e GONÇALVES (2010).

Bolívia (Brasil, Argentina e Colômbia), o que fortaleceu a reunião da UNASUL que viria a ocorrer em setembro de 2008, a qual, por sua vez, deu total apoio ao governo boliviano.

Bilateralmente, o governo brasileiro realizou algumas doações de equipamentos militares para países da América do Sul. Para a Bolívia, foram doadas 6 aeronaves de treinamento Neiva T-25 em 2005 e 4 helicópteros Bell-205/UH-1H, em 2009; para o Equador foram 5 aeronaves de transporte HS-748, doadas em 2006 e; para o Paraguai, foram 6 aeronaves de treinamento Neiva T-25, doadas em 2009.[112]

Além de atuar como o elemento agregador da América do Sul, o Brasil, após a solução dos conflitos entre Equador, Colômbia e Venezuela (2008), pretende ser, cada vez mais, o porta-voz sul-americano (REBELO, 2008). De fato, em 2008, o presidente Lula afirmou que o Brasil pretendia estar no CS-ONU em nome do Conselho de Defesa Sul-Americano e em nome da América do Sul (SIMIONATO; FREIRE, 2008).

Outra frente de atuação do governo brasileiro tem sido a busca por uma reforma do sistema financeiro internacional, por meio, sobretudo, do grupo de países que ficou conhecido como G-20 Financeiro. Alguns resultados concretos já foram obtidos, como o acordo firmado na Cúpula de Pittsburgh (setembro de 2009), que prevê a elevação das cotas dos países em desenvolvimento em pelo menos 5% no FMI e em 3% no Banco Mundial, elevando, por conseguinte, o poder de voto na mesma proporção (G-20, 2009, p. 4).

A pesquisa do CEBRI realizada no período 2000-01, citada anteriormente, foi novamente realizada no período 2007-08. Embora tenha havido poucas alterações na maior parte das questões levantadas, há uma exceção que deve ser destacada, ocorrida na área de defesa e segurança. Houve uma queda na importância atribuída a participação do Brasil em espaços securitários da ONU, mas, ao mesmo tempo, um crescimento na percepção da importância do papel das Forças Armadas na inserção internacional brasileira. O percentual dos que julgam que o Brasil deveria contribuir com o envio de tropas de paz caiu de 88% para 74% entre as duas pesquisas (SOUZA, A., 2009, p. 100) e, em relação ao CS-ONU, o percentual dos que julgam que o Brasil deve pleitear um assento permanente, caiu de 76% para 54% (Ibid., p. 100). Em tendência inversa, houve uma elevação de 13% para 42% entre os que consideram prioritário o fortalecimento das Forças Armadas e da política de segurança e defesa (Ibid., p. 55) e um crescimento de 40% para

[112] Informações do SIPRI. Consulta realizada no sítio: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

57% dos que julgam prioritária uma atuação conjunta com outros países para a proteção da Amazônia (Ibid., p. 55). A percepção da comunidade brasileira de política externa demonstra, assim, uma certa desilusão com o tratamento das questões de segurança internacional no âmbito da ONU e uma maior importância ao fortalecimento militar autônomo por parte do Brasil. Além disso, com estas posições, a "comunidade brasileira de política externa" contribuiu para a criação de um ambiente favorável às políticas de defesa do governo, diminuindo as possíveis resistências internas às propostas de rearmamento naval, aéreo e terrestre do país.

4.2 A política externa dos dois governos Kirchner e a liderança regional brasileira: qual o interesse argentino na aliança com o Brasil?

Em 2003, o presidente Lula fez uma declaração que provocou certa polêmica: "É impressionante como todos esses países [sul-americanos] estão quase a exigir que o Brasil lidere a América do Sul." (BBC BRASIL, 2008). A polêmica ocorreu por tal frase representar um rompimento com um dos fundamentos da política externa brasileira (como analisado na seção anterior) e pelo fato de que o papel de líder regional assumido pelo Brasil implica, obviamente, a aceitação de tal posição por parte dos países supostamente "liderados". Mas como outros países enxergam esta pretensão brasileira?

Por parte de países *de fora* da América do Sul, têm ocorrido, em período recente, manifestações positivas acerca desta suposta liderança brasileira. Condoleezza Rice, que foi Conselheira de Segurança Nacional (2001-05) e Secretária de Estado (2005-09) dos Estados Unidos, reconheceu, em algumas ocasiões, que o Brasil era um líder regional (COLITT e THOMPSON, 2005); (SHMELEV, 2005); (RICE, 2008). O Congresso dos Estados Unidos, por meio da Resolução nº 651, também reconheceu o Brasil como um líder regional e um dos líderes hemisféricos (MERCADANTE, 2007, p. 41.958). O presidente do México, Felipe Calderón (2006-), também reconheceu o Brasil como líder regional, embora mencionando especificamente a figura do presidente Lula: "O presidente Lula é o líder indiscutível de nossa região, que dá equilíbrio e força à América Latina." (MARSIGLIA, 2010).

Na América do Sul, de algumas declarações de autoridades, pode-se inferir que tal liderança é mesmo demandada por parte dos países sul-americanos, tal como declarou o presidente do Peru, Alan García (2006-), ao defender a liderança brasileira (EL COMERCIO, 2006). Contudo,

ao mesmo tempo, menções indiretas sobre um suposto “subimperialismo brasileiro” ganharam corpo nos anos 2000, como declarou o então candidato à presidência do Paraguai, Fernando Lugo, durante o processo eleitoral no país (MIYAMOTO, 2008, p. 41).

Mas, e a respeito, especificamente, da perspectiva argentina sobre a liderança brasileira? Competidora histórica por influência no Cone Sul, a Argentina teria aceitado assumir um papel secundário em relação ao Brasil?

Nos anos 1990, a aceitação da liderança brasileira seria impensável. O papel de aliado primordial da Argentina foi reservado aos Estados Unidos e o país pretendeu ser, naquela década, uma espécie de “liderança moral do terceiro mundo” (RUSSELL e TOKATLIAN, 2003, p. 19): “O lugar reservado ao Brasil [...], foi o de um simples ‘sócio’ econômico, e não o de um ‘aliado estratégico’.” (Ibid., p. 19). Tais fundamentos teriam sido revistos após a crise argentina de 2001-02?

Com a crise argentina, o alinhamento aos Estados Unidos foi, de fato, revisto, e a política externa do país passou a dar maior ênfase às relações com os países da América Latina. Em relação ao Brasil, um novo perfil das relações bilaterais foi delineado, com a retomada de uma perspectiva de integração mais abrangente do que a dos anos 1990, passando a ser, em vários pontos, semelhante à que havia sido planejada na segunda metade dos anos 1980. No início de 2003, o chanceler argentino Rafael Bielsa (2003-05), ao assumir o cargo, comentou (com opiniões pessoais) acerca do papel do Brasil como líder regional, podendo-se inferir de suas afirmações o reconhecimento de uma superioridade brasileira em relação à Argentina: “Acho que a maturidade dos países inclui o reconhecimento do lugar que ocupa cada um. Existem elementos objetivos que indicam que o Brasil, do ponto de vista quantitativo, é uma das principais potências do mundo, coisa que a Argentina não é.” (FIGUEIREDO, 2003). Em seguida, sobre o CS-ONU, um tema sensível na política externa argentina, ele disse que: “[...] o desenho do Conselho de Segurança reflete um panorama de pós-guerra, e hoje a situação é bem diferente. Brigar pela presença permanente de um país latino-americano, neste caso o Brasil, é bom para todos, porque vai fortalecer uma instituição que está enfraquecida, sobretudo depois da guerra contra o Iraque” (Ibid.).

Até o ano de 2005 ainda ocorreram alguns conflitos de interesse entre Brasil e Argentina, os quais foram capazes de gerar tensões nas relações bilaterais, como no caso das

exportações brasileiras da chamada linha branca e de televisores[113]. Desde então, contudo, as relações têm sido bastante cooperativas, tendo ocorrido a assinatura de diversos acordos de cooperação e o apoio argentino a várias iniciativas de liderança brasileira, como ocorreu na formação da UNASUL e do CDS.

Ainda assim, uma postura cooperativa, por si só, não implica que a Argentina tenha aceitado se submeter à liderança brasileira. De fato, a maior parte dos autores que tem analisado a posição da Argentina frente a esta suposta liderança regional do Brasil, afirma que o país não aceita um papel secundário em relação ao vizinho. Segundo José Botafogo Gonçalves, embaixador brasileiro na Argentina (2002-04), e Maurício Lyrio, seria necessário estabelecer uma co-liderança dos dois países para que o projeto de maior influência brasileira pudesse ser alcançado:

> [...] o maior e necessário ativismo brasileiro no entorno sul-americano deverá levar em conta que a Argentina não apoiará facilmente o Brasil se não se sentir como co-participante ou mesmo “co-liderança” nesse processo. Por essa razão, é preciso aprofundar, como os chanceleres e os vice-chanceleres já começaram a fazer, o procedimento de consultas regulares e abrangentes no campo político, a fim de que decisões importantes na política externa dos dois países sejam efetivamente compartilhadas. (GONÇALVES; LYRIO, 2003, p. 22).

Os autores afirmaram, ainda, que a co-liderança é a única possibilidade que o Brasil tem de influenciar as grandes questões mundiais, por dois motivos: I) evitará que a Argentina busque compensar a dependência em relação ao Brasil por meio da formação de alianças com outros países e II) será uma forma de aumentar o poder político do Brasil, pois este não possui condições de, sozinho, ser uma potência mundial (Ibid., p. 22-23). Deve-se fazer a ressalva, contudo, que o cargo de embaixador na Argentina de José Botafogo Gonçalves não lhe permitiria assumir uma posição distinta, como sugerir, por exemplo, que a posição argentina estava caminhando no sentido de ser secundária em relação à brasileira.

Segundo Paulo Roberto de Almeida, a Argentina não aceita uma posição secundária. Ela “[...] sempre declarou e entende defender sua concepção de uma relação especial com o Brasil como situada num plano igualitário, não assimétrico.” (ALMEIDA, 2004, p. 178). Esta também é a

---

[113] Segue explicação feita pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) sobre o contencioso:

“Para os produtos da linha branca o governo argentino por meio da Resolução nº 444 do Ministério da Economia e Produção, de 05.07.2004, passou aplicar licenças de importação especiais, não automáticas, o que na prática significa o controle quantitativo das importações.

A outra medida refere-se a imposição de uma tarifa especial de 21% sobre a importação de televisores sob a forma e uma salvaguarda. O argumento diz respeito a um aumento muito forte das importações com impacto negativo sobre a produção local.” (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 2004, p. 3).

opinião de Ricardo Seitenfus. Ele mencionou algumas posturas do Brasil que estariam obstruindo uma melhor relação entre os dois países:

> Apesar de ser considerado como o eixo de seu relacionamento na América do Sul, as relações argentino-brasileiras sofrem rudes golpes com nossa pretensão na reforma do Conselho de Segurança (CS) da ONU e com o lançamento da Casa [Comunidade Sul-Americana de Nações]. Buenos Aires não aceita o papel secundário – dirão alguns, subalterno – que a diplomacia brasileira lhe reserva. Portanto, há constante descompasso na região, conduzindo os dois países a adotar estratégias contraproducentes. (SEITENFUS, 2005, p. 82).

Com um ponto de vista distinto, Raúl Bernal-Meza apontou para o fato de que a Argentina não procura competir com o Brasil pela liderança sul-americana, um "posto" que é ocupado pela Venezuela:

> Com um Brasil decididamente inclinado a assumir o papel de potência regional, a Argentina, tendo abandonado o ativismo e as pretensões a uma liderança internacional de mãos dadas com os EUA, característica, nos anos 1990, das presidências de Carlos Menem, não mostrou em nenhum momento, com Néstor Kirchner, uma predisposição a competir com o Brasil pela liderança sul-americana. Esse lugar seria ocupado por Chávez. (BERNAL-MEZA, 2008, p. 174, tradução livre a partir do espanhol).

A subordinação à liderança brasileira na América do Sul, embora não seja explicitamente reconhecida pelas autoridades argentinas, mostra-se como um processo cada vez mais evidente. Frente ao progressivo fortalecimento brasileiro em relação à Argentina, a este país não restariam outras opções viáveis senão a de aceitar, mesmo sem reconhecer, uma posição subalterna em relação ao Brasil: "O atual governo argentino [de Cristina Kirchner] – assim como o seu predecessor – aceita com resignação o grande ativismo internacional que desempenha o seu vizinho. Cristina de Kirchner está atada ao Brasil em sua política internacional." (Ibid., p. 167, tradução livre a partir do espanhol). O problema argentino é, justamente, a falta de opções: "Em um ambiente mundial de incerteza quanto ao comércio há, atualmente, nos setores que administram o poder na Argentina, uma profunda convicção de que não existe a possibilidade da inserção internacional argentina se não for através de uma aliança estratégica com o Brasil." (Ibid., p. 174, tradução livre a partir do espanhol).

Contribuindo para reforçar a liderança brasileira, a política externa argentina tem se caracterizado, além disso, por uma certa passividade. De fato, os governos Kirchner atribuíram pouca importância às relações exteriores do país: "O governo de Cristina Fernández de Kirchner tem se preocupado, sobretudo, com as questões de política doméstica e com o controle político das

províncias e instituições. A política externa não é considerada uma fonte de ganhos políticos e, em razão disso, não se tem dado atenção às relações internacionais." (DIAMINT, 2009, p. 15, tradução livre a partir do espanhol).

Alguns indícios demonstram que a Argentina não tem se oposto à liderança brasileira na América do Sul. Desde o final de 2005, a Argentina deixou de confrontar diretamente o Brasil em relação à proposta de reforma do CS-ONU. Quando o Brasil propôs a formação do Conselho de Defesa Sul-Americano, no início de 2008, a Argentina também não se opôs, mesmo com a declaração do presidente Lula, cerca de um mês antes, de que o Brasil pretendia estar no CS-ONU em nome do Conselho (CDS) e em nome da América do Sul (SIMIONATO; FREIRE, 2008). Os planos de amplo rearmamento naval, aéreo e terrestre do Brasil também não têm recebido críticas por parte da Argentina (assim como de nenhum outro país sul-americano), mesmo com o profundo desequilíbrio de poder militar entre os dois países que isso acarretará.

É claro que esta "subordinação" possui características bastante peculiares em função da dimensão dos recursos de poder da Argentina. O que os dois países têm demonstrado é que as suas relações podem ser classificadas como uma "co-liderança assimétrica", na qual os dois países desempenham o papel de líderes em conjunto, mas com a Argentina, na prática, situando-se em uma posição inferior à brasileira.

Por fim, um tema que convém ser abordado nesta seção é o da recente aproximação entre os governos da Argentina e da Venezuela. Este fenômeno poderia ser interpretado como uma estratégia argentina de diminuição da dependência em relação ao Brasil e de reequilíbrio do poder sul-americano, o qual estaria caminhando rumo a uma hegemonia brasileira. Contudo, ademais das aquisições, por parte da Venezuela, de títulos da dívida argentina a partir de 2005, e do objetivo argentino de estabelecer uma cooperação energética com a Venezuela, há poucas medidas concretas de cooperação bilateral.

De fato, os dois países assinaram, em julho de 2006, o *Acordo para o estabelecimento de uma Aliança Estratégica Argentina-Venezuela*, mas, em 2008, a Venezuela ainda absorvia apenas 2% das exportações argentinas (cerca de nove vezes menos do que o Brasil) e a Argentina absorvia irrisórios 0,02% das exportações da Venezuela.[114] Tal "aliança estratégica" interessou à Argentina, primeiramente, como uma forma de garantir a sua segurança energética, tendo em vista

[114] Fonte: Centro de Economia Argentina. Disponível em: <http://www.cei.gov.ar/html/mercosur.htm>. Acesso em: 10 fev. 2010.

as dificuldades enfrentadas no setor desde 2004 (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Sobre esta questão, Cristina Kirchner, então candidata à presidência do país, assim se referiu à Venezuela: “[...] a equação energética latino-americana não pode ser fechada sem a presença da Venezuela e da Bolívia. A América Latina precisa de Chávez como a Europa precisa de Putin.” (GUALDONI e PRADOS, 2007, tradução livre a partir do espanhol). Além disso, esta “aliança” é útil à Argentina em função das compras de títulos do país por parte do governo venezuelano e por ser a Venezuela um possível mercado para a ampliação das exportações. Não existe, contudo, uma relação entre os dois países que seja, de fato, estratégica, envolvendo a articulação conjunta em espaços multilaterais ou a cooperação em áreas como a defesa, os assuntos espaciais ou nucleares, até porque, sobretudo quanto a estes dois últimos temas, a Venezuela não possui capacidade técnica, inviabilizando *a priori* uma cooperação bilateral na forma de “parcerias estratégicas”.

4.3 Fortalecendo o eixo Brasil-Argentina por meio da cooperação militar: consolidando a confiança mútua e ampliando o poder conjunto

Como analisado no capítulo 3, a cooperação em defesa entre Brasil e Argentina é um fenômeno que ocorre desde os anos 1970. O que tem ocorrido desde 2005 é a sua regulamentação, inserindo tais ações de cooperação nas políticas externas dos dois governos.

Como mencionado na seção 4.1, a política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso para a América do Sul foi uma condição antecedente que tornou possível a maior proeminência regional brasileira que surgiria durante o governo Lula. Especificamente na área de segurança, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi assinado por Brasil e Argentina, em abril de 1997, o *Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação*. Ademais de ter se proposto a ser um instrumento capaz de fortalecer a confiança mútua na área de defesa e segurança, seu objetivo foi buscar a inserção conjunta de Brasil e Argentina nos temas da segurança internacional. Por meio deste memorando, foi criado o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação (MCC), cujo objetivo seria “[...] o exame, a avaliação, a implementação e o acompanhamento das questões de defesa e segurança internacionais de interesse mútuo.” (BRASIL; ARGENTINA, 1997). Pouco tempo após a assinatura daquele memorando, o MCC foi regulamentado pelo Tratado de Itaipava, assinado em agosto de 1997. Por esse tratado, se decidiu que seriam realizadas reuniões anuais entre os chanceleres e Ministros da Defesa dos dois países,

denominadas de 2 + 2, e que também seria criado o Mecanismo Permanente de Análise Estratégica (MAE), responsável por acompanhar e colocar em prática todas as decisões tomadas nas reuniões (FLEMES, 2004a, p. 12). Contudo, até 2003, haviam sido realizadas apenas duas reuniões do MCC, em contraposição às treze reuniões realizadas, no período 1995-2003, pelo mecanismo equivalente de Chile e Argentina: o Comitê Permanente de Segurança (COMPERSEG) (Ibid., p. 12). Quanto ao MAE, a primeira reunião ocorreria apenas em 2000, sendo que do lado brasileiro apenas o Itamaraty foi representado na ocasião. A segunda reunião do MAE ocorreu em 2002, a terceira em 2003 e a quarta em 2004 (RUNZA, 2004, p. 20-21).[115] Segundo Runza (2004, p. 6), as reuniões do MAE acabaram por não ser de coordenação estratégica, sendo apenas para intercâmbio de informações. De forma geral, estas iniciativas foram bastante limitadas. Ao mesmo tempo, contudo, elas foram pioneiras no tratamento bilateral de temas securitários.

A partir do governo Lula, com a maior priorização da América do Sul na política externa brasileira, enfatizando-se tanto os aspectos econômicos como os político-estratégicos, as relações com os vizinhos no campo militar passaram a ser objeto de maior atenção. Ainda durante a campanha presidencial, quando o então candidato Lula apresentou propostas referentes às Forças Armadas, ele afirmou que o seu governo buscaria substituir o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) por um acordo regional na área de segurança e que o Brasil buscaria liderar iniciativas voltadas para a cooperação militar (WINAND e SAINT-PIERRE, 2004, p. 4).

Trata-se de uma diferença fundamental em relação à política do governo anterior quanto ao tema. O governo de Fernando Henrique Cardoso buscou criar espaços destinados a promover uma maior cooperação securitária com os países vizinhos (como o MAE), mas manteve a importância atribuída aos mecanismos de segurança hemisférica: a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a Comissão de Segurança Hemisférica da Organização dos Estados Americanos (CSH/OEA). O governo Lula, ao contrário, procurou as relações securitárias com os vizinhos como um caminho para a substituição dos mecanismos de segurança hemisféricos pelos sul-americanos e não para estabelecer uma conciliação entre ambos. Procurou superar, assim, o formato de *hub-and-spoke* no campo securitário, "conceito" assim definido por Celso Amorim: "É o centro e o aro de uma roda. Ou seja, você só se integra com o outro passando pela grande potência. Em suma, se tiver que haver uma integração entre o Uruguai e a Guiana, teria que passar pelos Estados Unidos, entre o Brasil e a Argentina, também teria que passar pelos Estados Unidos." (AMORIM, 2009, p.

[115] Em Runza (2004), há o detalhamento destas reuniões.

9).[116] A liderança brasileira na formação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), em 2008, representa bem esta nova perspectiva do governo Lula, tendo em vista que somente países latino-americanos e caribenhos podem fazer parte do CDS e, ainda assim, apenas na condição de Estados-associados, conforme prevê o Art. 17 do Estatuto do CDS, combinado com o Art. 19 do Tratado Constitutivo da UNASUL.

No caso específico das relações Brasil-Argentina, o fortalecimento do eixo bilateral, condição necessária à liderança brasileira na América do Sul, possui como um dos requisitos mais importantes o estreitamento das relações bilaterais em temas estratégicos, entre os quais se encontram aqueles relacionados à defesa e à segurança.

A cooperação em defesa, especificamente, possui dois "objetivos intermediários" que visam a contribuir para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina (ver organograma 4.1): I) a consolidação da confiança mútua entre os dois países e II) o aumento do poder político-militar de ambos. É com base neste fundamento que os dois governos têm buscado transformar a cooperação militar em um instrumento de suas políticas externas. Vejamos, em separado, cada um desses objetivos.

O primeiro deles, o de consolidar a confiança mútua, corresponde ao papel diplomático a ser "cumprido" pela cooperação militar. Para que as atividades de cooperação militar (exercícios militares, intercâmbios, projetos conjuntos, etc.) possam ser realizadas, é preciso que haja um certo grau de confiança prévio entre as nações que cooperam. Isto porque, nestas atividades, são parcialmente reveladas a militares de outros países as formas pelas quais as Forças Armadas nacionais conduzem sua preparação para a guerra, o que eventualmente poderia ser utilizado contra si próprio.

Quando há confiança mútua, portanto, a cooperação pode ocorrer. Ao mesmo tempo, contudo, a própria realização dessas atividades expande a confiança. Os mecanismos capazes de transformar a cooperação militar em maior confiança são vários. Um intercâmbio de alunos entre estabelecimentos militares de ensino, por exemplo, pode aproximar os militares de duas nações, reduzindo desconfianças e contribuindo para que a sua percepção acerca do país vizinho se mantenha positiva. Um projeto militar conjunto que consegue ser efetivamente realizado, como foi o caso da viatura Gaúcho, também expande a confiança mútua, pois demonstra que a cooperação

[116] Na ocasião, Celso Amorim referia-se à integração como um todo. Sua citação aqui serve apenas para a definição do termo.

militar já superou o nível da retórica, produzindo resultados concretos. Com a efetivação dos projetos, a confiança em que o parceiro honrará seus compromissos em eventuais projetos futuros é ampliada. O mesmo pode ser dito acerca dos exercícios militares combinados. A ocorrência de exercícios ao longo de um horizonte de tempo relativamente longo demonstra que o interesse na cooperação visa o longo prazo, não sendo apenas uma cooperação de ocasião. Citando um exemplo concreto, a Argentina, como já citado em outras partes deste trabalho, necessita realizar treinamentos em porta-aviões para que sua aviação naval se mantenha operacional, uma necessidade que o Brasil tem suprido desde 1993. Com o passar dos anos e a manutenção da realização das operações, torna-se cada vez mais claro para a Argentina que o Brasil pretende manter esta cooperação no longo prazo, o que aumenta a credibilidade do Brasil como um importante parceiro na área militar.

Em síntese, as atividades de cooperação militar requerem, de fato, uma confiança prévia para que possam ocorrer; mas, ao mesmo tempo, elas são capazes de ampliar a confiança mútua previamente existente. Sobre este papel da cooperação militar, Samuel Pinheiro Guimarães comentou o seguinte:

> A questão militar é de suma importância para o processo de integração Brasil-Argentina e para o Mercosul devido ao passado e aos justos ressentimentos quanto ao autoritarismo militar [...] e devido à possibilidade de competição e tensão regional que decorreriam de hipotéticas “corridas armamentistas” no Cone Sul, e da constante pressão externa de Grandes Potências pelo desarmamento, unilateral, da região. (GUIMARÃES, 1999, p. 7).

Como o autor sugere, com menor desconfiança, também tornar-se-ia menos provável a ocorrência de corridas armamentistas entre os dois países. Atualmente, tanto no Brasil como na Argentina, as hipóteses de emprego do poder militar direcionado ao enfrentamento mútuo não constam em nenhum documento oficial. Contudo, em teoria, a ausência de menções explícitas de tais hipóteses poderia ter como objetivo ocultar as “reais intenções” do país vizinho. Nesse sentido, Brasil e Argentina poderiam afirmar que não teriam nenhuma intenção de se atacarem militarmente, mas, ao mesmo tempo, poderiam formular em sigilo estratégias de enfrentamento mútuo. Assim, a afirmação “oficial” de que o poder militar não será empregado contra o “país amigo” somente será considerada verdadeira caso haja confiança mútua. A combinação de confiança mútua e ausência de hipóteses de emprego militar contra o vizinho, por sua vez, induz as

duas nações a manterem este "jogo cooperativo", tendo em vista a percepção por parte dos governantes das vantagens de uma postura cooperativa em relação a uma postura confrontativa.

Ainda no campo securitário, com maior confiança, reduz-se também a possibilidade da ocorrência de iniciativas isoladas, como a que ocorreu nos anos 1990, quando a Argentina obteve o *status* de aliada extra-OTAN, "título" concedido pelos Estados Unidos em 1998. Além disso, a Argentina buscou mesmo se tornar integrante permanente daquela organização. Iniciativas como esta tenderiam "[...] a criar apreensões e ressentimentos que vêm naturalmente a contaminar todo o processo de aproximação entre os dois países inclusive na área econômica e, portanto, no Mercosul." (GUIMARÃES, 1999, p. 7).

Em outras áreas das relações bilaterais, uma maior confiança expande as possibilidades de concertação política junto a terceiros países, blocos de países ou organizações internacionais. Apenas com um grau elevado de confiança foi possível que Brasil e Argentina assumissem posições comuns durante a conferência da OMC em Cancún, em 2003 e, mais recentemente, em relação à reforma do sistema financeiro internacional, no âmbito do G-20 Financeiro.

O segundo objetivo da cooperação é o aumento do poder político-militar dos dois países. Com maior poder, ambos teriam mais capacidade para impor suas próprias políticas e/ou resistir a possíveis pressões por parte de terceiros países ou instituições multilaterais.

A política externa do atual governo brasileiro atribui claramente maior importância ao poder militar do que a de seu antecessor: "[...] a capacitação das Forças Armadas foi vista [pelo Governo Lula] como uma condição para a realização das metas brasileiras de protagonismo ativo na esfera global, ou seja, o fortalecimento militar foi encarado como uma necessidade, na medida em que permitiria ao país participar de forma mais decisiva na política internacional." (PEREIRA, 2007, p. 23). Sua perspectiva também é a de que o país apenas se tornará uma potência caso possua um poder militar *convencional* minimamente equivalente ao de outros países emergentes, como China, Rússia e Índia. Daí os planos para um amplo rearmamento aéreo, naval e terrestre planejados para um futuro próximo. Tal perspectiva se baseia no fundamento de que todos os Estados, para ascenderem à condição de potência, necessitam dispor de diversas formas de recursos de poder, não podendo prescindir do poder militar. A base é a de que as potências detêm, na verdade, uma "[...] confluência de elementos de acumulação de poder." (CUNHA; ACIOLY, 2009, p. 347), tanto os de *hard power* como os de *soft power*. Não há potência, portanto, que disponha apenas do *soft power*.

O Brasil, enquanto aspirante ao posto de grande potência, necessita, dessa forma, de um poder militar que seja ao menos parcialmente equivalente ao de outras nações que também aspiram ao *status* de grandes potências. O aumento deste poder militar, por sua vez, pode ser obtido tanto pelo rearmamento planejado para um futuro próximo, como pela busca da cooperação com outras nações. A cooperação militar entre Brasil e Argentina, assim, se somaria às iniciativas individuais de fortalecimento das Forças Armadas. Ainda que não exista uma aliança militar entre os dois países, na qual uma agressão a um deles seja considerada como uma agressão a ambos, as atividades militares que os dois países atualmente executam já contribuem para a ampliação de seu poder militar. Do ponto de vista argentino, por exemplo, o país só pode manter sua aviação naval em condições operacionais se realizar exercícios militares combinados com nações que disponham de porta-aviões, uma necessidade que o Brasil tem suprido. Outro exemplo ocorreu quando a Marinha do Brasil criou, nos anos 1990, sua aviação naval de asa fixa, para a qual o apoio argentino foi de grande importância na capacitação de pilotos e técnicos brasileiros.

É claro que Brasil e Argentina também cooperam militarmente com outras nações, com objetivos tanto técnicos como diplomáticos. Contudo, o que distingue a cooperação militar brasileiro-argentina é a sua capacidade de ampliar o poder militar e a confiança mútua dos dois países mais importantes da América do Sul. A cooperação entre Brasil e França, por exemplo, pode aumentar o poder militar de ambos os países e aumentar a confiança mútua, mas não é capaz de produzir relações em eixo entre os dois países, tendo em vista diversos fatores, como a distância geográfica e as assimetrias do poder militar. Entre Brasil e Argentina, diferentemente, a cooperação militar possui esta capacidade. Ao mesmo tempo que ela fortalece ambos os países individualmente, ela também fortalece as relações entre os dois; como ambos, em vários critérios, são os países mais importantes do subcontinente, as chamadas “relações em eixo” podem emergir.

Por fim, deve-se fazer a ressalva de que não se pode atribuir, é claro, um peso excessivo ao papel da cooperação militar nas relações entre os dois países. Embora tenha crescido em importância política a partir de 2005, ela ainda permanece, isoladamente, como um fenômeno de alcance limitado. Ainda assim, se colocada ao lado de outras iniciativas, como as destinadas à expansão da cooperação nuclear, espacial ou em nanotecnologia, observa-se que ela representa um novo perfil das relações Brasil-Argentina, no qual temas com conteúdo estratégico ganharam maior prioridade nas relações entre os dois países.

No processo de fortalecimento do eixo bilateral por meio da cooperação militar, foi um marco importante a assinatura de dois acordos na área de defesa em 2005. Vejamos as suas características, assim como as de outros acordos que lhes seguiram.

Os acordos bilaterais na área de defesa desde 2005

No capítulo 3 deste trabalho, o Compromisso de Puerto Iguazú e os dois acordos de cooperação na área de defesa, assinados em novembro de 2005, foram analisados do ponto de vista da subordinação das Forças Armadas à política externa dos governos. Nesta subseção, a análise será sobre o papel desses acordos como instrumentos para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, analisando-se, também, os acordos na área de defesa assinados posteriormente.

O Compromisso de Puerto Iguazú, de novembro de 2005, destacou a importância das relações estratégicas entre os dois países. Nele se mencionou, entre outros objetivos, a intenção de se formarem posições comuns para a discussão de reformas na ONU, das quais, atualmente, a mais importante é a do Conselho de Segurança: “Ressaltam o compromisso de levar a bom termo a reforma da Organização das Nações Unidas, na qual Brasil e Argentina cooperarão ativamente e trabalharão em estreita coordenação.” (BRASIL; ARGENTINA, 2005a). Desde a assinatura do Compromisso, o governo brasileiro tem reafirmado que pretende ocupar um assento permanente no CS-ONU. Deve-se destacar, contudo, que o governo argentino deixou de se opor frontalmente à demanda brasileira. Mesmo sem apoiar explicitamente a reivindicação do Brasil, a posição mais cautelosa quanto ao tema e a disposição ao diálogo por parte da Argentina, como analisado adiante, já é surpreendente, tendo em vista que o país já participou ativamente do grupo de países denominado de Unidos pelo Consenso (ou *Coffee Club*), o qual se opõe às propostas de reforma feitas pelo G-4 (Brasil, Índia, Japão e Alemanha).[117] Em 2004, o Brasil, pela primeira vez, propôs à Argentina que esta nomeasse um representante para integrar a delegação brasileira no CS-ONU. No ano seguinte, quando a Argentina ingressou no CS-ONU, ela fez o mesmo em relação ao Brasil (FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, 2008, p. 48).

[117] Além da Argentina, o grupo era composto por outros onze países, quais sejam: Paquistão, Coreia do Sul, Colômbia, México, Costa Rica, Canadá, Espanha, Itália, Malta, San Marino e Turquia. Eles emitiram uma proposta própria de reforma do CS-ONU, em 2005, defendendo a manutenção dos cinco membros permanentes e a ampliação de dez para vinte no número de membros temporários. Ver UNITING FOR CONSENSUS (2005).

Ao Compromisso de Puerto Iguazú foram anexados diversos acordos, dos quais dois envolveram a cooperação na área de defesa. Um deles foi o *Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa*. No preâmbulo do acordo, destacam-se dois trechos. O primeiro afirma que um dos objetivos do acordo é o estreitamento das relações bilaterais em áreas estratégicas: "Buscando contribuir para o desenvolvimento de suas relações por meio da cooperação em assuntos políticos e estratégicos de interesse mútuo em matéria de defesa" (BRASIL; ARGENTINA, 2005b). O outro é o de que o trabalho conjunto favorecerá a paz e a estabilidade internacionais: "Convencidos de que o entendimento mútuo, o trabalho conjunto e a maior cooperação institucional entre as Partes favorecerá a paz e a estabilidade internacional" (Ibid.). Observa-se, no primeiro trecho, a intenção de aprofundar as relações estratégicas entre os dois países e, no segundo trecho, a percepção acerca do papel que suas relações bilaterais podem desempenhar no cenário mundial. Sob este ponto de vista, as relações estratégicas entre os dois países possuiriam também uma importância global, pois seriam capazes de ampliar a participação de Brasil e Argentina nas grandes decisões mundiais na área de segurança.

O objetivo direto do acordo foi fortalecer a cooperação em defesa nas seguintes áreas: I) políticas de defesa, II) planejamento, III) gestão orçamentária, IV) pesquisa e desenvolvimento, V) apoio logístico e VI) aquisições de produtos e serviços (Ibid.). As atividades previstas foram: I) visitas mútuas de delegações civis e militares dos Ministérios da Defesa a entidades civis e militares, II) visitas mútuas em outros níveis, reuniões de pessoal e reuniões técnicas, III) reuniões entre instituições de defesa equivalentes, IV) intercâmbios de instrutores e alunos de instituições militares, V) participação em cursos, seminários, simpósios, etc. em entidades militares ou civis, VI) eventos culturais e desportivos e VII) facilitação da relação entre as bases industriais de defesa (Ibid.).[118]

Na mesma ocasião, foi assinado um outro acordo: o *Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, na área da Tecnologia Militar*. O Ajuste reconheceu a existência de contatos que haviam sido previamente estabelecidos entre os Exércitos Brasileiro e Argentino, os quais haviam tido o objetivo de "[...] intensificar a colaboração conjunta e coordenada de programas e projetos de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento

[118] A definição de Base Industrial de Defesa (BID), de acordo com a Política Nacional da Indústria da Defesa (PNID), de julho de 2005, é a seguinte: "[...] conjunto das empresas estatais e privadas, bem como organizações civis e militares, que participem de uma ou mais das etapas de pesquisa, desenvolvimento, produção, distribuição e manutenção de produtos estratégicos de defesa [...]" (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2005).

tecnológico, a aplicação e o aperfeiçoamento de tecnologias existentes e/ou o desenvolvimento de novas tecnologias." (BRASIL; ARGENTINA, 2005c). De acordo com o texto do Ajuste, o seu objetivo foi intensificar e regulamentar a cooperação nas seguintes áreas: I) desenvolvimento, II) aquisições, III) manutenção de materiais, IV) fornecimento de tecnologia militar e V) elaboração de Projetos de Sistemas de Armas (PSA) (Ibid.). Os responsáveis pela implementação da cooperação seriam a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SCT) do Exército Brasileiro e a *Diréccion de Evolución Tecnológica* (DET) do Exército Argentino (Ibid.). A formalização da cooperação seria feita por meio de convênios interinstitucionais, os quais deveriam ser acordados pela SCT e DET. Os convênios deveriam abranger, sobretudo: I) Projetos de Sistemas de Armas, II) projetos de interesse comum em pesquisa científica e tecnológica, desenvolvimento e aquisição e fornecimento e, III) utilização de instalações da SCT e DET aptas para serem laboratórios de pesquisa e ensaios, avaliações e testes (Ibid.).

Determinou-se também a constituição de Grupos de Trabalho, cuja principal função seria a de elaborar propostas de planejamento para o procedimento comum a ser adotado na execução dos convênios (Ibid.). A primeira tarefa corresponderia à 1ª Etapa de Concepção Conceitual do Projeto "Veículo Leve de Emprego Geral Aerotransportável", denominado de Gaúcho (Ibid.), analisado no capítulo anterior.

Estes acordos trouxeram para a política o que era um fenômeno até então conduzido de forma autônoma pelas Forças Armadas. Além de regulamentarem a matéria, o objetivo também foi o de ampliar a cooperação bilateral nesse campo, contribuindo, assim, para o aprofundamento das relações estratégicas entre Brasil e Argentina. Vejamos outros acordos e encontros que ocorreram como desdobramento daqueles dois acordos de novembro de 2005.

Em fevereiro de 2008, foram firmados outros acordos bilaterais na área da cooperação militar. Na ocasião, ocorreu a primeira reunião do chamado Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral (MICB), um espaço que foi criado em substituição ao antigo Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação (MCC), analisado no início da seção 4.3. No âmbito do MICB, foi criada, naquela ocasião, a Subcomissão de Defesa e Segurança (BRASIL; ARGENTINA, 2008a). As atividades desta seriam executadas pelo Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, também criado na mesma ocasião, conforme previa o Art. 4º do *Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa*, de novembro de 2005. O Grupo de Trabalho entrou em funcionamento em abril de 2008 e teve como função "identificar e coordenar atividades de

cooperação em matéria de defesa" (Ibid.) nas áreas I) aeronáutica e II) de pesquisa, desenvolvimento e/ou produção conjunta de equipamentos de defesa (inclusive o veículo "Gaúcho"). É importante destacar a palavra "identificar", pois, como analisado no capítulo 3, muitas ações já vinham ocorrendo, mas eram realizadas de maneira independente pelas próprias Forças Armadas. Especificamente, dois projetos seriam inicialmente desenvolvidos: a cooperação aeronáutica e a produção conjunta do veículo "Gaúcho" (Ibid.).

Na área aeronáutica, os Ministros da Defesa deveriam coordenar, em conjunto com a Embraer e a empresa argentina Area Material Cordoba (AMC), as ações que viabilizassem: I) a subcontratação da AMC para produzir partes das famílias de aviões 170/190 da Embraer, II) a venda de aviões da Embraer para o mercado argentino e III) o desenvolvimento de projetos aeronáuticos de interesse mútuo para a integração de empresas públicas e privadas (Ibid.). Foram nomeados pelo Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, em março de 2008, os representantes de uma subcomissão específica para a área aeronáutica: a *Subcomissão Binacional para Avaliação de Projetos Aeronáuticos de Interesse Mútuo na Área da Defesa*, cujos integrantes eram das Forças Armadas, dos Ministérios da Defesa, da Embraer e da AMC. A primeira reunião desta subcomissão ocorreu em abril de 2008, juntamente com a primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa (Ibid.).

No caso do "Gaúcho", por ocasião da primeira reunião do Grupo de Trabalho Conjunto de Defesa, em abril de 2008, foi formada uma subcomissão específica para o projeto, a exemplo do que ocorreu na área aeronáutica. Ela se reuniria a cada 90 dias e seria integrada por representantes dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas (Ibid.).[119] Essas reuniões teriam como objetivo avaliar a demanda de cada país pelo veículo e coordenar todos os trabalhos, de forma que a produção industrial se iniciasse no primeiro semestre de 2009 (Ibid.).

Como previsto, seis meses depois do primeiro encontro (março de 2008), ocorreu, em setembro de 2008, a segunda reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Bilateral. Na ocasião, foi mencionado que a Subcomissão de Defesa e Segurança já havia iniciado dezesseis projetos de cooperação em defesa, dos quais a maior parte referia-se a atividades de cooperação entre as duas Marinhas que, como analisado no capítulo 3, possuem um histórico de cooperação bilateral mais profundo que os das outras Forças Singulares. Dos dezesseis projetos, sete

---

[119] A composição foi a seguinte: no Brasil, 4 militares do Exército e 1 representante do Ministério da Defesa, no total de 5; na Argentina, 3 militares do Exército, 1 representante do Ministério da Defesa e 1 do Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI), também no total de 5 (BRASIL; ARGENTINA, 2008a).

envolveram assuntos das Marinhas, três de mísseis, um foi dos Exércitos (o veículo Gaúcho) e cinco foram assuntos de defesa como um todo. Nenhum envolveu apenas as Forças Aéreas (BRASIL; ARGENTINA, 2008b). Os projetos foram os seguintes:

1. Manutenção de turbinas navais, a ser executada pela Armada Argentina;
2. Projeto de Reparação de Meia Vida do Submarino "San Juan", da Armada Argentina;
3. Desenvolvimento e construção de um Navio Patrulha Oceânico Multi-Propósito;
4. Modernização do sistema de transmissão de dados Link Fraterno;
5. Cooperação e Intercâmbio de informações sobre reparo e recuperação de *staves* Sonar;
6. Pesquisa e Desenvolvimento Conjunto de modelos matemáticos de propagação do som em águas pouco profundas;
7. Modernização de veículos anfíbios;
8. Recuperação de motores de mísseis;
9. Intercâmbio de informações sobre simulação de vôo de mísseis (algoritmo de vôo);
10. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre o radar ativo de direção final de míssil;
11. Desenvolvimento conjunto do Gaúcho e fabricação de um lote piloto.
12. Manutenção de motores diesel;
13. *Pool* Logístico para aquisição e intercâmbio de sobressalentes;
14. Cooperação e Intercâmbio de Informações sobre fusão de dados entre bases de dados;
15. Sistema de Catalogação Comum;
16. Sistema de Certificação/Homologação de Produtos de Defesa (Ibid.).

A terceira reunião do mecanismo bilateral ocorreu em abril de 2009. Em função da crise internacional, o foco do encontro recaiu sobre os aspectos *econômicos* das relações bilaterais, embora a área securitária também tenha sido abordada. Quanto à reforma do CS-ONU, pareceu haver algum entendimento entre os dois governos. Na Declaração Conjunta do encontro, um dos itens abordou esta questão: “Destacaram a necessidade de trabalhar pela reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de torná-lo mais eficiente, democrático, transparente, representativo e responsável por suas ações perante a comunidade internacional.” (Ibid.). Esta foi a primeira vez na qual um documento bilateral mencionou explicitamente a possibilidade de discussão deste tema. Ainda na área de defesa e segurança, foi destacado o compromisso de transferir normas técnicas para a Area Material Cordoba, tendo em vista que aquela empresa passaria a produzir peças para aviões da Embraer (Ibid.). Posteriormente, em maio de 2009, foi fechado um acordo para o fornecimento de 20 aeronaves E-190 da Embraer à Austral, empresa

aérea argentina subordinada à Aerolíneas Argentinas, com entregas a serem concluídas em 2010 (PALACIOS, 2009).

Em novembro de 2009, ocorreu o quarto encontro do Mecanismo. Quanto ao veículo "Gaúcho", foi declarado que, ao contrário do que fora previsto em fevereiro de 2008, a produção não havia se iniciado no primeiro semestre de 2009, tendo sido adiada para o segundo semestre de 2010. Na área da cooperação aeronáutica, foi afirmado que as primeiras entregas de peças produzidas na antiga Area Material Cordoba ocorreriam em março de 2010 (BRASIL; ARGENTINA, 2009). Segundo a Ministra da Defesa da Argentina, em discurso feito em novembro de 2009, as negociações para a produção de partes de aeronaves da Embraer na Argentina encontravam-se em estágio avançado (GARRÉ, 2009).

Entre os acordos de 2005 e esta última reunião de 2009 decorreram, portanto, quatro anos. Pode-se observar que ocorreu uma mudança quanto à prioridade atribuída ao tema pelos governos Kirchner e Lula em comparação com o tratamento dado à questão pelos respectivos governos durante o "período de liberalização econômica". Enquanto a cooperação militar esteve quase que totalmente ausente durante o período anterior, ela tem sido incluída na pauta de todos os encontros bilaterais entre Brasil e Argentina desde 2005, o que demonstra a intenção de que a cooperação militar bilateral seja mantida no longo prazo. A institucionalização desta forma de cooperação, mediante a criação de comissões permanentes dedicadas ao tema, também contribui para a manutenção da cooperação militar ao longo do tempo, transformando-a em uma política de Estado mais do que em uma política de governo ou em uma ação autônoma das Forças Armadas. Deve-se reconhecer, contudo, que é bastante possível que a maior parte dos dezesseis projetos da lista acima mencionada tenham sido iniciados ainda antes dos acordos de novembro de 2005. A palavra "identificar", que constou daquele acordo, demonstra que muitos destes projetos já vinham sendo realizados de forma autônoma pelas Forças Armadas.

4.4 A importância do eixo Brasil-Argentina para a estabilização regional e para o equilíbrio de poder sul-americano

A partir do fim dos anos 1990, o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, ademais de ter ampliado a "sintonia" entre as duas políticas externas, reduzindo a possibilidade de obstrução mútua em temas internacionais, tem tido dois importantes papéis (ver organograma 4.1): I) atuar

como estabilizador regional, mantendo na órbita desse eixo os países do Cone Sul e buscando atrair os países do Norte Andino e II) reduzir a possibilidade do surgimento de polos alternativos de poder na América do Sul, com possível origem na Venezuela, no Chile ou na Colômbia. Vejamos, em separado, cada um desses papéis.

Com a reaproximação entre Brasil e Argentina a partir dos anos 1980, os demais países do Cone Sul, sobretudo os menores (Uruguai, Paraguai e Bolívia) precisaram rever suas estratégias externas. Até então Uruguai, Paraguai e, em menor escala, a Bolívia, eram Estados-tampão e utilizavam a rivalidade Brasil-Argentina como um fator importante na formulação de suas políticas externas. A convivência com esses dois vizinhos rivais lhes foi um instrumento de barganha visto que Brasil e Argentina desejavam ampliar sua influência nesses países e, ao mesmo tempo, não desejavam que o outro o fizesse. A oposição inicial por parte da Argentina acerca da construção de Itaipu foi um processo que simbolizou bem esta disputa por hegemonia regional. Com a reaproximação Brasil-Argentina, contudo, a utilização daquela rivalidade em benefício próprio deixou de ser uma estratégia viável para aqueles países. A opção adotada por Paraguai e Uruguai foi, então, a integração com esse eixo bilateral, surgindo, assim, o Mercosul. Posteriormente, os outros dois países do Cone Sul – Bolívia e Chile – também se aproximaram daquele eixo, tornando-se, em 1996, membros associados do Mercosul. O novo perfil das relações Brasil-Argentina, assim, produziu um efeito *spillover*, transbordando a “pacificação” de suas relações bilaterais para todo o Cone Sul. Progressivamente, a percepção dos países vizinhos como possíveis inimigos deixou de ser relevante nas estratégias geopolíticas dos países do Cone Sul e um padrão de desconfiança foi transformado em um padrão de cooperação.

Na Política de Defesa Nacional brasileira (2005), pode se observar o papel de estabilizador regional a que se auto-atribuiu o Brasil. Entre os seis objetivos da defesa nacional, um deles é “a promoção da estabilidade regional” (BRASIL, 2005). Na Estratégia Nacional de Defesa (2008), também é mencionado o papel do Brasil como estabilizador regional, na qual “contribuir para a manutenção da estabilidade regional” é uma das ações estratégicas previstas:

> 1. O Ministério da Defesa e o Ministério das Relações Exteriores promoverão o incremento das atividades destinadas à manutenção da estabilidade regional e à cooperação nas áreas de fronteira do País.
>
> 2. O Ministério da Defesa e as Forças Armadas intensificarão as parcerias estratégicas nas áreas cibernética, espacial e nuclear e o intercâmbio militar com as Forças Armadas das nações

> amigas, neste caso particularmente com as do entorno estratégico brasileiro e as da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008b, p. 55).

A manutenção de relações pacíficas no Cone Sul e mesmo na América do Sul, contudo, tem como requisito essencial a manutenção de relações amistosas entre Brasil e Argentina. Daí a importância do aprofundamento das relações estratégicas entre os dois países. O aprofundamento destas relações contribui para o fortalecimento do eixo Brasil-Argentina, tornando menos provável que as relações bilaterais passem por um ponto de inflexão, deixando de ser pacíficas. Em consequência, tornar-se-ia menos provável também que o padrão de cooperação de todo o Cone Sul fosse transformado em um padrão de conflito.

Além do Cone Sul, o eixo Brasil-Argentina passou a ampliar sua influência também sobre o Norte Andino, com o objetivo de promover a criação de um bloco político e econômico que abrangesse toda a América do Sul. O acordo entre o Mercosul e a Comunidade Andina, assinado em 2003, foi uma das etapas em direção àquele objetivo estratégico. Em 2008, a criação da UNASUL, por sua vez, veio a institucionalizar as relações entre o Mercosul e a CAN, agregando ainda o Chile, a Guiana e o Suriname, em um processo que foi, de fato, liderado pelo Brasil, mas que contou com absoluto respaldo por parte da Argentina. Por fim, o ingresso da Venezuela no Mercosul foi outra importante etapa no processo de atração política do Norte Andino em direção ao eixo Brasil-Argentina. Na área de segurança, algumas ações também têm sido instrumentos desta atração, tais como a assinatura por Brasil e Colômbia, em 2003, do *Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Defesa* e a mediação brasileira do conflito diplomático que envolveu Equador, Colômbia e Venezuela em 2008.

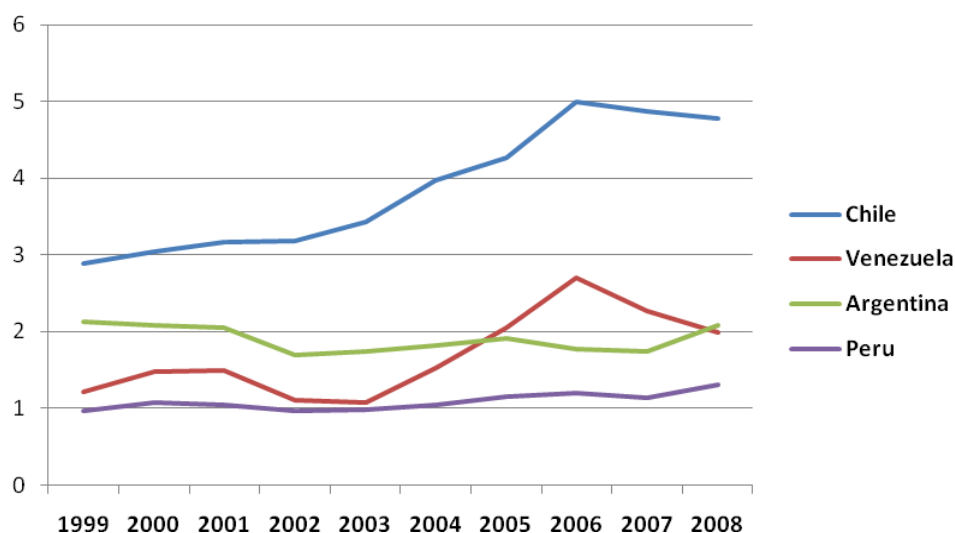
Além de manter a estabilidade no Cone Sul e buscar transbordar tal estabilidade para o Norte Andino, uma segunda função do eixo Brasil-Argentina é a de evitar o surgimento de polos alternativos de poder na América do Sul. Atualmente, estes polos poderiam emergir em três países: Chile, Venezuela ou Colômbia. Vejamos cada um deles.

Chile e Venezuela, nos últimos anos, ampliaram o seu poder militar em um grau proporcionalmente maior do que outros países da América do Sul, o que lhes permitiu uma situação militar privilegiada em termos regionais. A tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução dos gastos militares dos dois países no período 1999-2008. Para efeito de comparação, também estão presentes os gastos de Argentina e Peru:

Tabela 4.1 – Gastos militares de Chile, Venezuela, Argentina e Peru: 1999-2008 (US$ bilhões a preços constantes de 2005)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Chile	2,88	3,05	3,17	3,38	3,43	3,98	4,27	5,00	4,87	4,78
Venezuela	1,21	1,48	1,50	1,10	1,07	1,52	2,05	2,71	2,26	1,99
Argentina*	2,13	2,08	2,05	1,69	1,75	1,81	1,91	1,78	1,74	2,08
Peru**	0,96	1,08	1,04	0,98	0,99	1,05	1,16	1,19	1,15	1,30

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.
* O dado da Argentina referente a 2008 é uma estimativa do SIPRI.
** Não há certeza quanto aos dados do Peru referentes aos anos de 1999 e 2000 (SIPRI).

Gráfico 4.1 – Gastos militares de Chile, Venezuela, Argentina e Peru: 1999-2008 (US$ bilhões a preços constantes de 2005)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

Entre os períodos 1999-03 e 2004-08, o gasto militar anual médio se ampliou em 43,9% no Chile e em 65,6% na Venezuela. No caso da Venezuela, de 2003 para 2006, houve um aumento de 153,3%, ao que se seguiu uma queda a partir de 2007. Como comparação, o aumento dos gastos anuais no Peru, entre os mesmos períodos, foi de 15,8% e, na Argentina, houve um decréscimo de 3,9%.

No caso do Chile, deve-se destacar que há uma importante vinculação de recursos destinados aos gastos com a defesa. De acordo com as Leis Reservadas do Cobre, 10% dos valores

oriundos das exportações de cobre do país devem ser destinados às Forças Armadas.[120] Ocorre que houve um forte aumento dos preços internacionais do cobre após 1999, depois de um longo declínio, o que causou um expressivo aumento no valor das exportações de cobre do país. As exportações que, em 1999, foram de US$ 6,0 bilhões, chegaram a US$ 37,6 bilhões em 2007, um aumento superior a seis vezes[121].

Além de se observar os gastos totais com defesa, deve-se atentar para a sua composição. Tanto o Chile como a Venezuela têm investido amplamente na modernização de suas Forças Armadas, sobretudo das Forças Aéreas. Os dois países foram os grandes responsáveis pelo aumento nas importações de armas na América do Sul em período recente, as quais cresceram 47% entre os períodos 1998-02 e 2003-07 (HOLTOM *et al*, 2008, p. 304). Na Venezuela, a importação total de armamentos subiu de US$ 362 milhões no período 1998-03 para US$ 2,22 bilhões no período 2004-09, um aumento superior a seis vezes, enquanto no Chile subiu de US$ 735 milhões para US$ 3,03 bilhões entre os mesmo períodos, um aumento superior a quatro vezes, tendo alcançado o montante de US$ 1,04 bilhão em 2006, como se observa a seguir:

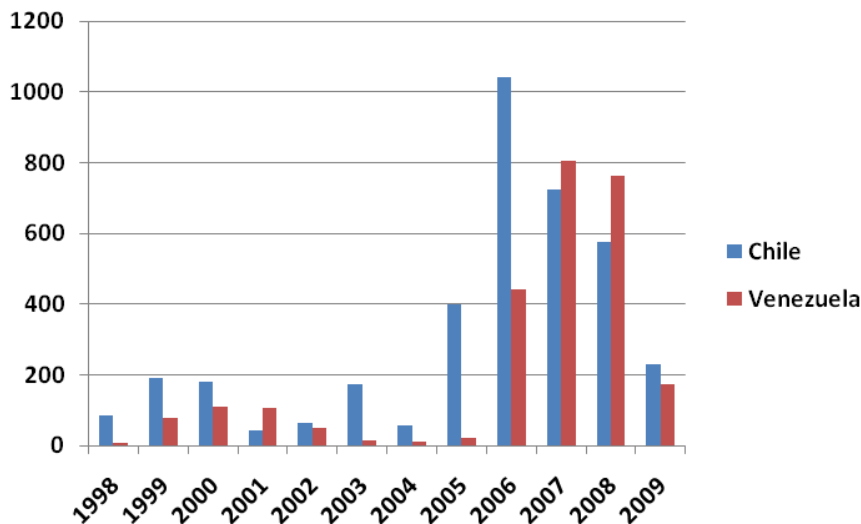
Tabela 4.2 – Importações de armas de Chile e Venezuela: 1998-2009
(US$ milhões a preços constantes de 1990)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Chile	86	191	179	42	63	174	56	400	1.041	723	577	231
Venezuela	8	78	108	105	50	13	9	23	442	805	764	172

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.

[120] A Lei original é a nº 13.196, de 1958, cujo texto definitivo foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 1.530 de 1976. Ela foi modificada, posteriormente, pelas Leis nº 18.445, de 1985 e 19.628, de 1987. O primeiro artigo da Lei nº 18.445 diz o seguinte: "El 10% del ingreso en moneda extranjera determinado por la venta al exterior de la producción de cobre, incluidos sus subproductos, de la Corporación Nacional del Cobre de Chile y el 10% del valor de los aportes en cobre al exterior que efectúe dicha Corporación, deberán ser depositados por el Banco Central de Chile en moneda dólar de los Estados Unidos de América, en la Tesorería General de la República, con el objeto de que el Consejo Superior de Defensa Nacional cumpla con las finalidades de la ley N° 7.144."

[121] Fonte: Banco Central do Chile. Disponível em: <http://www.bcentral.cl/estadisticas-economicas/series-indicadores/xls/Balanza_comercial_export_min.xls>. Acesso em: 15 fev. 2010.

Gráfico 4.2 – Importações de armas de Chile e Venezuela: 1998-2009
(US$ milhões a preços constantes de 1990)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

O Chile importou dos Estados Unidos, em 2002, 10 caças modelo F-16 Advanced Block 50, de 4ª geração, entregues em 2006. Em 2005, o país já havia adquirido 18 caças usados F-16 da Holanda. Em 2009, o governo chileno anunciou que irá adquirir, também da Holanda, mais 18 caças usados F-16, a serem entregues até setembro de 2010 (YÁÑES; SIERRA, 2009). Pretende-se que os 44 caças F-16 substituam totalmente a atual frota de caças F-5, de 3ª geração. O país também adquiriu 140 carros de combate Leopard 2, provenientes da Alemanha, aposentando os Leopard 1, os AMX-30, os Sherman e os M-41 (GONZÁLEZ; MARTÍNEZ, 2008).

A Venezuela, a partir de 2005, passou a adquirir diversos armamentos no exterior. Em 2005, chegou a acordar com a Embraer a compra de aeronaves Super Tucano, mas a transação foi vetada pelos Estados Unidos em função da presença, na aeronave, de componentes fabricados por empresas norte-americanas (STUDART; ATTUCH, 2006). Estas aeronaves acabaram sendo adquiridas na China, tendo sido feita uma compra inicial de 18 aeronaves Karakorum-8, a serem entregues em 2010.[122] O seu principal fornecedor de armamentos nos últimos cinco anos, contudo, tem sido a Rússia. Desde 2005, a Venezuela adquiriu 24 caças russos Sukhoi Su-30 MK2, de geração 4.5, todos já entregues, sendo o primeiro país latino-americano a possuir caças desta

[122] Informações do SIPRI. Consulta realizada no sítio: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

geração.[123] O governo venezuelano também adquiriu da Rússia cerca de 100 mil fuzis AK-103 e 51 helicópteros militares (38 Mi-8/Mi-17, 10 Mi-24P/Mi-35P e 3 Mi-26) (Ibid.), embora estes helicópteros não possam ser vistos como perturbadores do "equilíbrio de poder regional", nem mesmo do ponto de vista da Colômbia (BROMLEY; PERDOMO, 2008, p. 15), tendo em vista que sua função é o patrulhamento da fronteira. Adquiriram ainda, também da Rússia, 1.000 mísseis portáteis Igla-S/SA-24 e 92 carros de combate T-72M1.[124]

Assim, com o rearmamento que Chile e Venezuela tem experimentado, as relações entre Brasil e Argentina tornam-se funcionais para que se evite que estes dois países se transformem em polos alternativos de poder no subcontinente.

Além disso, o eixo Brasil-Argentina possui uma função estabilizadora sobre a Venezuela em função das diferenças existentes entre o projeto de integração regional daquele país e o do Brasil. Mesmo que ambos os países tenham em suas políticas externas a meta de contribuírem à construção de um mundo multipolar, as estratégias adotadas são diferentes: "Os contrastes são definidos, [...], pelo uso de uma estratégia confrontacional, a partir de uma visão geoestratégica de conteúdo militarista e com forte apelo ideológico, de Chávez, e pelo desenvolvimento consistente com uma estratégia diplomática cautelosa, com uma cuidadosa inserção regional e global, a partir de uma visão multidimensional, do Brasil." (SERBIN, 2009, p. 7). Comparando-se as posturas dos dois países em relação aos Estados Unidos, as diferenças são bastante evidentes:

> Chávez acentua a confrontação ao configurar uma rede anti-hegemônica na região sob sua liderança e em sintonia com a diversificação das relações da Venezuela com outros poderes emergentes, apesar da alta dependência do mercado dos EUA como receptor de sua produção petrolífera. O Brasil, em comparação, procura o desenvolvimento de uma convivência pacífica com os EUA e o reconhecimento como interlocutor em uma relação que não ameace suas aspirações regionais e globais. (SERBIN, 2009, p. 7).

Por fim, um outro país sul-americano que poderia ser capaz de produzir um desequilíbrio de poder no subcontinente é a Colômbia. Embora o seu gasto militar em relação ao PIB seja o mais elevado da América do Sul[125], o seu poder militar não advém primordialmente de suas Forças Armadas, visto que estas são direcionadas, prioritariamente, às ações internas de combate às guerrilhas. O poder colombiano é proveniente não de sua própria força, mas da

---

[123] Idem.
[124] Idem.
[125] Correspondeu a 4% do PIB em 2007. Fonte: SIPRI. Consulta realizada no sítio: <http://milexdata.sipri.org>. Acesso em: 19 mar. 2010.

presença militar norte-americana no país e da possibilidade de que, caso necessário, essa presença possa ser rapidamente ampliada. Independentemente dos motivos do interesse norte-americano em possuir uma presença militar na Colômbia, há um efeito dissuasório em relação aos países sul-americanos. A probabilidade de que países vizinhos cometam atos de agressão contra a Colômbia é severamente reduzida em função da possibilidade (ainda que pequena) de que viessem a enfrentar as Forças Armadas dos Estados Unidos.

CAPÍTULO 5 – A COOPERAÇÃO MILITAR SOB O PONTO DE VISTA DO FORTALECIMENTO DA INDÚSTRIA DE DEFESA

Enquanto nos dois capítulos anteriores foi enfatizado o papel das Forças Armadas e do Estado na condução da cooperação militar entre os dois países, este capítulo analisa o papel desempenhado pela indústria bélica na formulação de políticas públicas voltadas para a área de defesa, assim como a interação existente entre esta indústria e o Estado.

Do ponto de vista do Estado, uma indústria de defesa nacional é um recurso de poder por meio do qual se pode romper, ainda que parcialmente, com a dependência externa no fornecimento de produtos militares. Ao não possuir uma indústria nacional de defesa, um Estado pode subordinar a sua segurança militar às decisões tomadas por um outro Estado. Isto porque, quase sempre, as vendas externas de armamentos devem previamente ser autorizadas pelo governo do país onde se situa o produtor dos armamentos que se deseja importar. Se aquele Estado não autorizar a realização do negócio, as importações não poderão ocorrer. Dessa forma, a um Estado pode ser de grande interesse o desenvolvimento de uma indústria de defesa nacional. Contudo, para que ela possa ser formada ou revitalizada, este Estado deverá adotar determinadas políticas públicas, seja atuando diretamente por meio da formação de empresas estatais seja indiretamente por meio de incentivos fiscais, crédito facilitado, garantia de compras, entre outros instrumentos.

Além deste interesse estatal, entretanto, deve-se destacar que, “do outro lado” da formulação de políticas públicas voltadas para a indústria de defesa, encontram-se os atores privados que serão o objeto destas políticas: as empresas do setor e suas respectivas associações de classe. Estas, naturalmente, possuem seus próprios interesses, voltados quase sempre para a ampliação dos seus mercados.

Mas como ocorre, na prática, a relação entre a indústria de defesa e o Estado, observando-se, em particular, o caso brasileiro?

Como será visto ao longo deste capítulo, esta relação não consiste em uma recepção passiva, pela indústria, das diretrizes traçadas pelo Estado. Ela também não consiste, por outro lado, em uma subordinação do Estado aos interesses da indústria. A formulação das políticas consiste, na verdade, muito mais em uma acomodação de interesses dos atores nelas envolvidos do que em quaisquer forma de imposições, seja por parte do Estado seja por parte de atores privados.

O capítulo está estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, é feito um panorama geral da indústria de defesa e das exportações de produtos militares no Brasil e na Argentina, situando-as em relação às de outros países e analisando os segmentos nos quais historicamente mais se destacaram. A segunda seção é dedicada ao estudo das propostas recentes de políticas públicas voltadas para a indústria de defesa nos dois países. Na terceira seção, se demonstra a existência de um *lobby* do setor no Brasil e também se procura avaliar, em alguns aspectos, a efetividade deste *lobby*. Por fim, a quarta seção enfatiza o papel do Estado como decisor, em última instância, das questões relativas a indústria de defesa.

O capítulo enfatiza mais a indústria de defesa no Brasil do que na Argentina em função da maior inserção externa que, historicamente, a indústria bélica brasileira apresentou. Ainda assim, são feitas várias análises sobre a indústria de defesa argentina, a qual teve uma dimensão relativamente importante até o final dos anos 1980. Ademais, são feitas algumas análises comparativas entre os dois países.

5.1 A indústria de defesa e as exportações de material militar no Brasil e na Argentina

Nos anos 1980, o Brasil atingiu seu auge histórico em termos de exportações de produtos militares. Naquela década, o país chegou a responder por cerca de 0,7% das exportações mundiais de armamentos, percentual que, embora pequeno, não chegou a ser desprezível em um mercado dominado pelas grandes potências militares (Estados Unidos, União Soviética, França, Reino Unido, China e Alemanha Ocidental).

Enquanto no período 1970-79, o Brasil exportou US$ 475 milhões em produtos militares, no período 1980-89 as exportações foram de US$ 1,63 bilhão (um crescimento de cerca de 3,5 vezes), fazendo do Brasil o 14º maior exportador de produtos militares durante os anos 1980[126]. Como referência, nesse período (1980-89), os seis grandes acima mencionados exportaram 87,9% do total mundial, conforme a tabela seguinte:[127]

---

[126] Em matérias de jornais e em declarações feitas por empresários e autoridades, existem algumas referências ao volume de exportações de armas do Brasil durante os anos 1980, a maior parte delas sem citar qualquer tipo de fonte. Amarante (2004, p. 26), por exemplo, afirmou que o Brasil chegou a ser o oitavo exportador mundial no final dos anos 1980. Contudo, naquela década, o melhor posicionamento do Brasil ocorreu em 1985 (10º posição).

[127] Salvo quando mencionado, os dados sobre exportações de produtos militares que constam nesta dissertação têm o SIPRI como fonte. Os valores são constantes, tendo como base o ano de 1990. Deve-se ressaltar, contudo, que estes valores refletem mais o *volume* de armas transferidas do que o *valor financeiro* das transações, chegando-se ao que o

Tabela 5.1 – Exportações de produtos militares: valor total somado e participação no mercado (1980 a 1989)[128]

	País	Valor total (US$ bilhões)	Percentual sobre o total mundial
1	União Soviética	150,5	37,5
2	Estados Unidos	116,0	28,9
3	França	28,1	7,0
4	Reino Unido	23,7	5,9
5	China	17,4	4,3
6	Alemanha Ocidental	16,8	4,2
7	Itália	10,7	2,7
8	Tchecoslováquia	10,3	2,6
9	Países Baixos	5,2	1,3
10	Israel	2,4	0,6
11	Suécia	2,4	0,6
12	Espanha	1,7	0,4
13	Polônia	1,7	0,4
14	Brasil	1,6	0,4
15	Canadá	1,6	0,4
	Outros países	10,9	2,7
	Total Mundial	**400,9**	**-**

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.

Os dados da tabela 5.1 demonstram a grande concentração do mercado internacional de armamentos. Mesmo países com grandes empresas de material bélico, como Israel (*Israel Weapon Industry, Elbit, Rafael*), Suécia (*SAAB*) e Espanha (*Construcciones Aeronáuticas - CASA*), tiveram uma participação bastante pequena nas exportações mundiais. Assim, se, por um lado, as exportações da indústria bélica brasileira nos anos 1980 não devem ser superdimensionadas, por outro, deve-se ponderar que a participação de não-potências neste mercado é muito limitada, mesmo no caso de países que possuem importantes empresas do setor. Dos quinze países que constam da tabela, apenas China, Brasil e Israel não faziam parte nem da OTAN nem do Pacto de

SIPRI denomina de *Trend Indicator Value* (TIV). Além das exportações a preços "de mercado", fazem parte destes valores as doações e/ou as vendas com preços bastante abaixo dos "de mercado". Consultas realizadas no sítio: <http://www.sipri.org/research/armaments/transfers/databases/armstransfers>. Acesso em 15 fev. 2010.

[128] Os dados referentes às exportações de produtos militares correspondem às vendas de "grandes armas convencionais" *(major conventional weapons*), os quais abrangem nove categorias: aeronaves; veículos blindados; artilharia; sensores; sistemas de defesa aérea; mísseis; navios; motores e; outros não enquadrados nestas categorias, como torres para blindados e navios. Não fazem parte do cálculo, portanto, armas leves (como pistolas e fuzis), munições ou caminhões. Para um maior detalhamento, ver SIPRI (s.d.).

Varsóvia. Outros países latino-americanos possuíram naquela década uma participação irrisória neste mercado. Apenas exportaram algum material militar durante a década de 1980: o Peru, que exportou US$ 50 milhões (0,012% do total mundial), a Argentina, com US$ 38 milhões (0,009%), o Chile, com US$ 18 milhões (0,004%), Cuba, com US$ 9 milhões e Nicarágua, com US$ 2 milhões.

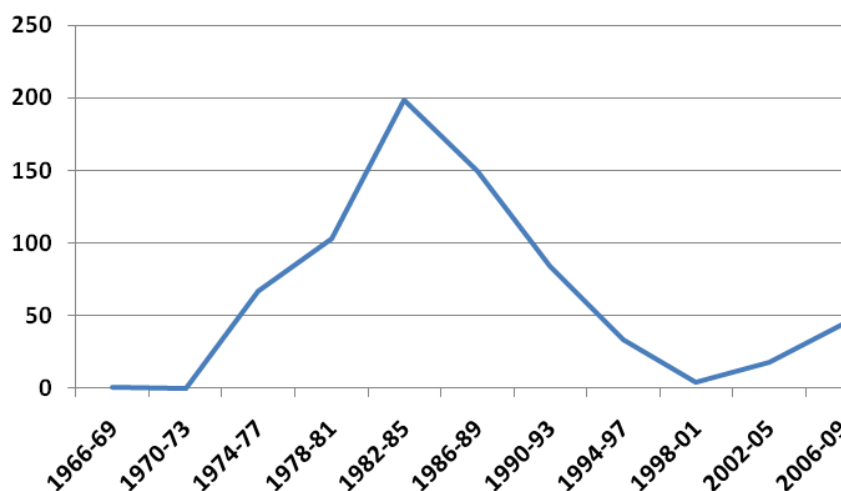
O período 1982-85 foi, historicamente, aquele no qual ocorreu o mais alto valor das exportações brasileiras, tendo havido um forte declínio a partir dos anos 1990, sobretudo a partir de 1993, conforme demonstram a tabela e o gráfico a seguir. O período total do quadro e do gráfico é de quarenta e quatro anos. A média anual de exportações do período 1974-91 foi de US$ 127 milhões, enquanto a do período 1992-2009 foi de US$ 29 milhões, mais de quatro vezes menor:

Tabela 5.2 – Exportações brasileiras de produtos militares: 1966-2009 (médias quadrienais – US$ milhões a preços constantes de 1990)[129]

Período	Média (US$ milhões)
1966-69	0,8
1970-73	-
1974-77	67,0
1978-81	102,8
1982-85	198,8
1986-89	149,8
1990-93	84,3
1994-97	33,3
1998-01	4,0
2002-05	17,8
2006-09	43,8

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.

[129] Como as variações nas exportações de produtos militares são muito grandes de um ano para outro, foram feitas médias quadrienais para que fossem melhor captadas as variações ao longo do tempo.

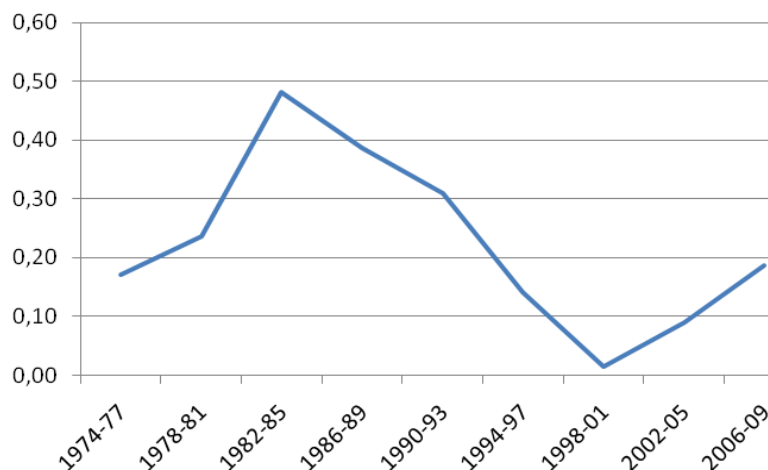
Gráfico 5.1 – Exportações brasileiras de produtos militares: 1966-2009 (médias quadrienais – US$ milhões a preços constantes de 1990)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

A maior participação brasileira no mercado mundial de armamentos, nos anos 1980, não foi fruto de um aumento mundial do volume médio das importações, tendo em vista que houve, nos anos 1980, um volume de importações mundiais de produtos militares semelhante ao da década de 1970. Como demonstram os dados e o gráfico a seguir, houve um crescimento não apenas absoluto, mas também relativo das exportações brasileiras sobre o total mundial importado. De fato, se for observado apenas o período 1974-2009, os gráficos 5.1 e 5.2 são bastante semelhantes:

Tabela 5.3 – Exportações brasileiras em relação ao total mundial importado: 1974-2009 (médias quadrienais)

Período	Média
1974-77	0,17
1978-81	0,24
1982-85	0,48
1986-89	0,39
1990-93	0,31
1994-97	0,14
1998-01	0,01
2002-05	0,09
2006-09	0,19

Fonte: SIPRI. Elaboração própria.

Gráfico 5.2 – Exportações brasileiras sobre o total mundial exportado: 1974-2009 (médias quadrienais)

Fonte: Idem. Elaboração própria.

As exportações brasileiras não foram "puxadas" por uma maior demanda global por armamentos. O que ocorreu na segunda metade dos anos 1970 e durante toda a década de 1980, foi que as exportações brasileiras foram "puxadas" por uma maior demanda, mas que foi oriunda de apenas alguns países, sobretudo do Oriente Médio.

Entre 1974 e 1992 (último ano antes da grande diminuição que viria a ocorrer nas exportações brasileiras), o total exportado pelo Brasil foi de US$ 2,4 bilhões (preços de 1990). Os principais compradores, nesta ordem, foram: Iraque (US$ 556 milhões - 23,1% do total exportado pelo Brasil no período), Líbia (US$ 389 milhões - 16,2%), Reino Unido (US$ 201 milhões - 8,4%), França (US$ 118 milhões - 4,9%) e Colômbia (US$ 115 milhões - 4,8%). Para cada um desses países, houve uma concentração das exportações em certos períodos: Iraque entre 1980-88, Líbia entre 1975-78, Reino Unido entre 1988-92, França entre 1982-84 e Colômbia entre 1983-84. Vejamos separadamente cada um deles.

No Iraque, o período de cerca de oito anos da guerra Irã-Iraque (1980-88) provocou um grande aumento no volume de produtos militares importados pelo país. Comparando-se o período da guerra com os nove anos anteriores (1971-79), o valor total importado passou de US$ 10,9 bilhões (média de US$ 1,2 bilhão anual) para US$ 29,5 bilhões (média de US$ 3,7 bilhões anuais), um aumento de 171%. Durante a guerra, o Brasil foi o quarto maior fornecedor de produtos militares para o país, depois de União Soviética, França e China. Do total importado pelo Iraque no período, a União Soviética foi responsável por fornecer 59,3%, a China 16,6%, a França 14,7%, e o

Brasil 1,9%. O Brasil exportou 80 aeronaves Tucano para o país, 364 blindados Cascavel, 168 blindados Urutu, 280 blindados Jararaca e 67 sistemas ASTROS II[130].

No caso da Líbia, entre 1975 e 1978, o Brasil foi o terceiro fornecedor, o maior sendo também a União Soviética, com 90,1% das exportações, depois a França com 4,2% e o Brasil com 2,7%. Comparando-se este período com os quatro anos anteriores (1971-74), o total importado pela Líbia passou de US$ 3,6 bilhões (média de US$ 900 milhões anuais) para US$ 11,2 bilhões (média de US$ 2,8 bilhões anuais), um aumento de 211%, motivado, sobretudo, pela ampla disponibilidade de "petrodólares", oriundos da nacionalização do petróleo ocorrida no país em 1973, em conjunto com o primeiro choque do petróleo naquele mesmo ano. Foram adquiridos da Engesa 500 unidades do Cascavel e 180 unidades do Urutu (SIPRI)[131]. O fornecimento de armas ocorreria até 1983, quando as relações entre os dois países se enfraqueceram. O motivo foi que, naquele ano, quatro aeronaves líbias destinadas à Nicarágua fizeram escala no Brasil. Seguindo informações repassadas pelos Estados Unidos elas foram cercadas já em solo e constatou-se, na verdade, que elas carregavam armamentos da União Soviética e da Tchecoslováquia para a Nicarágua, ao invés de suprimentos médicos, como diziam os documentos oficiais (SIMONS, 1988).

Para o Reino Unido, no período 1988-92, o Brasil foi o segundo fornecedor de armas (US$ 198 milhões - 7%), atrás apenas dos Estados Unidos (US$ 2,42 bilhões - 85,2%). Na verdade houve um único negócio com o país, que foi a venda de 130 aeronaves Tucano (SIPRI)[132]. Para a França, no período 1982-84, o Brasil foi o maior fornecedor (US$ 118 milhões - 59,9%), seguido pelo Reino Unido (US$ 69 milhões - 35%). Ocorreram dois negócios: a venda de 50 aeronaves Tucano e 43 aeronaves Xingu (Ibid.)[133]. Contudo, no caso desses dois países, o valor importado é bastante pequeno quando comparado ao total de aquisições, em sua maior parte fornecidas pelas indústrias nacionais. As vendas para a Colômbia, por sua vez, se concentraram no período 1983-84, consistindo no fornecimento de blindados Urutu e Cascavel.

Estes dados são importantes para se demonstrar a participação brasileira nesses mercados. O Iraque e a Líbia, nos períodos acima mencionados, estiveram entre os maiores

---

[130] A descrição destes equipamentos é feita a seguir. Os dados das exportações brasileiras para o Iraque foram extraídos de consulta realizada no sítio: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

[131] Consulta realizada no sítio: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

[132] Idem.

[133] Idem.

importadores de material militar em todo o mundo. No período 1980-88, o Iraque foi o maior importador de armas do mundo, respondendo por 8,1% do total mundial importado. A Líbia, no período 1974-78, foi a segunda importadora mundial, atrás apenas do Irã (que importou US$ 22,53 bilhões). Isso tornou a participação brasileira significativa, sobretudo se comparada ao volume irrisório de exportações alcançado por outros países em desenvolvimento. Contudo, como mencionado, é preciso relativizar o volume total das vendas brasileiras. A participação das seis potências militares nas exportações de produtos militares foi quase que totalmente dominante. A indústria de defesa brasileira foi forte, na segunda metade dos anos 1970 e durante os anos 1980, apenas se a compararmos com a de países que não eram potências militares e com a existente no Brasil nas décadas anteriores.

Na história da indústria militar brasileira, destacaram-se algumas empresas, tanto públicas como privadas. Na área de "grandes armas convencionais", as maiores empresas foram/são: Avibras Indústria Aeroespacial, Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Engenheiros Especializados S/A (Engesa) e Helicópteros do Brasil S/A (Helibras). Na área de armas leves e munições, destacam-se: a Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel), a Forjas Taurus e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC). Vejamos algumas delas individualmente, com o objetivo de tornar mais claro no que consiste o *lobby* da indústria de defesa no Brasil, assunto a ser tratado na próxima seção.

A Avibras foi fundada em 1961 por ex-engenheiros do Centro Técnico Aeroespacial (CTA) (FEDERATION OF..., 1999) como uma empresa privada, instalando-se na região de São José dos Campos/SP, a exemplo do que faria alguns anos depois a Embraer. No segmento militar, ela inicialmente produziu a aeronave Falcão, destinada à realização de treinamentos básicos (AVIBRAS, [s.d.]b). Em 1964, foi realizado um contrato junto ao governo brasileiro para o desenvolvimento do foguete espacial Sonda I (FEDERATION OF..., 1999), posteriormente vindo a desenvolver também o Sonda-II e o Sonda II-C, sendo, portanto, a pioneira na área espacial no Brasil (AVIBRAS, [s.d.]b). A partir dos anos 1980, ela passou a desenvolver sistemas de foguetes e mísseis, destacando-se um sistema de lançadores múltiplos de foguetes para artilharia de campanha e de costa: o sistema ASTROS (Artillery Saturation Rocket System). O ASTROS II, desenvolvido no início dos anos 1980, é um sistema de foguetes terra-terra, capaz de disparar foguetes balísticos a um raio entre 9 e 90 km, utilizando mísseis fabricados pela própria Avibras: o FOG-MPM (Fiber Optics Guided-Multiple Purpose Missile) e o ASTROS TM (Id., [s.d.]a). Entre 1983 e 1987, suas

exportações somadas atingiram US$ 700 milhões, sendo destinadas, sobretudo, para países do Oriente Médio (CONGRESS OF THE..., 1991, p. 144-145; 150). O Iraque, que financiou indiretamente as pesquisas por meio da assinatura de um contrato, em 1981, no valor à época de US$ 500 milhões (VERDI, 2007), adquiriu 67 desses sistemas (SIPRI)[134], que também foram exportados para a Arábia Saudita (adquiriu 76 unidades) e o Qatar (adquiriu 18 unidades) (SIPRI)[135]. No Iraque, os sistemas foram utilizados na Guerra Irã-Iraque (1980-88) e na Guerra do Golfo (1990-91), sendo considerados, por alguns analistas, como de desempenho equivalente ou até melhor na Guerra do Golfo do que o similar norte-americano: o *Multiple Launch Rocket System* (MLRS) (MURRAY; SCALES JR., 2003, p. 264) e (VERDI, 2007).

A empresa chegou a iniciar o projeto ASTROS III, no final dos anos 1980, para o lançamento de foguetes com alcance de 150, 300 e 1.000 km, mas houve a paralisação das atividades em função do fim da Guerra Irã-Iraque e por falta de apoio estatal (FEDERATION OF..., 1999). A partir de 1993, as vendas praticamente se encerraram. Em 1999, o Exército Brasileiro anunciou a aquisição de alguns sistemas ASTROS II, dando novo fôlego à empresa e, em 2000, o governo da Malásia adquiriu 18 sistemas (CHUA, 2004) para a defesa do Estreito de Málaca, os quais entraram em operação em 2002 (VERDI, 2007). Entre 2005 e 2007, a empresa esteve novamente em situação de desequilíbrio. Em 2005 e 2006, teve prejuízos de cerca de R$ 70 milhões (NAKAMURA, 2008) e, no início de 2008, cerca de 80% dos funcionários estavam em licença remunerada (Ibid.). A partir de então, a empresa se recuperaria novamente. No final de 2008, obteve garantia do governo para exportar US$ 500 milhões em foguetes, veículos lançadores e unidades de apoio para um país asiático (GODOY, 2008). No início de 2009, foi concedida à empresa a homologação de sua recuperação judicial, transformando o governo brasileiro em acionista (entre 25 e 30% das ações) e conferindo-lhe, também, uma *golden share* (TECNOLOGIA E DEFESA, 2009a). A Avibras desenvolveu ainda o míssil ar-terra SKYFIRE-70, de 70 mm, para a utilização por aeronaves de asa fixa ou rotativa (AVIBRAS, [s.d.]c). Produz também os blindados Guará (Caveirão), de uso variado (posto de comando, transporte de pessoal, ambulância, anticarro, radar, observação avançada, morteiro e operações especiais para polícia militar) e a Avibras-Viatura de Comando e Controle (AV-VCC) (AVIBRAS, [s.d.]d).

---

[134] Consulta realizada no sítio: <http://armstrade.sipri.org/armstrade/page/trade_register.php>. Acesso em: 16 mar. 2010.

[135] Idem.

A Embraer foi criada em 1969 como uma empresa de capital misto, sendo “[...] a concretização de um antigo projeto de militares da Aeronáutica de constituir uma indústria aeronáutica no país.” (FORJAZ, 2005, p. 281). O CTA havia desenvolvido a aeronave Bandeirante, para uso civil e militar e a Embraer foi criada, inicialmente, para produzi-la em série (BERTAZZO, 2008, p. 4). Com a sua criação, os engenheiros da empresa, em sua maioria oriundos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) ou do CTA (Ibid., p. 288), iniciaram o desenvolvimento de outras aeronaves. Surgiriam, nos anos seguintes, os turboélices EMB-121 Xingu, em 1976 e o EMB-120 Brasília, em 1983, ambos para uso civil ou militar (tendo o Bandeirante como base), além do EMB-312 Tucano, em 1980, apenas para uso militar (EMBRAER, 2004). Foram fabricados em cooperação ou sob licença de outras empresas, o EMB-326 Xavante, sob licença da Aermacchi (seu primeiro voo foi em 1971), e a aeronave de ataque ar-terra AMX (seu primeiro voo foi em 1983), uma parceria da Embraer com as empresas italianas Aeritalia e Aermacchi (Ibid.). A maioria dessas aeronaves obteve bom número de vendas no exterior. No total, foram produzidas 498 unidades do Bandeirante, das quais cerca de 300 ainda se encontram em operação, em diversos países (EMBRAER, 2008b). O Tucano, por sua vez, foi o primeiro produto militar brasileiro vendido para um país da OTAN, sendo que 130 unidades foram adquiridas pelo Reino Unido, em 1985 (SIPRI)[136], onde foi aprimorado e fabricado sob licença (ROYAL AIR FORCE, [s.d.]). Atualmente, 95 aeronaves ainda são utilizadas pela Força Aérea daquele país (HOUSE OF COMMONS, 2008). O Tucano também foi vendido para o Iraque (80 unidades em 1983), Egito (40 unidades em 1983 e 14 em 1989), Peru (20 unidades em 1984 e 10 em 1991), Venezuela (31 unidades em 1986), Argentina (30 unidades em 1987), Paraguai (6 unidades em 1987), Colômbia (14 unidades em 1992) e Angola (9 unidades em 1998)[137].

Em 1994, a Embraer foi privatizada. Desde então, na pesquisa e fabricação de aeronaves, têm se destacado, entre as aeronaves civis, os aviões comerciais a jato, inicialmente regionais (Embraer Regional Jetliners - ERJ) e, posteriormente, aqueles com capacidade acima de 70 passageiros (modelos 170/175/190/195), todos com boas vendas externas[138]. No segmento militar, a empresa desenvolveu o turboélice de ataque leve e treinamento EMB-314 Super Tucano,

---

[136] Idem.

[137] Idem.

[138] Entre 2002 e 2009 foram comercializadas e entregues 1.487 aeronaves destas duas categorias, das quais apenas 29 foram destinadas a empresas brasileiras (9 para a Azul, 16 para a Rio-Sul e 4 para a Trip). Fonte: EMBRAER. Disponível em: <http://ri.embraer.com.br/Embraer/Show.aspx?id_canal=BXgiTZv8CUwvbKlxIjPwpA==>. Acesso em: 15 fev. 2010.

do qual a FAB adquiriu 99 unidades (EMBRAER, 2007). Dele foram exportadas 25 unidades para a Colômbia (Id., 2005), 12 para o Chile (Id., 2008a), 8 para a República Dominicana (Id., 2009a), 24 para o Equador (Id., 2009b), 8 para a Indonésia (SILVEIRA, V., 2009) e 1 para a empresa norte-americana Blackwater (renomeada em fevereiro de 2009 para Xe Services LLC) (SCAHILL, 2008). A Embraer também adaptou aeronaves civis, por ela mesma fabricadas, para o uso militar, as quais são destinadas a: Alerta Aéreo Antecipado e Controle (EMB 145 AEW&C); Sensoriamento Remoto, Vigilância Aérea do Solo e Inteligência (EMB 145 MULTI INTEL) e; Patrulhamento Marítimo e Missões Anti-Submarino (EMB 145 MP).

A Engesa, fundada em 1953, formou, juntamente com a Embraer e a Avibras, o trio das grandes empresas de produtos militares que se instalaram na região de São José dos Campos/SP. Ela se dedicou, sobretudo, ao desenvolvimento e fabricação de viaturas militares blindadas, sendo as mais importantes o EE-9 Cascavel, uma viatura de reconhecimento e o EE-11 Urutu, uma viatura de transporte de tropas. Do Cascavel, desenvolvido no Parque Regional de Motomecanização da 2ª Região Militar (BASTOS, 2003), foram produzidas 1.738 unidades, das quais 409 foram compradas pelo Exército Brasileiro e 1.329 (76,5%) foram exportadas, sendo os países de destino: Líbia (400 unidades adquiridas), Iraque (364), Colômbia (128), Chipre (124), Chile (106), Zimbabwe (90), Equador (32), Paraguai (28), Bolívia (24), Uruguai (15), Gabão (12) e Suriname (6) (Ibid.). Do Urutu, foram produzidas 888 unidades, sendo que 223 foram adquiridas pelo Exército e Marinha do Brasil e 665 (74,9%) foram exportadas, destinadas para: Iraque (148 unidades adquiridas), Dubai (132), Jordânia (82), Colômbia (56), Líbia (40), Venezuela (38), Chile (37), Equador (32), Angola (24), Tunísia (18) Suriname (16), Bolívia (12), Paraguai (12), Gabão (11) e Zimbabwe (7) (Ibid.). Assim, cerca de 3/4 da produção dos blindados foi destinada ao mercado externo, sendo que a Líbia e o Iraque absorveram 57,5% das exportações do Cascavel e países do Oriente Médio, Líbia e Tunísia adquiriram 63,1% das exportações do Urutu. A exemplo do que ocorreu com o sistema ASTROS, o maior cliente de blindados foi o Iraque, seguido pela Líbia. Tais blindados foram utilizados durante a Guerra Irã-Iraque e Guerra do Golfo (Ibid.).

Contudo, um dos blindados desenvolvidos pela empresa, o EE-T1 Osório, um carro de combate sobre lagartas, viria a ser um elemento importante na falência da empresa ocorrida no início dos anos 1990. A Engesa investiu US$ 60 milhões no desenvolvimento do carro de combate

(CONGRESS OF THE..., 1991, p. 149)[139] com a perspectiva de que ele viria a ser adquirido pela Arábia Saudita (CACCIA BAVA, p. 6). Em 1989, o governo saudita chegou a anunciar que compraria 318 Osório da Engesa, em um negócio de cerca de US$ 7,2 bilhões (CONGRESS OF THE..., 1991, p. 149). Contudo, com a Guerra do Golfo e o estreitamento das relações entre Estados Unidos e Arábia Saudita, prevaleceu uma decisão política e os carros de combate foram adquiridos nos Estados Unidos (LIBRARY OF CONGRESS, 1997), no caso o modelo M1 Abrams, elaborado pela *Chrysler Defense* e produzido pela empresa norte-americana *General Dynamics*. Em 1993, a Engesa decretou falência. Os reais motivos para a falência são controversos. A versão tradicional é que isto ocorreu após um calote iraquiano e após o fracasso no fornecimento dos blindados EE-T1 Osório para a Arábia Saudita (CACCIA BAVA, p. 6). Contudo, para o ex-gerente de *marketing* e produtos militares da Engesa, Reginaldo Bacchi, os motivos são outros: "Tem gente que inventa história de calote iraquiano, mas isso nunca existiu. Quem ficou devendo foi a Engesa." (SEQUEIRA, 2009). De fato, em 2001, a dívida (incobrável) da Engesa com a União estava em cerca de R$ 1,8 bilhão, sendo ela a líder no *ranking* dos devedores (CARNEIRO, 2001). Em outra ocasião, aquele ex-integrante da Engesa afirmou o seguinte: “Só posso atribuir a falência da Engesa à má administração. Os gastos com o Osório não foram nada excepcionais.” (NETO, 2009, p. 32). Discordou, ademais, do peso internacional da empresa, muito superestimado: “A Engesa era apresentada como a maior indústria de veículos blindados sobre rodas no Ocidente. Jamais, ao longo de minha carreira na Engesa, de 14 anos, encontrei alguma estatística que comprovasse o fato, nem como indústria, nem como exportadora.” (Ibid., p. 32).

A Helibras é a única fabricante de helicópteros da América do Sul, sendo também uma das poucas empresas do setor militar no Brasil com capital majoritariamente estrangeiro. Sua criação se originou a partir de um pedido feito pelo governo brasileiro à empresa francesa Aérospatiale, para que esta instalasse no Brasil uma fábrica de helicópteros (HELIBRAS, 2006). A Aérospatiale aceitou a solicitação, fundando a Helibras em 1978, em São José dos Campos/SP, com sua primeira fábrica sendo inaugurada em 1980, em Itajubá-MG (Ibid.). Com a posterior fusão das divisões de helicópteros da Aérospatiale e da alemã Daimler-Benz, ocorrida em 1992, surgiu a Eurocopter, à qual a Helibras passou a se subordinar. Em 2000, ocorreu a fusão das empresas que então controlavam a Eurocopter e esta passou a fazer parte da nova empresa denominada de *European Aeronautic Defence and Space Company* (EADS). Atualmente, dos 227 helicópteros em

---

[139] Segunda uma outra fonte, o valor teria sido de US$ 100 milhões (LIBRARY OF CONGRESS, 1997).

operação pelas Forças Armadas brasileiras, 148 (67%) foram fabricados pela Helibras, destacando-se os modelos Esquilo, Panther (Dauphin) e Cougar (Super Puma) (HELIBRAS, 2008). Em 2009, seu faturamento foi de R$ 357 milhões, tendo sido entregues naquele ano 31 aeronaves (HELIBRAS, 2010). Também em 2009, a empresa firmou um contrato com o Exército Brasileiro para a modernização de 34 helicópteros AS365K Pantera (HELIBRAS, 2009) e um outro contrato com o governo brasileiro para a produção de 51 helicópteros EC-725 (Super Cougar), a serem fornecidos às Forças Armadas (FIESP, 2008c). Para a produção destes últimos, está sendo realizada uma grande expansão na fábrica de Itajubá, com investimentos entre US$ 400 e US$ 500 milhões (Ibid.).

A Imbel, a CBC e a Taurus são as maiores empresas brasileiras na produção de armas leves e munições (DREYFUSS *et al*, 2005, p. 65). Ao contrário da indústria militar pesada, estas empresas não passaram pela expressiva queda nas vendas externas ocorrida a partir dos anos 1990; pelo contrário, a sua produção cresceu, sobretudo na primeira metade dos anos 1990 (Ibid., p. 74-75).

A Imbel é uma empresa pública subordinada ao Exército Brasileiro, criada em 1977 a partir da reunião de arsenais e fábricas do Exército (Ibid., p. 78). As armas de porte e portáteis do Exército são, em sua grande maioria, fabricadas pela empresa, destacando-se o FAL 7,62 mm (fuzil padrão do Exército) e a pistola Imbel 9 mm (uma das pistolas padrão do Exército). A empresa também produz fuzis e carabinas 5,56 mm, o fuzil .308 AGLC, diversos tipos de munição, explosivos e também material de comunicações e eletrônica de emprego militar. Entre julho de 1977 e junho de 2004, ela produziu 334.534 armas de pequeno porte (Ibid., p. 79).

A Forjas Taurus foi fundada em 1937 e passou a fabricar revólveres em larga escala a partir de 1951 (Ibid., p. 79). Atualmente, o setor de armas da empresa produz 21 modelos de revólver, 33 modelos de pistolas, 8 de carabinas, 2 de espingardas e 2 de metralhadoras[140]. Estima-se que, entre 1990 e 2003, ela tenha produzido em média cerca de 264 mil armas curtas por ano (DREYFUSS *et al*, 2005, p. 82).

A Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) foi fundada em 1926 como uma empresa nacional e foi vendida em 1936 à norte-americana Remington Arms Company e à britânica Imperial Chemical Industries (CBC, s.d.). Ela permaneceria sob controle estrangeiro até 1979, quando foi renacionalizada, sendo que 70% de seu capital foi adquirido por diretores da empresa e

---

[140] Fonte: Forjas Taurus. Informação extraída do sítio: <http://www.taurusarmas.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2010.

30% foi adquirido pela Imbel (Ibid.). Em 1988, contudo, o capital da CBC foi aberto e 70% das ações da empresa foram adquiridas pela DFV Participações (DREYFUSS *et al*, 2005, p. 84). Por fim, em 2004, a quase totalidade das ações da CBC de propriedade da Imbel foram vendidas para um grupo estrangeiro denominado PCDI Participações (Ibid., p. 84-86). Atualmente, a CBC se dedica, sobretudo, à produção de munições. Além delas, fabrica três tipos de armas leves (a Pump CBC 12, a Espingarda CBC 199 e o Rifle CBC 7022) e coletes à prova de bala.[141] Entre 1987 e 2003, a empresa produziu, em média, cerca de 223 milhões de cartuchos por ano (DREYFUSS *et al*, 2005, p. 84).

Outra empresa que tem crescido no setor de produtos militares é a Agrale, que investiu na produção de veículos militares para uso geral, os quais também podem ser utilizados no meio civil. Um dos produtos de destaque da empresa é a viatura Marruá, com componentes totalmente nacionais, a qual já foi adquirida pelo Exército Brasileiro e pelo Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil (AGRALE, 2009). Ademais das aquisições no Brasil, um dos modelos do Marruá (AM10–Rec Euro II) teve 18 unidades exportadas para o Exército da Argentina e outras 18 para o Exército do Equador (Ibid.). Deve-se ressaltar, contudo, que o volume de produção e venda deste veículo é bastante baixo. Em 2005, foram apenas 32 unidades produzidas (ANFAVEA, 2005, p.1); em 2006 foram 25 produzidas e 1 exportada (Ibid., 2006a, p.1), (Ibid., 2006b, p. 1); em 2007 foram, respectivamente, 61 e 2 (Ibid., 2007a, p.1), (Ibid., 2007b, p. 1); em 2008 foram 231 e 40 (Ibid., 2008a, p.1), (Ibid., 2008b, p. 1) e; em 2009, foram 118 e 12 (Ibid., 2009a, p.1); (Ibid., 2009b, p. 1), sendo que a produção e a exportação são tanto para o segmento militar como para o civil.

A Argentina, em nenhum período de sua história, teve uma indústria militar que esteve próxima da dimensão alcançada pela indústria bélica brasileira nos anos 1980. Aquela década também foi a de maior volume de exportações de material militar para a Argentina, mas esse "máximo" foi de apenas US$ 38 milhões (sendo US$ 22 milhões apenas em 1981), o que correspondeu a apenas 0,01% das exportações mundiais durante os anos 1980, valor mais de 40 vezes inferior ao exportado pelo Brasil no mesmo período. Ainda assim, algumas empresas argentinas se mantiveram sustentáveis como fornecedoras das Forças Armadas do país, sobretudo a

---

[141] Fonte: Companhia Brasileira de Cartuchos. Informação extraída do sítio: <http://www.cbc.com.br>. Acesso em: 29 mar. 2010.

Area Material Cordoba, anteriormente denominada de Fabrica Militar de Aviones (FMA) e a Tanque Argentino Mediano Sociedad del Estado (TAMSE).

A FMA foi fundada em 1927, em Córdoba, e passou a ter excelentes perspectivas de crescimento a partir da segunda metade dos anos 1940. Em 1947, ocorreu o primeiro voo do protótipo do avião a jato I.Ae. 27 Pulqui I, o que fez da Argentina o quinto país no mundo a desenvolver tal tecnologia, cerca de um ano e meio após a União Soviética (AREA MATERIAL CORDOBA, s.d.). Naquele mesmo ano, o engenheiro alemão Kurt Tank passou a trabalhar na empresa após receber um convite do governo de Perón (TIME, 1950). Kurt Tank havia sido o engenheiro-chefe da empresa alemã Focke-Wulf Flugzeugbau, fabricante de aeronaves civis e militares durante a II Guerra Mundial e que havia projetado o famoso caça Focke-Wulf FW-190, uma das principais aeronaves da *Luftwaffe* durante a guerra (Ibid.)[142]. Com o trabalho de Kurt Tank e sua equipe, foi criado um segundo protótipo na FMA: o I.Ae. 33 Pulqui II, dotado de motor a jato Rolls-Royce e que alcançava até 646 milhas por hora (TIME, 1950). Contudo, a grande perspectiva que havia em torno da indústria aeronáutica argentina se viu frustrada após a queda de Perón, em 1955. Aqueles dois protótipos jamais foram produzidos em série e, em 1955, Kurt Tank e parte de sua equipe deixaram a Argentina e se instalaram na Índia (AREA MATERIAL CORDOBA, s.d.).

A FMA não desenvolveria nenhum produto de grande relevância até o projeto da aeronave de ataque I.Ae. 58 Pucará. Este projeto foi iniciado em meados dos anos 1960 e as primeiras unidades foram entregues à Força Aérea Argentina em 1975 (JANE´S, 2007a, p. 38; 68). No total, foram entregues 100 unidades, das quais 31 ainda estão em operação (Ibid., p. 68). O Pucará mostrou-se bastante efetivo durante a Guerra das Malvinas (Ibid., p. 38) e foi o produto militar argentino mais exportado até hoje, tendo sido adquirido por Uruguai, Colômbia e Sri Lanka (ARROYO ARZUBI, 2004). Outro projeto da FMA foi a aeronave de ataque leve e treinamento I.Ae. 63 Pampa, desenvolvido em parceria com a empresa alemã Dornier. A primeira aeronave entrou em operação em 1985 e, no total, 15 unidades foram entregues à Força Aérea Argentina, das quais 6 ainda estão em operação (JANE´S, 2007a, p. 68). O Pampa chegou a ser avaliado por Israel, Colômbia, Brasil e Bolívia, mas não chegou a ser adquirido por nenhum desses países (Ibid., p. 38).

Durante o governo Menem, a exemplo de outras empresas estatais, a Area Material Cordoba passou para o setor privado. Em 1995, ela foi concedida à gigante norte-americana da

---

[142] Outros alemães também foram convidados pelo governo argentino para trabalharem no setor aéreo do país. Entre eles Werner Baumbach e Adolf Galland, ex-integrantes da *Luftwaffe* e que se tornaram conselheiros do Ministro da Aeronáutica da Argentina (TIME, 1950).

aviação Lockheed Martin Aircraft, surgindo, assim, a Lockheed Martin Aircraft Argentina S/A (LMAASA). Na aviação militar, a maior iniciativa da LMAASA foi retomar a produção do Pampa, agregando à aeronave algumas atualizações e novas capacidades de combate. A primeira unidade foi entregue em 2006 à Força Aérea Argentina e, atualmente, 8 estão em operação (JANE´S, 2007a, p. 68). A LMAASA também realizou alguns serviços de manutenção de aeronaves. Na América do Sul, por exemplo, teve contrato com a Marinha do Brasil, no valor de US$ 6 milhões, para reparação e manutenção de 6 A4-Skyhawk e 10 motores J52-P408 e, com a Força Aérea Colombiana, teve contrato para a manutenção de 3 C-130 Hércules (LOCKHEED ARGENTINA, 2005). Ela chegou a participar da concorrência para o fornecimento de 12 aeronaves para a Força Aérea do Chile, em 2008, mas foi derrotada pelo Super Tucano, da Embraer (RIVAS, 2008). Como será analisado na próxima seção, a empresa foi reestatizada em 2009.

Além do setor aéreo, houve um outro setor da indústria bélica que foi bastante importante no país, surgido nos anos 1970 e que visava a produção nacional de carros de combate. Como o país não dominava tal tecnologia, entrou em acordo com a empresa alemã Thyssen-Henschel para o seu desenvolvimento (RIVERA, 2007). O resultado foi o que ficou denominado como *Tanque Argentino Mediano* (TAM), que começou a ser produzido em 1980 por uma empresa estatal criada especificamente para este fim: a TAMSE. Até hoje, esta foi a única empresa produtora de carros de combate em série na América do Sul. Outros três veículos blindados derivaram do TAM: o *Vehículo de Combate Transporte de Personal* (VCTP), o *Vehículo de Combate de Artillería de 155 mm* (VCA 155) e o *Vehículo de Combate Transporte de Mortero* (VCTM). No total, foram produzidas pelo menos 221 unidades, produção que ocorreu até 1991 (Ibid.). Em 1996, o governo decretou a liquidação da empresa (Ibid.). Quanto às exportações, alguns países demonstraram interesse em adquiri-lo, como Equador, Peru, Panamá, Irã, Iraque, Arábia Saudita e Kuwait; contudo, por motivos variados, nenhum dos negócios se concretizou. (Ibid.).

5.2 As propostas do governo Lula e dos governos Néstor e Cristina Kirchner acerca da revitalização das indústrias nacionais de defesa

O auge da indústria brasileira de defesa e de suas exportações ocorreu entre a segunda metade dos anos 1970 e o final dos anos 1980. Dois fatos ocorridos no início dos anos 1990

representaram bem a decadência daquela indústria: I) a falência da Engesa em 1993 e II) a forte queda nas vendas da Avibras, que, por fim, acabou conseguindo manter-se sustentável. Nos anos 2000, as exportações de produtos militares brasileiros mantiveram-se comparáveis aos dos anos 1990, embora com uma tendência de ligeira elevação em função, sobretudo, das vendas do Super Tucano. Foi também nos anos 2000 que teve início um movimento destinado à revitalização da indústria de defesa nacional, um processo que foi iniciado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, mas que se acelerou a partir do início do governo Lula.

No caso da Argentina, alguns episódios dos anos 1990 representaram uma mudança na percepção do governo acerca da importância da indústria de defesa nacional: o encerramento do projeto de mísseis balísticos Condor II, em 1991; a concessão da Area Material Cordoba em favor da LMAASA, em 1995 e; a liquidação da TAMSE, em 1996. Contudo, de forma semelhante ao que ocorreu no Brasil nos anos 2000, o governo de Néstor Kirchner também passou a defender publicamente a necessidade de que as Forças Armadas do país e a indústria de defesa nacional fossem revitalizadas.

O interesse dos dois governos em fortalecer as suas respectivas indústrias nacionais de defesa está relacionado, sobretudo, ao atual projeto compartilhado por ambos os países de fortalecimento do poder estatal, contrapondo-se, assim, às políticas de redução do Estado que caracterizaram ambos os países nos anos 1990, sobretudo no caso da Argentina. A percepção é a de que uma indústria de defesa forte, que fosse capaz de fabricar diversos tipos de produtos militares, e que, além disso, também possuísse as tecnologias correspondentes, representaria para o Estado um recurso de poder de grande importância.

Outro processo ocorrido nos anos 2000 a ser destacado é que, em alguns pontos, as propostas de revitalização destas indústrias têm surgido de forma paralela às propostas de maior cooperação com o país vizinho. Na área da indústria de defesa, ambos os países já estão desenvolvendo a cooperação nos campos da tecnologia militar e da integração de parte da cadeia produtiva, embora deva-se reconhecer que ainda de forma limitada. Esta cooperação estratégica, por sua vez, é capaz de consolidar a confiança mútua e ampliar o poder político-militar dos dois países, conforme argumento desenvolvido no capítulo 4.

Vejamos, então, como ocorreu esta retomada do interesse estatal por reestruturar a indústria de defesa nacional no Brasil e, em seguida, na Argentina.

O Ministério da Defesa foi criado no Brasil em junho de 1999. O primeiro titular da pasta, Élcio Álvares, permaneceria na função por apenas sete meses. O seu substituto foi Geraldo Quintão, que assumiu o cargo em janeiro de 2000. Segundo foi dito, posteriormente, pelo Ministro Quintão (2000-02), ele determinou à Secretaria de Logística e Mobilização (SELOM) do Ministério da Defesa, por volta de maio de 2000, “[...] que envidasse esforços para a aproximação com a indústria nacional” (QUINTÃO, 2002, p. 8). O resultado daquela determinação foi, segundo ele, a criação do Fórum da Indústria de Defesa (FID) (Ibid, p. 8), um órgão de apoio à Comissão Militar da Indústria de Defesa (CMID), ambos tendo sido criados pela Portaria nº 778, do Ministério da Defesa, de dezembro de 2001. A CMID é composta por integrantes do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares, enquanto o FID é composto por integrantes da CMID, representantes da indústria de defesa e representantes de instituições de ensino, pesquisa, logística e mobilização. O FID é, portanto, um espaço formal destinado ao diálogo entre o Estado e a indústria de defesa, sendo integrado, além disso, por pesquisadores de instituições públicas e privadas. Em discurso proferido por ocasião da transmissão do cargo para José Viegas, em janeiro de 2003, Geraldo Quintão ressaltou a importância do FID na aproximação entre o Ministério da Defesa e a indústria de defesa nacional (QUINTÃO, 2003). Dessa forma, observa-se que, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, foram criados instrumentos para uma aproximação entre o Estado e empresários da indústria de defesa. A iniciativa para a revitalização da indústria de defesa nacional foi, portanto, um fenômeno que precedeu o governo Lula.

José Viegas, já como ministro (2003-04), expressou a seguinte posição sobre a indústria de defesa, por ocasião da abertura do ciclo de debates “Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança”, promovido pelo Ministério da Defesa, em setembro de 2003:

> Neste momento de crise por que passa a indústria de defesa nacional, buscaremos avaliar a sua relevância para o projeto de País que estamos empenhados em implementar e procuraremos definir uma estratégia por meio da qual, na medida do possível, possamos incentivar o seu desenvolvimento. Nesse esforço, será fundamental contar com nossos parceiros sul-americanos. Quando se trata de modernizar equipamentos de emprego militar, é altamente salutar que os governos da América do Sul estreitem a sua coordenação e atuem em conjunto - tanto como compradores e importadores quanto como produtores e exportadores. Dessa forma, alcançaremos a coerência e a escala econômica necessárias ao melhor aproveitamento de nossos recursos. (VIEGAS FILHO, 2004, p. 24).

Neste discurso, além de comentar sobre uma possível estratégia para incentivar o desenvolvimento da indústria de defesa nacional, José Viegas também atribuiu importância às

parcerias com outros países sul-americanos. Ao falar em coerência, teve a intenção, provavelmente, de demonstrar a importância da padronização de equipamentos e sistemas como uma forma de ampliar as possibilidades de ação conjunta com os países vizinhos. Haveria, ainda, ganhos econômicos, em função das economias de escala. Outros participantes desse ciclo de debates também enfatizaram a importância da revitalização da indústria nacional da defesa. Sobre o assunto, Hélio Jaguaribe comentou o seguinte:

> Nossa defesa nacional será sempre proporcional a nossa margem de autonomia, doméstica e externa. Registre-se, entre os principais requisitos da autonomia, a absoluta e urgente necessidade de o país recuperar e significativamente ampliar sua indústria de equipamentos e material militar. (JAGUARIBE, 2004, p. 69).

Observa-se, neste discurso, uma perspectiva direcionada à importância estratégica da indústria de defesa em função de sua capacidade de conferir maior autonomia ao país. Segundo o então deputado Paulo Delgado (PT-MG), uma política industrial voltada para a defesa seria essencial:

> A política industrial de Defesa é essencial para que a política de Defesa se distinga de uma mera política de Segurança interna mas, também, para que retome a boa tradição brasileira de combinar mobilização industrial, inovação tecnológica, ensino e pesquisa que produziram nas Forças Armadas uma das mais respeitadas, sólidas, informadas e diversificadas inteligências industriais militares do mundo. (DELGADO, 2004, p. 164-165).

Segundo o Subchefe do Estado-Maior do Exército da época, General Rui Monarca da Silveira, uma das ações que contribuiriam para projetar o Brasil no cenário internacional seria:

> [...] desenvolver a indústria de MEM [material de emprego militar], particularmente a que incorpora tecnologia dual [de uso civil e militar], buscar o estabelecimento de parceria com os países do MERCOSUL e, em uma segunda etapa, estendê-la aos demais países da América do Sul. É desejável que sejam envidados esforços no sentido de que o material que venha a ser produzido seja padronizado ao máximo, pois tal medida, além de baratear os custos, permitirá um melhor aproveitamento quando da realização de exercícios conjuntos e intercâmbios doutrinários pelos países. (SILVEIRA, R., 2004, p. 178).

Novamente observa-se que, além da importância atribuída à recuperação da indústria nacional de defesa, há uma ênfase de que esse esforço seja realizado por meio de entendimentos com outros países sul-americanos, neste caso em função dos ganhos oriundos das economias de escala e da importância da padronização, variável essencial à interoperabilidade das Forças Armadas.

Em outro discurso realizado no mesmo ciclo de debates, Jairo Cândido, empresário do setor, que foi presidente da Inbrafiltro[143] e, posteriormente, diretor do Departamento da Indústria de Defesa da FIESP, reivindicou políticas de incentivo às empresas do setor de defesa:

> A indústria de defesa nacional precisa, com urgência, de um tratamento justo e voltado para os interesses da soberania nacional, que não dificulte, ou até mesmo não impossibilite a sua sobrevivência. É mister que lhe sejam asseguradas condições reais de competitividade no mercado – tanto interno quanto externo –, tais como financiamentos à produção e à exportação, avais governamentais, garantias bancárias para o estabelecimento de contratos, entre outros. (CÂNDIDO, 2004, p. 60).

Foram citadas opiniões de dois políticos (um do poder executivo e outro do legislativo), um acadêmico, um militar e um empresário. Pode-se notar a semelhança das percepções acerca da importância de se recuperar a indústria militar brasileira e de se estabelecerem ações conjuntas com os países sul-americanos nesse campo.

Ao se observar algumas portarias e outros documentos públicos acerca do tema, nota-se também como a questão da indústria de defesa passou a ter maior relevância no Brasil nos anos 2000. Entre estes documentos, devem-se destacar três: a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID), de 2005; a Política de Defesa Nacional, também de 2005 e; a Estratégia Nacional de Defesa, de 2008. Vejamos brevemente cada uma delas.

Em outubro de 2004, a SELOM apresentou ao Ministro da Defesa José Viegas a minuta do que viria a ser a futura Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID). Aprovada por meio da Portaria Normativa nº 899 do Ministério da Defesa, de julho de 2005, a PNID "tem como objetivo geral o fortalecimento da BID [Base Industrial de Defesa]" (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2005) e, entre seus objetivos específicos está o "aumento da competitividade da BID brasileira para expandir as exportações" (Ibid.). Por sua vez, a PNID teve suas ações estratégicas aprovadas pela Portaria Normativa nº 586 do Ministério da Defesa, de abril de 2006, sendo que nela foram previstas onze ações para o incentivo às exportações de produtos militares, propondo-se, em linhas gerais: maior pesquisa tecnológica, maior divulgação dos produtos no exterior, adequação dos

---

[143] O Grupo Inbrafiltro atua na produção do seguintes itens: "[...] tecidos industriais e elementos filtrantes, materiais de fricção e produtos de segurança como capacetes de proteção em combate e capacetes blindados, coletes à prova de balas e escudos balísticos antitumulto". Disponível em: <http://www.grupoinbra.com.br/Conheca.aspx>. Acesso em: 23 mar. 2010. Em outubro de 2002, o grupo apresentou no Salão do Automóvel, em São Paulo, um veículo militar denominado Viatura Blindada Leve (VBL) 4x4, desenvolvido em parceria com a Agrale. Em 26 de fevereiro de 2008, o Chefe do Estado-Maior do Exército e o Comandante Militar do Sul visitaram a fábrica da Agrale, em Caxias do Sul/RS, para conhecer o VBL 4x4 (COMANDO MILITAR DO SUL, 2008).

produtos a normas internacionais, facilidades de crédito e simplificação dos procedimentos de exportação (Id., 2006).

Na Política de Defesa Nacional (PDN) brasileira, de 2005, constam algumas referências à importância da indústria nacional de defesa e ao papel que nela desempenhariam as relações com os demais países da América do Sul: "A integração regional da indústria de defesa, a exemplo do Mercosul, deve ser objeto de medidas que propiciem o desenvolvimento mútuo, a ampliação dos mercados e a obtenção de autonomia estratégica." (BRASIL, 2005). Os ganhos adviriam de maior interoperabilidade e da possibilidade de maiores economias de escala para a produção. Deve-se ressaltar que, na Política de Defesa Nacional anterior, de 1996, não havia menção alguma à indústria de defesa.

Na Estratégia Nacional de Defesa (END), de 2008, a indústria de defesa passou a ser considerada de grande importância para a defesa do país. Dentre os três eixos estruturantes da END, um deles aborda especificamente a indústria nacional de defesa: "O segundo eixo estruturante refere-se à reorganização da indústria nacional de material de defesa, para assegurar que o atendimento das necessidades de equipamento das Forças Armadas apóie-se em tecnologias sob domínio nacional." (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008, p. 10). Dentre as diretrizes da END, uma delas consiste no estímulo à integração da América do Sul. Por sua vez, "essa integração não somente contribuirá para a defesa do Brasil, como possibilitará fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa. [..]. O Conselho de Defesa Sul-Americano, em debate na região, criará mecanismo consultivo que permitirá prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional e a integração das bases industriais de defesa, sem que dele participe país alheio à região." (Ibid., p. 17).

Em síntese, a articulação entre o Estado e a indústria de defesa para a revitalização desta indústria iniciou-se de forma mais clara no começo do ano 2000. Na aprovação da PNID, houve uma convergência de percepções de algumas personalidades e instituições quanto à sua importância. Esse processo precedeu o governo Lula, porém nele se intensificou, surgindo menções mais claras acerca do seu papel, como ocorreu na edição da própria PNID, da PDN e da END, além de algumas ações concretas para a revitalização da indústria, como a ampliação da fábrica da Helibras, em Itajubá-MG, destinada à produção de helicópteros a serem fornecidos para as Forças Armadas brasileiras e no caso do contrato com a IVECO (subsidiária da FIAT), para a fabricação no Brasil de 2.044 viaturas blindadas para transporte de tropas (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2009).

Na Argentina, o governo também tem enfatizado a importância do fortalecimento da indústria nacional de defesa e já realizou algumas ações concretas nesse sentido, igualmente ressaltando a relevância da cooperação regional. Desde o início de seu governo, Néstor Kirchner passou a conferir importância em seus discursos às questões de defesa, inclusive as que envolvem a indústria bélica: "Pretendemos recuperar uma política de defesa nacional, pretendemos coordenar a produção nacional para a defesa nacional e pretendemos aumentar o investimento neste setor, de forma paulatina, porém permanente, para recuperar o tempo perdido." (LA NACIÓN, 2003, tradução livre a partir do espanhol). Entre os resultados concretos em termos de revitalização da indústria nacional, devem ser destacados os ocorridos no setor naval e aéreo.

No setor naval, em 2007, foi finalizada a recuperação de dois estaleiros: o Tandanor e o Almirante Storni, que se fundiram formando o Complexo Naval Industrial Argentino (CINAR): "[...] o primeiro é a empresa de reparações navais mais importante do país e o segundo uma instalação formidável, concebida e construída no início da década de 1980 para a fabricação, em ambiente fechado, de submarinos de última geração, inclusive nucleares." (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol). O CINAR tem realizado a manutenção de navios civis e militares, assim como a recuperação do navio quebra-gelos Almirante Irizar e a recuperação de meia vida do submarino San Juan (GARRÉ, 2009); (BRASLAVSKY, 2009). Em dezembro de 2009, os governos da Argentina e da Venezuela entraram em acordo para a produção no estaleiro Tandanor de embarcações para transporte de petróleo (MINDEZ, 2009). Para 2010, planeja-se "[...] a construção de vários Patrulheiros Oceânicos Multifunção, que são navios de 1.850 toneladas de deslocamento e 80 metros de eslora, o que vai significar a primeira ação importante de reequipamento da Armada Argentina em cerca de duas décadas, com o acréscimo de serem produzidos no país, gerando empregos e permitindo o desenvolvimento de conhecimento local." (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol).

No setor aéreo, a reestatização da antiga Area Material Cordoba se inseriu na estratégia de recuperação da indústria nacional de defesa. Ela estava concedida desde 1995 em favor da LMAASA e, em agosto de 2009, o Senado autorizou a compra de suas ações pelo governo argentino, sendo a empresa rebatizada como Fábrica de Aviones Córdoba "Brigadier Mayor Juan Ignacio San Martín" (PÁGINA 12, 2009). Segundo a Ministra da Defesa, há estudos para o desenvolvimento de uma aeronave para treinamento militar (GARRÉ, 2009) e negociações para a produção de peças de aeronaves para a Embraer, o que permitiria à Argentina aproveitar-se do

conhecimento tecnológico da empresa brasileira: "[...] a fábrica de aviões de Córdoba está avançada no processo para a sua qualificação como fornecedora da Embraer. Como vocês sabem, esta empresa brasileira se encontra entre as sete maiores do mundo. Uma associação com ela nos permitirá recuperar o tempo perdido, incorporar-nos a grandes projetos aeronáuticos em escala mundial e abrir uma nova linha de produção e negócios na área da aviação civil." (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol).

O governo argentino também autorizou o desenvolvimento e a fabricação de radares, produzidos pela empresa INVAP, sediada em Bariloche, de propriedade do Governo da Província de Rio Negro e da Comisión Nacional de Energía Atômica. Um dos problemas securitários na Argentina é, justamente a falta de controle do espaço aéreo, cujo sistema de monitoramento controla apenas 11% do território nacional. No final de 2009, dezesseis radares produzidos no país foram entregues ao governo (VERGARA, 2009).

Em termos de políticas públicas voltadas para a indústria e a tecnologia de defesa, o Ministério da Defesa da Argentina criou o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento para a Defesa (PIDDEF), que consiste em um "[...] sistema integrado de financiamento e avaliação das iniciativas na área, com um orçamento para projetos específicos." (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol). Ademais, o governo tem promovido a reorganização do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas para a Defesa (CITEDEF), cujos resultados são demonstrados pela "[...] recuperação, com tecnologia local, dos motores dos mísseis mar-ar Aspide ou os importantes simuladores de tiro em ambiente fechado [...]" (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol).

Sobre a relação entre a indústria de defesa e a cooperação regional, a Ministra assim se pronunciou: "A indústria de defesa se mostra também como um espaço propício para criar e fortalecer os vínculos de integração com a nossa América Latina. Em primeiro lugar, com os sócios do MERCOSUL e Chile, mas também com as demais nações da UNASUL, tão próximas e tão queridas e, além destas, com outros países do hemisfério e do mundo." (GARRÉ, 2009, tradução livre a partir do espanhol).

5.3 O *lobby* da indústria bélica brasileira junto ao governo

No Brasil, tem havido, em período recente, uma convergência de interesses por parte de vários atores acerca da importância da recuperação da indústria nacional de defesa, configurando-se

o que Renato Dagnino conceituou como a “rede de revitalização [da indústria brasileira de defesa]” (DAGNINO, 2009, p. 63). Esta consiste em uma espécie de *policy network*, “[...] formada por atores públicos (principalmente militares) e privados (empresários, jornalistas e pesquisadores) [...]” (Ibid., p. 63) que, “aproveitando a vigência das normas democráticas que sancionam o exercício de pressões de grupos organizados, procura influenciar o processo de elaboração das políticas públicas a ela atinentes.” (Ibid., p. 63).

O Estado é sempre o ator determinante, em última instância, na elaboração de políticas públicas voltadas para a indústria de defesa. Contudo, não há como ser negada a influência que possuem as empresas do setor de defesa e os seus respectivos órgãos de representação patronal. Entre eles e o Estado (sobretudo no que se refere ao Ministério da Defesa e aos Comandos Militares) existe uma relação de proximidade que deve ser considerada nas análises dos processos de formulação de políticas de incentivo à indústria de defesa. As demandas desses atores privados em direção ao poder público é o que pode ser considerado como o *lobby* da indústria de defesa brasileira.

Nesta seção, não há referências diretas à Argentina, cuja cooperação com o Brasil na área militar é o objeto deste trabalho. A razão é que não foram encontrados indícios de um *lobby* no Brasil que tenha se direcionado especificamente à celebração de acordos com o país vizinho na área da indústria de defesa. As reivindicações de empresas e de outros atores por revitalizar a indústria de defesa brasileira passam pela busca de parcerias com a Argentina e de maior participação no mercado daquele país, mas não abordam diretamente o assunto. As referências são mais amplas, em geral tratando-se da América do Sul como um todo e não de países específicos. A pressão, assim, ocorre de maneira indireta, por meio das demandas por maior apoio governamental.

Além disso, também não foram encontrados indícios da existência de um *lobby* da indústria de defesa na Argentina em relação ao governo daquele país.

Demonstrar a existência do *lobby* não é tarefa difícil. A indústria de defesa brasileira constantemente demanda do governo políticas que lhes permitam aumentar a produção de materiais militares. Estas demandas ocorrem por meio, sobretudo, de três associações patronais: a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), o Departamento da Indústria de Defesa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (COMDEFESA) e a Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil (AIAB). As demandas são realizadas tanto diretamente, junto às autoridades civis e militares competentes, como indiretamente, por meio de

declarações veiculadas pela imprensa ou realizadas em debates que envolvam o tema da indústria de defesa. Vejamos, então, algumas evidências que nos permitem concluir a existência deste *lobby*.

Como evidências do *lobby*, serão tomados como fontes: I) o reconhecimento por parte de empresários e associações patronais de que o *lobby* foi feito; II) declarações públicas de representantes da indústria de defesa, veiculadas pela imprensa, nas quais demandam do governo políticas de incentivo; III) reuniões entre empresários do setor e/ou associações patronais, nas quais se tenha discutido formas de articulação com o poder público e; IV) reuniões entre empresários e integrantes do governo, destinadas a debater o tema. Como evidência da efetividade do *lobby*, tarefa bastante mais complexa que a identificação do próprio *lobby*, será tomado como evidência apenas I) o reconhecimento por parte de empresários e associações patronais de que o *lobby* foi feito e que a política introduzida pelo governo foi fruto do *lobby*.

É importante mencionar que o presente trabalho não faz nenhum juízo de valor a respeito dessa relação entre o Estado e a indústria brasileira de defesa. O objetivo é demonstrar que as forças que conduzem a formulação das políticas de defesa não são provenientes apenas do Estado, mas tem origem, também, na sociedade civil. Não há, a princípio, um caráter negativo neste processo. Inicialmente, então, vejamos algo sobre a atuação da entidade patronal mais forte do setor: a ABIMDE.

Até 2003, a ABIMDE possuía pouca expressão. No final de 2002, Roberto Guimarães de Carvalho, Coronel da arma de artilharia do Exército Brasileiro, na reserva desde 1983, e que trabalhava para a Avibras desde sua passagem para a reserva, era o representante da empresa junto à associação (CARVALHO, 2007). À época, foi feita uma reformulação da entidade e foi criado um Conselho Diretor para o qual ele foi eleito presidente (Ibid.). Este fato marcaria o início de uma forte ascensão da ABIMDE em termos de acesso ao poder público.

O mandato de Roberto Carvalho se iniciou em janeiro de 2003 e terminou em julho de 2006 (Ibid.). Deve-se destacar, inicialmente, que o próprio fato do presidente da associação ter sido, durante este período, um militar da reserva, demonstra o interesse que os empresários possuíam em ter alguém “do meio” como seu representante, alguém que, além de conhecer a indústria de defesa, conhecesse também os clientes dessa indústria.

Roberto Carvalho foi para a reserva do Exército em função de ter recebido um convite para trabalhar na Avibras, então uma das maiores empresas do setor militar do país, tendo sido contratado para acompanhar o desenvolvimento do sistema ASTROS (Ibid.). Como um oficial de

artilharia, ele desempenhou na empresa, segundo ele próprio relatou, as seguintes funções, todas envolvendo o sistema ASTROS: coordenação de testes operacionais; participação em atividades comerciais em países estrangeiros; realização de testes antes da entrega do material e; ligação com o Exército Brasileiro, a partir de 1990, com o objetivo de integrar o sistema à artilharia da Força Terrestre (Ibid.). Participou de cerca de dois mil testes, ensaios e demonstrações do sistema (Ibid.). Ele deixou a ABIMDE em julho de 2006, fundando então uma consultoria: a RC Serviço de Consultoria e Assessoria Militar e de Defesa Ltda (Ibid.). Foi ainda o coordenador da Divisão do Mercado Internacional de Produtos de Defesa, subordinada ao Departamento da Indústria de Defesa da FIESP (FIESP, 2009c, p. 3). Como se observa, trata-se de alguém com ampla experiência no Exército Brasileiro (30 anos de serviço) e na indústria de defesa brasileira (mais de 20 anos), participando diretamente do desenvolvimento e promoção internacional de um dos produtos de defesa brasileiros mais exportados até hoje.

A seguir, constam declarações deste ex-presidente da ABIMDE. Tais declarações são importantes, pois, entre os objetivos da associação que presidiu está, acima de tudo, a realização de demandas direcionadas ao setor público.

Em evento realizado na Câmara dos Deputados em 2006, ele fez uma série de demandas ao poder público, as principais envolvendo: a necessidade de orçamentos impositivos para as Forças Armadas, menor oneração tributária e maior apoio do governo para a exportação. Inicialmente, ele declarou: “Os recursos para investimentos nas Forças Armadas estão cada vez mais reduzidos. [...]. A carga tributária é imensa. Pagamos cerca de 45% de imposto sobre os nossos produtos.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006, p. 24). Sobre a necessidade de apoio do governo às vendas externas, ele mencionou o seguinte: “A venda no setor de defesa é realizada entre Governos. Não é a mesma coisa que vender cachaça lá fora. [...]. É diferente. A nossa venda é realizada de Governo para Governo; portanto, há necessidade do apoio do Governo. Nossa divulgação é pequena. Hoje, por ação do Ministério da Defesa, temos adidos militares trabalhando na questão.” (Ibid., p. 25). Especificamente sobre garantias bancárias, ele comentou o seguinte: “Quando fazemos contrato no exterior, apesar de ganharmos a concorrência, a negociação, precisamos ter uma garantia bancária do contrato. No Brasil, nenhum banco dá a necessária garantia para material de defesa.” (Ibid., p. 25-26).

No trecho abaixo, extraído de uma entrevista, ele requer, indiretamente, que os recursos públicos destinados à defesa sejam ampliados, que não sejam contingenciados e que haja

favorecimento às empresas nacionais. Na época da entrevista, ele já não se encontrava na ABIMDE, mas possuía a consultoria anteriormente mencionada:

> No mercado nacional, anualmente, os recursos destinados às Forças Armadas nos orçamentos da União vêm cada vez mais sendo reduzidos e o pouco programado é normalmente contingenciado, diminuindo consideravelmente a capacidade das Forças [Armadas] na aquisição de novos materiais, o que ainda é mais agravado pois são realizadas aquisições no estrangeiro com prejuízo das empresas brasileiras. (CARVALHO, 2007).

Em seguida, na mesma entrevista, ele considerou como prioridade o mercado internacional, demandando, indiretamente, que o governo apoiasse os produtos de defesa brasileiros no exterior. Suas principais reclamações se referiram às deficiências existentes em três tipos de apoio: I) não há *apoio político* do governo, pois este não defende os interesses da indústria brasileira de defesa junto a governos de outros países, cujas Forças Armadas podem vir a ser possíveis clientes; II) o *apoio diplomático* do Itamaraty "[...] com raras exceções, é muito reduzido, pois os nossos representantes do MRE não apreciam muito as atividades comerciais e muito menos quando se trata de materiais de emprego militar." (Ibid.) e; III) o *apoio financeiro* é "[...] totalmente inexistente, pois as entidades financeiras do país, como BNDES, FINEP, Banco do Brasil, Banco Central e outros, simplesmente se recusam a qualquer apoio ao setor de defesa, não proporcionando condições de vendas com financiamento e, nem ao menos dando garantias aos contratos que as empresas brasileiras ainda conseguem firmar no exterior." (Ibid.). Embora não sejam demandas oficiais, tais declarações são feitas em público, sendo também uma forma de pressão.

As suas afirmações sobre o apoio de outros governos às indústrias nacionais de defesa são, de fato, verdadeiras. Governos de outros países, em diversas ocasiões, apoiam suas empresas quando estas participam de concorrências para o fornecimento de produtos militares. Como exemplo, o principal tema tratado na visita do presidente francês, Nicolas Sarkozy, ao Brasil, em setembro de 2009, foi a aquisição de meios militares para o Brasil: os submarinos e, sobretudo, os caças para a FAB, no âmbito do Programa FX-2, para o qual havia o interesse francês em fornecer os Dassault Rafale (JANÉR, 2009). Assim também ocorreu quando o General Jim Jones, assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, visitou o Brasil em agosto de 2009, tratando dos interesses da Boeing em fornecer à FAB os caças F/A-18E Super Hornet (ISTOÉ DINHEIRO, 2009). A chefe do Departamento de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton (SANDER; GRIPP, 2009) e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil (UNITED STATES OF AMERICA, 2009) reforçaram, posteriormente, o *lobby*, comprometendo-se, inclusive, a transferir tecnologia.

Segundo Roberto Carvalho, os apoios governamentais que têm obtido algum sucesso são o *apoio militar* e o *apoio promocional*, que, segundo ele, foram conquistas da ABIMDE (CARVALHO, 2007). Neste caso, não apenas o *lobby* é demonstrado, como também a sua efetividade, ou seja, o sucesso do *lobby*.

Sobre o *apoio militar*, uma de suas formas é a promoção dos produtos brasileiros de defesa pelos adidos militares às embaixadas brasileiras, o que foi, segundo a ABIMDE, uma conquista da associação, conforme o seguinte trecho extraído de documento da instituição[144]:

> Dentre as metas previstas pelo atual Conselho Diretor, ao assumir no ano passado os destinos da ABIMDE, tendo em vista melhorar as condições de nossa participação no mercado internacional, foi estabelecida a necessidade de ser conseguido o apoio dos Oficiais das Forças Armadas Brasileiras, em desempenho das funções de Adidos Militares em inúmeros países no estrangeiro, para promoção e apoio ao nosso setor.
>
> *O trabalho realizado nesse sentido já logrou êxito, pois foi obtida a anuência do Ministério da Defesa neste sentido*, que já apresentou ao governo um projeto que disciplina a atuação dos Adidos Militares no Exterior, no qual foi acrescida a determinação para que eles se constituam em verdadeiros porta-vozes de nosso setor para promoção de nossos produtos e para apoio às atividades de nossas empresas.
>
> Ao mesmo tempo, o Comando do Exército já determinou à sua área responsável pelo controle e coordenação do trabalho dos Adidos do Exército no Exterior que estabelecesse, *juntamente com a ABIMDE*, as normas necessárias para disciplinar as atividades de apoio daqueles oficiais ao nosso setor. (CARVALHO, 2004, grifo meu).

Atualmente, o Brasil possui 34 aditâncias militares junto a suas embaixadas no exterior (BRASIL, 2004). Após os adidos serem designados, tem sido feita uma "preparação" desses militares antes de que os mesmos sigam para a missão no exterior. Em março de 2008, por exemplo, futuros adidos militares visitaram a FIESP, onde assistiram a uma palestra sobre a Base Industrial de Defesa (FIESP, 2009a). Em 2009, entre as atividades das quais participaram, os futuros adidos realizaram uma visita às indústrias de defesa da região de São José dos Campos/SP e Itajubá/MG (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007c)[145]. O Chefe da Divisão de Adidos do Ministério da Defesa afirmou que o objetivo das visitas foi "[...] possibilitar a preparação dos futuros adidos

---

[144] Os adidos militares às embaixadas são responsáveis pelos assuntos militares nas relações internacionais de um país, podendo ser definidos da seguinte forma: "O adido para a defesa (AD) é um membro das forças armadas que serve em uma embaixada como representante do sistema de defesa de seu país no exterior e neste cargo goza de imunidade e de status diplomático. AD é um termo genérico que abrange todo o pessoal (*staff*) de todos os ramos dos serviços do exército, embora alguns países maiores possam indicar um adido para representar cada unidade das forças armadas (adido para representar a força aérea ou adido para a marinha, por exemplo). O AD é geralmente responsável por todos os aspectos das relações bilaterais militares e de defesa. (GENEVA CENTRE FOR..., 2008, p. 1).

[145] Foram visitadas as seguintes empresas: Imbel, Embraer, Forjas Taurus, Condor, Mectron, Agrale, Atech, Emgepron, Avibras, CBC, Inbrafiltro, Orbsat e Corretiva. Visitaram também a AIAB e a própria ABIMDE.

brasileiros para que fiquem em condições de prestar informações ou de apoiar as atividades de divulgação da Base Industrial de Defesa brasileira no exterior." (Ibid.). Observa-se, assim, o apoio que tais militares tem prestado à indústria nacional de defesa, um sinal da efetividade do *lobby*, visto que esta era uma demanda das associações patronais. O Ministério da Defesa, além disso, ainda envia a relação de todos os adidos à ABIMDE e ao COMDEFESA (FIESP, 2008a, p. 4-5), cabendo à ABIMDE "[...] receber, consolidar e informar às empresas as informações e necessidades dos países, informadas pelos adidos ao MD e MRE" (Ibid., p. 5). Dentro do país, também ocorre a "promoção" da indústria brasileira de defesa. O Ministério da Defesa brasileiro organiza visitas de adidos militares de outros países a empresas brasileiras de material de defesa e também a entidades representativas do setor, como ocorreu durante visita feita a FIESP em 2008 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2007d); (FIESP, 2008b).

Tais políticas envolvendo os adidos militares brasileiros e estrangeiros possuem como amparo legal a Portaria Normativa nº 586, de abril de 2006, do Ministério da Defesa, que aprovou as Ações Estratégicas para a Política Nacional da Indústria de Defesa. Entre as ações de incentivo à indústria de defesa a serem adotadas foram previstas, no Inciso VI, as de:

> b) orientar os futuros adidos militares brasileiros quanto à divulgação do produto de defesa nacional, bem como institucionalizar o apoio por eles prestado às iniciativas dos empresários da BID [Base Industrial de Defesa] nos países junto aos quais estiverem acreditados;
>
> c) intensificar a divulgação, junto aos adidos militares estrangeiros no Brasil, das possibilidades da BID e da qualidade do produto de defesa brasileiro; (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2006).

No item do *apoio promocional*, a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX) passou a apoiar as atividades de promoção de produtos, citando-se a participação brasileira na exposição EUROSATORY em Paris, em junho de 2006, onde cinco empresas brasileiras expuseram seus produtos: Ares Aeroespacial e Defesa, Avibras Indústria Aeroespacial, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), Condor Indústria Química e, Corretiva Comercial e Distribuidora (APEX, 2006).

Em palestra realizada pelo presidente da ABIMDE, em 2005, na Câmara dos Deputados, foram reconhecidas como metas alcançadas pelas associações de empresas do setor, as seguintes: I) reconquista do reconhecimento do setor; II) participação efetiva em todos os eventos relacionados ao setor; III) representação do setor em outras organizações (FID, FIESP, FINEP); IV) integração do setor com o Ministério da Defesa e com as Forças Armadas; V) aprovação da Política

Nacional da Indústria de Defesa; VI) apoio dos adidos militares no exterior; VII) apoio da APEX para a promoção internacional dos produtos brasileiros de defesa e; VIII) maior apoio diplomático no exterior (CARVALHO, 2005, p. 37-38). Nestes casos, não apenas a realização do *lobby* seria demonstrada, mas também a sua efetividade.

Ademais da ABIMDE, cabe destacar a influência da FIESP, por meio do acima mencionado Departamento da Indústria de Defesa (COMDEFESA), criado em 2007. Em julho de 2009, a Diretoria do órgão era composta por dezoito representantes, sendo: doze de empresas do setor, dois de consultorias (Roberto Carvalho um deles), os presidentes da ABIMDE, do Sindicato Nacional das Indústrias de Materiais de Defesa (SIMDE) e da AIAB, ademais de um representante da própria FIESP. Havia ainda quinze convidados especiais: três oficiais-generais do Ministério da Defesa, dois do Exército, quatro da Força Aérea, um da Marinha, um representante do Itamaraty, o presidente da AEB (Agência Espacial Brasileira), o presidente da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), um representante da Imbel e o Deputado Federal Raul Jungmann, presidente da Frente Parlamentar da Defesa Nacional (FIESP, 2009b, p. 4). A composição do COMDEFESA demonstra a proximidade entre empresários e representantes do poder público.

Em audiência pública, realizada na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em março de 2006, Jairo Cândido, então diretor do COMDEFESA e presidente da Inbrafiltro, cumpriu o seu papel de representante do setor. Uma das demandas por ele expressas disse respeito ao orçamento federal que, segundo ele, deveria passar de autorizativo para determinativo:

> [...] faz-se imperativa a implementação de um orçamento determinativo e de consolidação da defesa por força de lei complementar, baseado no art. 165, incisos I, II e III, § 9º, da Constituição Federal, visando estabelecer suas bases em valores percentuais do PIB nacional, com sua destinação também percentual, garantindo o fluxo de recursos ao financiamento da pesquisa, inovação e desenvolvimento, tão necessários à manutenção da indústria nacional de defesa, estrutura básica de soberania e importante elo de integração social, sem que qualquer medida de contingenciamento possa alcançá-los.
> [...]
> Vale a pena destacar a necessidade de o orçamento determinativo, a que fizemos referências anteriores, por mais barato que seja, promover o aumento de gastos com as Forças Armadas, em termos de participação do PIB, de forma progressiva até os 3,5%. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006, p. 16).

Em maio de 2009, representantes do Ministério da Defesa estiveram presentes em um evento ocorrido em Londres que foi promovido pela UKTI/DSO (UK Trade & Investment/Defence

& Security Organisation), que é a agência britânica para a promoção de exportações de produtos militares. Em junho de 2009, o Ministro da Defesa esteve pessoalmente na *Le Bourget*, o maior evento de promoção de produtos aeroespaciais do mundo, com o objetivo de promover a indústria brasileira de defesa (FIESP, 2009b, p. 3).

No caso específico da Embraer, em 2001, um representante da empresa afirmou, em audiência pública na Câmara dos Deputados, o seguinte, sobre a necessidade de aumento de compras por parte das Forças Armadas: "[...] a exportação de aeronaves tornou-se o item mais importante na nossa pauta de exportações. É preciso que se diga: não se exportam equipamentos de defesa se eles não são usados pela própria Força do país que os fabrica. Uma política de compras governamentais nesse aspecto é o instrumento mais adequado." (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2001, p. 26-27).

Este argumento contudo, não é consensual. Segundo o fundador da Avibras, João Verdi de Carvalho Leite, de acordo com a experiência de sua empresa, essas aquisições nacionais não são condição *sine qua non* para as vendas externas:

> Existe uma máxima que eu discordo, pelo menos pela vivência nossa, que se não tiver feito uma encomenda-suporte do governo nós não teremos capacidade de exportar esse produto. É verdade isso, [...], melhoraria demais a situação de venda de um produto brasileiro no exterior se tivesse o apoio e a aprovação de uma das nossas Forças. Mas reporto que esse sistema ar-terra que nós temos avançado e que se vende, a Força Aérea só veio comprar recentemente, há dois anos, [...], só à Colômbia nós já fornecemos há quinze anos [...]. O sistema ASTROS o Exército comprou, [mas] só doze anos depois de nossa primeira exportação. (VERDI, 2009).

Também existem demandas pela revitalização da indústria de defesa que provém de dentro do próprio Estado brasileiro, realizadas, sobretudo, por integrantes da SELOM, subordinada ao Ministério da Defesa. Na audiência pública acima mencionada, observam-se algumas posições semelhantes do diretor daquele departamento, Brigadeiro-do-Ar José Roberto Scheer, e dos representantes da indústria de defesa. Ao referir-se à tributação sobre as exportações, ele afirmou o seguinte: "No que se refere à carga tributária, por exemplo, a Resolução nº 17 da CAMEX taxa em 150% a venda de armas leves e munições para países da América do Sul e do Caribe. Dessa forma, essa taxação vem inviabilizando as exportações nacionais para aquela região e liberando os mercados para as concorrentes estrangeiras." (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2006, p. 29). Sobre o apoio dos adidos militares, também há semelhança entre o seu discurso e o dos representantes da indústria: "[...] deve ser ressaltada a preocupação com a preparação dos nossos adidos militares

brasileiros, um dos últimos tópicos comentados pelo representante da ABIMDE, para que fiquem em condições de prestar informações e apoiar as atividades de divulgação da ABIMDE no exterior." (Ibid., p. 31). Como anteriormente mencionado, não se faz, contudo, nenhum tipo de julgamento de valor a respeito desta relação entre o Ministério da Defesa e a indústria de defesa. Apenas se comprova a existência da *rede de revitalização* mencionada por Renato Dagnino (2009, p. 63).

5.4 O Estado enquanto decisor, em última instância, das questões relativas à indústria de defesa

Foi destacado, na seção anterior, a influência de atores ligados à indústria bélica brasileira junto aos órgãos de Estado que formulam políticas públicas na área de defesa. O objetivo foi demonstrar como o processo de formulação das políticas nessa área possui a participação de diversos atores, alguns situados "dentro" e outros "fora" do Estado. Em alguns pontos, foram demonstrados indícios de que esse *lobby*, inclusive, chegou a ser efetivo, como no caso da divulgação de produtos da indústria de defesa pelos adidos militares às embaixadas brasileiras no exterior.

Contudo, estas afirmações não significam que as políticas públicas para o setor estejam sendo o mero reflexo de interesses oriundos da indústria de defesa. É o Estado quem decide, em última instância, acerca da matéria. A indústria de defesa possui certa influência, mas cabe ao Estado decidir sobre o atendimento ou não das demandas por ela realizadas. Como mencionado, dentro dos limites democráticos, a realização de demandas direcionadas ao setor público não carece de legitimidade. Faltaria legitimidade apenas àquelas ações estatais que atendessem a interesses particulares em detrimento do interesse coletivo. Contudo, não é o que parece ocorrer na relação entre indústria de defesa e poder público. Como exemplo, no caso da divulgação de produtos brasileiros por adidos militares no exterior não se pode falar que há apenas o atendimento a interesses particulares. É evidente que tais interesses são também atendidos, mas, ao mesmo tempo, tais iniciativas se enquadraram perfeitamente na política do atual governo brasileiro de promoção da indústria brasileira no exterior, algo que o presidente Lula incentivou desde o início de seu governo:

> Em política econômica e comércio exterior não há espaço vazio e nós não temos o direito de ficar, aqui no Brasil, chorando as coisas que não estamos vendendo lá fora. Temos que competir.
>
> Me lembro que, quando chamei o Furlan, falei: Furlan, quero que você seja um mascate. Quero que você saia pelo mundo afora vendendo as coisas boas que o Brasil tem para vender. Não é vender empresas estatais. É para vender produtos brasileiros. É vender os produtos que o Brasil precisa.
>
> Por isso, temos viajado e levado empresários. Levamos empresários para a África e alguém dizia: “Mas o que eu vou fazer na África?”. Vamos descobrir a África comercialmente, como, um dia, o Brasil foi descoberto. (LULA DA SILVA, 2004, p. 6).

Deve ser destacado, além disso, que o governo tem demonstrado grande interesse em possuir dentro do território brasileiro uma indústria de defesa forte e diversificada. Como analisado, uma indústria nacional de defesa confere ao Estado um maior número de recursos de poder, reduzindo a dependência no fornecimento de produtos militares oriundos de outros países. As exportações de produtos militares estão sujeitas a variadas formas de controle, as quais impedem o acesso brasileiro a produtos militares com tecnologias avançadas. Armas nucleares, reatores nucleares para embarcações e aeronaves/embarcações com tecnologia *stealth* são produtos militares que de nenhuma forma são exportados. Outros produtos, por sua vez, estão sujeitos a controles variados, cuja decisão sobre a realização do negócio cabe ao Estado onde se encontra a empresa produtora dos itens militares.

Ademais da convergência entre os interesses da indústria e do Estado, deve-se destacar que a indústria brasileira de defesa possui dimensões bastante reduzidas quando comparada às indústrias existentes nos Estados Unidos, Europa Ocidental, Rússia, Japão ou Índia, o que reduz consideravelmente seu poder de influenciar as políticas públicas. Na lista das 100 maiores empresas do mundo no setor de defesa, de 2008, não há nenhuma empresa brasileira (SIPRI, 2009). A atual indústria bélica pesada no Brasil compreende apenas duas grandes empresas: a Embraer e a Avibras. A Embraer depende pouco do segmento militar, sendo que em 2008 apenas 9,5% de sua receita adveio do “mercado de defesa”, percentuais que foram de 6,6% em 2007 e de 6,0% em 2006 (EMBRAER, 2009d, p. 9; 2008c, p. 10). A Avibras, por sua vez, tem enfrentado sucessivos problemas financeiros, apenas tendo alcançado novo fôlego a partir de 2009, quando o governo passou a ter uma participação acionária na empresa. Não é, portanto, uma indústria tão forte a ponto de poder impor ao Estado as suas demandas.

Assim, quando se afirma que a elaboração de políticas públicas na área da indústria de defesa resulta de uma acomodação de interesses entre a indústria e o Estado, não está se afirmando

que o Estado subordine suas decisões às demandas privadas. Esta acomodação decorre menos do *lobby* do que da real necessidade que a indústria brasileira de defesa possui de um apoio estatal, tendo em vista a sua pequena dimensão. Uma das demandas da indústria, por exemplo, diz respeito a ampliação de recursos para as Forças Armadas de forma que seja ampliada a compra de produtos militares. Esta demanda por parte da indústria é, em certo sentido, legítima, tendo em vista que a indústria possui poucas opções de clientes além do Estado nacional. Apenas nesse sentido é que há uma acomodação de interesses.

A introdução da questão da indústria de defesa neste capítulo pode ter produzido a percepção de que o tema não se encaixou perfeitamente no restante do trabalho. Até certo ponto, isto é verdade, tendo em vista que não há um *lobby* específico direcionado às exportações de produtos militares para a Argentina ou ao aumento do investimento direto externo para aquele país neste setor. Ainda assim, no entender deste autor, a presença da indústria de defesa brasileira como um ator que participa do processo é válida. Os empresários e representantes do setor demandam variadas formas de incentivo do governo para que possam aumentar suas exportações de produtos militares ou realizar investimentos em outros países. Estas demandas, contudo, não são tão específicas a ponto de que os países que constituem o alvo primordial dos empresários sejam nomeados. São demandas gerais, às quais o governo pode atender com políticas que facilitem os financiamentos produtivos ou que promovam os produtos brasileiros no exterior.

A Argentina pode não ser o destino mais importante do ponto de vista da indústria brasileira de defesa, mas ela é certamente um dos principais destinos. Para se chegar a esta conclusão, deve-se ressaltar que um dos pontos destacados pela Estratégia Nacional de Defesa em relação ao Conselho de Defesa Sul-Americano é o de que ele será um espaço para a integração das cadeias produtivas da indústria de defesa (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2008, p. 17). Como, na América do Sul, a Argentina, depois do Brasil, é o país com a maior capacidade técnica na área industrial, a sua condição de parceira é de grande importância para os projetos brasileiros. As empresas do setor militar que, historicamente, foram as mais importantes no subcontinente surgiram, justamente, nos dois países. Tanto que os dois governos têm recentemente convergido no sentido de entrarem em acordo para que se fabriquem peças para aviões da Embraer na Argentina.

CONCLUSÃO

A cooperação militar entre Brasil e Argentina surgiu no final dos anos 1970 a partir de uma iniciativa conjunta da Marinha do Brasil e da Armada Argentina, as quais realizaram, em 1978, o exercício militar denominado de Operação Fraterno. A partir de então, a cooperação militar entre os dois países passou a se ampliar de forma tanto quantitativa como qualitativa, abrangendo, atualmente, uma gama bastante variada de atividades, tais como: exercícios combinados, intercâmbios de alunos entre estabelecimentos militares de ensino e projetos tecnológicos conjuntos, dos quais participam as Marinhas, os Exércitos e as Forças Aéreas dos dois países.

Estas atividades, contudo, ocorreram tradicionalmente a partir de iniciativas surgidas no âmbito das próprias Forças Armadas, não seguindo diretrizes oriundas das chancelarias ou dos chefes de Estado, configurando, dessa forma, o que Robert Keohane e Joseph Nye denominaram de "relações transgovernamentais". Foi apenas a partir de 2005 que a cooperação militar entre os dois países passou a ganhar espaço na pauta das políticas externas dos dois governos, tendo sido assinados, desde então, diversos acordos de cooperação.

Feita esta constatação inicial, decorreram então as perguntas: quais razões levaram os dois governos a formalizarem a cooperação militar bilateral? Por que simplesmente ela não continuou sendo realizada da forma como ocorria até então?

Com base na teorização realizada no capítulo 1, na análise das relações Brasil-Argentina do capítulo 2 e de acordo com a argumentação desenvolvida no capítulo 4 deste trabalho, pode-se afirmar que o objetivo da formalização da cooperação militar tem sido o de transformá-la em um instrumento que possa estar a serviço das políticas externas dos dois governos. Isto, contudo, é apenas um objetivo inicial. O processo posterior se desenvolve da seguinte forma, conforme demonstrado no Organograma 4.1 (p. 110):

A cooperação militar tem os objetivos de consolidar a confiança mútua bilateral e aumentar o poder político-militar de ambos os países. Estes dois resultados, por sua vez, levariam ao fortalecimento do eixo Brasil-Argentina. Com um eixo mais forte, os demais países da região seriam atraídos para a "órbita" das relações entre os dois países, produzindo-se então um "sistema" capaz de manter um ambiente de relações amistosas em toda a América do Sul e que, além disso, evitaria o surgimento de polos alternativos de poder no subcontinente. Apenas com tal configuração

de fatores, seria possível ao Brasil exercer sua liderança na América do Sul, liderança esta secundada pela da Argentina.

Para que todo esse argumento fosse desenvolvido, foi necessário que se fizessem algumas suposições, todas elas fundamentadas ao longo deste trabalho. As principais foram que: I) o atual governo brasileiro tem como estratégia central de sua política externa a contribuição para a construção de um mundo multipolar; II) a partir deste fundamento, o governo tem priorizado as relações com os demais países da América do Sul, com a Argentina ocupando uma posição de destaque e; III) a Argentina, mesmo sem reconhecer publicamente, tem se tornado politicamente cada vez mais dependente do Brasil.

No capítulo 5, foram introduzidos no processo atores ligados à indústria de defesa, enfatizando-se a relação que empresários e representantes do setor possuem com segmentos do Estado brasileiro, notadamente com o Ministério da Defesa. Embora não haja uma pressão específica por parte desta indústria em relação ao aumento da cooperação com a Argentina, ignorar a relação indústria de defesa-Estado seria um erro metodológico, tendo em vista que a indústria bélica é um dos eixos pelos quais o governo brasileiro pretende expandir a cooperação militar com os vizinhos. Ao mesmo tempo que o Estado pretende expandir a indústria de defesa nacional, contudo, esta mesma indústria demanda incentivos governamentais para que tal expansão possa ocorrer, destacando-se, entre eles, o apoio para a realização de negócios no exterior. Assim, analisar tal relação amplia o entendimento da cooperação militar como um todo, demonstrando como atores privados participam, ainda que indiretamente, do processo de formulação de políticas relacionadas à defesa.

Feitas estas considerações sobre o objeto deste trabalho, permaneceu, contudo, a pergunta: qual a relevância do desenvolvimento de toda esta argumentação, com a explicação de tantas variáveis relacionadas entre si? Ou seja, qual é a contribuição deste trabalho?

O objetivo primordial foi tornar mais claro um aspecto das relações entre Brasil e Argentina que é geralmente pouco explorado. Os fluxos bilaterais de comércio, de investimento direto externo e a institucionalização das relações entre os dois países no âmbito do Mercosul, são temas que têm sido relativamente objeto de bastante debate na academia e no meio político. As relações estratégicas entre os dois países, contudo, têm sido analisadas na maior parte das vezes

apenas em seus aspectos gerais, com poucos estudos de caso acerca do que efetivamente tem ocorrido. A cooperação militar certamente se enquadra nesta categoria.

Assim, com este trabalho, acredita-se que se tenha contribuído à melhor compreensão deste tema, que é de particular interesse em um momento no qual surgem alguns fatos novos na América do Sul na área da segurança: a busca do governo brasileiro por um amplo rearmamento aéreo, naval e terrestre do país; a busca dos governos brasileiro e argentino pela revitalização de suas indústria bélicas e; os processos de intensa modernização das Forças Armadas que outros países sul-americanos têm promovido, notadamente os que têm ocorrido no Chile e na Venezuela.

Reconheço, por fim, que alguns pontos deste trabalho poderiam ter sido melhor explorados. Um deles seria a busca das razões pelas quais a cooperação estratégica entre os dois países tem avançado tão lentamente, analisando-se particularmente o caso da cooperação militar. Este seria, contudo, um tema para todo um trabalho a parte. Outro tema que poderia produzir informação útil é o da avaliação das possibilidades futuras de cooperação militar entre Brasil e Argentina. Para tanto, poderia ser adotado como método a comparação das estruturas das Forças Armadas dos dois países, analisando-se as semelhanças e diferenças entre: equipamentos, doutrinas, o modo como conduzem a formação de seu pessoal, as áreas em que possuem maior capacidade técnica, entre outros tópicos. O mesmo, contudo, se aplica ao mencionado anteriormente: este seria um outro trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEBAJO, Adekeye. **The ECOWAS Security Mechanism:** toward a *Pax West Africana* [paper presented at the 10ª CODESRIA General Assembly Meeting], Kampala, Uganda, dec. 2002. Disponível em: <http://www.codesria.org/Archives/ga10/papers_ga10_12/Ecowas_ Adebajo.htm>. Acesso em: 29 jan. 2010.

______. **Building Peace in West Africa:** Liberia, Sierra Leone and Guinea-Bissau. Boulder, EUA: Lynne Rienner, 2002. Disponível (parcialmente) em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 26 fev. 2010.

AFRICAN UNION. **Policy Framework for the Establishment of the African Standby Force and the Military Staff Committee (Part I)**. Addis Ababa, Ethiopia, may. 2003. Disponível em: <http://www.africa-union.org/root/AU/AUC/Departments/PSC/Asf/doc/POLICY%20FRAMEWORK%20 MAIN%20DOCUMENT%20(PART%20I).doc >. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGÊNCIA CÂMARA. Amorim anuncia aliança estratégica entre Lula e Kirchner. **Agência Câmara** [Câmara dos Deputados], Brasília, 29 nov. 2005. Disponível em: <http:// www.camara.gov.br/internet/agencia/imprimir.asp?pk=79815>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA. **Cooperação Internacional (Argentina)**. Brasília, s.d. Disponível em: <http://www.aeb.gov.br/indexx.php?secao=cooperacao_internacional>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGENCIA INFORMATIVA PÚLSAR. **Justicia argentina condenó delitos de la Triple A**. Buenos Aires, 27 dez. 2006. Disponível em: <http://www.agenciapulsar.org/nota.php?id=9290>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGRALE. **Agrale Marruá Será Usado pelo Exército do Equador na Defesa das Fronteiras**. Caxias do Sul, 19 fev. 2009. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/afv1/agrale_4.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGUIAR, Pedro. Brasil e Argentina Saem na Frente: os dois países têm planos de cooperação tecnológica e até de exportação conjunta para a região. **Revista Brasil Nuclear**, Rio de Janeiro, ano 14, n. 34, Nov. 2008. Disponível em: <http://www.aben.com.br/html/topico.php?Cd_Revista_ Topico=69>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **Integração e Segurança: a cooperação militar no Mercosul**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana)-UFSM, Santa Maria, 2003.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 47, n. 1, jan.-jun. 2004, p. 162-184. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v47n1/v47n1a08.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

______. A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas. **Carta Internacional**, São Paulo, vol. 2, n. 1, mar. 2007, p. 3-10. Disponível em: <http://www.usp.br/cartainternacional/modx/assets/docs/CartaInter_2007-01.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

ALSINA JR. João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 46, n. 2, jul.-dez. 2003, p. 53-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n2/v46n2a03.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

AMARAL, Ronaldo Alexandre do. **Brasil-Paraguai - Marcos da Política Pragmática na Reaproximação Bilateral: um estudo de caso sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-UnB, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdtd.bce.unb.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1425>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AMARANTE, José Albano do. Indústria Brasileira de Defesa: uma questão de soberania e de autodeterminação. In: PINTO, J. R. de Almeida; ROCHA, A. J. Ramalho da; SILVA, R. Doring Pinho da (Org.). **As Forças Armadas e o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do País** [Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, vol. 3], Brasília: Ministério da Defesa/Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. p. 23-44. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/colecao/cientecnol.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2010.

AMORIM, Celso Luís Nunes. **A Reforma da ONU**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, 1998. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos/amorimonu.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos. **Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano** [IUPERJ]. Rio de Janeiro, n. 4, mar. 2005. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/5_analises_Artigo%20Celso%20Amorim.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. A Integração Sul-Americana. **Diplomacia, Estratégia, Política (DEP)** [Projeto Raúl Prebisch], Brasília, n. 10, out.-dez. 2009, p. 5-26.

ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores). **Tabela 01 - Produção de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2005**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2005/autoveiculos/tabela01_producao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Produção de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2006**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2006/autoveiculos/tabela01_producao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Exportação de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2006**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2006/autoveiculos/tabela01_exportacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Produção de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2007/autoveiculos/tabela01_producao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Exportação de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2007**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2007/autoveiculos/tabela01_exportacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Produção de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2008**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2008/autoveiculos/tabela01_producao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Exportação de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2008**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2008/autoveiculos/tabela01_exportacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Produção de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2009**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2009/autoveiculos/tabela01_producao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tabela 01 - Exportação de Autoveículos por Empresa, Tipo e Modelo - 2009**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.anfavea.com.br/tabelas2009/autoveiculos/tabela01_ exportacao.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ANNAN, Kofi. **Discurso do Secretário-Geral da ONU**, 2004. Disponível em: <http://www.unis. unvienna.org/unis/pressrels/2004/sgsm9542.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

APEX (AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS). **Empresas brasileiras na Eurosatory**. Brasília, 12 jun. 2006. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br/portal_apex/publicacao/engine.wsp?tmp.area=27&tmp.texto= 3409>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AREA MATERIAL CORDOBA. **Globalsecurity.org**, [s.d.]. Disponível em: <http://www. globalsecurity.org/military/world/argentina/amc.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ARGENTINA. **Argentine Military Intelligence Estimates 22,000 people Dead or Disappeared**. Buenos Aires, 1978. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/ full%20%5BReport%20on%20Argentina%20disappeared%5D.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Embajada en Brasília. **Apresentação veiculo militar argentino-brasileiro**. Brasília, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.brasil.embajada-argentina.gov.ar/prensa/30mar06p.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Ley 26.527**. Buenos Aires, 14 oct. 2009. Disponível em: <http://www.saij.jus.gov.ar/ news/files/ley26527.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações.** Brasília: Universidade de Brasília, 1979.

ARROYO ARZUBI, Carlos Alberto. **La Producción para la Defensa en la República Argentina**. Buenos Aires: Instituto de Estudios Estratégicos y de Relaciones Internacionales (subordinado a Câmara de Deputados da Argentina), out. 2004. Disponível em: <http:// www1.hcdn.gov.ar/dependencias/ieeri/ennee/vii/laproduccion.htm>. Acesso em: 26 fev. 2010.

ASEAN. **ASEAN-China Dialogue Relations**. Jakarta, Indonesia, aug. 2009. Disponível em: <http://www.aseansec.org/5874.htm>. Acesso em: 26 fev. 2010.

AVIBRAS AEROESPACIAL S.A. **ASTROS II Artillery SaturaTion ROcket System**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.avibras.com.br/P/index.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **História**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.avibras.com.br/P/sys/historia/historia.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **SKYFIRE-70**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.avibras.com.br/P/index.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Viaturas blindadas Leves 4x4**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.avibras.com.br/P/index.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AUSTRALIA; NEW ZEALAND; UNITED STATES OF AMERICA. **Security Treaty between Australia, New Zealand and the United States of America [ANZUS].** Disponível em: <http://www.austlii.edu.au/au/other/dfat/treaties/1952/2.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

AYERBE. Luis Fernando. Civilização, cultura e desenvolvimento nas abordagens pós-Guerra Fria do conflito internacional: a identidade latino-americana em questão. **Cenários** [revista do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre Cultura e Desenvolvimento - GEICD/UNESP], Araraquara, n. 1, p. 59-75, 1999.

BASTOS, Expedito Carlos Stephani. As Exportações da Engesa e seus Reflexos na Atualidade. **Defesa@net**, 11 mar. 2003. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/rv/engesa/export.htm>. Acesso em: 17 fev. 2010.

______. **De Cara Nova: veiculo aerotransportável 4x4 Brasil-Argentina**. Juiz de Fora: UFJF, 2005. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/DCNVABA.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2010.

______. **Gaúcho 4x4 - Viatura Leve de Emprego Geral Aetransportável** [sic]. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/GAUCHO.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2010.

______. **Gaúcho 4x4 - Em Testes e Versão Ambulância**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/GAUCHOAMB.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2010.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. Brasil, Argentina e América do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 19, n. 55, set.-dez. 2005, p. 65-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/04.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BAYLES, Alyson J. K.; DUNAY, Pál; GUANG, Pan; TROITSKIY, Mikhail. The Shanghai Cooperation Organization. **SIPRI Policy Paper**, Stockholm, n. 17, may 2007. Disponível em: <http://www.a-ipi.net/IMG/pdf/SIPRI-Shangai_Coop_Org.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

BBC BRASIL. Para América do Sul, Liderança Brasileira Ainda é Promessa. **BBC Brasil**, São Paulo, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/080303_ams_abre1_diplomacia.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BBC NEWS. Grim account of argentine deaths. **BBC News**, London, 25 jan. 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4193341.stm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BERNAL-MEZA, Raúl. Argentina y Brasil en la Política Internacional: regionalismo y Mercosur (estrategias, cooperación y factores de tensión). **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, vol. 51, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 154-178. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a10.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BERTAZZO, Roberto Portella. **Embraer Bandeirante**: 40 anos de pioneirismo. Juiz de Fora: UFJF, 24 out. 2008. Disponível em: <http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/BAND40.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BEVEREN, René van. Military cooperation: what structure for the future? **Chailot Papers** [publicação do Institute for Security Studies, Western European Union (WEU)]. Paris, n. 6, jan. 1993. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp006e.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BRASIL. **Decreto nº 3.466, de 17 de maio de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/D3466.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Decreto nº 4.735, de 11 de junho de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4735.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5294.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Política de Defesa Nacional.** 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

BRASIL; ARGENTINA. **Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento e Aplicação dos Usos Pacíficos da Energia Nuclear**. Buenos Aires, 17 mai. 1980. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/argnucl.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Acordo, por troca de Notas, para o Estabelecimento de um Sistema de Consulta e Coordenação.** Brasília; Buenos Aires, mar. 1994. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/argentinaconsultaspol%C3%ADticas.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Memorando de Entendimento sobre Consulta e Coordenação**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1997. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_347_826.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Declaração do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 27 abr. 1997. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_343_822.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, 16 out. 2003. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_385_5167.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Acta de Copacabana**. Rio de Janeiro, 16 mar. 2004. Disponível em: <http://www.trabajo.gov.ar/crem/txt_copacabana.htm >. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Compromisso de Puerto Iguazú - Desenvolvimento, Justiça e Integração.** Puerto Iguazú, Argentina, 30 nov. 2005. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_393_4116.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Acordo Quadro de Cooperação em Matéria de Defesa**. Puerto Iguazú, Argentina, 30 nov. 2005. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_404_5641.htm>. Acesso em: 01 fev. 2010.

______. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, na Área da Tecnologia Militar**. Puerto Iguazú, Argentina, 30 nov. 2005. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_405_5642.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Constituição do Mecanismo de Cooperação e Coordenação Bilateral Brasil-Argentina**. Montevidéu, 18 dez. 2007. Disponível em: <http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2008/01284.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Declaração Conjunta - Visita de Estado do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva**. Buenos Aires, 22 fev. 2008. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_432_4615.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Declaração Conjunta - Visita de Estado ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 08 set. 2008. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_434.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Declaração Conjunta - Visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Argentina**. Buenos Aires, 23 abr. 2009. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6435>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Declaração Conjunta - Visita ao Brasil da Presidenta da República Argentina, Cristina Fernández de Kirchner**. Brasília, 18 nov. 2009. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=7541>. Acesso em: 1 fev. 2010.

BRASIL; NAMÍBIA. **Acordo sobre Cooperação Naval.** 2001. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/naval.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

BRASLAVSKY, Guido. Un submarino partido en dos y el intento de reactivar la industria naval. **Clarín**, Buenos Aires, 2 fev. 2009. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2009/02/02/elpais/p-01850854.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

BRAZIL TRADENET. **O Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI)**. S.l., s.d. Disponível em: <http://www.braziltradenet.gov.br/PSCI/P/DestaquePSCIP.aspx>. Acesso em: 1 fev. 2010.

BRESCIANI, Eduardo. Lula vê América do Sul como solução para crise de alimentos. **G1 [portal de notícias da Globo]**, 23 maio 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL533969-5602,00-LULA+VE+AMERICA+DO+SUL+COMO+SOLUCAO+PARA+CRISE+DE+ALIMENTOS.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BRITISH PETROLEUM. **BP Statistical Review of World Energy.** London: BP p.l.c., 2009. Disponível em: <http://www.bp.com/liveassets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2008/STAGING/local_assets/2009_downloads/statistical_review_of_world_energy_full_report_2009.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BROMLEY, Mark; PERDOMO, Catalina. **CBM en América Latina y el efecto de la adquisición de armas por parte de Venezuela** (Documento de Trabajo 41). Madri, Real Instituto Elcano de Estudios Internacionales e Estratégicos, out. 2005. Disponível em: <http://www.realinstitutoelcano.org/documentos/219/219_BromleyPerdomo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers:** the structure of international security. Cambridge: University Press, 2003.

______; ______; WILDE, Jaap de. **Security:** a new framework for analysis. Boulder, Colorado: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CACCIA BAVA, Sílvio. O PAC das Forças Armadas. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, ago. 2009. p. 6-7. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/marinha_na_midia/jornal_revista/coletaneamarinhanamidia2009/08%20Agosto/10LeMondeDiplomatic06JUL09_PACdasFFAA.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CALVO, Javier. Acto en la AMIA: 8 mil personas pidieron que se haga justicia. **Clarín**, Buenos Aires, 19 jul. 1996. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/96/07/19/amia18.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CAMARA DE DIPUTADOS DE LA NACIÓN (Argentina). Comisiones de Defensa Nacional y de Relaciones Exteriores y Culto. **Orden del Dia nº 2851**. Buenos Aires, 02 set. 2005. Disponível em: <http://www.diputados.gov.ar/dependencias/dcomisiones/periodo-122/122-2851.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. Comisiones de Defensa Nacional y de Relaciones Exteriores y Culto. **Orden del Dia nº 903**. Buenos Aires, 29 set. 2008. Disponível em: <http://www.diputados.gov.ar/dependencias/dcomisiones/periodo-126/126-903.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS (Brasil). Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Audiência Pública nº 1162/01: debate sobre política industrial na área de defesa nacional**.

Brasília, 18 out. 2001. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/documentos/notastaq/NT18102001.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. **Audiência Pública nº 211/06: discussão sobre o financiamento da indústria de defesa**. Brasília, 14 mar. 2006. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/comissoes/credn/documentos/notastaq/NT14032006c.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CANDEIAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Working Paper do Centro Argentino de Estudios Internacionales (CAEI)**, Buenos Aires, n. 17, abr. 2006. Disponível em: <http://www.caei.com.ar/es/programas/integracion/17.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CÂNDIDO, Jairo. Indústria brasileira de defesa: uma questão de soberania e de autodeterminação. In: PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.). **As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país.** Brasília: Ministério da Defesa, 2004, vol. 3, p. 57-79. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/colecao/cientecnol.pdf>. Acesso em: 22 maio 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique. A Política Externa do Brasil no Início de um Novo Século: uma mensagem do Presidente da República. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 44, n. 1, jan.-jun. 2001, p. 5-12. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a01v44n1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CARDOSO, Mario Jorge Menezes. **As Operações Aeronavais Conjuntas entre as Marinhas do Brasil e da Argentina e sua Importância para a Segurança e Defesa Regional no Atlântico Sul.** 15 f. Trabalho. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www.egn.mar.mil.br/cepe/trabCurriculares/ensaioCcCardoso.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CARNEIRO, Marcelo. Devo, não nego, mas também não pago. **Veja**, São Paulo, ed. 1713, 15 ago. 2001. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/150801/p_036.html>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CARVALHO, Roberto Guimarães de. **Apoio dos Adidos Militares.** [Documento da ABIMDE]. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.abimde.com.br>. Acesso em: 10 fev. 2008. *Este documento não se encontra mais disponível neste endereço.*

______. **A Indústria Brasileira de Defesa** [Seminário de Mobilização e Produtos de Defesa, realizado na Câmara dos Deputados]. Brasília, 26 out. 2005. Disponível em: <http://www2.

camara.gov.br/comissoes/credn/eventos/seminarios-1/2005/seminario-de-mobilizacao-e-produtos-de-defesa/Apresentacao%20ABIMDE.ppt/at_download/file>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Entrevista: Indústria de Defesa, Mercado Internacional, o Futuro**. Defesa@net, 29 jan. 2007. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/zz/br_cel_carvalho.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CASTRO, Celso; D´ARAÚJO, Maria Celina (Org.). **Militares e Política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_ intelectual/arq/1157.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CASTRO, José d´Albuquerque. **O que é o CBAN**. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www. mct.gov.br/index.php/content/view/27144.html>. Acesso em: 1 fev. 2010.

CBC (COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS). **História da CBC**. S.l., s.d. Disponível em: <http://www.cbc.com.br/sobreacbc/historia.php?acao3_cod0=2a37f2154b6fee3d7223325bb0 a5b24c>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CENTRO DE ESTUDIOS NUEVA MAYORIA. **Durante 2004 se incrementaron significativamente los ejercicios militares con fuerzas extranjeras**. Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://www.nuevamayoria.com/ES/INVESTIGACIONES/defensa/041222a. html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CENTRO TECNOLÓGICO DO EXÉRCITO (Brasil). **Recebimento do Protótipo da VLEGA Gaúcho**. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.ctex.eb.br/VLEGA_GAUCHO/ Vlega_gaucho.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CEPIK, Marco Aurélio Chaves. Segurança Nacional e Segurança Humana: problemas conceituais e conseqüências políticas. **Security and Defense Studies Review**, vol. 1, spring 2001, p. 1-19. Disponível em: <http://www.ndu.edu/chds/Journal/PDF/cepik.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CERVO, Amado Luiz. A Política Exterior: de Cardoso a Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 46, n. 1, jan.-jun. 2003, p. 5-11. Disponível em: <http://www. scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a01v46n1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Os objetivos da Política Exterior de Lula. **Meridiano 47**, Brasília, n. 47, jun. 2004, p. 2-5. Disponível em: <http://www.mundorama.info/Mundorama/Meridiano_47_-_1-100_files/ Meridiano_47.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Os Paradigmas das Relações Brasil-Argentina no Contexto da América do Sul. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (Brasil). Gabinete de Segurança Institucional. Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. **Brasil-Argentina: relações estratégicas**, Brasília, 2006, p. 37-45. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/paginas/evento_brasil_e_ argentina.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Inserção Internacional**: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

______; BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. 2. ed. Brasília: UnB, 2002.

CHINA. China, Kazakhstan pledge to strengthen strategic partnership. **Chinese Government´s Official Web Portal**. Beijing, 13 dez. 2009. Disponível em: <http://english.gov.cn/2009-12/13/ content_1486030.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______; RUSSIA. **Tratado de Boa-Vizinhança e Cooperação Amistosa**. 2001. Disponível em: <http://www.fmprc.gov.cn/eng/wjdt/2649/t15771.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CHUA, Norman. Steel Rain: the Astros Rocket Launcher System. **Cyperpioneer** [web publication of the Singapore Armed Forces], Singapore, 19 maio 2004. Disponível em: <http://www. mindef.gov.sg/imindef/publications/cyberpioneer/weapon/2004/may04_weapon.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CIA (CENTRAL INTELIGENCY AGENCY). **Operation Guidance Cable Transmissions on Coup Plotting.** 16 oct. 1970. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/ NSAEBB8/ch05-01.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Cable Transmissions on Coup Plotting.** 18 oct. 1970. Laughlan, VA; Santiago, Chile. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch27-01.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

_______. **Brazil's Changing Nuclear Goals: Motives and Constraints.** Out. 1983. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Status of the Condor II Ballistic Missile Program.** S.l., 1 nov. 1991. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov >. Acesso em: 15 fev. 2010.

CLARÍN. Estrecha Colaboración Militar. **Clarín**, Buenos Aires, 12 jan. 1998. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/1998/01/12/t-01101d.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Malvinas: justifican en Chile el apoyo a los británicos durante la guerra.** Clarín, Buenos Aires, 26 jun. 2005. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2005/06/26/elpais/p-01501.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

COHEN, Ariel. Competition over Eurasia: are the U.S. and Russia on a collision course? **Heritage Lectures** [publicação de The Heritage Foundation], n. 901, out. 2005. Disponível em: <http://www.heritage.org/Research/Lecture/Competition-over-Eurasia-Are-the-US-and-Russia-on-a-Collision-Course>. Acesso em: 15 fev. 2010.

COLITT, Raymond; THOMPSON, Adam. Star-crossed diplomacy. **The Miami Herald**, Miami, 7 may. 2005. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=131780>. Acesso em: 15 fev. 2010.

COTER - COMANDO DE OPERAÇÕES TERRESTRES (Exército Brasileiro). **Principais operações de adestramento previstas para 2007.** Brasília, 07 fev. 2007. Disponível em: <http://www.coter. eb.mil.br/noticias/noticias2007/not070216.htm>. Acesso em: 30 dez. 2008 (em 01 fev. 2010 não se encontrava mais disponível).

COMANDO MILITAR DO SUL (Exército Brasileiro). **Chefe do Estado Maior do Exército e Cmt Mil do Sul visitam a AGRALE** [notícia veiculada pela Seção de Comunicação Social do Comando Militar do Sul]. Porto Alegre, 20 mar. 2007. Disponível em: <http://www.cms.eb.mil.br/index.php?option=com_content&task=view&id=17&Itemid=2>. Acesso em: 23 maio 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). **Nota sobre o contencioso comercial Brasil-Argentina**. Rio de Janeiro, 6 jul. 2004. Disponível em: <http://www.sfiec.org.br/fiec-hoje/julho2004/nota.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

CONGRESS OF THE UNITED STATES. Office of Technology Assessment. **Global Arms Trade**: Commerce in Advanced Military Technology and Weapons. Washington: U.S. Government Printing Office, june 1991. Disponível em: <http://www.princeton.edu/~ota/disk1/1991/9122/912211.PDF>. Acesso em: 15 fev. 2010.

COSTA, Darc. Segurança e Defesa: uma única visão abaixo do Equador. In: LLADÓS, José María, GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Ed.). **Perspectivas Brasil e Argentina**, v. 2. Brasília: IPRI, CARI, 1999.

CUNHA, André Moreira; ACIOLY, Luciana. China: ascensão à condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JR, José Celso; ACIOLY, Luciana; MATIJASCIC, Milko (Org.). **Trajetórias recentes de desenvolvimento:** experiências internacionais selecionadas, Livro 2. Brasília: IPEA, 2009.

CUNHA. Rudnei Dias da. Operação CRUZEX 2002. **Defesa@net**, 22 maio 2002. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/dn/21MAIO02.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DAGNINO, Renato. A Política de Defesa Brasileira: nem racionalismo, nem incrementalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 24, n. 70, jun. 2009, p. 61-74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v24n70/a04v2470.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DEFESA@NET. Projeto de Veículo Conjunto Brasil e Argentina? II. **Defesa@net**, 20 maio 2004. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/dn/20MAI04.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DELGADO, Paulo. Conceitos de segurança e defesa: implicações para a ação externa e interna do governo, 2003, Brasília. In: PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil.** Brasília: Ministério da Defesa, 2004, vol. 1, p. 157-165. Disponível em: <https:// www.defesa.gov.br/colecao/reflexao. pdf>. Acesso em: 22 maio 2008.

DEPARTMENT OF DEFENSE (United States of America). **Active Duty Military Personnel Strengths by Regional Area and by Country:** September 30, 1990. Washington: 1990. Disponível em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/Hst0990.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Active Duty Military Personnel Strengths by Regional Area and by Country**: December 31, 2000. Washington: 2000. Disponível em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/ M05/hst1200.pdf >. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Department of the Army. **Mission Command:** command and control of Army Forces (field manual n. 6-0). Washington: Department of the Army, 2003. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/library/policy/army/fm/6-0/index.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Active Duty Military Personnel Strengths by Regional Area and by Country**: December 31, 2008. Washington: 2008. Disponível em: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst0812.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DIAMINT, Rut. La Política Exterior Argentina en el 2008: una gestión azarosa. In: MATHIEU, Hans; ARREDONDO, Paula Rodríguez (Ed.). **Seguridad Regional en America Latina y El Caribe:** anuario 2009. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, 2009, p. 15-26 Disponível em: <http://www.nuso.org/userView/notas/4972-001_g.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DONADIO, Marcela; TIBILETTI, Maria de la Paz (Dirección). **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**: edición 2008. Buenos Aires: Ser en el 2000, 2008, p. 141-143. Disponível em: <http://www.resdal.org/ebook/AtlasRESDAL2008/print/atlas-completo.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DREYFUSS, Pablo; LESSING, Benjamin; PURCENA, Júlio César. A Indústria Brasileira de Armas Leves e de Pequeno Porte: produção legal e comércio. In: FERNANDES, Rubem César (Coord.). **Brasil: as armas e as vítimas**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005, p. 64-125. Disponível em: <http://www.desarme.org/publique/media/vitimas_armas_producao_comercio.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

DURANTI, Jimena Alvarez; CANESSA, Julián; ZUVIRÍA, Gustavo Martínez. Brasil. In: MINISTERIO DE DEFENSA (Argentina). Estado Mayor Conjunto de las Fuerzas Armadas. Centro de Estudios Estratégicos. **Estúdio Comparado de Políticas de Defensa**. Buenos Aires: Centro de Estudios Estratégicos, 2003. Disponível em: <http://www.fuerzas-armadas.mil.ar/cee/publicacionesTexto.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

EKE, Steve. Para Rússia, BRICs são símbolo de mundo multipolar. **BBC News**, 31 mar. 2009. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2009/03/090331_russia_analise.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2010.

EL COMERCIO. Perú y Brasil Firman Trece Acuerdos Binacionales. **El Comercio**, Lima, 10 nov. 2006. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=280884>. Acesso em: 15 fev. 2010.

EMBRAER. **Principais Eventos em 35 Anos**. São José dos Campos, 19 ago. 2004. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/embraer/35eventos>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Assinatura de Contrato Lança o Super Tucano no Mercado Internacional**. São José dos Campos, 8 dez. 2005. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/embraer/super_tucano_colombia7.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Embraer Entrega 50º A-29 Super Tucano à Força Aérea Brasileira**. São José dos Campos, 19 set. 2007. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/emb1/st_50.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Embraer Fornecerá Super Tucano para a Fuerza Aérea de Chile (FACh)**. São José dos Campos, 15 ago. 2008. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/emb1/st_eq_1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. O Bandeirante de Série – EMB 110. In: ______. **40 Anos do 1º Vôo do Bandeirante**. São José dos Campos, 22 out. 2008. Disponível em: <http://www.embraer.com.br/hotsites/40anosbandeirante/portugues/default.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Demonstrações Financeiras Padronizadas 2007**. São José dos Campos, 2008. Disponível em: <http://ri.embraer.com.br/Embraer/ShowResultados.aspx?id_materia=YzGiOgrhi/cBzU7uY/OGlA==&id_vinculo=YzGiOgrhi/cBzU7uY/OGlA==&id_canal=ylPU+SWBRqiRmJwFawb/Dg=>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Embraer Vende Oito Aviões Super Tucano para a República Dominicana**. São José dos Campos, 9 jan. 2009. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/emb1/st_rd_1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Embraer Confirma Venda de 24 Aviões Super Tucano para o Equador**. São José dos Campos, 23 mar. 2009. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/emb1/st_eq_1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **KC-390**. São José dos Campos, abr. 2009. Disponível em: <http://www.centrohistoricoembraer.com.br/files/7FE7203DC2E5ABF5832575B50044343A/Spec_KC390_abril_09.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Demonstrações Financeiras Padronizadas 2008**. São José dos Campos, 2009. Disponível em: <http://ri.embraer.com.br/Embraer/ShowResultados.aspx?id_materia=PmuzgRsnBi+b19dJTqc1dQ==&id_vinculo=PmuzgRsnBi+b19dJTqc1dQ==&id_canal=ylPU+SWBRqiRmJwFawb/Dg==>. Acesso em: 15 fev. 2010.

EJÉRCITO ARGENTINO. **Proyecto Gaucho: inicio de pruebas de evaluación**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.ejercito.mil.ar/gaucho/gaucho.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Envío de prototipo del vehículo 4x4 a Brasil**. 30 jun. 2005. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/eb/proyecto_ar_br.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Gaucho - RASIT**. Out. 2007. Disponível em: <http://www.ejercito.mil.ar/gaucho//07/gaucho.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Gaucho en Luján**. Nov. 2007. Disponível em: <http://www.ejercito.mil.ar/gaucho//07/gaucho.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

EXÉRCITO BRASILEIRO. **Comando de Aviação do Exército – Brigada Ricardo Kirk**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/06OMs/Aviacao/Cavex/indice.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **United Nations Peace-Keeping Force in Cyprus - Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas no Chipre**. [s.d.]. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/missaopaz/unficyp/indice.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Operação Cruzeiro do Sul: operações de manutenção de paz.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/opsul-2000/historico.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Operação Cruzeiro do Sul: operações de manutenção de paz – efetivo.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/Opcrusul99/efetipor.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).** Brasília, 28 set. 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/Opcrusul99/ultimpor.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Palestra sobre operações de paz ministrada pela Cruz Vermelha Internacional durante o seminário desenvolvido no Campo de Instrução de São Borja.** Brasília, 30 set. 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/Opcrusul99/ultimpor.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Operação Cruzeiro do Sul: operações de manutenção de paz – informações gerais/situação geral.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/Opcrusul99/informac.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Operação Cruzeiro do Sul: operações de manutenção de paz – situação geral.** Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/opsul-2000/situacao.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Portaria nº 562, de 31 de outubro de 2001, do Comandante do Exército**. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/PORTARIAS/Port%20n%BA%20562_Cmt%20Ex_31Out01.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Operação Cabañas 2001**. 2001. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/cabanas/indice.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Exercício Laço Forte 2002.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/lacoforte02/indice.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Exercício Laço Forte 2003.** Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/lacoforte03/indice.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Exercício Forças Unidas 2003**. 2003. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/03ativid/operacoes/forcauni/apresenta.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Viatura Leve de Emprego Geral Aerotransportável - Gaúcho.** Brasília, 27 mar. 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/eb/proyecto_ar_br_1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Boletim do Exército nº 13/2006**. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 31 mar. 2006. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/sistemas/be/boletins.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Boletim do Exército nº 38/2007**. Brasília: Secretaria Geral do Exército, 21 set. 2007. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/be_ostensivo/BE2007/be2007pdf/be38-07.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Exército e IVECO assinam contrato de produção do projeto da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal (VBTP)-MR**. Brasília, 12 dez. 2009. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/05notic/paineis/2009/12dez/iveco.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FARIA, Luiz Augusto Estrella Faria. **A Chave do Tamanho**: desenvolvimento econômico e perspectivas do MERCOSUL. Porto Alegre: UFRGS; Fundação de Economia e Estatística (FEE), 2004.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS (FAS). **ASTROS (Artillery SaTuration ROcket System): Sajil-60**, Washington, 1999. Disponível em: <http://www.fas.org/man/dod-101/sys/land/row/astros.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FERREIRA, Marcos Alan Fagner dos Santos. **O Impacto da Política Externa dos EUA nas Relações entre Brasil e Cuba (1996-2004).** 144 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2006.

FIESP (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO). **Relatório GT-Exportações**. São Paulo, 26 ago. 2008. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/relatorio%20gt-exporta%C3%A7%C3%B5es%20-%2026.08.08%20-%202.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Adidos militares conhecem projeto para a indústria da Defesa na Fiesp**. São Paulo, 10 mar. 2008. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/agencianoticias/2008/03/10/adidos-projetos-defesa-fiesp.ntc>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Brasil inicia processo de nacionalização da produção de helicópteros**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/eads/br_7.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Visitas ao Departamento**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/defesa/visitas-departamento.aspx>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Relatório COMDEFESA**. São Paulo, 6 jul. 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/relat%C3%B3rio%20-%2006.07.2009.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Relatório COMDEFESA**. São Paulo, 1 jun. 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/relat%C3%B3rio%20-%2001.06.2009.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Relatório Divisão Mercado Internacional de Produtos de Defesa**. São Paulo, 9 nov. 2009. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/defesa/pdf/relat%C3%B3rio%20mercado%20internacional%20-%2009.nov.09.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FIGUEIREDO, Janaína. Brasil deve liderar continente, diz chanceler argentino. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 mai. 2003. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/acs/clipping/gl0522.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FILHO, João Roberto Martins. Acordo marca expectativa de ser "potência", diz estudioso [entrevista feita por Cláudia Antunes]. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 set. 2009. Disponível (para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0609200906.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FILHO, Oscar Medeiros. Agenda Brasileira para uma Arquitetura Sul-Americana de Defesa sob uma Perspectiva Militar. In: Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), II, 16-18 nov. 2009, São Paulo, **Anais**. Disponível em: <http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2009/oscar_medeiros_filho.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FLEMES, Daniel. Institution building in Mercosul's defence and security sector (I). Brazil's defence cooperation: between dominant armed services and marked bilateralism. **Working Papers** [publicação do projeto: "Heading towards a regional Security Community? A comparative analysis of the national security policies in the South of Latin America", do Institute for Iberoamerican Studies], Hamburg, n. 20, out. 2004. Disponível em: <http://www.giga-hamburg.de/dl/download.php?d=/content/ilas/archiv/arbeitspapiere/arbeitspapiere20.pdf>. Aces-so em: 30 dez. 2009.

_______. Rumo à Comunidade de Segurança no Sul da América Latina – uma corrida de obstáculos. **Iberoamericana,** Berlin, vol. 4, n. 14, 2004, p. 182-185. Disponível em: <http://www.iai.spk-berlin.de/fileadmin/dokumentenbibliothek/Iberoamericana//14-flemes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

_______. Notas Teóricas sobre a Formação de uma Comunidade de Segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, n. 24, jun. 2005, p. 217-231. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n24/a14n24.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. Problema Energético é Mundial, Diz Cristina Kirchner. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u376235.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Nota à Imprensa**. 21 ago. 2006. Disponível em: <http://www.fab.gov.br/portal/operacoes_aereas/cruzex_2006/noticias/port%20-%20nota%20a%20imprensa.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Cruzex III é encerrada com o sentimento de dever cumprido**. 1 set. 2006. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/operacoes_aereas/cruzex_2006/index.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **2ª Matéria-CRUZEX**. 2008. Disponível em: <http://www.fab.mil.br/portal/capa/cruzex.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. As Origens da Embraer. **Tempo Social**, São Paulo, vol 17, n. 1, jun. 2005, p. 281-298. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100012>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FUERZA AÉREA ARGENTINA. **Finalizó el Ejercicio "Plata V" - Fuerzas Aéreas de Brasil y Argentina**. Buenos Aires, 15 jul. 2007. Disponível em: <http://www.fuerzaaerea.mil.ar/prensa/vercomunicado.asp?id=653>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Fuerza Aérea Argentina y Fuerza Aérea Brasileña (Ejercicio Plata VI)**. Buenos Aires, 19 jun. 2009. Disponível em: <http://www.fuerzaaerea.mil.ar/prensa/vercomunicado.asp?id=733>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FUND FOR PEACE; FOREIGN POLICY. **The Failed States Index 2009**. 2009. Disponível em: <http://www.fundforpeace.org/web/index.php?option=com_content&task=view&id=391&Itemid=549>. Acesso em: 15 fev. 2010.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO (FUNAG). **Brazilian Foreign Policy under Lula:** a chronology (2003-2006). Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/

biblioteca-digital/pdfs_livros/lancamentos/brazilian-foreign-policy-under-lula-a-chronology>. Acesso em: 15 fev. 2010.

G-20. **Cúpula de Pittsburgh: Declaração dos Líderes**. Pittsburgh, set. 2009. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/g20/G-20_Pittsburgh-Declaracao_de_Lideres_em_portugues.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GARCÍA-ALONSO, María del Carmen; HARTLEY, Keith. Export Controls, Market Structure and International Coordination. In: LEVINE, Paul; SMITH, Ron (Ed.). **Arms Trade, Security and Conflict**. New York: Routledge, 2003. Disponível (parcialmente) em: <http://books.google.com/books?id=XbtvrSsC8yEC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_v2_summary_r&cad=0#v =onepage&q=&f=false>. Acesso em: 1 fev. 2010.

GARRÉ, Nilda. **Discurso Pronunciado en la "Inauguración del SINPRODE"** [Simposio y Exposición de Investigación y Producción para la Defensa]. [s.l.], 11 nov. 2009. Disponível em: <http://www.mindef.gov.ar/discursos_discurso_garre.asp?Id=803>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GENEVA CENTRE FOR THE DEMOCRATIC CONTROL OF ARMED FORCES (DCAF). **Adidos para a Defesa.** DCAF Backgrounder, Geneva, mar. 2008. Disponível em: <http://se2.dcaf.ch/serviceengine/Files/DCAF/32532/ipublicationdocument_singledocument/04889146-5593-432C-BBB4-78332B02CD75/pt/port_defense_attachees.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GLOBAL SECURITY.ORG. A4D (A-4) Skyhawk Foreign Sales. **Global Security.org**, Alexandria, Virginia, USA. Disponível em: <http://www.globalsecurity.org/military/systems/aircraft/a-4-fms.htm>. Acesso em: 29 jan. 2010.

GODOY, Roberto. Avibrás renasce com contrato de exportação de R$ 500 milhões. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 set. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080912/not_imp240370,0.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GOMES, Márcio dos Santos. Viatura Gaúcho. **CTEx Notícias** [Informativo do Centro Tecnológico do Exército], Rio de Janeiro, ano II, n. 4, 13 jun. 2007. Disponível em: <http://www.ctex.eb.br/jornal_ctex/jornal_004_ctex.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GONÇALVES, José Botafogo; LYRIO, Maurício Carvalho. Aliança Estratégica entre Brasil e Argentina: antecedentes, estado atual e perspectivas. **Dossiê CEBRI**, Brasília, vol. 2, 2003. Disponível em: <http://www.cebri.org.br/pdf/176_PDF.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GONZÁLEZ, P; MARTÍNEZ, R. Chile envía señal a países vecinos y retira sus últimos aviones Mirages. **El Mercurio**, Santiago, 2 jan. 2008. Disponível em: <http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={33ba94f3-c2ee-4507-ad30-251d70701fe4}>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GUALDONI, Fernando; PRADOS, Luis. Entrevista: Cristina Fernández de Kirchner, candidata a la presidencia de Argentina. **El País**, Madrid, 26 jul. 2007. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/identifico/Evita/puno/crispado/elpepiint/20070726elpepiint_10/Tes>. Acesso em: 15 fev. 2010.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Argentina e Brasil: integração, soberania e território. In: LLADÓS, José María Lladós, GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Ed.). **Perspectivas Brasil e Argentina**, v. 2. Brasília: IPRI, CARI, 1999. Também disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/textos/guimaraesargbrasil.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **O Mundo Multipolar e a Integração Sul-Americana**. [s.l.], 2007. Disponível em: <http://www.funceb.org.ar/pensamiento/mundomultipolar.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HADDAD, Fernando; FILMUS, Daniel. **Brasil-Argentina: o papel da educação na aliança estratégica**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/brasilargentina.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HELIBRAS. **Helibras, Há quase 30 Anos, é Responsável pela Montagem, Venda e Pós-Venda das Aeronaves da Linha Eurocopter no Brasil**. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.helibras.com.br/detRelease.asp?codigo=15>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Mercado Brasileiro**. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.helibras.com.br/mercado.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Helibras Fecha Contrato para Modernização de 34 Helicópteros do Exército**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.helibras.com.br/detAtualidade.asp?codCategoria=2&codAtualidade=169&codigo=2&codigo2=16>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Helibras registra faturamento recorde**. São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.helibras.com.br/detAtualidade.asp?codCategoria=2&codAtualidade=171&codigo=2&codigo2=17>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HEREDIA, Edmundo A. O Cone Sul e a América Latina: interações. In: CERVO, Amado Luiz; RAPOPORT, Mario (Org.). **História do Cone Sul.** Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

HIRST, Monica. Contexto e Estratégia do Programa de Integração Brasil-Argentina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 8, n. 3 jul.-set. 1988. Disponível em: <http://www.rep.org.br/pdf/31-4.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. As relações Brasil-Argentina: pontos para reflexão e debate. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Seminário: política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

HOBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia a Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOFMEISTER, Wilhelm. O Brasil e seus Vizinhos: reivindicação de liderança regional na América do Sul. **Europa América Latina: análises e informações** [publicação do Centro de Estudos da Fundação Konrad Adenauer], Rio de Janeiro, n. 13, set. 2003. Disponível em: <http://www.adenauer.org.br/europa/europa.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HOLTOM, Paul; BROMLEY, Mark; WEZEMAN, Peter D. International Arms Transfers. In: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Yearbook 2008**: armaments, disarmament and international security. Oxford: University Press, 2008. cap. 7, p. 293-317. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/transfers/publications/yearbook/yearbook_08_C7>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HOOK, Glenn. Japan and the Construction of Asia-Pacific. In: GAMBLE, Andrew; PAYNE, Anthony (Ed.). **Regionalism and World Order**. New York: St Martin´s Press, 1996.

HOUSE OF COMMONS (Reino Unido). **Hansard (House of Commons Daily Debates): Military Aircraft (column 1041W)**. London, 3 jul. 2008. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk/pa/cm200708/cmhansrd/cm080703/text/80703w0006.htm#080703%2066002709>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HURA, Myron. **Interoperability**: a continuing challenge in coalition air operations. Santa Monica, California: RAND Corporation, 2004. Disponível em: <http://www.rand.org/pubs/monograph_reports/MR1235>. Acesso em: 15 fev. 2010.

HURRELL, Andrew. An Emerging Security Community in South America. In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Cambridge: University Press, 1998.

INFOBAE.COM. Los Ejércitos de la Argentina y de Brasil Fabricarán un 4x4 en un Emprendimiento Conjunto. **Infobae.com**, Buenos Aires, 13 maio 2004. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/noticia/infobae4x4.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

ISTOÉ DINHEIRO. Um Lobby Desastrado. **IstoÉ Dinheiro**, São Paulo, ed. 618, 12 ago. 2009. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/edicoes/618/artigo146117-1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

JAGUARIBE, Hélio. Defesa nacional: desafios e possíveis respostas do Brasil, 2003, Brasília. In: PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil.** Brasília: Ministério da Defesa, 2004, vol. 1, p. 61-83. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/colecao/reflexao.pdf>. Acesso em: 22 maio 2008.

JANE´S INFORMATION GROUP. **Argentina Country Profile**. London, 2008.

_____. **Brazil Country Profile**. London, 2008.

JANÉR, Bengt. Entrevista: “Sarkozy é realmente um grande vendedor”. **Zero Hora**, Porto Alegre, 11 set. 2009. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/default2.jsp?uf=1&local=1&source=a2649768.xml&template=3898.dwt&edition=13098§ion=1007>. Acesso em: 22 maio 2008.

JAPAL, Zafar Nawaz. Enhanced Defense Cooperation Between the United States and Pakistan. **Strategic Insights** [publicação do Center for Contemporary Conflict, Naval Postgraduate School], Monterey, California, vol. VI, issue 4, june 2007. Disponível em: <http://www.nps.edu/Academics/centers/ccc/publications/OnlineJournal/2007/Jun/jaspalJun07.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

JERVIS, Robert. From Balance to Concert: a study of international security cooperation. **World Politics**, vol. 38, n. 1, oct. 1985, p. 58–79. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/pdfplus/2010351.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2010.

JOBIM, Nelson. A Defesa na Agenda Nacional: o plano estratégico de defesa. **Interesse Nacional**, ano 1, ed. 2, jul-set. 2008, p. 9-16. Disponível em: <http://www.interessenacional.com/artigos-integra.asp?cd_artigo=1>. Acesso em: 01 fev. 2010.

JORNAL DA CIÊNCIA (SBPC). 2ª Escola Brasileira de Nanobiotecnologia: inscrições até 31 de julho. **Jornal da Ciência**, São Paulo, 18 jul. 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=48836>. Acesso em: 01 fev. 2010.

______. Escola teórica-experimental apresentará fundamentos do nanomagnetismo e suas aplicações. **Jornal da Ciência**, São Paulo, 27 nov. 2007. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=52607>. Acesso em: 01 fev. 2010.

______. Centro Brasileiro Argentino de Nanotecnologia inscreve para “Escola de Processamento e caracterização de materiais nano-estruturados”. **Jornal da Ciência**, São Paulo, 21 nov. 2008. Disponível em: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detalhe.jsp?id=60083>. Acesso em: 01 fev. 2010.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

KEOHANE, Robert O. **After Hegemony:** cooperation and discord in the world political economy. Princeton: University Press, 1984.

______; NYE, Joseph S. Transgovernmental Relations and International Organizations. **World Politics**, vol. 27, n. 1, oct. 1974, p. 39-62.

KHOBE, Mitikishe Maxwell. The Evolution and Conduct of ECOMOG Operations in West Africa. In: MALAN, Mark (Ed.). **Boundaries of Peace Support Operations:** the African dimension [Monograph n. 44]. Pretoria, South Africa: Institute for Security Studies (ISS), 2000. Disponível em: <http://www.iss.co.za/Pubs/Monographs/No44/Contents.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

KOLODZIEJ, Edward A. **Security and International Relations.** Cambridge: University Press, 2005.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 14, n. 38, abr. 2000, p. 260-267. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v14n38/v14n38a14.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

LA FUENTE, Javier. Entrevista Nelson Jobim: “Una buena defensa es tener la capacidad de decir que no”. **El País**, Madri, 28 out. 2009. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/buena/defensa/tener/capacidad/decir/elpepuint/20091028elpepuint_1/Tes>. Acesso em: 1 fev. 2010.

LA NACIÓN. Kirchner Prometió Recuperar la Política de Defensa Nacional. **La Nación**, Buenos Aires, 18 set. 2003. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=528363>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Cronología de los principales atentados anti-judíos fuera de Israel. **La Nación**, 07 out. 2004. Disponível em: <http://www.lanacion.cl/p4_lanacion/antialone.html?page=http://www.lanacion.cl/p4_lanacion/site/artic/20041007/pags/20041007223349.html>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. Gaucho: proyecto para enfrentar los caminos extremos del Mercosur. **La Nación**, Buenos Aires, 2 jun. 2006. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=810871>. Acesso em: 15 fev. 2010.

LARI, Andrea; GARCIA, Sean. Colombia: el desbordamiento del conflicto. **Refugees International**, 7 jul. 2009. Disponível em: <http://www.refugeesinternational.org/node/3606>. Acesso em: 1 fev. 2010.

LIBRARY OF CONGRESS (EUA). **A Country Study: Brazil**. Washington: Library of Congress, 1997. chapter 5. Disponível em: <http://memory.loc.gov/cgi-bin/query/r?frd/cstdy:@field%28DOCID+br0122%29>. Acesso em: 1 fev. 2010.

LIOW, Joseph Chinyong. Malaysia’s Post-Cold War China Policy: a reassessment. In: TSUNEKAWA, Jun (Ed.). **The Rise of China:** responses from Southeast Asia and Japan. Tokyo: The National Institute for Defense Studies (Ministry of Defense), 2009, cap. 2, p. 47-79. Disponível em: <http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint_research/series4/pdf/4-2.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

LISKA, George. **Nações em Aliança**: os limites da interdependência. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

LOCKHEED ARGENTINA. **AT-63 Pampa Realiza Pruebas de Vuelo ante los 1000 Empleados de Lockheed Martin Aircraft Argentina**. Córdoba, 30 jun. 2005. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/tecno/at63_pampa_es.htm>. Acesso em: 1 fev. 2010.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. **Pronunciamento do presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional**. Brasília: Presidência da República/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 1 jan. 2003. Disponível em: <www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr0011.doc>. Acesso em: 1 fev. 2010.

______. **Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Pólo de Biocombustíveis**. Piracicaba: Presidência da República/Secretaria de Imprensa e Divulgação, 16 jan. 2004. Disponível em: <http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/PR313.DOC>. Acesso em: 1 fev. 2010.

MARINHA DO BRASIL. Centro de Comunicação Social da Marinha. Operação "Atlasur VI" – 2006. **Revista Nomar**, n. 775, nov. 2006. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/nomar/atuais/775/775.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. ______. Operação "Atlasur VII". **Revista Nomar**, n. 795, jul. 2008. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/menu_v/ccsm/nomar/atuais/795/795.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MARSIGLIA, Ivan. Desfile de Guayaberas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 27 fev. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,desfile-de-guayaberas,517025,0.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MERCADANTE, Aloizio. **Discurso proferido no Senado**. Brasília: Diário do Senado, 28 nov. 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/11/27112007/41957.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MERCOSUL. Parlamento. **Declaração 13/2008: sobre a reativação da quarta frota da marinha de guerra dos EUA.** Jul. 2008 Disponível em: <http://www.parlamentodelmercosur.org/archivos/DECL.%2013.2008.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MINDEZ, Leonardo. Otra visita de Chávez y más integración con Venezuela. **Clarín**, Buenos Aires, 10 dez. 2009. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2009/12/10/elpais/p-02058662.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA (Brasil). TANBA I: Brasileiros e Argentinos nos Céus do Brasil. **Revista Aerovisão**, Brasília, ano XXII, n. 192, nov. 97-jan. 98, p. 12-13.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Brasil). Centro Brasileiro-Argentino de Nanotecnologia – CBAN. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/24251.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MINISTÉRIO DA DEFESA (Brasil). Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Operações Aeromóveis (IP 90-1)**. Brasília: Estado-Maior do Exército, 2000. Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/DIVERSOS/F%20Paz/IP%2090-1.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Transporte de Viaturas Blindadas (Caderno de Instrução CI 55-1)**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/html/1sch/cadernos_instrucao/CI%2055-1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Portaria Normativa nº 899, de 19 de julho de 2005, que aprova a Política Nacional da Indústria de Defesa (PNID)**. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/md/pnid.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Portaria Normativa nº 586, de 24 de abril de 2006, que aprova as ações estratégicas para a PNID**. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/bdlegis/normas/norma.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Doutrina Militar de Defesa**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/doutrina_militar_de_defesa.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Veja mais detalhes sobre a palestra do General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira** [palestra realizada no Senado Federal]. Brasília, 14 jun. 2007. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/mostra_materia.php?ID_MATERIA=31133>; <https://www.defesa.gov.br/UserFiles/File/barros.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Futuros adidos brasileiros são orientados no Ministério da Defesa**. Brasília, 27 mar. 2007. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/mostra_materia.php?ID_MATERIA=30930>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Adido de Defesa da Bélgica despede-se do Ministério da Defesa do Brasil**. Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/imprensa/mostra_materia.php?ID_MATERIA=31003>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Entrevista: General-de-Exército José Benedito de Barros Moreira.** Brasília, 06 fev. 2008. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/mostra_materia.php?ID_MATERIA=31900>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília: Ministério da Defesa, 2008. 2. ed. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MINISTERIO DE DEFENSA (Argentina). **Garre Asistio a la Presentacion del Vehiculo Aerotransportable "Gaucho"**. Buenos Aires, 25 abr. 2006. Disponível em: <http://www.mindef.gov.ar/info.asp?Id=102&bus=3>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Defensa Presentó al Congreso el Cronograma de Ejercicios Militares (Información de Prensa nº 173/09)**. Buenos Aires, 20 jul. 2009. Disponível em: <http://www.mindef.gov.ar/info.asp?Id=1094&bus=3&comboN=&criterioN=&vDiaN=&vMesN=&vAnioN=>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MINISTERIO DE DEFENSA (Chile). **Fuerza de Paz Conjunta Cruz del Sur**. s.l., 2008. Disponível em: <http://www.cebri.org.br/pdf/402_pdf.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

MIYAMOTO, Shiguenoli. O Brasil e os Foros Internacionais: os anos recentes. **Revista de Economia e Relações Internacionais**, São Paulo, vol. 7, n. 13, jul. 2008, p. 35-48.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. Política Exterior do Brasil: de FHC a Lula. **Revista Espaço Acadêmico,** Maringá, ano 5, n. 49, jun. 2005. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/049/49bandeira.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Geopolítica e Política Exterior:** Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca-digital/pdfs_livros/lancamentos/capa_geopolitica>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MORADA, Noel M. The Rise of China and Regional Responses: a Philippine perspective. In: TSUNEKAWA, Jun (Ed.). **The Rise of China:** responses from Southeast Asia and Japan. Tokyo: The National Institute for Defense Studies (Ministry of Defense), 2009. p. 111-137. Disponível em: <http://www.nids.go.jp/english/dissemination/joint_research/series4/pdf/4-4.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MOREIRA, Artur Luiz Santana Moreira. **Guerra das Malvinas: o impacto geopolítico do conflito no relacionamento entre a Armada da República Argentina (ARA) e a Marinha do Brasil (MB)**. 214 f. Dissertação (Mestrado em História)-UERJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_arquivos/17/TDE-2008-11-11T115745Z-379/Publico/dissertacao%20completa%20Artur.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações**: a luta pelo poder e pela paz. Brasília: Universidade de Brasília; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

MURRAY, Williamson; SCALES, JR., Robert H. **The Iraq War**: a military history. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

NAKAMURA, Patrícia. Medo de demissões na Avibrás, **Valor Econômico**, São Paulo, 8 jan. 2008. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/brasil/avibras.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

NATO (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION). NATO Standardization Agency. **NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French).** Brussels: NATO, 2009. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/stanag/aap006/aap-6-2009.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

NAZEMROAYA, Mahdi Darius. **The Globalization of Military Power - NATO Expansion**: NATO and the broader network of US sponsored military alliances. Montreal, Canada: Centre for Research on Globalisation, 2007. Disponível em: <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=viewArticle&code=NAZ20070517&articleId=5677>. Acesso em: 15 fev. 2010.

NETO, Ricardo Bonalume. O Mito do Poderio Brasileiro. **Revista Grandes Guerras**, São Paulo, ed. 32 (edição especial), p. 32, dez. 2009.

OEA (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS). Comissão de Segurança Hemisférica. **Cooperação para a Segurança Hemisférica**. S. d., s. l.. Disponível em: <http://www.oas.org/csh/portuguese/coopera%C3%A7intro.asp>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Comissão de Segurança Hemisférica. **Informações Apresentadas em Virtude do Parágrafo Dispositivo 3 da Resolução da Assembléia Geral Ag/Res. 2113 (Xxxv-O/05): "Transparência e Fortalecimento da Confiança e da Segurança nas Américas"** [documento apresentado pela Argentina à OEA sobre suas realizações na área de medidas de confiança mútua].

Dez. 2005. Disponível em: <http://scm.oas.org/doc_public/PORTUGUESE/HIST_05/CP14930P07.doc>. Acesso em: 15 fev. 2010.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração nuclear Brasil-Argentina:** uma estratégia compartilhada. Florianópolis: UFSC, 1996.

______. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, vol. 41, n. 1, jan.-jun. 1998, p. 5-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n1/v41n1a01.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Carta da ONU.** San Francisco, 1945. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc4.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Reports of International Arbitral Awards:** dispute between Argentina and Chile concerning the Beagle Channel. Vol. XXI, p 53-264, 2006. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc4.php>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Conselho de Segurança. **Report of the Secretary-General on the United Nations Operation in Cyprus**. New York, 2 jun. 2008. Disponível em: <http://www.unficyp.org/media/SG%20Reports/S.2008.353.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). **Refugiados em el Ecuador:** datos básicos sobre la operación de ACNUR. Segundo semestre de 2009. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/uploads/tx_refugiadosamericas/Refugiados_en_Ecuador_2009_segundo_semestre.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ORESMAN, Matthew. Beyond the Battle of Talas: China's re-emergence in Central Asia. In: BURGHART, Daniel L.; SABONIS-HELF, Theresa (Ed). **In the tracks of Tamerlane:** Central Asia's path to the 21st Century. Washington: National Defense University Press, 2004, p. 401-424. Disponível em: <http://www.ndu.edu/ctnsp/tamerlane/Tamerlane-Chapter19.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PÁGINA 12. De Vuelta en las Manos del Estado. **Página 12**, Buenos Aires, 6 ago. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-129511-2009-08-06.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PALACIOS, Ariel. Argentina compra 20 aviões da Embraer com ajuda do BNDES. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 maio 2009. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/economia,argentina-compra-20-avioes-da-embraer-com-ajuda-do-bndes,375083,0.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PASTORE, Fortunato**. Soldados Nus: Filhos do Acaso ou Filhos da Glória. Estratégia Militar e Economia na América Latina Independente (1810-2000).** 312 f. Tese (Doutorado em História)- USP, São Paulo, 2006.

PATRÍCIO, Raquel. As relações em eixo – novo paradigma da teoria das relações internacionais? **Revista Brasileira de Política Internacional,** Brasília, vol. 49, n. 2, jul.-dez. 2006, p. 5-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v49n2/a01v49n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PEREIRA, Ana Claudia J. A Política Externa e a Política de Defesa dos Governos FHC e Lula: uma reflexão sobre a proeminência de atores e a abertura do debate democrático. **Observador On-line** [publicação do Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM], Rio de Janeiro, v.2, n. 12, dez 2007. Disponível em: <http://observatorio.iuperj.br/pdfs/27_observador_topico_Observador_v_2_n_12.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PERU. Ministerio de Defensa. **Libro Blanco de la Defensa Nacional**. Lima: Ministerio de Defensa, 2005. Disponível em: <http://www.mindef.gob.pe/menu/libroblanco/index.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

PRESIDENCIA DE LA REPUBLICA (Argentina). **Proyecto de Ley 79/03 (Mensaje 927)**. Buenos Aires, 16 out. 2003. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585870&advquery=0079-PE-03&infobase=tp.nfo&record={637C}&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 389/04 (Mensaje 1.036)**. Buenos Aires, 11 ago. 2004. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585807&advquery=0389-PE-04&infobase=dae.nfo&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 20/05 (Mensaje 219)**. Buenos Aires, 17 mar. 2005. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585917&advquery=0020-PE-05&infobase=dae.nfo&record={3B58}&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 189/06 (Mensaje 1.100)**. Buenos Aires, 24 ago. 2006. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557586018&advquery=3030-S-06&headingswithhits=on&hitsperheading=on&infobase=dae.nfo&record={60A9}&softpage=Document42>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 185/06 (Mensaje 1.114)**. Buenos Aires, 28 ago. 2006. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585117&advquery=0189-PE-06&infobase=dae.nfo&record={60AC}&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 74/07 (Mensaje 508)**. Buenos Aires, 15 maio 2007. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585183&advquery=0074-PE-07&infobase=dae.nfo&record={7210}&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Proyecto de Ley 320/07 (Mensaje 1.273)**. Buenos Aires, 02 out. 2007. Disponível em: <http://www3.hcdn.gov.ar/folio-cgi-bin/om_isapi.dll?clientID=557585223&advquery=0320-PE-07&infobase=dae.nfo&record={79EE}&recordswithhits=on&softpage=proyecto>. Acesso em: 15 fev. 2010.

QUINTÃO, Geraldo Magela da Cruz. Discurso de abertura. In: SEMINÁRIO SOBRE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DE INTERESSE PARA A DEFESA NACIONAL, 2002, Brasília. **Ciência, Tecnologia e Inovação: proposta de diretrizes estratégicas para a defesa nacional**, Brasília: Ministério da Defesa; Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002, p. 7-11 Disponível em: <http://www.cgee.org.br/arquivos/CTDefesa_proposta_diretrizes.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Discurso proferido pelo Ministro de Estado da Defesa na solenidade de transmissão do cargo**. Brasília, 02 jan. 2003. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/noticia/possequintao/page2.html>. Acesso em: 30 dez. 2008.

REBELO, Aldo. Nosso papel é mediar. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 4 abr. 2008. Disponível (para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0404200808.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RIA NOVOSTI. Handover of Russian Islands to China Seen as Effecive Diplomacy. **RIA Novosti**, Moscow, 14 out. 2008. Disponível em: <http://en.rian.ru/world/20081014/117720719.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RICE, Condoleezza. Entrevista a William Waack. **TV Globo**, 13 mar. 2008. Disponível (transcrição) em: <http://montevideo.usembassy.gov/usaweb/2008/08-184EN.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RIVAS, Santiago. Chile e Equador selecionam o Super Tucano para equipar as suas forças aéreas. **Revista ASAS**, 28 abr. 2008. Disponível em: <http://www.revistaasas.com.br/index.php?ASA=show_news&id=508&LE=atual>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RIVERA, Marcelo. **El Tanque Argentino Mediano – TAM**. Grupo de Investigaciones de Defensa (DintelGid); UFJF/Defesa, Buenos Aires, 27 mar. 2007. Disponível em: <http://www.dintel-gid.com.ar/articulos_sistemas/articulo08.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

ROYAL AIR FORCE (Reino Unido). S.l., s.d. **Tucano**. Disponível em: <http://www.raf.mod.uk/equipment/tucano.cfm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RUDZIT, Gunther. O Debate Teórico em Segurança Internacional: mudanças frente ao terrorismo? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 5, n. 2, p. 297-323, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/5/1598>. Acesso em: 15 fev. 2010.

RUNZA, Ricardo Adrián. **Análisis y Evaluación de las relaciones argentino-brasileñas de defensa, desde la perspectiva del Mecanismo de Análisis Estratégico (MAE)** [publicação do projeto de pesquisa: “Heading towards a regional Security Community? A comparative analysis of the national security policies in the South of Latin America”, do Institute for Iberoamerican Studies], Buenos Aires, 2004. Disponível em: <http://www.ieeba.com.ar/textos/runza/Analisis-Evaluacion(BRA).doc>. Acesso em: 30 dez. 2009.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. O lugar do Brasil na política externa da Argentina: a visão do outro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 65, p. 71-90, mar. 2003.

SADC (SOUTHERN AFRICAN DEVELOPMENT COMMUNITY). **Protocol on Politics, Defence and Security Co-operation**. Blantyre, Malawi, 14 ago. 2001. Disponível em: <http://www.sadc.int/index/browse/page/157>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Exercício do Posto do Comando da Brigada da SADC (Exercício Golfinho Fase II)**. Maputo, 24 abr. 2009. Disponível em: <http://www.sadc.int/attachment/download/file/264>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SANDER, Letícia; GRIPP, Alan. Carta de Hillary Reforça Lobby da Boeing pelos Caças da FAB. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 6 ago. 2009. Disponível (para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0608200918.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 48, n. 2, p. 185-204, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a10v48n2.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SARAIVA, Miriam Gomes. Brasil e Argentina em tempos recentes: os limites de uma aliança política. **Revista Com Ciência** [SBPC], São Paulo, n. 75, 10 abr. 2006. Disponível em: <http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=12&id=90>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol. 44, n. 2, p. 126-150, 2001. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35844207.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Um Novo Ensaio Estratégico Argentino-Brasileiro: possibilidades e limites. FLACSO, 2004. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/flacso/flavio.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SCAHILL, Jeremy. Mercenários expandem ações na América Latina: entrevista concedida a Andrea Murta. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 22 jun. 2008. Disponível (para assinantes) em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2206200810.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SEITENFUS, Ricardo. O Mercosul e a Penhora da Casa. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 19, n. 55, set.-dez. 2005, p. 74-85. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/05.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SENADO DE LA NACIÓN (Argentina). **Proyecto de Ley (CD 140/07)**. Buenos Aires, 7 nov. 2007. Disponível em: <http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dsecretaria/Periodo2007/PDF2007/TP2007/09Noviembre2007/tp%20149/0106-S-07.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SEQUEIRA, Cláudio Dantas. A volta da Engesa: acordo sigiloso com o grupo europeu EADS retoma marca histórica da indústria bélica. **IstoÉ Independente**, São Paulo, ed. 2075, 19 ago.

2009. Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens/16703_A+VOLTA+DA+ENGESA ?pathImagens=&path=&actualArea=internalPage>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SERBIN, Andrés. A América do Sul em um mundo multipolar. A UNASUL é a alternativa? **Nueva Sociedad (especial em português)**, dez. 2009, p. 4-16. Disponível em: <http://www.nuso.org/ upload/portugues/2009/1Serbin.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SHAMBAUG, David. China Engages Asia: reshaping the regional order. **International Security**, vol. 29, n. 3, winter 2004/05, p. 64–99.

______ . China´s New Diplomacy in Asia. **Foreign Service Journal**, mai. 2005, p. 30-38. Disponível em: <http://www.afsa.org/fsj/may05/shambaugh.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SHMELEV, Ivan. Castro and Chavez light a fire of revolutions in Latin America against USA's supremacy. **Pravda**, Moscou, 28 jul. 2005. Disponível em: <http://english.pravda.ru/world/20/ 91/368/15879_Chavez.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SILVEIRA, Rui Monarca da. Segurança e defesa: a visão do Exército Brasileiro, 2003, Brasília. In: PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil.** Brasília: Ministério da Defesa, 2004, vol. 1, p. 167-187. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/ colecao/reflexao.pdf>. Acesso em: 22 maio 2008.

SILVEIRA, Virgínia. Indonésia compra oito jatos Super Tucano da Embraer. **Valor Econômico**, São Paulo, 16 out. 2009. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/emb1/vl_16out09.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SIMIONATO, Maurício; FREIRE, Sílvia. Lula defende criação de conselho de defesa regional. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 5 mar. 2008. Disponível (para assinantes) em: <http://www1. folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft0503200811.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SIMONS, Marlise. Gulf War Spurs Brazil Arms Makers. **New York Times**, New York, 25 jan. 1988. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1988/01/25/world/gulf-war-spurs-brazil-arms-makers.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SIPRI (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE). **The SIPRI Top 100 arms-producing companies, 2008**. Stockholm, 2009. Disponível em: <http://www.sipri.org/research/armaments/production/Top100/data>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Coverage: Types of Weapons/Types of Transfers**. Stockholm, s.d.. Disponível em: <http://www.sipri.org/databases/armstransfers/background/coverage>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SODER, Kirsten. Multilateral Peace Operations, 2008. In: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). **SIPRI Yearbook 2009**: armaments, disarmament and international security. Oxford: University Press, 2009. Appendix 3A, p. 117-158. Disponível (parcialmente) em: <http://books.google.com.br>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. Desafios de uma política externa assertiva. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 46, n. 1, jan.-jun. 2003, p. 12-34. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v46n1/a02v46n1.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOUZA, Amaury de. **A Agenda Internacional do Brasil**: um estudo sobre a comunidade brasileira de política externa. Rio de Janeiro: CEBRI, 2002. Disponível em: <http://www.cebri.org.br/pdf/101_PDF.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **A Agenda Internacional do Brasil**: a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier; CEBRI, 2009.

SOUZA, Marcos de Moura e. Exportações para América Latina ganham força. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 nov. 2006. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/zz/br_arrms.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SOUZA, André de Mello e; OLIVEIRA, Ivan Tiago Machado; GONÇALVES, Samo Sérgio. **Integrando Desiguais:** assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul. Texto para Discussão nº 1477. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1477.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2010.

STUDART, Hugo; ATTUCH, Leonardo. O pouso forçado da Embraer. **Istoé Dinheiro**, n. 435, 18 jan. 2006. Disponível em: <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/435/economia/pouso_forcado_embraer.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

SUM, Ngai-Ling. The NICs and Competing Strategies of East Asian Regionalism. In: GAMBLE, Andrew; PAYNE, Anthony (Ed.). **Regionalism and World Order**. New York: St Martin´s Press, 1996.

TECNOLOGIA E DEFESA. Governo Brasileiro Será Acionista da Avibras. **Tecnologia e Defesa**, São Paulo, 22 jan. 2009. Disponível em: <http://www.tecnodefesa.com.br/index.php?option= com_content&view=article&id=405:governo-brasileiro-sera-acionista-da-avibras&catid=35: noticias&Itemid=55>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. CRUZEX V: Estado-maior da Aeronáutica inicia trabalhos de planejamento. **Tecnologia e Defesa (notícias on-line)**, 7 nov. 2009. Disponível em: <http://www.tecnodefesa.com.br/index. php?option=com_content&view=article&id=1150:cruzex-v-estado-maior-da-aeronautica-inicia-trabalhos-de-planejamento&catid=35:noticias&Itemid=55>. Acesso em: 15 fev. 2010.

TIME. Argentina: old hands, new directions. **Time**, New York, 23 out. 1950. Disponível em: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,813605,00.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

TRATADO PARA LA PROSCRIPCIÓN DE LAS ARMAS NUCLEARES EN LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (TRATADO DE TLATELOLCO). 1967. Disponível em: <http:// www.opanal.org/opanal/Tlatelolco/Tlatelolco-e.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

TUSICISNY, Andrej. Security Communities and Their Values: taking masses seriously. **International Political Science Review**, vol. 28, n. 4, 2007, p. 425-449. Disponível em: <http:// www.tusicisny.com/research/tusicisny_security_communities_and_their_values.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

UNIÃO EUROPEIA (UE). **Tratado de Maastricht**. 1992. Disponível em: <http://europa.eu/eur-lex/en/treaties/dat/C_2002325EN.000501.html>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **Tratado de Amsterdam**. 1999. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/treaties/dat/ 11997D/htm/11997D.html>. Acesso em: 15 fev. 2010

______. **Tratado de Lisboa**. 2009. Disponível em: <http://bookshop.europa.eu/eubookshop/ download.action?fileName=FXAC08115PTC_002.pdf&eubphfUid=10774981&catalogNbr=FX-AC-08-115-PT-C>. Acesso em: 15 fev. 2010.

UN INITIATES arms trade agreement. **BBC News**, London, 27 out. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6088200.stm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

UNITED NATIONS. **Social indicators: indicators on population**. 2009. Disponível em: <http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/socind/population.htm>. Acesso em: 26 fev. 2010.

______; ECOWAS; CENTRE FOR CONFLICT RESOLUTION. **West Africa's Evolving Security Architecture: looking back to the future**. Accra, Ghana: oct. 2006. Disponível em: <http://www.ccr.uct.ac.za/fileadmin/template/ccr/pdf/Vol_17-WA_Report.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

UNITED STATES OF AMERICA. The White House. **The National Security Strategy.** Washington, set. 2002. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2002/nss.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. The White House. **The National Security Strategy.** Washington, mar. 2006. Disponível em: <http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/nsc/nss/2006/nss2006.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. U.S. Air Force. **Factsheets: C-130 Hercules**. 2009. Disponível em: <http://www.af.mil/information/factsheets/factsheet.asp?id=92>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. U.S. Embassy in Brasília. **Declaração sobre a Concorrência do F-X2**. Brasília, 9 set. 2009. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/md1/fr_br_25.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

UNITING FOR CONSENSUS GROUP OF STATES. **Proposes Maintaining Permanent 5, with 20 Elected Members**. Press Release GA/10371, Fifty-ninth General Assembly Plenary, 115th Meeting (PM). New York: United Nations, 26 jul. 2005. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2005/ga10371.doc.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VADELL, Javier Alberto. A Política Internacional, a Conjuntura Econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. **Revista Brasileira de Política Internacional,** vol. 49, n. 1, jan.-jun. 2006, p. 194-214. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/358/35849111.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VAZ, Alcides Costa. A Integração Regional no Contexto das Políticas Exteriores de Brasil e Argentina: elementos para análise comparada. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXIV,

2000, Petrópolis-RJ. Disponível em: <bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs00/gt13/00gt1313.doc>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VENEZUELA, Brasil e Argentina 'formam eixo', diz chávez. **BBC Brasil**, São Paulo, 16 jan. 2004. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2004/01/040116_venezuelarg.shtml>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VERDI, João. Tecnologia Estratégica, parte 11 [gravação em vídeo]. In: NASSIF, Luis (Org.). **51º Fórum de Debates do Projeto Brasil**. São Paulo, nov. 2007. Disponível em: <http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/2009/09/04/a-industria-da-defesa>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VERGARA, Carlos. Un espía tenía datos sobre la Argentina. **La Nación**, Buenos Aires, 23 nov. 2009. Disponível em: http://www.lanacion.com.ar/nota.asp?nota_id=1203135>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VIEGAS FILHO, José. Palavras por ocasião da abertura do Ciclo de Debates sobre o Pensamento Brasileiro em Matéria de Defesa e Segurança, Brasília, 13 set. 2003. In: PINTO, José Roberto de Almeida; ROCHA, Antônio Jorge Ramalho da; SILVA, Roberto Doring Pinho da (Org.). **Reflexões sobre defesa e segurança**: uma estratégia para o Brasil. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação, 2004. Disponível em: <https://www.defesa.gov.br/colecao/reflexao.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. América do Sul: espaço geopolítico prioritário do projeto nacional brasileiro. In: REBELO, Aldo; FERNANDES, Luis; CARDIM, Carlos Henrique (Org.). **Seminário: Política externa do Brasil para o século XXI**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

______. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 5, n. 2, p. 381-397, jul.-dez. 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9/1602>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. Porto Alegre: NERINT, 2009. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo0644.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

______; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Porto Alegre: NERINT, [s.d.]. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2010.

WALT, Stephen. **The Origins of Alliances**. New York: Cornell University, 1987.

WALTZ, Kenneth. Structural realism after the Cold War. **International Security**, Cambridge, USA, vol. 25, n. 1, p. 5-41, summer 2000.

WINAND, Érica Cristina; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **O Governo Lula, a Defesa e as Forças Armadas Brasileiras**. Publicado pelo Grupo de Estudos da Defesa e Segurança Internacional (GEDES), Franca, 2004. Disponível em: <http://www.gedes.org.br/downloads/e0764d800420e25a1c0033d5a601b1b9.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

WORLD BANK. **Gross domestic product 2008, PPP**. Washington: 2009. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2010.

WORLD TRADE ORGANIZATION (WTO). **Investment, competition, procurement, simpler procedures.** [s.d.]. Disponível em: <http://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/bey3_e.htm>. Acesso em: 15 fev. 2010.

YÁÑES, Nelly; SIERRA, Andrea. Nueva partida de cazas F-16 usados comienza a llegar a Chile en diciembre. **El Mercurio**, Santiago, 29 abr. 2009. Disponível em: <http://diario.elmercurio.cl/detalle/index.asp?id={987ded60-2f7e-4cd4-a03f-1584a146eeb3}>. Acesso em: 15 fev. 2010.